

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Thiago Sávio Carbone**

**Educação a Distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Rio Grande do Sul: da teoria à prática**

São Leopoldo

2015

**Thiago Sávio Carbone**

**Educação a Distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Rio Grande do Sul: da teoria à prática**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Eliane Schlemmer

São Leopoldo

2015

C264e Carbone, Thiago Sávio  
Educação a distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Rio Grande do Sul: da teoria à prática / Thiago Sávio  
Carbone. -- 2015.  
234 f. : il. ; color. ; 30cm.

Tese (Doutorado em Educação) -- Universidade do Vale do Rio  
dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo,  
RS, 2015.  
Orientadora: Profª. Dra. Eliane Schlemmer.

1. Educação a distância. 2. Educação a distância - Institucionalização.  
3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Rio Grande do  
Sul. I. Título. II. Schlemmer, Eliane.

CDU 37.018.43

Thiago Sávio Carbone

**Educação a Distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Rio Grande do Sul: da teoria a prática**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Profª. Drª. Eliane Schlemmer – Orientadora

---

Profª. Drª. Marilda Aparecida Behrens – PUCPR

---

Prof. Dr. Sérgio Roberto Kieling Franco – UFRGS

---

Profª. Dr. Sandro José Rigo – UNISINOS

---

Profª. Dr. Danilo Streck – UNISINOS

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, aos meus pais, que sempre incentivaram e apoiaram minhas decisões. Agradeço ao carinho, à educação e aos conselhos que recebi durante toda a minha vida. Aos meus irmãos, que mesmo distantes, sempre torceram por mim nesta nova caminhada.

À minha amiga, companheira, conselheira, esposa, mulher... Daniela, que sempre me apoiou e incentivou a enfrentar os desafios e a superar os obstáculos que surgiram. Agradeço pela ajuda, paciência, companhia e amor doados. Desejo muito sucesso.

Aos meus filhos, motivos para enfrentar esta nova caminhada.

A amiga e orientadora Prof<sup>a</sup> Eliane, por todo o ensino, incentivo e compreensão dispensados ao longo desta caminhada.

Ao IFRS por deixar as portas abertas para que a pesquisa fosse realizada e a todos os colegas que me permitiram e ajudaram com a mesma.

Aos demais amigos, colegas e familiares que me suportaram em todos os momentos difíceis.

## RESUMO

Essa pesquisa se insere no contexto da linha de pesquisa, Educação, Desenvolvimento e Tecnologias, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Tem como objetivo principal compreender como está se constituindo a Educação a Distância – EaD no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, analisando o processo de institucionalização desta modalidade, buscando entender sua dinâmica, seus limites e possibilidades. Procura também conhecer as políticas públicas relacionadas a EaD e verificar em que medida as diretrizes políticas se concretizam nas ações de EaD no âmbito do IFRS; compreender a concepção de EaD dos diferentes atores que atuam nessa modalidade no contexto do IFRS; conhecer quais os saberes que esses diferentes atores acreditam ser necessários para atuar em EaD; entender como esses diferentes atores percebem o processo de institucionalização; além de compreender como está ocorrendo a capacitação para atuação com a modalidade EaD. Os principais teóricos que fundamentam o estudo e alguns autores que ajudam a compreender a pesquisa são Aebli (1958), Santaella (1997), Lévy (1999), Axt (2000), Peters (2001), Belloni (2003, 2009), Santos (2005), Schlemmer (2005, 2006), Silva (2006, 2012), Tardif (2007) e Preti (2009). A pesquisa é de natureza exploratória envolvendo análise qualitativa e quantitativa de dados por meio da realização de estudo de caso, utilizando os documentos oficiais da instituição e os questionários aplicados aos gestores, da reitoria e dos campi, e aos docentes do instituto. O resultado mais significativo indica que a EaD, no IFRS, ainda não é uma prática institucionalizada. Neste sentido, identificou-se que o IFRS tem reproduzido algumas falhas que já foram percebidas em outras instituições, onde os documentos institucionais trazem a ideia do formalismo, mas continuam a investir em práticas individuais de construção de projetos pedagógicos, de gestão de cursos, de uso de metodologias, etc. Entendemos que a contribuição efetiva da tese se dá no sentido da identificação da necessidade de mudar significativamente as ações individuais, para ações coletivas e compartilhadas, propondo-se a criação de momentos de diálogo e reflexão por parte dos gestores e comunidade em geral no que tange a EaD, a fim de que seja possível dar conta do processo de constituição e institucionalização da EaD no IFRS.

**Palavras-Chave:** Institucionalização, Educação a Distância, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

## ABSTRACT

This research is in the context of the research line, Education, Development and Technologies of the Post-Graduation Program in Education of the University of Vale dos Sinos – UNISINOS. Its main objective is to understand how Distance Education is being formed - DE at the Federal Institution of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul – FIRS, analyzing the process of institutionalization of this kind, trying to understand its dynamics, its limits and possibilities. It also attempts to know the public policies related to the use of DE and verify in what measure the policy guidelines are made real in the DE actions under the FIRS; understand the concept DE of the different actors who act on this modality in the context of FIRS; know what knowledge that these different actors believe to be necessary to act on in DE; understand how these different actors perceive the institutionalization process; in addition to understanding how the training is taking place with the DE mode. The main theoretical that substantiate the study and some authors who help to understand the research are Aebli (1958), Santaella (1997), Lévy (1999), Axt (2000), Peters (2001), Belloni (2003, 2009), Santos (2005), Schlemmer (2005, 2006), Silva (2006, 2012), Tardif (2007) and Preti (2009). The research is of explanatory nature involving qualitative and quantitative analysis of data by conducting a case study, using the official documents of the institution and the questionnaires applied to the managers, of the rectory and campuses and to the professors of the institute. The most significant result indicates that the DE, in the FIRS, is not yet an institutionalized practice. In this way, we see that, the FIRS has reproduced some flaws that have already been perceived in other institutions, where the institutional documents bring the idea of formalism, but keep on investing in individual construction projects of pedagogical practices, management courses, using methodologies, etc. We understand that the effective contribution of the thesis is given towards identifying the need for significantly change the individual actions to collective and shared actions, proposing the creation of moments of dialogue and reflection by managers and the general community regarding DE in order to make it possible to account for the constitution process and institutionalization of DE in FIRS.

**Keywords:** Institutionalization; Distance Education; Federal Institute of Education; Science and Technology of Rio Grande do Sul

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Metas que compõe o PNE (2001- 2010) em relação a EaD .....	51
<b>Quadro 2:</b> Gerações da EaD .....	72
<b>Quadro 3:</b> Apresentação das dimensões .....	77
<b>Quadro 4:</b> Critérios para avaliação dos documentos.....	94
<b>Quadro 5:</b> Categorias .....	98
<b>Quadro 6:</b> Síntese do Plano de Ação de 2010 com ênfase na EaD .....	104
<b>Quadro 7:</b> Síntese do Plano de Ação de 2011 com ênfase na EaD .....	105
<b>Quadro 8:</b> Síntese do Plano de Ação de 2012 com ênfase na EaD .....	107
<b>Quadro 9:</b> Síntese do Plano de Ação de 2013 com ênfase na EaD .....	109
<b>Quadro 10:</b> Sistematização dos documentos .....	112
<b>Quadro 11:</b> Concepções de EaD.....	114
<b>Quadro 12:</b> Visão dos docentes quanto a capacitação.....	132
<b>Quadro 13:</b> Visão dos gestores dos campi quanto a capacitação para atuar na EaD.....	133
<b>Quadro 14:</b> Tempo de atuação do campus com EaD.....	135
<b>Quadro 15:</b> Constituição da EaD no campus .....	135
<b>Quadro 16:</b> Caracterização da equipe que trabalha com EaD no campus .....	136
<b>Quadro 17:</b> Preparação para atuar com EaD .....	136
<b>Quadro 18:</b> Investimentos em EaD .....	137
<b>Quadro 19:</b> Obstáculos enfrentados na visão dos gestores dos campi .....	138
<b>Quadro 20:</b> Visão dos docentes quanto a institucionalização da EaD.....	138

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Mapa do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional .....	36
<b>Figura 2</b> – Matrículas do Ensino Técnico Público 2009-2011.....	63
<b>Figura 3</b> - Quantidade de Cursos por Região .....	63
<b>Figura 4</b> – Exemplo: Estrutura Organizacional do IFRS .....	66
<b>Figura 5</b> – Exemplo: Organograma do Campus Bento Gonçalves – IFRS.....	67
<b>Figura 6:</b> Estrutura do Modelo Centralizado.....	81
<b>Figura 7:</b> Estrutura do modelo semi-centralizado – Atividades Sistêmicas .....	82
<b>Figura 8:</b> Estrutura do modelo semi-centralizado – Atividades Operacionais Específicas .....	83
<b>Figura 9:</b> Estrutura do modelo descentralizado.....	84
<b>Figura 10:</b> Representação gráfica da participação dos Gestores dos Campi .....	92
<b>Figura 11:</b> Representação gráfica da participação dos Docentes .....	93
<b>Figura 12:</b> Mapa da distribuição dos campi que compõem o IFRS .....	95
<b>Figura 13:</b> Linha do tempo das metas propostas com relação a EaD no IFRS .....	111
<b>Figura 14:</b> Conhecimentos necessários para atuar na EaD.....	130

# Sumário

LISTA DE TABELAS E QUADROS .....	8
LISTA DE FIGURAS.....	9
Apresentação .....	11
1 Introdução .....	14
2 A Pesquisa .....	21
2.1 Trajetória e motivações.....	21
2.2 Revisão da Literatura.....	23
2.3 Problema, Questões e Objetivos.....	31
3 A Rede Federal de Educação Profissional .....	33
3.1 Os Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia.....	37
4 Fundamentação Teórica.....	41
4.1 Educação a Distância no Brasil .....	41
4.1.1 Histórico .....	41
4.1.2 Educação a Distância e as Políticas Públicas no Brasil.....	45
4.1.2.1 Educação a Distância e o Plano Nacional de Educação.....	49
4.2 A Educação a Distância nos Institutos Federais .....	55
4.2.1 A Rede e-Tec Brasil e a institucionalização da Educação a Distância nos Institutos Federais .....	57
4.2.1.1 A gestão nos Institutos Federais .....	64
4.2.1.2 A gestão na Educação a Distância .....	68
4.2.2 A Educação a Distância no IFRS .....	85
5 Metodologia da pesquisa .....	90
5.1 Os sujeitos da pesquisa .....	91
5.2 Instrumentos de coleta de dados e metodologia de análise .....	93
6 Análise dos dados e Resultados .....	99
6.1 O que dizem os documentos oficiais do IFRS sobre Educação a Distância .....	99
6.2 A Educação a Distância no IFRS na visão dos atores envolvidos na pesquisa.....	113
6.2.1 Quanto a Concepção .....	113
6.2.2 Quanto aos Saberes.....	126
6.2.3 Quanto a Capacitação .....	130
6.2.4 Quanto a Institucionalização .....	134
7 Discussões, Limitações da Pesquisa e Perspectivas Futuras .....	140
Referências.....	146
APÊNDICES .....	157
Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	158
Apêndice 2 – Questionário aplicado aos Gestores da Reitoria .....	161
Apêndice 3 – Questionário aplicado aos Gestores dos Campi.....	166
Apêndice 4 – Questionário aplicado aos Docentes.....	174
ANEXOS .....	180
Anexo 1 – Diretrizes para a oferta de Cursos na Modalidade de Educação à Distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.....	181
Anexo 2 - Proposta da regulamentação da EaD nos Institutos Federais .....	186
Anexo 3 – Proposta de Institucionalização da Educação a Distância nos Institutos Federais .....	211

## Apresentação

Ao começar a escrever esta tese, a forma como as ideias foram surgindo, a organização, o planejamento e por fim a própria escrita, me remeteram a filmes que assisti, o que me levou a realizar uma analogia da tese com a série de filmes “De volta para o futuro”. A seguir apresento um breve resumo dessa analogia. No primeiro filme da trilogia, um jovem (Michael J. Fox) aciona acidentalmente uma máquina do tempo construída por um cientista (Christopher Lloyd) em um Delorean (automóvel utilizado como máquina do tempo), retornando aos anos 50. Lá conhece sua mãe (Lea Thompson), antes ainda do casamento com seu pai, que fica apaixonada por ele. Tal paixão põe em risco sua própria existência, pois alteraria todo o futuro, forçando-o a servir de cupido entre seus pais.

Assim, neste primeiro momento, vejo que a presente tese se relaciona diretamente com o filme, pois da mesma forma, precisei fazer uma viagem no tempo, tendo que retornar ao passado para entender o presente tentando mostrar o quanto os acontecimentos do passado afetam diretamente o presente. Este raciocínio “é lógico”, pois sempre o passado afetou ou determinou o presente, mas no filme, a família do jovem, pode desaparecer no presente, devido a alterações que o passado poderia vir a sofrer, assim como no escopo desta tese, pois, baseado em nossas pesquisas, identificamos como as alterações ou decisões passadas afetaram o presente, literalmente.

Retomando o passado, a primeira vez que a Educação a Distância (EaD)<sup>1</sup> ganha espaço na legislação da educação nacional, se tornando legítima e autorizada, foi em 1996, no artigo 80 da Lei nº. 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), onde refere o ensino a distância e prevê a necessidade de estabelecer requisitos

---

<sup>1</sup> Na literatura o termo EaD é utilizado tanto para referenciar processos de Ensino a Distância, quanto de Educação a Distância. Para SCHLEMMER (2005), “O ensino a distância, não é algo novo, vem sendo realizado há muito tempo utilizando como meio de comunicação o correio, o rádio e a TV” (p. 30). Para mesma autora, a (...) educação a Distância (EaD), consiste em utilizar as tecnologias da Internet para propiciar um amplo conjunto de soluções que objetivam servir de suporte para que a aprendizagem ocorra. A EaD possibilita soluções de aprendizado que vão além dos paradigmas tradicionais de treinamento, de estímulo-resposta, representado pela concepção empirista e expressos pelo fornecimento de treinamento e instrução (...). Ela é a interação constante entre os sujeitos as tecnologias e a informação e não há uma razão específica para que imite o que poderia ser realizado em sala de aula ou pelos meios anteriormente utilizados no ensino a distância. (SCHLEMMER 2005, p. 31). Sendo assim, para esta tese, consideraremos o termo EaD enquanto Educação a Distância.

para autorização e controle, o que foi feito pelo Decreto 5622, de 19 de dezembro de 2005. Talvez aqui, possamos dizer que o passado começou a delinear o futuro.

Por quê? Porque deste momento, até os dias atuais, as **instituições públicas de ensino**, sendo uma delas objeto da presente tese, ofertam cursos na modalidade EaD, principalmente, a partir de duas políticas públicas, uma denominada Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a outra denominada Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec). Ambas seguem praticamente as mesmas normas, regulações, portarias, etc., bem como tem por base a mesma estrutura de atores e formas de aplicar recursos provenientes do Governo Federal, no entanto, com pequenas diferenças com relação ao credenciamento, reconhecimento e autorização de cursos. Estes dois programas são fomentados através de políticas públicas que visam principalmente “o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País” (UAB, 2013) e “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;” (PRONATEC, 2013).

Com a criação destas políticas, o Governo Federal possibilitou a ampliação do credenciamento das Universidades Públicas e dos Centros Tecnológicos (hoje transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs) para oferta de educação superior pública e gratuita, principalmente, no âmbito da formação de professores (GIOLO, 2010).

Assim, a volta ao passado, se dá pela necessidade de discutirmos as questões que, infelizmente, como no filme, não são possíveis de serem alteradas naquele tempo. Em nosso caso, nesta tese, o presente é o passado do amanhã, sendo assim, como no filme, temos nas mãos uma “máquina do tempo” com a “possibilidade” de alterarmos nosso futuro.

Esta tese, desenvolvida no contexto do Grupo de Pesquisa Educação Digital o GPe-dU UNISINOS/CNPq, para obtenção do título de doutor em Educação, apresenta uma visão geral sobre as políticas públicas relacionadas a EaD no Brasil, evidenciando como influenciam no processo de oferta de cursos na modalidade a distância, desde o nível da gestão até o nível de oferta na prática, perpassando por questões de gestão administrativa da instituição. Por fim, evidencia “um caminho possível” para chegarmos a uma oferta inicial de cursos nesta modalidade, utilizando-se das estruturas de pessoal,

setorial, físicas, tecnológicas, etc. já existente. Dessa forma, a tese está estruturada conforme a seguir:

Capítulo 1 - Introdução – contextualiza a temática a ser investigada.

Capítulo 2 – A Pesquisa - apresenta a trajetória pessoal e as motivações para a realização da pesquisa; a revisão de literatura, trazendo os trabalhos mais relevantes ao foco da tese, os quais são apresentados conforme a sua relevância levando em consideração o objetivo desta tese; o problema, questões e objetivos da pesquisa.

Capítulo 3 – A Rede Federal de Educação Profissional - apresenta a Rede Federal de Educação e os IFs, trazendo uma visão geral sobre essas instituições.

Capítulo 4 – Fundamentação Teórica - apresenta o cenário da Educação a Distância no Brasil, um breve histórico, as políticas públicas que norteiam esta modalidade de ensino bem como a inserção da mesma no Plano Nacional de Educação (PNE). Apresenta também a discussão sobre a EaD nos IFs, as possibilidades de ofertas de cursos nesta modalidade. Na continuidade apresentando o modelo de gestão dos IFs, trazendo também a discussão sobre modelos de EaD e modelos de gestão da mesma e por fim, o contexto em que se encontra a EaD no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS.

Capítulo 5 – apresenta a metodologia da pesquisa utilizada para o desenvolvimento desta tese, envolvendo o delineamento, os participantes da pesquisa, os instrumentos e materiais, os procedimentos, ou seja o desenvolvimento da tese, juntamente com suas etapas e, por fim a metodologia de análise utilizada.

Capítulo 6 – apresenta a análise dos dados e os resultados.

Capítulo 7 – apresenta as discussões, limitações da pesquisa e perspectivas futuras.

Para finalizar são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas para desenvolver a tese, seguidas dos apêndices e anexos.

# 1 Introdução

Atualmente, a Educação a Distância (EaD) faz parte de uma realidade na qual as instituições públicas federais estão inseridas ou se inserindo. Podemos dizer que o desenvolvimento e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) podem estar proporcionando estas inserções, pois as mesmas estão cada dia mais presente no cotidiano da educação pública em diferentes níveis.

No Brasil, a EaD ainda é uma modalidade “em discussão”, no entanto, segundo a ABED (2013) vem crescendo ano após ano, o que resultou num crescimento de 52,5% nas matrículas em relação ao ano de 2011.

O mesmo documento ainda nos mostra alguns dados interessantes, dentre eles, que os maiores obstáculos apontados na oferta ou manutenção de um curso nesta modalidade, foram, nesta ordem: a evasão, os desafios organizacionais de uma instituição presencial que passa a oferecer EaD, a resistência dos educadores à modalidade EaD e o custo de produção dos cursos.

Neste contexto, podemos observar que o processo de institucionalização da EaD em uma instituição de ensino, neste caso em específico, uma instituição pública federal de ensino, exige a discussão, entre outros aspectos, da organização e estrutura na qual a EaD está ou será inserida, das novas atribuições e responsabilidades dos atores envolvidos, do público alvo, da melhor forma de utilizar e organizar as TIC, etc.

Nessa mesma linha de raciocínio, Reis (2009) nos diz que é necessário compreender a EaD como uma nova prática que pode interferir nos processos de ensino e de aprendizagem e, conseqüentemente, fazer com que os gestores façam uma reflexão sobre a adequação da instituição em seus aspectos de formalização, centralização e complexidade em relação ao aspecto de novidade que esta prática representa.

Segundo INEP (2010), a EaD é uma prática que está em ascensão no Brasil. Associada a ascensão da EaD, o investimento do Governo Federal nesta modalidade para ampliação da mesma, faz com que sejam geradas inúmeras pesquisas sobre esse tema. Assim, conforme Sá (2013), muitos pontos estão sendo discutidos e investigados, tais como: o uso das TIC para o processo de aprendizagem em ambientes virtuais, a qualidade da docência na EaD, as políticas e/ou suas regulações, processos de avaliação para oferta de cursos, avaliação em EaD, entre outros.

No entanto, a Revisão de Literatura evidenciou que ainda são poucas as pesquisas sobre a temática da Institucionalização da EaD, principalmente relacionadas as **instituições públicas de ensino**, instituições estas que ofertam cursos nessa modalidade de ensino gratuitamente.

Ribeiro (2008), em seu estudo, constatou que a maioria dos gestores de instituições públicas não sabia elaborar um projeto pedagógico de um curso a distância ou dimensionar os investimentos necessários envolvidos neste novo cenário. O mesmo autor ainda cita que:

O fato mais preocupante foi a constatação de que diversas instituições públicas tinham assinado convênios de parceria e recebido recurso financeiro para implantação de cursos a distância, e estavam dando os primeiros passos na expectativa de aprender como montar e implantar a EAD em suas instituições, sendo que o prazo para o início de seus cursos já estava marcado. (RIBEIRO, 2008. pag. 10)

Para Castro e Ladeira (2009), o surgimento de instituições ou unidades de EaD nas universidades implicarão um alinhamento das estratégias organizacionais aos modos particulares de organização requeridos pelo modelo de ensino e aprendizagem a distância. A consequência pode ser a necessidade de adoção de um modelo de gestão. Garbin (2010) diz que os processos de gestão acadêmicos e administrativos devem estar em consonância com as determinações e orientações nacionais, e apoiadas nos projetos da instituição, incluindo os projetos pedagógico dos cursos.

Segundo Ribeiro (2008), a EaD pressiona para uma abordagem profissional de gestão, a qual pressupõe: infraestrutura tecnológica, planejamento dinâmico e eficaz, necessidades de coordenação e a satisfação do cliente interno. Pimentel (2006) afirma ainda que a universidade que não atende ao trabalho com EaD, está diante de uma encruzilhada: ou se desenvolve como uma instituição com valor para a sociedade, por sua tarefa de produção e reflexão acerca do conhecimento, ou se resigna a ficar como está. Neste caso, a última condição significaria morrer pouco a pouco.

Segundo a ABED (2010), a implantação de um curso de EaD exige que as instituições preocupem-se com diversos aspectos, entre eles o atendimento de alunos e professores do ponto de vista administrativo e pedagógico, sendo esses primordiais para a permanência do aluno no curso. Observa-se, que a estrutura atual das instituições públicas de ensino brasileiras não contempla vários dos pressupostos teóricos/práticos da EaD.

Segundo o documento, Referenciais de Qualidade MEC (Brasil, 2007), um curso na modalidade a distância, devido à complexidade e à necessidade de uma abordagem sistêmica, deve apresentar em seu projeto político pedagógico categorias que envolvam, fundamentalmente, aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura. Estas categorias podem ser assim divididas: Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem, Sistemas de Comunicação, Material didático, Avaliação, Equipe multidisciplinar, Infraestrutura de apoio, Gestão Acadêmico-Administrativa e Sustentabilidade financeira.

Por mais que este documento, não tenha força de lei, o mesmo fundamenta todo o esforço de regulamentação empreendido pelo MEC, como se lê em sua apresentação.

...  
Nesse sentido, é fundamental a definição de princípios, diretrizes e critérios que sejam Referenciais de Qualidade para as instituições que ofereçam cursos nessa modalidade.

Por esta razão, a SEED/ MEC apresenta, para propiciar debates e reflexões, um documento com a definição desses Referenciais de Qualidade para a modalidade de educação superior a distância no País.

...  
Embora seja um documento que não tem força de lei, ele será um referencial norteador para subsidiar atos legais do poder público no que se referem aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade citada.

Por outro lado, as orientações contidas neste documento devem ter função indutora, não só em termos da própria concepção teórico-metodológica da educação a distância, mas também da organização de sistemas de EaD.

... ele tem como preocupação central apresentar um conjunto de definições e conceitos de modo a, de um lado, garantir qualidade nos processos de educação a distância e, de outro, coibir tanto a precarização da educação superior...

Muito embora o texto apresente orientações especificamente à educação superior, ele será importante instrumento para a cooperação e integração entre os sistemas de ensino, nos termos dos arts. 8º, 9º, 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 1996, nos quais se preceitua a padronização de normas e procedimentos nacionais para os ritos regulatórios, além de servir de base de reflexão para a elaboração de referenciais específicos para os demais níveis educacionais que podem ser ofertados a distância. (BRASIL, 2007)

Sendo assim, sabe-se pela prática, que a legislação brasileira é norteadora de muitas das práticas administrativas e pedagógicas que envolvem a EaD. Isto posto, podemos dizer que o cumprimento da legislação afeta diretamente o processo de institucionalização e gestão global da EaD. Isto nos “força” a seguir um modelo de sistema de gestão da EaD pré-definido uma vez que há um Referencial de Qualidade, cujos elementos aparecem atrelados a um sistema de credenciamento da instituição para oferta de cursos na modalidade EaD, ou seja, se o modelo não estiver de acordo com os elementos avaliados no momento da avaliação *in loco* para o credenciamento, os quais

são orientados pelos referenciais de qualidade, a instituição não é autorizada a realizar ofertas nessa modalidade.

Neste contexto, os desafios para as instituições públicas de ensino, além de se utilizar da EaD como um meio para recebimento de recursos financeiros que são utilizados, na sua grande maioria, para custear e subsidiar a contratação de pessoal, compra de equipamentos, material de consumo, etc., seriam o de compartilhar as TIC entre os cursos presenciais e a distância e também fazer a gestão acadêmica e administrativa destes cursos. Pode-se dizer que ainda existem resistências em aceitar que a EaD possa ser realizada com o mesmo nível de qualidade o que a educação presencial realiza.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração, é o fato de que as instituições públicas de ensino, possuem diferentes estruturas de gerenciamento das políticas e ações da EaD em sua estrutura interna, podendo essas ações estarem vinculadas à administração central da reitoria ou a uma das unidades acadêmicas da instituição. Desse modo, na modalidade a distância, cada instituição tem seu processo de amadurecimento institucional. É comum termos no organograma das instituições, a estrutura de centro, núcleo e secretaria de EaD ou, ainda, a coordenação da EaD estar distribuída em unidades acadêmicas ou pró-reitorias de ensino. Esses locais oferecem ou deveriam oferecer estrutura física, tecnológica e de recursos humanos aos departamentos que ofertam cursos a distância e a professores que trabalham com o uso de tecnologias da EaD em suas disciplinas no ensino presencial. (NOVAIS E FERNANDES, 2011).

É nessa realidade que as instituições públicas se encontram, e se deparam com desafios a serem superados, pois, por um lado, as TIC vêm sendo inseridas nos processos de ensino e de aprendizagem e, por outro, temos as dificuldades associadas ao seu uso, além das dificuldades quanto ao seu reconhecimento, fatores que demonstram que a EaD, no Brasil, ainda não é uma prática institucionalizada. (ASSMAN, 2005)

É importante perceber que, uma das questões envolvidas no processo de institucionalização da EaD é como situar a mesma numa estrutura tipicamente voltada ao ensino presencial. Este processo é mais amplo e não se resume a simples criação de um novo órgão ou setor. Podemos dizer que este processo vem sendo contornado de várias maneiras, desde atos normativos até a inclusão no PDI, perpassando por Conselhos, reformulação de estatutos, regimentos, resoluções, etc., mas acreditamos que

isto não é suficiente. Além disto, podemos dizer que o fator recursos humanos, necessários para garantir a oferta de cursos nesta modalidade, acaba se tornando mais uma dificuldade a ser superada. Mas para isto, os recursos humanos já existentes poderão ser utilizados. Outro fator, não menos importante, seria o suporte orçamentário, mas este, num primeiro momento, poderia ser oriundo de programas como UAB e e-TEC.

Sendo assim, uma vez institucionalizada a modalidade EaD no contexto da instituição pública, o mais lógico, nos parece que seria definir as normas de funcionamento dessa modalidade educacional, no regimento geral da instituição. Mas, infelizmente este ainda é um processo “complicado”. Belloni (2003), ao analisar os impactos da modalidade de ensino a distância no meio acadêmico, nos diz que “...o campo da educação é extremamente complexo e altamente resistente à mudança” (p. 15).

Assim, indo ao encontro das palavras de Belloni, vimos que as políticas públicas que tratam da EaD como modalidade de educação já são realidade, minimizando um pouco esta resistência as mudanças, uma vez que, a sociedade já reconhece a EaD como uma possibilidade importante para ampliar e interiorizar as ofertas de cursos, mesmo que isto não diminua as resistências institucionais, incluindo gestão e docentes.

A expansão e o desenvolvimento da EaD fizeram com que o Ministério da Educação (MEC), por meio de sucessivas normatizações, processos de credenciamento e avaliação de cursos e instituições, iniciasse o processo de institucionalizar a EaD.

Conforme Silva (2009), o conceito de institucionalização é o “processo de fixar a aprendizagem que ocorre em indivíduos e grupos dentro dos departamentos de uma organização, incluindo sistemas, estruturas, procedimentos e estratégias”.

Para Nascimento (2013), entre as ações necessárias ao processo de institucionalização da EaD, estão:

- Inserção de uma política de EaD no Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- Aprovação de regimento da modalidade para oferta de cursos de graduação;
- Criação de uma diretoria específica para EaD;
- Formação e capacitação para professores e técnicos administrativos;
- Oferta de cursos de extensão;

- Lançamento de editais para oferta de disciplinas e fomento para pesquisas;
- Criação de vagas de monitoria;
- Utilização de plataforma virtual integrada com dados do sistema acadêmico.

Além das ações elencadas acima, podemos citar outra ação, que no nosso entendimento precisa ser considerada no processo de institucionalização da EaD pelas instituições de ensino e, que vem se tornando muito comum neste processo, estando cada vez mais presente na integração dos cursos presenciais e a distância, é a ação que diz respeito à possibilidade da oferta de disciplinas a distância nos cursos presenciais.

A portaria de nº 2.253/2001, do MEC, revogada pela portaria nº 4.059/2004<sup>2</sup>, oferece a possibilidade de as instituições de Ensino Superior credenciadas poderem modificar o projeto pedagógico de seus cursos, de modo que possam, em até 20% das disciplinas e componentes do seu currículo, utilizar-se da modalidade a distância. Além disso, a mesma portaria define o conceito de modalidade semipresencial<sup>3</sup> como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino e de aprendizagem que utilizem tecnologias de comunicação remota, centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação.

Freeman (2003) nos diz que:

Gerir uma instituição de EAD requer uma diversidade de conhecimentos muito maior do que gerir uma escola, um liceu ou uma universidade, e, no seu todo, não será possível recrutar pessoal com estes conhecimentos. A instituição terá de desenvolver o seu próprio pessoal, até que ele atinja a diversidade e profundidade de conhecimentos necessários. Realisticamente, isto demora o seu tempo, e não será exagero dizer que uma nova instituição de EAD precisa de 2 a 5 anos até que o núcleo do seu pessoal atinja o pleno da sua capacidade operacional. (p.11)

Neste contexto, esta tese trata de uma investigação que visa contribuir com as áreas de educação a distância, no processo de institucionalização ou gestão de sistemas

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/89>

<sup>3</sup> Para Moran (2002) o conceito de modalidade semipresencial, neste caso, é quando o curso acontece em parte na sala de aula e outra parte a distância, através de tecnologias. A educação a distância pode ter ou não momentos presenciais, mas acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas podendo estar juntos através de tecnologias de comunicação. Para Schlemmer (2009), o termo “semipresencial” não trata de uma semipresença, mas sim, de presenças de naturezas distintas, ou seja, presença física, telepresença e presença digital virtual, sendo que ambas podem compor um contexto educacional na perspectiva do hibridismo e da multimodalidade.

em educação a distância e indiretamente no ensino profissional (técnico e/ou tecnológico).

## 2 A Pesquisa

### 2.1 Trajetória e motivações

A busca por formação e conseqüente habilitação para atuar como professor fizeram com que a minha trajetória sempre fosse permeada por novos desafios. Sendo assim, enquanto graduado em Análise de Sistemas, atuei em cargos administrativos que me possibilitaram a vivência diária na parte administrativa de uma instituição de ensino superior. Não satisfeito e em busca por formação que me “habilitassem atuar” como professor, pois este era o meu objetivo profissional, fui em busca do título de Mestre em Ciência da Computação junto a Universidade Federal de Pernambuco, tendo concluído o mesmo em 2005. Cabe aqui salientar que a formação em Análise de Sistemas e o título de mestre em Ciência da Computação (área de formação das Exatas) não me habilitaram a “ser professor” mas, felizmente ou infelizmente, para o mercado de trabalho docente, os “títulos” acabam sendo mais importantes que a formação propriamente dita, pois considera-se que o fato de você possuir um título de Mestre, conseqüentemente você está “habilitado” a “ser professor”, por isto a minha trajetória acabou seguindo o caminho “natural” para quem tinha como objetivo “ser professor”.

Neste momento, desde 2004, já atuava como docente em uma faculdade no interior do estado da Bahia e devido as experiências anteriores surgiu o desafio de coordenador de curso superior, atividade esta que desempenhei durante quatro anos e meio. No início de 2008, após aprovação em concurso público, assumi como professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão, campus Floresta. No início de 2009, após transferência para o IFRS – Campus Bento Gonçalves recebi a incumbência de coordenar o programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec) que estava sendo implantado naquele ano junto ao campus. Com esta atividade de coordenar o projeto, tive a possibilidade de também atuar como Avaliador de Cursos e Polos Presenciais do programa e-Tec em nível nacional, tendo a oportunidade de fazer visitas e avaliações *in loco* de diversos cursos e estruturas envolvidas no programa. Fiz parte também, como pesquisador, da criação do Currículo Referência para o Sistema e-Tec Brasil. Este currículo referência se assemelha ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) que tem por objetivo sistematizar e organizar a oferta dos cursos técnicos no país. No ano de 2010, conclui o curso superior de Formação de Professores para os

Componentes Curriculares da Educação Profissional – licenciatura plena, ofertado pelo próprio campus. O curso contribuiu para potencializar os meus conhecimentos didáticos e pedagógicos enquanto docente, remetendo-me a reflexões sobre os diferentes perfis e ritmos de aprendizagem dos educandos e a “compreensão” das diferentes concepções de aprendizagem que permeiam a prática pedagógica dos professores.

A partir de então, com as experiências que iam se acumulando com o passar do tempo, algumas inquietações ou questionamentos começavam a me incomodar. Tais questionamentos me levam a elaborar algumas hipóteses que nos ajudarão a entender melhor este tema, tais como:

- A falta de políticas internas que tratam da EaD no IFRS afetam o processo de oferta e/ou adoção desta modalidade podendo ser um dos grandes obstáculos para o seu desenvolvimento.
- A participação da comunidade acadêmica no processo de implantação/implementação da EaD no IFRS está relacionada às políticas internas do mesmo.
- A falta de diálogos internos favorece uma cultura desfavorável à implantação da modalidade educação a distância no IFRS.
- A EaD ainda é “novidade ” dentro do IFRS.
- A necessidade de regulamentações para a modalidade de educação a distância no que diz respeito ao seu desenvolvimento dentro do IFRS.
- O IFRS possui uma visão fragmentada desta modalidade. A mesma é tratada como alternativa para situações emergenciais.
- A grande maioria das instituições públicas que se inserem ou querem se inserir no contexto da EaD o fazem por necessidade de cumprimento de metas ou mesmo pela própria concorrência gerada por tal modalidade;
- A participação nos programas do governo que incentivam a EaD, vislumbra-se a possibilidade da inserção das TIC no dia-a-dia do docente através do uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagem – AVA.
- A possibilidade de ofertar 20% da carga horária total de um curso presencial na modalidade a distância, conforme portaria nº 4.059<sup>4</sup> do

---

<sup>4</sup> <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/89>

MEC, faz com que a EaD seja vista como uma saída para ajustes de calendário escolar e consequente ajustes de cargas horárias.

- A estrutura operacional de pessoal (atores envolvidos), conforme sugerido pelo MEC para a oferta de cursos a distância, acaba se tornando um modelo no processo de institucionalização e consequente gestão da EaD no âmbito institucional.

Assim, a experiência na prática vivenciada por mim, em processo de formação, impulsiona a realização da revisão de literatura, a fim de conhecer a produção de conhecimento existente na área, a qual é apresentada a seguir.

## **2.2 Revisão da Literatura**

Para Alves (1992) e André (2002), a Revisão de Literatura visa demonstrar o estágio atual da contribuição acadêmica em torno de um determinado assunto. A mesma proporciona uma visão abrangente de pesquisas e contribuições anteriores, conduzindo ao ponto necessário para investigações futuras e desenvolvimento de estudos posteriores. Enfim, ela comprova a relevância acadêmica do trabalho realizado por um pesquisador.

Segundo André, Filatro, Piconez e Litto (2008, p. 133) a produção do conhecimento no Brasil sobre EaD possui uma natureza multifacetada, confirmando a matização do tema, e contempla áreas completamente distintas:

Traduz a natureza multifacetada do tema, a qual se reflete nas áreas produtoras de conhecimento que contemplam a Engenharia de Produção, Matemática, Informática, Pedagogia, Comunicação etc. e suas interfaces, cada qual com sua visão particular e contribuição para o entendimento da EaD.

Isto pode ser visto, na edição de 2008 do Anuário Estatístico Brasileiro da Educação a Distância<sup>5</sup> onde foram catalogados e analisados 939 títulos de produções desenvolvidas em programas de pós-graduação, de 1999 a janeiro de 2008, que versaram sobre EaD. Destes, 762 títulos são de dissertações de mestrado e 177 de teses de doutorado. Ao tecer uma comparação entre as publicações de 2004 e as de 2008, analisam os autores: “Ao examinarmos o tipo de publicação, temos um crescimento de

---

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.abraead.com.br/anuario/anuario\\_2008.pdf](http://www.abraead.com.br/anuario/anuario_2008.pdf)

453% no número de teses, 66% no número de dissertações e 307% no número de artigos da primeira edição até agora” (ANDRÉ; FILATRO; PICONEZ; LITTO, p. 135).

Os autores demonstram que, dentre os níveis de ensino estudados de 1999 a 2008, 33% dos estudos versam sobre multiaplicações da EaD, com análises sobre metodologias, tecnologias, serviços e suportes aplicados em vários níveis de ensino, 32% dos estudos são relacionados ao ensino superior, 12% relacionados a formação de professores, 8% relacionados a educação continuada, 7% a educação corporativa, 5% relacionado ao ensino médio e o restante dos trabalhos (3%) estão distribuídos entre o ensino fundamental, educação especial, educação e movimentos sociais e educação de jovens e adultos.

Sobre os temas mais pesquisados, as categorias levantadas por André, Filatro, Piconez e Litto (2008) foram: Pedagogia e Tecnologia, com 40% dos estudos; Suporte e Serviços, com 17%; Gestão e Logística, com 14%; aspecto conceitual nos campos da Filosofia, Política e Estratégias, com 11%; Pesquisa e Avaliação, concentrando 9%; Conteúdos e Habilidades, com 7%; e Garantia da Qualidade e Certificação concentrando apenas 2% dos trabalhos.

Sendo assim, a fim de compreender o que tem sido produzido de conhecimento científico no foco que pretendo investigar nesta tese, realizei uma revisão de literatura buscando sobre o tema **institucionalização da educação a distância em instituições públicas de ensino**, foco deste trabalho. No decorrer da pesquisa, sentiu-se a necessidade de também abordar o termo **gestão da educação a distância em instituições públicas de ensino** uma vez que, nas leituras, percebeu-se que os mesmos se complementam ou até mesmo, em alguns casos, eram tratados de forma equivalente.

Para tal pesquisa, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: institucionalização da educação a distância, institucionalização da educação a distância em instituições públicas de ensino, gestão de programas de educação a distância, modelos de gestão de ou para educação a distância, gestão de educação a distância, gestão de educação *online*, bem como a combinação destas.

A busca foi realizada principalmente nos materiais disponíveis na web pela: Associação Nacional de Pesquisa em Educação – ANPED –, através de sua publicação - a Revista Brasileira de Educação; pelo Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação - CAPES ; pelo Scientific Electronic Library *Online* - SCIELO –; pelo Site da Associação Brasileira

de Educação a Distância - ABED; e pela Universidade do Rio dos Sinos - UNISINOS, tanto no acervo da biblioteca física, bem como no acervo digital virtual, complementando a busca nos sites dos grupos de pesquisa vinculados a esta universidade. Nas pesquisas, observou-se que o tema institucionalização da educação a distância, bem como o tema gestão da educação a distância, levou a textos que fazem uso dos termos “institucionalização” e “gestão” para apresentar discussões referentes a temas inerentes a educação a distância e não propriamente ao processo de institucionalização ou gestão desta modalidade. Muitas pesquisas que envolvem os temas propostos acabam envolvendo discussões em torno das áreas das TIC, aprendizagem em ambientes virtuais, a qualidade da docência na EaD, políticas para oferta de cursos EaD, regulação e avaliação da EAD, produção e oferta de material didático, papel do tutor na EaD, estruturação e coordenação de polos de apoio presencial, oferta de cursos de gestão através da EaD, etc. mas ainda são poucos os trabalhos que versam sobre a institucionalização ou gestão da educação a distância propriamente dito.

A seguir traremos os trabalhos mais relevantes ao nosso objeto de pesquisa, considerando um grupo de mais de 50 trabalhos que num primeiro momento, apresentaram alguma relação com o tema da tese.

Macedo (2013), apresenta um relato de experiência da gestão, estrutura e o desenvolvimento de um curso de extensão, ofertado para os Dirigentes Municipais de Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) através da Diretoria de Tecnologias Educacionais (DTE), no âmbito do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (PRADIME/UFT). O objetivo desse trabalho era de registrar e socializar a oferta do curso com práticas e modelos pedagógicos de educação mediada por tecnologias. As conclusões mostraram o quanto é importante proporcionar aos novos dirigentes municipais de educação estudo, conhecimento e a possibilidade de se aprofundarem nas temáticas de legislação educacional, financiamento e programas educacionais através do uso da EaD.

Em Santos (2013) foi discutido o processo de institucionalização da capacitação dos servidores públicos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) através da EaD. Tal processo foi constituído com o planejamento e a oferta de doze cursos de capacitação, objetivando a democratização e otimização do ensino e aprendizagem. Em suas conclusões, segundo o autor, pode-se perceber que os objetivos

iniciais foram alcançados, que seria o de institucionalizar cursos de capacitação através da EaD, no entanto, ele destaca a necessidade de vencer o desafio de buscar mais qualidade e fundamentalmente no que diz respeito à gestão dos cursos.

Chapadeiro (2013) apresenta um relato sobre o processo de implantação de um curso de especialização na área de Saúde da Família na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) através de uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do ponto de vista institucional e da gestão, apresentando as dificuldades e facilidades encontradas neste processo. Nas suas conclusões a autora observou como facilidade, o apoio da administração institucional quanto à realização de parceria e consórcio com a UFMG. Quanto às dificuldades verifica-se a insuficiência de laboratórios e apoio técnico. Segundo a autora, a gestão institucional requer apoio técnico e logístico e o fato de ter ocorrido através de uma parceria o mesmo não pode impedir a UFMT de desenvolver uma logística e tecnologia própria de sustentação, mesmo tendo como base uma sociedade bastante tradicional que acaba também constituindo uma dificuldade para o desenvolvimento da EaD na instituição.

Miranda et. al. (2010) investigaram a aplicação da visão de governança no planejamento e execução de projetos de EaD. O trabalho apresentou uma revisão dos conceitos e componentes de governança; a aplicação da visão de desempenho da governança na análise, desenho e elaboração dos projetos da EaD, a aplicação dos elementos de conformidade e responsabilidade no âmbito da EaD. Em suas conclusões, os autores afirmaram que a governança corporativa oferece um excelente embasamento para a implementação e gestão de programas de EaD. Segundo eles, a visão moderna de governança, centrada nos pilares de desempenho, responsabilidade, e conformidade, fornece em termos conceituais e práticos um modelo sistêmico, abrangente, e pró-ativo de gestão dos programas da EaD, de forma que a gestão dos programas de EaD passará a ser menos ‘segmentada’ em diferentes dimensões de modelos de gestão, tais como pedagógico, tecnológico, ou acadêmico, como tradicionalmente acontece na prática.

Oliveira (2013), discute o papel do gestor de equipes multidisciplinares presentes na EaD, apresentando algumas características essenciais a esse profissional enquanto agente condutor de relações e inter-relações existentes em uma equipe de trabalho tão diversa, características estas também presentes no documento do MEC intitulado de Referencias de Qualidade para Educação Superior a Distância. Em suas conclusões, a autora refere que é possível afirmar que o cuidado maior do gestor de

equipes multidisciplinares em EaD está em estabelecer um tratamento adequado a seus diversos atores, tratando-os como pessoas dotadas de conhecimentos e saberes, e não apenas como meros recursos. Sendo que, caberá ao gestor de equipes multidisciplinares em EaD o desenvolvimento de algumas competências e habilidades muito sutis para lidar com diferentes perfis dos profissionais que compõem a sua equipe.

Pimentel (2013) aborda o processo de implementação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), visando discutir a gestão de um polo de apoio presencial, desde a implementação da UAB em 2007. O autor destaca os marcos legais da criação da UAB e a caracterização de um polo de apoio presencial, discutindo sua realidade e as condições para hospedar ou não determinado curso, em função de suas características. Também são destacados os principais desafios enfrentados por um polo presencial para atender os requisitos estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão responsável pelo Sistema, enfatizando o problema com relação a infraestrutura exigida para a oferta de cursos. Segundo o autor, foi observado que dos polos monitorados pela CAPES, cerca de apenas um terço se encontra apto para a oferta dos cursos, ou seja, atende aos padrões mínimos de infraestrutura.

Para SILVA et. al. (2010), o Polo de Apoio Presencial do sistema UAB é um elemento fundamental na estrutura de EaD, constituindo-se numa extensão operacional da Instituição de Ensino Superior na cidade do estudante ou mais próxima dele, pois é onde acontecem os encontros presenciais, o acompanhamento e orientação para os estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais. Os autores elencarão diversos fatores estruturais e organizacionais essenciais à figura do coordenador do polo, com o objetivo de que este tenha ampla visão e domínio sobre sua gestão e garanta o funcionamento adequado do polo. Assim, foram destacadas algumas áreas para suporte à gestão, tais como: gestão estratégica, gestão de projetos, gestão da infraestrutura, gestão de equipe e gestão de processos. Na percepção dos autores, a solução de muitos dos problemas enfrentados nos polos passa por alguma das áreas acima referidas.

Castro e Ladeira (2009) buscaram compreender e analisar a gestão e o planejamento de cursos em instituições de EaD no Brasil. O objetivo geral foi analisar se, nas instituições de ensino, o trabalho de gestão dos cursos de EaD é realizado sob o modelo de gestão por processos e como essas instituições organizam e planejam seus cursos a distância. Os resultados do estudo evidenciaram em primeiro lugar que, dada a

natureza do trabalho em EaD, as instituições vêm procurando adotar um modelo de gestão por processos, embora ainda de forma incipiente. Verificou-se, também, que, em linhas gerais, nem sempre as instituições planejam seus cursos de forma idêntica. Fatores como estratégias organizacionais, estratégias gerenciais, capacitação pedagógica e tecnológica do corpo docente e estrutura tecnológica disponível influenciam de maneira direta o processo de planejamento e desenvolvimento de cursos em EaD.

Ribeiro (2007) apresenta um relato de experiências e reflexões sobre a importância da estruturação de um setor para desenvolver instrumentos de planejamento e gestão dos cursos a distância, de acordo com necessidades específicas da instituição, levando-se em conta múltiplos cursos, públicos e níveis, bem como a gestão dos clientes internos da instituição (equipe de professores, produtores de mídia, tutores, etc.). Em sua pesquisa, o autor apresenta modelos de cursos à distância para situações diferenciadas, em especial para a educação profissional e tecnológica e o ensino de engenharia. Os autores concluíram que as soluções descritas em seu trabalho, não dão conta de todas as necessidades envolvidas na oferta de cursos na modalidade EaD. Os mesmos dizem que as soluções devem ser construídas caso a caso e que o órgão responsável pela EaD na instituição deve ter como característica o fornecimento de soluções flexíveis e customizadas para a instituição, equacionando de maneira precisa a relação custo-benefício, sem perder o foco das questões pedagógicas.

Para Nascimento (2013), o processo de institucionalização da EaD, nas instituições de Ensino Superior, encontra-se numa fase de desenvolvimento, considerando as sinalizações dos órgãos e agentes que fomentam e mantêm o financiamento das políticas e que traçam diretrizes para o regime de funcionamento e oferta dos cursos na modalidade.

Em Pimentel (2006), a autora, pesquisou sobre a forma como as universidades têm implementado a modalidade a distância na educação superior. A autora realizou um mapeamento descritivo das políticas públicas em educação a distância por meio de um estudo comparativo entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade Aberta de Portugal. Para a autora, o desenvolvimento da modalidade a distância na educação superior depende das políticas públicas de governo como garantia de sucesso; entretanto, a falta de políticas internas nas instituições de ensino superior, para a sua implementação, constitui o grande entrave para sua efetivação. Sendo assim, caberá a cada instituição definir como e quando oferecer EAD.

Sá (2013), em seu trabalho, buscou analisar modelos de gestão de EaD em universidades públicas brasileiras objetivando mapear as instituições que iniciaram a oferta de cursos pela UAB, identificar seus tipos e modelos de gestão e analisar limites e possibilidades de gestão nessa modalidade. A autora caracterizou a gestão das instituições pesquisadas, fez o levantamento de especificidades de gestão de cada instituição no contexto da EaD e sugeriu possíveis modelos de gestão considerando limites e possibilidades que as instituições se deparam no trabalho com a EaD. Em suas conclusões, a autora refere que para um gestor em EaD criar condições para a realização de um bom programa de formação a distância, deve planejar e organizar adequadamente todo o sistema de funcionamento das etapas e, também, deve dirigir/coordenar e controlar todos os fatores envolvidos no fluxo das atividades dos cursos de EaD. Enfim, precisa gerir o seu dinâmico e complexo processo de formação.

Em Moreira et. al. (2010), os autores apresentaram uma reflexão sobre a importância de uma gestão no ensino à distância apresentando aspectos gerenciais essenciais à implementação de um curso superior nesta modalidade. Neste trabalho, autores concluíram que para se implantar a EaD em uma instituição, além de se considerar a relação custo e benefício, o enfoque pedagógico e o conteúdo aplicado, deve-se buscar implementar também um plano de gestão a fim de garantir efetivamente o pleno desenvolvimento das atividades do curso, oferecendo condições e serviços adequados e suficientes para atender o seu público alvo, suas expectativas, demandas e necessidades.

Mill (2002) analisa a prática da gestão educacional na EaD, buscando melhor compreensão das particularidades e origens da gestão em EaD. Baseando-se em experiências de gestão, o autor faz uma reflexão para compreender as dificuldades e as estratégias de um gestor educacional no âmbito dessa modalidade. Com base nas noções de planejamento, organização, direção e controle da gestão empresarial, o texto estabelece alguns elementos essenciais ao gestor de sistemas de EaD. Em seus resultados, o autor traz uma breve caracterização das instâncias mantenedoras para a área de EaD, busca contribuições da gestão empresarial, levanta algumas especificidades dos sistemas de gestão no contexto educacional, busca orientações para a configuração de possíveis modelos de gestão e destaca alguns desafios e dificuldades enfrentadas pelos gestores de EaD em seu cotidiano de trabalho. Mill (2010) ao tratar da gestão em EaD ressalta que, no caso brasileiro, a EaD desenvolveu-se no interior das

universidades convencionais, ou seja, havia uma estrutura montada para o ensino presencial e a EaD foi inserida nas instituições. Dessa forma, lembra a importância da atuação do gestor, pois essa adição posterior pode resultar numa subordinação da EaD ao presencial e conseqüentemente uma subordinação dessa gestão, que no interior das instituições muitas vezes são concebidas com os mesmos pressupostos subjacentes à modalidade presencial.

Em Tavares (2012), a autora apresenta uma análise de como estão os aspectos da gestão dos cursos, na modalidade a distância, no Brasil, com enfoque no gestor em EaD. Segundo a autora, pode-se destacar que a EAD tem um papel social e sua expansão é promissora e que ainda existem poucos trabalhos publicados sobre sua implantação e gestão. Em suas conclusões, a autora reforça a necessidade da formação contínua para o gestor de EaD, por ser uma função recente e que ainda está sendo definida, sendo necessário que ele apresente conhecimentos administrativos, bem como um bom currículo acadêmico.

Santos (2009) aborda a formação e gestão de três cursos de graduação a distância na UFRGS, tendo como referencial Fayol e Drucker. A autora destaca que o envolvimento do gestor é fundamental para o bom desempenho dos cursos e constitui fator decisivo para seu maior êxito e acerto. Segundo a autora, quanto maior o grau de envolvimento dos gestores com os cursos, maiores são suas chances de buscar soluções mais elaboradas e identificar os erros ocorridos para serem corrigidos. A dedicação e a disposição dos participantes em acertar, é algo a mais, não se aprende a esmo, vem da própria motivação da equipe.

Garbin (2010) demonstrou o processo de gestão da tecnologia e dos processos de ensino que auxiliam o desenvolvimento de atividades de um curso de graduação à distância oferecido por uma universidade pública. Foram apresentados os modelos do processo de gestão acadêmico/administrativos e tecnológica, e realizada uma discussão sobre a complexidade da dinâmica da gestão. Em suas discussões, a autora refere que no processo de gestão da EaD é necessária a definição de papéis de todos os atores envolvidos, e esta não está relacionado simplesmente às funções designadas, pois, segundo a autora, o mais relevante é a definição dos processos e fluxos para que os objetivos definidos sejam alcançados, referindo ainda que a capacitação de todos os atores deve ser considerada como objetivo estratégico, tendo como princípio a qualidade do ensino.

E por fim, buscando por informações nas leis que regem a EaD no Brasil, não foi possível identificar parâmetros de gestão de EaD nos quais as instituições que desejam ofertar cursos nesta modalidade possam se basear. Isto pode ser observado no artigo 3º do decreto 5.622/2005 (BRASIL, 2005) no Capítulo I, pois no mesmo não há indicação de como as instituições devem se organizar e também não existe referência a nenhum modelo de gestão específico para implantação da EaD, ficando claro somente a relação dos cursos a distância com os cursos presenciais no que diz respeito a duração e suas similaridades. O artigo 3º diz o seguinte:

Art. 3o A criação, organização, oferta e desenvolvimento de cursos e programas a distância deverão observar ao estabelecido na legislação e em regulamentações em vigor, para os respectivos níveis e modalidades da educação nacional.

§ 1o Os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

§ 2o Os cursos e programas a distância poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas a distância poderão ser aceitas em outros cursos e programas a distância e em cursos e programas presenciais, conforme a legislação em vigor.

Dessa forma, os elementos encontrados na revisão de literatura, relacionados à minha trajetória e motivações, auxilia na delimitação e construção do problema, questões e objetivos da pesquisa, os quais são apresentados a seguir.

### ***2.3 Problema, Questões e Objetivos***

A tese parte do seguinte problema de pesquisa **Como a EaD está se constituindo no IFRS, considerando os documentos e a perspectiva dos diferentes atores (gestores de ensino da reitoria, gestores dos diversos campi e dos docentes)?**

Desse problema derivam as questões:

- O que dizem os documentos?
- Qual a concepção de EaD na perspectiva dos diferentes atores?
- Quais os saberes, os atores acreditam ser necessários, para atuar em EaD?

- Qual a visão dos atores sobre o processo de institucionalização?
- Como está ocorrendo a capacitação para atuação na modalidade EaD?

O objetivo principal desta tese consiste em compreender como está se constituindo a EaD no IFRS<sup>6</sup>, analisando o processo de institucionalização desta modalidade, buscando entender sua dinâmica, seus limites e possibilidades. Para tal temos os seguintes objetivos específicos:

- Apontar as políticas públicas relacionadas ao uso da EaD e verificar em que medida as diretrizes políticas se concretizam nas ações de EaD no âmbito do IFRS.
- Demonstrar a concepção de EaD dos diferentes atores que atuam nessa modalidade no contexto do IFRS.
- Identificar quais os saberes que esses diferentes atores acreditam ser necessários para atuar em EaD.
- Descrever como esses diferentes atores percebem o processo de institucionalização.
- Investigar como está ocorrendo a capacitação para atuação na modalidade EaD.

Com isso espero poder contribuir para o debate sobre o uso da modalidade educação a distância no IFRS; contribuir com o IFRS com vistas ao aperfeiçoamento da EaD no âmbito de sua comunidade; poder analisar “os modelos” de EaD no IFRS, bem como ampliar o conceito de EaD.

A seguir apresento a Rede Federal de Educação Profissional, bem como os Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia, a fim de melhor contextualizar a instituição na qual a pesquisa se desenvolve.

---

<sup>6</sup> Para essa pesquisa foi considerado o período de 2009 a 2013, pois é o período de vigência do primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRS e também foi quando aconteceram a oferta das primeiras turmas de EaD pelo programa e-Tec Brasil.

### 3 A Rede Federal de Educação Profissional

Segundo Pacheco (2011),

A denominação de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem sido utilizada como referência a um conjunto de instituições federais, vinculadas ao MEC, voltadas para a educação profissional e tecnológica em nível médio e superior.

Na legislação vigente, o termo “rede” associado à educação profissional, até então, aparecia somente no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, no item 7, Educação Tecnológica e Formação Profissional, como: rede federal de escolas técnicas; rede de escolas federais de nível técnico e tecnológico; rede de educação técnica federal; rede de instituições de educação profissional; rede de educação profissional; e rede de escolas agrotécnicas. (p.56)

Segundo o mesmo autor, a Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que institui o sistema nacional de educação tecnológica, não faz menção ao termo “Educação Tecnológica”, mas o mesmo pode ser visto no § 5º do artigo 1º Decreto 5.840/2006, o qual institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), onde cita a rede de instituições federais de educação profissional. Após este decreto, mais dois decretos fazem referência a uma rede federal. No primeiro, o Decreto nº 6.095/2007, onde na sua ementa lê-se Rede Federal de Educação Tecnológica e no segundo, Decreto nº 6.320/2007, que aprova a estrutura regimental do MEC, na denominação da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. (PACHECO, 2011, p.56).

Em uma perspectiva histórica, a Rede Federal de Educação Profissional, foi assim se constituindo: (BRASIL, 2010; BRASIL, 2014; TAVARES, 2012; NASCIMENTO, 2012)

- Em 1909 o presidente Nilo Peçanha assina o Decreto 7.566 em 23 de setembro, criando inicialmente 19 “Escolas de Aprendizes Artífices” subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. A justificativa para a criação deste conjunto de escolas baseava-se na necessidade de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência.
- Entre 1930 a 1945 é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública que passa a supervisionar as Escolas de Aprendizes e Artífices, através

da Inspeção do Ensino Profissional Técnico. É promulgada a nova Constituição Brasileira que trata pela primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial e as Escolas de Aprendizes são transformadas em Liceus Industriais, através da Lei 378. Em 1942, através do Decreto 4.127, os Liceus Industriais são transformados em Escolas Industriais e Técnicas. Neste período a economia brasileira altera definitivamente o seu eixo, deslocando-se da atividade agroexportadora para a industrial e assim a educação profissional e tecnológica, por meio dessas escolas, desempenha papel relevante no enfrentamento aos desafios surgidos ao longo do processo de desenvolvimento econômico do país.

- Entre os anos de 1956 a 1961, o governo de Juscelino Kubitschek marca o aprofundamento da relação entre Estado e economia. O objetivo é formar profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país. Em 1959 iniciou-se o processo de transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias. As instituições ganham autonomia didática e de gestão e passam a ser denominadas Escolas Técnicas Federais. Em 1961, o ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico com a promulgação da Lei 4.024 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O período é marcado por profundas mudanças na política de educação profissional.
- O período de 1964 a 1985 é caracterizado pela modernização da estrutura produtiva à custa do endividamento externo. Em 1971, surge o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (PNDE). O I PNDE contém programas específicos e entre eles podemos citar a implantação de Corredores de Transportes, o Programa Petroquímico e o Programa de Comunicações, o que encaminha para a implantação de cursos técnicos em áreas afins. Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) transforma todo currículo do segundo grau em técnico-profissional, reflexo desse momento histórico. Em 1978, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Essa mudança confere àquelas instituições atribuição de atuar em nível mais elevado da formação, exigência já presente em função do padrão de

produção. Os anos de 1980 caracterizam-se por uma nova configuração da economia mundial, reconhecida como globalização – processo que vem acoplado à intensificação da aplicação das telecomunicações, da microeletrônica e da informática.

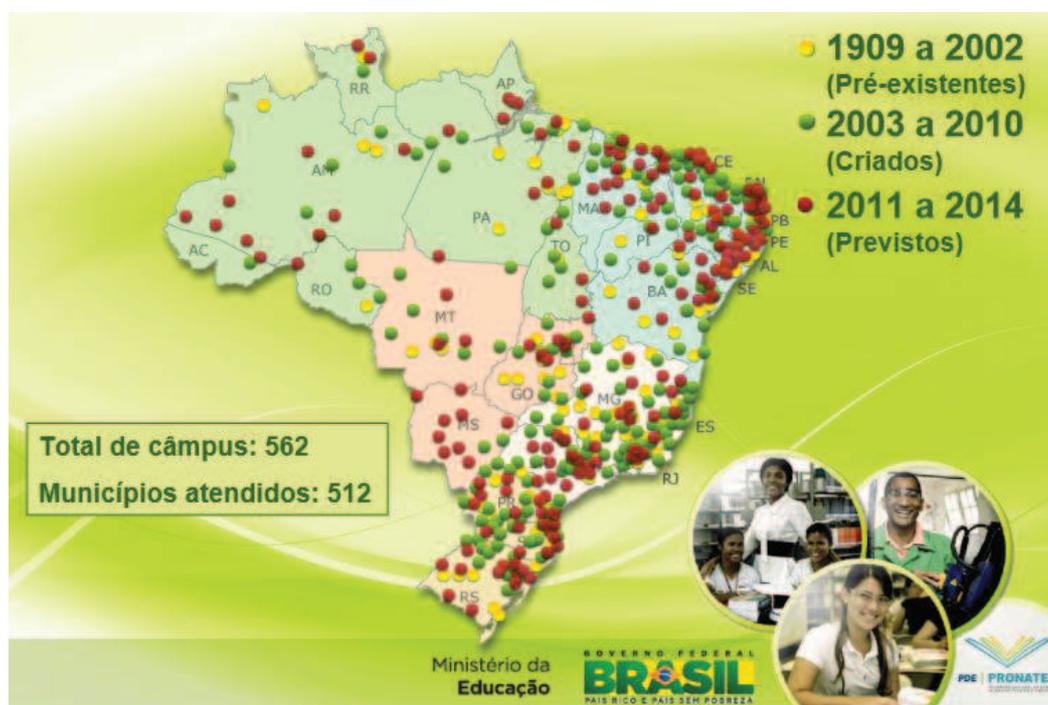
- No período de 1994 a 2004 a Lei Federal nº 8.984<sup>7</sup> institui no país o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Essa medida anuncia a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) e abre caminho para que as Escolas Agrotécnicas Federais sejam integradas a esse processo.. Em 1996, em 20 de novembro, a Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB) dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo próprio. Logo em seguida, em 1997, o Decreto nº 2.208 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep). Em 1999, ocorre efetivamente a implantação de novos Cefets. No ano de 2003, são editadas novas medidas para a educação profissional e tecnológica. Há a substituição do Decreto nº 2.208 pelo Decreto nº 5.154<sup>8</sup>, que elimina as amarras estabelecidas por aquele, que se traduziam numa série de restrições na organização curricular e pedagógica e na oferta dos cursos técnicos. Em 2004, a rede federal de educação tecnológica (Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas Federais, Escola Técnica Federal de Palmas/TO e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais) ganha autonomia para a criação e implantação de cursos em todos os níveis da educação profissional e tecnológica. O Decreto 5.154 permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.
- Entre 2005 e 2008, institui-se, pela Lei 11.195, que a expansão da oferta da educação profissional preferencialmente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais. Neste ano é lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal. O Cefet Paraná passa a ser Universidade

---

<sup>7</sup> Disponível em: [http://noticias.cefet-rj.br/wp-content/uploads/2010/02/20100223-lei\\_8948.pdf](http://noticias.cefet-rj.br/wp-content/uploads/2010/02/20100223-lei_8948.pdf)

<sup>8</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)

Tecnológica Federal do Paraná. Em 2006, o Decreto nº 5.773 trata sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Ainda neste ano, é instituído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos e é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Já em 2007, é lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal e o Decreto nº 6.302 institui o Programa Brasil Profissionalizado. Neste mesmo ano é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Em 2008, ocorre a articulação para criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Sendo que a mesma ocorre oficialmente pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, reconhecida no âmbito do sistema federal de ensino, como Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação.



**Figura 1** – Mapa do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional  
Fonte: Brasil (2014)

Considerando, portanto, o crescimento expressivo do número de instituições federais de educação profissional e tecnológica, as novas possibilidades de atuação e as

propostas político-pedagógicas que surgem desse processo, em que o caráter social é preponderante, a necessidade de uma nova institucionalidade emerge, surgem então os IFs, os quais serão apresentados a seguir.

### **3.1 Os Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia**

Os IFs foram criados oficialmente pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008<sup>9</sup>, no âmbito do sistema federal de ensino, como Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação.

Segundo a Lei nº. 11.892, no seu art. 2º,

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimento técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008)

Segundo Pacheco (2011), os IFs possuem uma natureza diferenciada uma vez que não é comum no sistema educacional brasileiro atribuir a uma única instituição a atuação em mais de um nível de ensino. Para o autor, essa diversidade não pode ser confundida com dispersão, pois, os cursos oferecidos por estas instituições não pertencem a um conjunto aleatório de cursos. O autor destaca que o objetivo primeiro dos IFs é a profissionalização e, por essa razão, sua proposta pedagógica tem sua organização fundada na compreensão do trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua forma histórica, como forma de produção. Isto pode ser visto na Lei Lei nº. 11.892, no seu art. 6º, onde são apresentadas as finalidades e características dos IFs:

#### Seção II

##### Das Finalidades e Características dos Institutos Federais

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

<sup>9</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

(BRASIL, 2008)

Segundo o documento (BRASIL,2010), os novos IFs atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador; e articularão, em experiência institucional inovadora, todos os princípios formuladores do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

A implantação dos Institutos Federais, desde os primeiros registros e debates, sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica em curso. Isso significa que, para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passamos necessariamente pela expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; pelas medidas que, em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de educação a distância (EAD); pela política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal com a formação de mais mestres e doutores; e pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade, item em que se inclui o Programa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). (BRASI, 2010, p.6)

Isto pode ser visto no art. 7º, da Lei nº. 11.892

### Seção III

#### Dos Objetivos dos Institutos Federais

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Nas citações acima, identifica-se que as ofertas de ensino e campos de atuação dessas instituições são pontualmente apresentadas, o que possibilita dizer que os IFs possuem a concepção de uma instituição que pode contribuir para o alcance de transformações sociais, reforçando que a abrangência de sua atuação estende-se a todos os setores econômicos e a todos os níveis de ensino, reafirmando seu papel frente ao desenvolvimento em suas diferentes dimensões: social, econômica e cultural.

Retomando a definição, que os IFs são instituições que articulam a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, podemos dizer que estes respondem à necessidade da institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública.

Neste sentido, de acordo com Brasil (2010), enquanto política pública, eles assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação destas políticas para a região onde estão inseridos, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais.

Neste contexto, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia representa a materialização do projeto de expansão, que em sua segunda fase, iniciada em 2007, tinha como previsão a implantação de 150 novas unidades de ensino, totalizando a criação de 180 mil vagas ofertadas na educação profissional e

tecnológica. Projetando uma rede federal de educação tecnológica para 500 mil matrículas até 2010.

A rede é constituída por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e de Minas Gerais e por 24 Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais.

Conforme MEC (2013), atualmente são 354 unidades e mais de 400 mil vagas em todo o país. Com outras 208 novas escolas previstas para serem entregues até o final de 2014 serão 562 unidades que, em pleno funcionamento, gerarão 600 mil vagas.

Neste contexto, para Pacheco (2011), a implantação dos IFs está relacionada ao conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica o que leva a essas instituições, a passar por algumas etapas, tais como:

- expansão da rede federal;
- medidas que, em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de educação a distância (EaD);
- política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal, com a formação de mais mestres e doutores;
- defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade, item em que se inclui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Enfim, os IFs fundamentam-se em uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território e, como consequência desta criação, vieram, através do Plano Nacional de Educação (PNE), como poderá ser visto mais adiante, as metas onde a EaD é mencionada diretamente e como consequência vincula a mesma aos IFs enquanto no cumprimento de tais metas.

No capítulo a seguir é apresentado o referencial teórico que subsidia o desenvolvimento dessa tese.

## **4 Fundamentação Teórica**

### **4.1 Educação a Distância no Brasil**

Antes de apresentarmos a EaD enquanto política pública, sua relação com o PNE através de suas metas, bem como a EaD no âmbito do IFs, apresentaremos um breve histórico, em nível de Brasil, dessa modalidade de educação.

#### **4.1.1 Histórico**

A EaD, segundo as pesquisas realizadas, não é tão nova como aparenta. No Brasil, segundo Carlini e Tarcia (2010), é possível identificar diferentes ciclos, em sua maior parte relacionados com o desenvolvimento e com a utilização das mídias e de suas diferentes linguagens, assim como dos recursos tecnológicos adotados nessa modalidade de educação.

Segundo Alves (2010), os registros da criação da EaD no Brasil são imprecisos. Para o autor tem-se como marco histórico a implantação das "Escolas Internacionais" em 1904, representando organizações norte-americanas. Para Alves (2009, p.9), a trajetória da EaD no Brasil é marcada por avanços e retrocessos, e ainda, alguns momentos de estagnação, provocados principalmente pela ausência de políticas públicas para o setor. De acordo com mesmo autor, existem registros que colocam o Brasil entre os principais do mundo no que se referia à EaD até os anos de 1970. Depois dessa época o Brasil estagnou e outras nações avançaram e, somente mais tarde, é que as ações voltaram a gerar desenvolvimento considerável nesta modalidade educacional.

Pesquisas mostram que já antes de 1900 existiam anúncios em jornais de circulação no Rio de Janeiro, como o Jornal do Brasil, que ofereciam cursos profissionalizantes por correspondência. Eram cursos de datilografia ministrados por professoras particulares e não por Instituições, mas tratava-se de iniciativas isoladas. Para Carlini e Tarcia (2010), a primeira iniciativa de educação a distância no Brasil foi a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro por Roquette-Pinto, na década de 1920. Para Guarezi (2009), a fundação do Instituto Universal, que apesar de ter sido fundado em 1941, também é considerado como uma das primeiras experiências em EaD no Brasil, utilizando basicamente material impresso (GUAREZI, 2009).

Torres et al. (2010, p.38) apontam que embora os primeiros registros legais para a EaD datam da década de 1940, até a primeira metade da 1990, a EaD era utilizada principalmente para cursos livres por correspondência.

No entanto, é bem provável que as primeiras experiências em Educação a Distância no Brasil tenham ficado sem registro, sendo assim, cabe destacar, conforme Alves (2011, p.5-8), alguns acontecimentos que marcaram a história da Educação a Distância no Brasil:

- 1904 – o Jornal do Brasil registra, na primeira edição da seção de classificados, anúncio que oferecia profissionalização por correspondência para datilógrafo;
- 1923 – um grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que oferecia curso de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. Tinha início assim a EaD pelo rádio brasileiro;
- 1934 – Edgard Roquette-Pinto instalou a Rádio-Escola Municipal no Rio, projeto para a então Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal. Os estudantes tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas, e também era utilizada correspondência para contato com estudantes;
- 1939 – surgimento, em São Paulo, do Instituto Monitor, o primeiro instituto brasileiro a oferecer sistematicamente cursos profissionalizantes a distância por correspondência, na época ainda com o nome Instituto Rádio-Técnico Monitor;
- 1941 – surge o Instituto Universal Brasileiro, segundo instituto brasileiro a oferecer também cursos profissionalizantes sistematicamente. Fundado por um ex-sócio do Instituto Monitor, já formou mais de 4 milhões de pessoas e hoje possui cerca de 200 mil alunos; juntaram-se ao Instituto Monitor e ao Instituto Universal Brasileiro outras organizações similares, que foram responsáveis pelo atendimento de milhões de alunos em cursos abertos de iniciação profissionalizante a distância. Algumas dessas instituições atuam até hoje. Ainda no ano de 1941, surge a primeira Universidade do Ar, que durou até 1944;
- 1947 – surge a nova Universidade do Ar, patrocinada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas. O objetivo era oferecer cursos comerciais radiofônicos. Os estudantes estudavam nas apostilas e corrigiam exercícios com o auxílio dos monitores. A experiência durou até 1961, entretanto a experiência do SENAC com a EaD continua até hoje;
- 1959 – a Diocese de Natal, Rio Grande do Norte, cria algumas escolas radiofônicas, dando origem ao Movimento de Educação de Base (MEB), marco na EaD não formal no Brasil. O MEB, envolvendo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Governo Federal utilizou-se inicialmente de um sistema rádio-educativo para a democratização do acesso à educação, promovendo o letramento de jovens e adultos;
- 1962 – é fundada, em São Paulo, a Ocidental School, de origem americana, focada no campo da eletrônica;
- 1967 – o Instituto Brasileiro de Administração Municipal inicia suas atividades na área de educação pública, utilizando-se de metodologia de ensino por correspondência. Ainda neste ano, a Fundação Padre Landell de Moura criou seu núcleo de EaD, com metodologia de ensino por correspondência e via rádio;
- 1970 – surge o Projeto Minerva, um convênio entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta, cuja meta era a utilização do rádio para a educação e a inclusão social de adultos. O projeto foi mantido até o início da década de 1980;
- 1974 – surge o Instituto Padre Reus e na TV Ceará começam os cursos das antigas 5ª à 8ª séries (atuais 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), com material televisivo, impresso e monitores;

- 1976 – é criado o Sistema Nacional de Teleducação, com cursos através de material instrucional;
- 1979 – a Universidade de Brasília, pioneira no uso da EaD, no ensino superior no Brasil, cria cursos veiculados por jornais e revistas, que em 1989 é transformado no Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD) e lançado o Brasil EaD;
- 1981 – é fundado o Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER) do Colégio Anglo-Americano que oferecia Ensino Fundamental e Médio a distância. O objetivo do CIER é permitir que crianças, cujas famílias mudem-se temporariamente para o exterior, continuem a estudar pelo sistema educacional brasileiro;
- 1983 – o SENAC desenvolveu uma série de programas radiofônicos sobre orientação profissional na área de comércio e serviços, denominada “Abrindo Caminhos”;
- 1991 – o programa “Jornal da Educação – Edição do Professor”, concebido e produzido pela Fundação Roquete-Pinto tem início e em 1995 com o nome “Um salto para o Futuro”, foi incorporado à TV Escola (canal educativo da Secretaria de EaD do Ministério da Educação) tornando-se um marco na EaD nacional. É um programa para a formação continuada e aperfeiçoamento de professores, principalmente do Ensino Fundamental e estudantes dos cursos de magistério. Atinge por ano mais de 250 mil docentes em todo o país;
- 1992 – é criada a Universidade Aberta de Brasília, ação fundamental para a consolidação e ampliação da modalidade de EaD no Brasil;
- 1995 – é criado o Centro Nacional de Educação a Distância e nesse mesmo ano também a Secretaria Municipal de Educação cria a MultiRio (RJ) que ministra cursos do 6º ao 9º ano, através de programas televisivos e material impresso. Ainda em 1995, foi criado o Programa TV Escola;
- 1996 – é criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Ministério da Educação, dentro de uma política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira. É neste ano também que a EaD surge oficialmente no Brasil, sendo as bases legais para essa modalidade de educação, estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, embora somente regulamentada em 20 de dezembro de 2005 pelo Decreto nº 5.622 que revogou os Decretos nº 2.494 de 10/02/98, e nº 2.561 de 27/04/98, com normatização definida na Portaria Ministerial nº 4.361 de 2004;
- 2000 – é formada a UniRede, Rede de Educação Superior a Distância, consórcio que reúne atualmente 70 instituições públicas do Brasil comprometidas na democratização do acesso à educação de qualidade, por meio da Educação a Distância, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Nesse ano, também nasce o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), com a assinatura de um documento que inaugurava a parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, as universidades públicas e as prefeituras do Estado do Rio de Janeiro;
- 2002 – o Cederj é incorporado a Fundação Centro de Ciências de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ);
- 2004 – vários programas para a formação inicial e continuada de professores da rede pública, por meio da EAD, foram implantados pelo MEC. Entre eles o Pró-letramento e o Mídias na Educação. Estas ações levaram a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil;
- 2005 – é criada a Universidade Aberta do Brasil, uma parceria entre o MEC, estados e municípios; integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância;
- 2006 – entra em vigor o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais

no sistema federal de ensino, incluindo os da modalidade a distância (BRASIL, 2006);

- 2007 – entra em vigor o Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, que altera dispositivos do Decreto nº 5.622 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- 2008 – em São Paulo, uma Lei permite o ensino médio a distância, onde até 20% da carga horária poderá ser não presencial;
- 2009 – entra em vigor a Portaria nº 10, de 02 julho de 2009, que fixa critérios para a dispensa de avaliação in loco e deu outras providências para a Educação a Distância no Ensino Superior no Brasil (BRASIL, 2009);
- 2011 – A Secretaria de Educação a Distância é extinta.

Como é possível observar, a história da EaD no Brasil, passa por várias “etapas”, mas a legislação educacional brasileira oficializou e deu abertura realmente a esta modalidade de educação a partir da Constituição Brasileira de 1988, em especial por meio do inciso II do artigo 206, que estabeleceu o princípio brasileiro de que, aqui se tem “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar o pensamento, a arte e o saber”.

Dentro deste contexto histórico, acredita-se ser interessante destacar que a EaD, enquanto modalidade educacional, foi oficialmente regulamentada em 2005, através do Decreto 5.622, onde no mesmo se lê:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Sendo assim, através do mesmo decreto, podemos identificar os níveis e modalidades nas quais a EaD pode ser ofertada:

Art. 2º A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

- I - educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;
- II - educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- III - educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;
- IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:
  - a) técnicos, de nível médio; e
  - b) tecnológicos, de nível superior;
- V - educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:
  - a) seqüenciais;
  - b) de graduação;
  - c) de especialização;
  - d) de mestrado; e
  - e) de doutorado.

O histórico apresentado é perpassado por políticas públicas vinculadas a EaD, temática a ser discutida a seguir.

#### 4.1.2 Educação a Distância e as Políticas Públicas no Brasil

Pelo histórico apresentado acima, é possível observar que nos últimos anos houve um esforço do Poder Público incentivando o desenvolvimento de programas na área educacional e muito especificamente na EaD. Acredita-se que estas questões dependem de decisões políticas e de políticas públicas.

Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. (RUA, 2013, p.1)

Na tentativa de se construir um Brasil menos desigual e excludente, muitos programas de governo foram criados com o propósito de ampliar o acesso à educação em todos os níveis.

Segundo Orth (2012), o Brasil vem demonstrando o interesse e a necessidade de ampliar o acesso ao ensino tanto na modalidade presencial quanto a distância. Para a autora, a análise das políticas públicas e de números relativos ao ensino brasileiro indica que a demanda reprimida de vagas pode ser atendida em parte com cursos de EaD.

Castro (2005) observa que:

A educação a distância vem adquirindo reconhecimento como uma modalidade de educação apropriada para o alcance de metas de políticas públicas, especialmente em países como o Brasil, onde há grande dispersão geográfica dos alunos (p.1).

Para Orth (2012), a EaD apresenta-se deste modo, como uma alternativa para inclusão de cidadãos em regiões mais afastadas e como possibilidade de estudo para cidadão com dificuldades de estudar nos horários padrões das aulas de ensino presencial.

Neste contexto, para Falcone (2008):

A expansão da educação a distância é parte da política de Estado, inspirada nas recomendações dos órgãos de fomento, advindas do relatório feito para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), de autoria da Comissão Internacional da Educação, coordenada por Delors (2006) sobre a educação para o século XXI (p. 7).

Orth (2012) apresenta uma análise das políticas públicas relacionadas a EaD dividindo-as em ciclos conforme apresentado a seguir:

...

**a) Experiências pioneiras de Educação a Distância**

Esse ciclo vai desde a aprovação da Lei de diretrizes e Bases da Educação brasileira (LDB) nº 9.394/96 até o ano de 2000 e é marcado pela adoção da EAD pelas Universidades ...mais especificamente por meio do artigo, 32, 37, 47, 80, 81 e 87 que depois foram regulamentados por meio de legislação complementar.

Mas mesmo antes dessa legislação podemos encontrar cursos de formação inicial e continuada de professores em serviço na modalidade a distância, em diferentes IES que, em parceria com estados e municípios buscam dar conta do Art. 87, inciso IV, § 4º da LDB, a exemplo do curso de formação de professores a distância oferecido pela UFMT, desde 1995, mas que só foi credenciado em 2000.

...

De Freitas (2002), em seu artigo sobre formação de professores no Brasil enumera uma dezena de outras ações educacionais que, enquanto políticas públicas, interferiram se forma decisiva na promoção da educação do país. Vale destacar ainda os programas de formação inicial e continuada de professores como o Proformação, desenvolvido sob o auspício do MEC, o PEC – Programa de Formação Universitária da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, em convênio com a USP, UNESP E PUC - SP, o Projeto Veredas – Formação Superior de Professores, desenvolvido pelo Estado de Minas Gerais em parceria com várias universidades e instituições de ensino superior daquele estado, o Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares (Progestão), desenvolvido pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED), em parceria com vários estados, entre tantos outros.

E com toda essa proliferação de programas de formação continuada de professores, a Câmara de Ensino Superior (CES), do Conselho Nacional de Educação emitiu em 1998, o Parecer nº 908/98, com o objetivo de deixar claras as condições em que os certificados emitidos pelas instituições formadoras poderiam ter validade.

No mesmo ano, o governo federal passou a normatizar o artigo 63, 80 e 81 da LDB. O art. 80 da LDB 9.394/96 foi regulamentado inicialmente, por meio do Decreto nº. 2.494, de 10/04/1998, cujos artigos 11 e 12 foram alterados pelo Decreto nº. 2.561, de 27/04/1998.

Esses decretos, por sua vez, foram normatizados por meio da Portaria do MEC nº. 301, de 07/04/1998, que estabeleceu alguns critérios para o credenciamento de instituições superiores que quisessem oferecer ensino/educação na modalidade a distância.

O artigo 63 da LDB foi normatizado com base na recomendação do Banco Mundial de 1995, intitulada “La enseñanza superior: las liciones derivadas de la experiencia”. O Brasil aderiu a essa recomendação por meio do Parecer do CNE/CES nº 115/99, do Parecer do CNE/CES nº 970/99, bem como por meio do Decreto nº 3.276/99 e do Decreto nº3.550/00 que alterou o termo “exclusivamente” por “preferencialmente”, e que, depois foi modificado pela Deliberação do CNE/CP, por meio da Resolução nº 133/01.

...

**b) Crescimento desenfreado da Educação a distância**

Com base nas normas estabelecidas no final da década de 90, várias Instituições Superiores de Ensino passaram a ofertar cursos e disciplinas na modalidade a Distância. Além disso, em 2001, por meio da Portaria n. 2.253, de 18/10/2001<sup>10</sup>, revogada pela Portaria nº. 4.059, de 10 de dezembro de

<sup>10</sup> Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/167>

2004<sup>11</sup>, o governo federal regulamentou o artigo nº 81 da LDB 9.394/96, permitindo assim a organização de disciplinas, cursos e instituições de ensino experimentais na modalidade a distância, desde que obedecidas as disposições legais da área.

Com base nessa legislação, muitas Instituições de Ensino Superior, neste segundo ciclo, passaram a dar ênfase na oferta de disciplinas na modalidade semipresencial e ou a distância, em seus cursos presenciais, como o facultava o artigo 81 da LDB nº 9.394/96, a Portaria nº 2.253/01 e a Portaria nº 4.059/04. No que diz respeito à inclusão de disciplinas não presenciais em cursos superiores reconhecidos com base no artigo 81 da LDB, ficou estabelecido que essas disciplinas não podem ultrapassar o percentual de 20% da carga total dos cursos. Aliás, a Portaria nº 4.059/04 continua válida, mesmo depois da edição dos Decretos 5.622/05<sup>12</sup>, 5.773/06<sup>13</sup> e 6.303/07<sup>14</sup>, que priorizaram a regulamentação do artigo 80 da LDB e o artigo 32 do Decreto nº. 5.622/05, ao se referir ao artigo 81 da LDB, reforça o que a própria LDB já dizia sobre o tema.

No final da década de 90 e início da década de 2000 temos ainda a publicação da Resolução nº 2/99 do CNE<sup>15</sup> que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais e três anos depois a Resolução nº 01/02 do CNE<sup>16</sup> que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, cursos de licenciatura, graduação plena.

E no intuito de aprimorar a legislação complementar que sustenta e dá base às políticas públicas de EaD, o MEC instituiu em 2003, por meio da Portaria nº 1.403 o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores de Educação Básica<sup>17</sup>.

...

### **c) Regulamentação da Educação a distância**

Com esse crescimento desenfreado da Educação a Distância no país, muitos educadores, pesquisadores, políticos e gestores, começaram a discutir normas mais rígidas para a oferta de disciplinas e cursos de Graduação e pós-graduação na modalidade a distância, conscientes da importância da mesma para desencadear os processos de ensino e aprendizagem na modalidade a distância. Uma das primeiras ações nesse sentido foi a Portaria Ministerial nº 4.361 de 2004 que alterou a Portaria do MEC nº 301/98 e estabeleceu novos critérios para o credenciamento de instituições superiores na oferta de educação superior na modalidade a distância. Neste mesmo ano é editada ainda a Portaria nº. 4.059/04, que regulamentou em outras bases o art.81 da LDB nº 9.394/96.

Em 2005 é editado o Decreto presidencial nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que revogou o Decreto nº. 2.494/98 e o Decreto nº. 2.564/98 e regulamentou o art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em uma nova base.

O Decreto nº. 6.303, de 12 de dezembro de 2007 modificou os artigos 10, 12, 14, 15 e 25 do Decreto nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, e os artigos 5º, 10, 17, 19, 24, 25, 34, 35, 36, 42, 44, 59, 60, 61 e 68 do Decreto nº. 5.773, de 09 de maio de 2006, bem como revogou o artigo 34 do Decreto 5.622/05 e os parágrafos 1º e 2º do art. 59 do Decreto nº. 5.773/06.

...

Entre essas políticas públicas gostaríamos de lembrar ainda o Programa Pró-Formação, dirigido à formação em nível médio de professores de 1ª a 4ª série do ensino fundamental; o Programa Pró-Infantil, criado em 20\05 e dirigido à

<sup>11</sup> Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/89>

<sup>12</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec\\_5622.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf)

<sup>13</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm)

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec6303.htm>

<sup>15</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_99.pdf)

<sup>16</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www.educacional.com.br/legislacao/diario.pdf>

formação em nível médio para os professores de educação infantil; o Pró-Letramento - um programa de formação continuada para professores das séries iniciais do ensino fundamental. Cursos de formação esses oferecidos pelo governo federal, na modalidade a distância em parceria com IES, Estados e Municípios. Além disso, em 2006, por meio do Decreto nº 5.800/06 o governo federal cria a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Em 2007, o presidente Lula lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que, reúne uma série de programas, alguns já em andamento e outros novos para dar visibilidade as ações governamentais na área e garantir o Desenvolvimento Educacional do país.

Entre os programas que constituem as ações do PDE gostaríamos de destacar ainda: a criação do FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica); a instituição do piso salarial nacional para o magistério; a reforma da educação superior; PROUNI; SISU; a ampliação da formação de professores por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB); a criação do PRODOCÊNCIA, projeto que apóia a formação do professor da Educação Básica, entre tantas outras.

Ainda em 2007 é criada a Lei nº 11.502, de 11/07/2007, que modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Capes. Assim a mesma também passa a “[...] induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o DF e exclusivamente mediante convênios com instituições de ensino superior, públicas ou privadas, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério, respeitada a liberdade acadêmica das instituições [...]” (LEI nº 11.502/07, art. 1º).

...

#### **d) Estabelecendo a regulação: Surgimento dos referenciais de qualidade**

Depois de todo esse conjunto de normas emanadas dos gestores da educação e também auxiliado pela publicação dos Referenciais de Qualidade para Cursos na modalidade a Distância pelo MEC a EAD entra em outro estágio no país. Quer por que com todas essas ações a EAD passou a ser o lócus a partir de onde as políticas públicas buscam garantir a formação de professores para a Educação Básica. Quer por que os gestores da Educação, os educadores e a população tem um conjunto de normas que sustentam e alimentam essas políticas públicas de formação de professores na modalidade a distância. Quer por que, a partir dessa legislação, as Instituições de Ensino Superior, bem como seus cursos na modalidade a distância passam a se reger segundo uma legislação que lhes confere legalidade.

Ou ainda, por que o MEC estabelece, depois de cinco anos de negociações os referenciais de qualidade da EAD do Brasil. Momento em que, também se criam, no âmbito da Nova CAPES, o Conselho Técnico - Científico da Educação Básica com a finalidade de orientar e subsidiar as políticas deste campo específico do saber.

Além disso, a parte da legislação que fala da autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e instituições superiores a distância, a partir do segundo semestre de 2009, também passou a estar sujeita à Portaria Normativa nº. 10, de 02 de julho de 2009, que fixa critérios para a dispensa de avaliações in loco, além de dar outras providências.

Ainda em 2009, por meio do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, foi instituída a Política Nacional de Formação de Professores do Magistério da Educação Básica. Esse Decreto, em seu art. 4º afirma que, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica cumprirá seus objetivos por meio da criação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, em regime de colaboração entre União, Estados, DF e municípios.

Nesse mesmo ano é lançada pelo MEC a Plataforma Freire, enquanto instrumento de gestão da oferta de cursos de formação inicial e continuada de professores da Educação Básica. E no final do segundo semestre de 2009 a Universidade Aberta do Brasil, criada no contexto dos Fóruns das Estatais em

Defesa da Educação, com foco na oferta de cursos a distância para as estatais como Banco do Brasil, Petrobrás, Caixa Econômica etc, se converte à formação de professores da Educação Básica, momento em que a SEED/MEC também é transferida para a Capes. (ORTH, 2012, p. 6-13)

Conforme podemos ver no texto acima, a autora, nos mostra em ciclos, as associações da legislação com os fatos que ocorreram ao longo do tempo, caracterizando a EaD como parte de uma política pública que vislumbra possibilitar a inclusão e desenvolvimento social através do ensino e da formação profissional a distância. É neste contexto que a EaD ganha forma, possibilitando a transposição de barreiras, entre elas a geográfica, e tendo como suporte o uso das TICs.

Para Guimarães (2007), avançar com políticas públicas de universalização e democratização da EaD concomitantemente a inserção das políticas de inserção das TICs nas escolas proporcionou vários debates acerca das possibilidades e limites da EaD nas diversas áreas de conhecimento. Pensar a EaD como uma prática social estruturante e transformadora, abrangendo os diversos níveis de ensino, discutindo a questão do financiamento e alocação dos recursos públicos é pensar numa política de EaD como uma política de Educação e Comunicação e conseqüentemente como uma política pública.

Apresentado o contexto da EaD e as Políticas Públicas, faz-se necessário, discutir a EaD no contexto do Plano Nacional de Educação, temática abordada a seguir.

#### **4.1.2.1 Educação a Distância e o Plano Nacional de Educação**

Em Brasil (2013), o Plano Nacional de Educação (PNE) está referido no Art. 214 da Constituição Federal de 1988, que determina a sua elaboração de acordo com os princípios fundamentais da educação brasileira: I) à erradicação do analfabetismo; (II) à universalização do atendimento escolar; (III) à melhoria da qualidade do ensino; (IV) à formação para o trabalho; e (V) à promoção humana, científica e tecnológica do país. Já a sua regulamentação foi determinada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996, que deixou à cargo da União, em colaboração com Estados e Municípios, a incumbência de organizar o PNE, que foi aprovado pela Lei nº 10.172, de 09/01/2001, com vigência decenal.

Segundo Gomes (2007) no momento da elaboração do PNE (2001-2010), o Ministério da Educação, quando tratava de EaD e ou tecnologias educacionais, voltava sua atenção para o “enriquecimento do instrumental pedagógico”, ou seja, para a disponibilização de recursos tecnológicos a serem aplicados aos processos de ensino e de aprendizagem no ensino fundamental, e para “atualização e aperfeiçoamento de professores” desse mesmo nível.

Ao introduzir novas concepções de tempo e espaço na educação, a educação a distância tem função estratégica: contribui para o surgimento de mudanças significativas na instituição escolar e influi nas decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos e pela sociedade civil na definição das prioridades educacionais. As possibilidades da educação a distância são particularmente relevantes quando analisamos o crescimento dos índices de conclusão do ensino fundamental e médio. Cursos a distância ou semipresenciais podem desempenhar um papel crucial na oferta de formação equivalente ao nível fundamental e médio para jovens e adultos insuficientemente escolarizados. O Ministério da Educação, nesse setor, tem dado prioridade à atualização e aperfeiçoamento de professores para o ensino fundamental e ao enriquecimento do instrumental pedagógico disponível para esse nível de ensino. UNESCO (2001, pag.107)

De acordo com o PNE 2001-2010<sup>18</sup> a EaD e as Tecnologias Educacionais são apresentadas e compreendidas como uma modalidade de ensino. Segundo Conae (2009), os objetivos e metas para EaD no PNE, dentre outros, são assim recomendados: o estabelecimento de prazos para a normatização dessa modalidade de ensino; o credenciamento das instituições educativas que irão ofertar cursos na modalidade; o estabelecimento de padrões de avaliação; o desenvolvimento de pesquisas na área; a formação de profissionais; e a garantia de que as escolas tenham acesso às tecnologias de informação e comunicação, por meio da instalação de laboratórios de informática e da formação de professores para trabalhar com informática educativa nas escolas de educação básica.

Desta forma, apresentaremos a seguir as metas nas quais a EaD foi referenciada.

---

<sup>18</sup> Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>

**Quadro 1:** Metas que compõe o PNE (2001- 2010) em relação a EaD

<b>Meta</b>	<b>Descrição</b>
Meta 1	A União deverá estabelecer, dentro de um ano, normas para credenciamento das instituições que ministram cursos a distância.
Meta 2	Estabelecer em cooperação da União com os estados e municípios, padrões éticos e estéticos mediante os quais será feita a avaliação da produção de programas de EaD.
Meta 3	Utilizar os canais educativos televisivos e radiofônicos, assim como redes telemáticas de educação, para a disseminação de programas culturais e educativos, assegurando às escolas e à comunidade condições básicas de acesso a esses meios.
Meta 4	Garantir a integração de ações dos ministérios da Educação, da Cultura, do Trabalho, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações para o desenvolvimento da EaD no País, pela ampliação da infraestrutura tecnológica e pela redução de custos dos serviços de comunicação e informação, criando, em dois anos, um programa que assegure essa colaboração.
Meta 5	Enviar ao Congresso Nacional, no prazo de um ano, proposta de regulamentação da reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, para transmissão de programas educativos pelos canais comerciais de rádio e televisão, inclusive em horários nobres.
Meta 6	Fortalecer e apoiar o Sistema Nacional de Rádio e Televisão Educativa, para desenvolver programas que atendam às metas propostas.
Meta 7	Promover imagens não estereotipadas de homens e mulheres na televisão educativa, incorporando em sua programação temas que afirmem pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, assim como a adequada abordagem de temas referentes à etnia e portadores de necessidades especiais.
Meta 8	Ampliar a oferta de programas de formação a distância para a educação de jovens e adultos, especialmente no que diz respeito à oferta de ensino fundamental, com especial consideração para o potencial dos canais radiofônicos e para o atendimento da população rural.
Meta 9	Promover, em parceria com o Ministério do Trabalho, as empresas, os serviços nacionais de aprendizagem e as escolas técnicas federais, a produção e difusão de programas de formação profissional a distância.
Meta 10	Promover, com a colaboração da União e dos estados e em parceria com instituições de ensino superior, a produção de programas de EaD de nível médio.
Meta 11	Iniciar, logo após a aprovação do plano, a oferta de cursos a distância, em nível superior, especialmente na área de formação de professores para a educação básica.
Meta 12	Ampliar, gradualmente, a oferta de formação a distância em nível superior para todas as áreas, incentivando a participação das universidades e das demais instituições de educação superior credenciadas.
Meta 13	Incentivar, especialmente nas universidades, a formação de recursos humanos para educação a distância.
Meta 14	Apoiar financeira e institucionalmente a pesquisa na área de EaD.
Meta 15	Assegurar às escolas públicas, de nível fundamental e médio, o acesso universal à televisão educativa e a outras redes de programação educativo-cultural, com o fornecimento do equipamento correspondente, promovendo sua integração no projeto pedagógico da escola.
Meta 16	Capacitar, em cinco anos, pelo menos 500 mil professores para a utilização plena da TV Escola e de outras redes de programação educacional.
Meta 17	Instalar, em dez anos, dois mil núcleos de tecnologia educacional, os quais deverão atuar como centros de orientação para as escolas e para os órgãos administrativos dos sistemas de ensino no acesso aos programas informatizados e aos vídeos educativos.
Meta 18	Instalar, em cinco anos, 500 mil computadores em 30 mil escolas públicas de ensino fundamental e médio, promovendo condições de acesso à internet.
Meta 19	Capacitar, em dez anos, 12 mil professores multiplicadores em informática da educação.
Meta 20	Capacitar, em cinco anos, 150 mil professores e 34 mil técnicos em informática educativa e ampliar em 20% ao ano a oferta dessa capacitação.
Meta 21	Equipar, em dez anos, todas as escolas de nível médio e todas as escolas de ensino fundamental com mais de 100 alunos, com computadores e conexões à internet que

	possibilitem a instalação de uma Rede Nacional de Informática na Educação e desenvolver programas educativos apropriados, especialmente a produção de softwares educativos de qualidade.
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: adaptado de CONAE (2009)

Em resumo, no PNE vigente entre os anos de 2001-2010, “foram traçados 22 objetivos e metas para a EaD, relacionados à regulamentação e qualidade da EaD, infraestrutura e novas tecnologias, e, principalmente, democratização do acesso (9 metas), com ênfase à educação superior (3 metas), formação de recursos humanos (8) e formação de professores (4 metas).” (NOGUEIRA, 2011, p.5)

Em 2010 terminou a vigência do atual PNE (Lei n. 10.172, de 9 de Janeiro de 2001). Nos últimos dias de dezembro de 2010, chegou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 8530/10<sup>19</sup>, que institui o novo PNE, que reestrutura a participação da União no planejamento da educação nos próximos dez anos.

Para tal construção, no entanto, o ponto de partida são os problemas já identificados e mesmo os avanços já conquistados. Sobretudo, parte-se da certeza de que mesmo os avanços trazem novos desafios. Uma leitura daquilo que hoje nos possibilita dizer com maior clareza, o que se pretende para o futuro. Assim, a EaD, neste novo plano é mencionada diretamente nas seguintes metas:

**Meta 10:** Oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento (25%) das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

**10.3** Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância.

**Meta 11:** Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

**11.3** Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade EaD, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita.

**Meta 14:** Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.

<sup>19</sup> Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5826>

14.4 Expandir a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, utilizando metodologias, recursos e tecnologias de EaD, inclusive por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Conforme apresentado acima, no contexto do novo PNE, a EaD é entendida como estratégia de democratização do acesso à educação.

Já no PNE com vigência entre os anos 2011-2020, segundo Nogueira (2011),

... as discussões anteriores sobre a EaD no novo Plano foram sintetizadas em três estratégias, a saber:

- a) Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância.
- b) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita.
- c) Expandir a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* utilizando metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância, inclusive por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. (p.8)

Diante deste contexto, à medida que a globalização e a rápida troca de informações passam a ser realidade, aumenta a necessidade de que as instituições de ensino emergjam na EaD correspondendo às novas exigências sociais e econômicas, indo ao encontro do próprio PNE.

Sendo assim, o papel dos IFs torna-se imprescindível quando se lê na meta 11 do novo PNE, por exemplo, que um dos objetivos é duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, e isto está associado à oferta de educação profissional técnica de nível médio na **modalidade EaD** (grifo nosso) indo ao encontro da finalidade dos IFs, no que tange a ampliação da oferta e a democratização do acesso à educação profissional pública e gratuita.

Somando-se a isto as metas 10 e 14 do PNE, respectivamente, reforçam o papel dos Institutos, a primeira no que se refere a intenção de elevar a taxa de alfabetização da população fomentando a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, inclusive na **modalidade EaD** (grifo nosso), enquanto na segunda percebe-se o papel dos institutos quando se fala em expandir a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, utilizando metodologias, recursos e tecnologias de **EaD** (grifo nosso).

Levando em consideração o autor Vieira Pinto (2005), quando nos diz que “a tecnologia, para ser útil, precisa antes de tudo, ser necessária” (p. 301), podemos inferir

que na apresentação das metas do PNE no tocante a EaD, que a mesma se faz necessária para o alcance de tais metas e, conseqüentemente, o uso das tecnologias digitais (TD) vinculados a esse contexto.

Mas, cabe aqui salientar que, no cenário da EaD, não basta simplesmente inserir a TD para apoiar o desenvolvimento do processo educacional só porque ela se faz necessária, precisa ir além, a tecnologia necessita ser utilizada como meio para desenvolver os processos de ensino e de aprendizagem, onde o foco principal passa a ser a aprendizagem dos sujeitos participantes, por meio de processos de interação, no lugar da centralidade no ensino e no material instrucional.

Campos esclarece que:

Estamos em uma era onde a Educação exige ciclos constantes e respostas imediatas, não mais delimitadas pela sala de aula. Neste panorama a incorporação de novas metodologias, técnicas e mídias à EaD viabilizam o desenvolvimento de cursos bem elaborados, com a intenção de superar a separação física existente entre professor e aluno e procurando melhorar a interatividade entre eles. (CAMPOS, 2007, p. 12)

Dentre a diversidade de conceitos sobre tecnologias, podemos citar Alvaro Vieira Pinto, que em seu livro “*O Conceito de Tecnologia*” nos diz que tecnologia é:

“... sempre um bem, pelo simples fato de constituir um acréscimo ao conhecimento humano, a expansão da cultura, na verdade um aspecto da manobra da hominização, mesmo quando impiedosa na aplicação, em virtude das condições sociais ou dos interesses dos agentes a que serve. Em princípio, a tecnologia, sendo propriedade social, em sentido econômico e ético, representará um benefício para o homem se a sociedade que a engendra e utiliza for, ela própria, um bem para o homem.”

Para Ferraro (2010), a incorporação de novas tecnologias, não apenas no mundo pessoal, mas também no mundo profissional e educacional é fundamental, onde surgem como ferramentas<sup>20</sup> de diálogo, em especial, na EaD.

Podemos dizer que os avanços tecnológicos nos tempos atuais podem contribuir para que ocorram mudanças significativas na educação. Deixar de observar e de atentar para isto, significará em pouco tempo a perda de tudo aquilo que possa ter sido conquistado anteriormente, fato que, nos dias de hoje, traz imediatas conseqüências de prejuízos no campo profissional, pois a falta de atualização, principalmente no campo

---

<sup>20</sup> Para Santaella (1997, p.33-43) as ferramentas são artefatos projetados como meio para se realizar um trabalho ou uma tarefa. Funcionam, por si mesmo, como extensões ou prolongamentos de habilidades, na maior parte das vezes manuais, o que explica por que as ferramentas são artefatos do tipo engenhoso. Para Santos (2005) não podemos afirmar que o computador não é uma ferramenta, tudo vai depender das mediações realizadas e da finalidade pedagógica como o mesmo é utilizado.

tecnológico, fará com que as pessoas não acompanhem estas mudanças presentes no seu cotidiano, “rodeado” por tecnologias.

As oportunidades neste cenário tecnológico se multiplicam para aqueles que se mantiverem atualizados e conectados com as novas tecnologias, como Santos afirma:

A eclosão das tecnologias, suportadas por poderosas indústrias culturais, e as potencialidades de interação de redes de dados, prefiguram um cenário explosivo de oportunidades de auto-educação e de ensino à distância, não só na idade escolar, mas ao longo de toda a vida. (SANTOS, 2000, p.16)

Ferraro (2010) nos diz que a rapidez de processamento de grande quantidade de informações, o fácil acesso para grande parcela da população, mas não sua maioria, a possibilidade de transformação destas mesmas informações, dentre outros benefícios, são representativos do grande potencial, a serviço do ser humano e da sociedade, hoje oferecido pelas TIC.

Sendo assim, para Duarte (2013), alguns países perceberam que o seu desenvolvimento está relacionado diretamente com a educação e a formação de seu povo, enquanto outros ainda creem que a tecnologia resolverá todos os seus problemas. Dessa forma, cabe as instituições organizarem, planejarem e executarem seu programa de desenvolvimento educacional, considerando não apenas as inovações tecnológicas, mas, fundamentalmente, os fatores humanos, como formação, capacitação e cultura.

A seguir é apresentado a EaD no contexto dos IFs.

## ***4.2 A Educação a Distância nos Institutos Federais***

Como já mencionado anteriormente, a implantação dos IFs está relacionada ao conjunto de políticas, em curso, para a educação profissional e tecnológica. Para trilhar o caminho que leva a essas instituições, segundo Pacheco (2011), passamos necessariamente:

- Pela expansão da rede federal;
- Pelas medidas que, em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de EaD;
- Pela política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal, com a formação de mais mestres e doutores;

Considerando esse contexto, o crescimento econômico alcançado pelo país nos últimos tempos, bem como a perspectiva de continuidade, é possível perceber que a EaD é uma das modalidades de ensino que está recebendo grandes incentivos por parte do Governo Federal.

Podemos dizer que além de outras frentes, os investimentos estão ocorrendo por meio dos Institutos e Universidades Federais espalhados pelo país. Levando em consideração que nem todas as cidades são atendidas por estas instituições de ensino, a possibilidade de ampliar o atendimento da população brasileira, passa, necessariamente, por uma maior oferta de EaD pelos IFs..

Entretanto, o surgimento da EaD nos IFs se deu antes mesmo de sua criação, pois em 27 de maio de 1996, pelo Decreto nº 1.917, Anexo I, Seção 23, Art. 27, foi criada a Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC, com o objetivo de atuar como:

um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e das técnicas de educação a distância aos métodos didático-pedagógicos. Além disso, promove a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras.

Conforme Brasil (2014), essa secretaria desenvolveu diversos programas e ações importantes para a inserção de tecnologias no cotidiano escolar e para a formação inicial e continuada de professores, tais como: Domínio Público – biblioteca virtual, DVD Escola, E-Proinfo, E-Tec Brasil, Programa Banda Larga nas Escolas, Proinfantil, ProInfo - Programa Nacional de Tecnologia Educacional, ProInfo Integrado, TV Escola, Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), Banco Internacional, Portal do Professor, Programa Um Computador por Aluno – PROUCA, Projetor Proinfo.

Dentre esses programas destaca-se o e-Tec Brasil, por estar diretamente relacionado ao contexto dessa tese.

O e-Tec Brasil, foi lançado em 12 de Dezembro de 2007, por meio do Decreto nº 6.301. O programa visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Nesse contexto, os cursos serão ministrados por instituições públicas.

Foi com o surgimento deste programa em âmbito federal e a consequente adesão a ele, que os então Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), futuros IFs,

inseriram a modalidade de EaD em suas pautas de discussão. Estas instituições públicas de ensino passaram a ofertar regularmente cursos de EaD até então, de forma muito tímida, dentro de suas realidades.

Segundo Andrade (2012),

Do ponto de vista histórico, com a adesão aos programas federais de EaD, os Institutos Federais rompem, em um primeiro momento, com a centralidade no ensino presencial. Inicia-se uma nova etapa na história do ensino técnico profissionalizante. Já não é mais só o ensino presencial, a EaD entrou como mais uma alternativa para a expansão da rede federal de educação. Esse é um terreno fértil para que, numa escala institucional, essas duas modalidades de ensino - presencial e a distância - conversem e se relacionem. (p.4)

A seguir discutiremos a institucionalização da EaD no contexto da Rede e-Tec Brasil.

#### **4.2.1 A Rede e-Tec Brasil e a institucionalização da Educação a Distância nos Institutos Federais**

No Decreto nº 6.301, de 12 de Dezembro de 2007, que cria o Sistema e-Tec Brasil, em seus Artigos 1º e 2º consta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil - e-Tec Brasil, com vistas ao desenvolvimento da educação profissional técnica na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos no País.

Parágrafo único. São objetivos do e-Tec Brasil:

I - expandir e democratizar a oferta de cursos técnicos de nível médio, especialmente para o interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas;

II - permitir a capacitação profissional inicial e continuada para os estudantes matriculados e para os egressos do ensino médio, bem como para a educação de jovens e adultos;

III - contribuir para o ingresso, permanência e conclusão do ensino médio pelos jovens e adultos;

IV - permitir às instituições públicas de ensino profissional o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias educacionais em educação a distância na área de formação inicial e continuada de professores para a educação profissional técnica de nível médio;

V - promover junto às instituições públicas de ensino o desenvolvimento de projetos voltados para a produção de materiais pedagógicos e educacionais para a formação inicial e continuada de docentes para a educação profissional técnica de nível médio;

VI - promover, junto às instituições públicas de ensino, o desenvolvimento de projetos voltados para a produção de materiais pedagógicos e educacionais para estudantes da educação profissional técnica de nível médio;

VII - criar rede nacional de educação profissional nas instituições públicas de ensino, para oferta de educação profissional a distância, em escolas das redes públicas municipais e estaduais; e

VIII - permitir o desenvolvimento de cursos de formação continuada e em serviço de docentes, gestores e técnicos administrativos da educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância.

Art. 2º Os objetivos do e-Tec Brasil serão alcançadas com a colaboração entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cujas ações contemplarão:

I - cursos técnicos de nível médio, na modalidade de educação a distância, por instituições públicas que ministrem ensino técnico de nível médio, em articulação com estabelecimentos de apoio presencial; e

II - formação continuada e em serviço de professores da educação profissional de nível médio, na modalidade de educação a distância.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se estabelecimento de apoio presencial as escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal já instaladas, passíveis de serem adaptadas com o apoio dos governos municipais, estaduais e do Distrito Federal para servirem como espaço físico para a execução descentralizada de funções didático-administrativas de cursos a distância, inclusive o atendimento dos estudantes em atividades escolares presenciais previstas na legislação vigente.

§ 2º A adaptação de escola pública selecionada, para ser utilizada como estabelecimento de apoio presencial, deverá garantir a infra-estrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e projetos do e-Tec Brasil.

### Segundo Del Pino (2011)

Esta iniciativa fez parte de uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva no intuito de democratizar o acesso ao ensino técnico público e gratuito no país através da modalidade de educação a distância. Este Sistema, conhecido como e-Tec Brasil, visa levar cursos técnicos na modalidade a distância a regiões distantes das instituições de ensino profissional e para a periferia das grandes cidades brasileiras (p.248).

Para o mesmo autor, para colocar em desenvolvimento este Sistema, foi aberto o edital de seleção nº. 01/2007/SEED/SETEC/MEC

...  
visando selecionar projetos de cursos de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância e projetos de adequação de escolas públicas de ensino fundamental, de ensino médio e de escolas técnicas que tivessem interesse de ofertar essa modalidade de ensino.(p.249)

Em síntese, o resultado final do referido edital apresentou, em duas partes, o interesse de 288 municípios em participar do Sistema e-Tec, concorrendo a 250 “vagas” que seriam preenchidas após avaliação *in loco* e, contando com a participação de 89 instituições de ensino técnico, sendo na sua grande maioria CEFETs, gerando um total de 146 projetos de cursos passíveis de serem ofertados na modalidade EaD.

Na Parte A do edital, foram apresentados os resultados de uma pré-seleção dos municípios.

## EDITAL DE 27 DE FEVEREIRO DE 2008

O Ministério da Educação torna público o resultado da avaliação preliminar dos projetos inscritos no Edital de Seleção do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil - e-Tec Brasil (Edital de Seleção nº 01/2007/SEED/SETEC/MEC), publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007, Seção 3, páginas 60 a 63, de acordo com os pareceres emitidos pela Comissão de Seleção, instituída por meio da Portaria/MEC nº 231, de 10 de outubro de 2007.

Os proponentes de projetos terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação oficial deste resultado para apresentar recurso contra a decisão da Comissão. O recurso apenas será aceito se encaminhado no prazo definido, em meio eletrônico e impresso. As orientações para envio e o modelo de formulário específico encontram-se disponíveis na página do Programa: [www.etcbrasil.mec.gov.br](http://www.etcbrasil.mec.gov.br).

## Resultado Preliminar da Parte A do Edital:

1. Os projetos de adequação de escolas de proponentes estaduais e municipais que receberam parecer favorável da Comissão de Seleção serão submetidos a avaliação *in loco*, a partir de 03 de março de 2008, dando continuidade ao processo seletivo;
2. Foram pré-selecionados os projetos vinculados a 288 municípios listados a seguir, por unidade da federação;
3. O resultado da avaliação *in loco* indicará as escolas que iniciarão atividades para o início dos cursos em 2008. O MEC tem por meta escolher 250 estabelecimentos de ensino para 2008.
4. A aprovação final do projeto fica condicionada: ao parecer favorável na avaliação *in loco* da escola pública pré-selecionada, ao cumprimento das orientações de adequação dos projetos selecionados pelo Ministério da Educação bem como da observância das obrigações assumidas no instrumento específico de adesão ao Programa, especialmente no Termo de Compromisso, na Declaração de Sustentabilidade Financeira e na definição do público-alvo para os cursos. Brasil (2008, p. 33)

Na Parte B do edital, foram apresentados os projetos de cursos pré-selecionados para participarem do Sistema e-Tec, sendo que esses passaram por uma avaliação *in loco* para que pudessem ser ofertados. Nesta parte do edital, a oferta dos cursos foi dividida em três grupos levando em consideração a possibilidade de início de atividades, conforme Brasil (2008):

## Resultado Preliminar da Parte B do Edital:

1. Os projetos de cursos pré-selecionados serão submetidos a avaliação *in loco* na instituição ofertante, sendo que sua aprovação final para financiamento pelo MEC dependerá de: parecer favorável da comissão de avaliação *in loco*; o cumprimento das orientações de adequação financeira, pedagógica e de gestão dos projetos selecionados, bem como da observância das obrigações assumidas no instrumento específico do MEC de adesão ao Programa, especialmente no Termo de Compromisso, e aprovação de regras de processos seletivos específicos.

2. O Ministério da Educação poderá, ao seu critério, mudar a previsão de oferta dos cursos técnicos, bem como os períodos propostos para o início das atividades, os quais poderão ser alterados ou transferidos para outras datas, em função do nível de readequação dos projetos, a ser apurado no relatório de avaliação da programação financeira e de avaliação *in loco* e demais relatórios de avaliação da comissão.

3. O Ministério da Educação divulgará calendário de reuniões técnica com os proponentes para os devidos esclarecimentos e encaminhamentos.

4. Os projetos de cursos técnicos de nível médio na modalidade de educação a distância pré-selecionados para a avaliação in loco foram classificados em três grupos conforme pareceres das comissões, considerada a qualificação do projeto bem como a possibilidade de iniciar o curso nas datas previstas a seguir:

1. Primeiro Grupo - projetos de cursos com previsão de início das atividades de preparação e financiamento a partir de março de 2008. Integram este grupo 50 projetos de cursos, de 30 instituições de ensino técnico, conforme lista a seguir: (p.34)

...

2. Segundo Grupo - projetos de cursos com previsão de início das atividades de preparação e financiamento a partir de junho de 2008. Integram este grupo 58 projetos de cursos, de 32 instituições de ensino técnico, conforme lista a seguir: (p.44)

...

3. Terceiro Grupo - projetos de cursos com previsão de início das atividades de preparação e financiamento a partir de novembro de 2008. Integram este grupo 38 projetos de cursos, de 27 instituições de ensino técnico, conforme lista a seguir: (p.54)

...

Como é possível perceber, podemos dizer que a inserção da modalidade a distância nos IFs se deu, indiretamente, quando da criação dos mesmos, conforme a Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, pois esses foram compostos utilizando como base a estrutura das escolas técnicas federais existentes naquele momento, conforme citação apresentada abaixo. É importante salientar, que muitos CEFETs já estavam participando do Sistema e-Tec Brasil, criado em 2007, sendo assim, podemos considerar que a institucionalização da EaD junto aos institutos foi desencadeada no momento da transformação dos CEFETs em IFs.

## CAPÍTULO II

### DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

#### Seção I

#### Da Criação dos Institutos Federais

Art. 5º Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

I - Instituto Federal do Acre, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Acre;

II - Instituto Federal de Alagoas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba;

III - Instituto Federal do Amapá, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Amapá;

IV - Instituto Federal do Amazonas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira;

V - Instituto Federal da Bahia, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia;

- VI - Instituto Federal Baiano, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim;
- VII - Instituto Federal de Brasília, mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília;
- VIII - Instituto Federal do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu;
- IX - Instituto Federal do Espírito Santo, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa;
- X - Instituto Federal de Goiás, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;
- XI - Instituto Federal Goiano, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres;
- XII - Instituto Federal do Maranhão, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras;
- XIII - Instituto Federal de Minas Gerais, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista;
- XIV - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas;
- XV - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena;
- XVI - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho;
- XVII - Instituto Federal do Triângulo Mineiro, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia;
- XVIII - Instituto Federal de Mato Grosso, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres;
- XIX - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, mediante integração da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina;
- XX - Instituto Federal do Pará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá;
- XXI - Instituto Federal da Paraíba, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa;
- XXII - Instituto Federal de Pernambuco, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, de Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão;
- XXIII - Instituto Federal do Sertão Pernambucano, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina;
- XXIV - Instituto Federal do Piauí, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí;
- XXV - Instituto Federal do Paraná, mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná;
- XXVI - Instituto Federal do Rio de Janeiro, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis;
- XXVII - Instituto Federal Fluminense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos;

XXVIII - Instituto Federal do Rio Grande do Norte, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte;  
 XXIX - Instituto Federal do Rio Grande do Sul, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão;  
 XXX - Instituto Federal Farroupilha, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete;  
 XXXI - Instituto Federal Sul-rio-grandense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas;  
 XXXII - Instituto Federal de Rondônia, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;  
 XXXIII - Instituto Federal de Roraima, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima;  
 XXXIV - Instituto Federal de Santa Catarina, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina;  
 XXXV - Instituto Federal Catarinense, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio;  
 XXXVI - Instituto Federal de São Paulo, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo;  
 XXXVII - Instituto Federal de Sergipe, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão; e  
 XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

Após a criação dos IFs, passados aproximadamente quatro anos, por meio do Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011<sup>21</sup>, o Sistema e-Tec Brasil passou a fazer parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), ficando conhecido desde então como Rede e-Tec Brasil, que num conjunto de objetivos visa expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores.

Foi com esta normatização, conforme Brasil (2011), que a Rede e-Tec Brasil foi instituída oficialmente nas instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em conjunto com as vinculadas aos sistemas estaduais de ensino, conforme a seguir:

...

Art. 2o A Rede e-Tec Brasil será constituída por meio da adesão de:

- I - instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- II - de unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem que ofertam cursos de educação profissional e tecnológica; e
- III - de instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino.

...

<sup>21</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm)

No ano de 2011 o programa oferecia formação técnica a distância a aproximadamente a 75 mil estudantes (Figura 2) divididos em diversos cursos e regiões do Brasil (Figura 3).

Ano	Público presencial (incluindo federal)	Federal presencial	Rede e-Tec Brasil
2009	537.651	147.947	19.142
2010	595.818	165.355	28.744
2011	669.761	189.988	75.364

**Figura 2** – Matrículas do Ensino Técnico Público 2009-2011

Fonte: Fórum Nacional da Educação Profissional Técnica a Distância – Apresentação de Fernando Amorim



**Figura 3** - Quantidade de Cursos por Região

Fonte: Sistec/Setec/MEC

Considerando o que foi apresentado, a história nos leva a compreender que o processo de institucionalização da EaD nos IFs, se deu mesmo antes de suas criações, em um primeiro momento, através da criação do Sistema e-Tec Brasil e como

consequência a formalização através da transformação deste sistema na Rede e-Tec Brasil, pertencente ao PRONATEC.

Diante deste novo contexto, mudanças na gestão dos IFs e campus que os compõe foram necessárias. A seguir é apresentado a gestão no contexto dos IFs

#### **4.2.1.1 A gestão nos Institutos Federais**

Com a criação dos IFs, houve a necessidade de se reorganizarem como estruturas *multicampi*, tendo que atender (academicamente), em cada exercício, o mínimo de 50% das vagas para cursos técnicos de nível médio, bem como, o mínimo, 20% das vagas da educação de nível superior para cursos de licenciaturas e/ou programas especiais de formação pedagógica, visando à formação de professores para a educação básica e para a educação profissional, conforme prevê a lei de sua criação.

Desde o final de 2008, partindo da então realidade do momento, houve um caminho a ser percorrido para atender os pressupostos delineados pelo governo federal para os IFs, especialmente quanto ao fato de se constituírem como uma identidade única e com uma estrutura *multicampi*, o que requereu uma organização administrativa com bases próprias de rede.

Segundo Pacheco (2011),

A gestão de cada instituto e da rede que eles formam assume um caráter sistêmico que exige o reconhecimento da autonomia de cada unidade, bem como a necessidade de trabalho permanente em prol do equilíbrio estrutural entre os campi de um mesmo instituto e entre os institutos. Isso implica um novo modelo de gestão baseado, em essência, no respeito, no diálogo e na construção de consensos possíveis tendo sempre como horizonte o bem da comunidade e não o ensimesmamento das instituições. (p.53)

Para Fernandes (2009), o modelo atual de estrutura organizacional dos IFs compreende um padrão de departamentalização em vários níveis, o que sugere a possibilidade de uma hierarquização, a principio, mais rígida. No momento em que houve uma reorganização da rede, tornou-se importante compreender que a departamentalização das instituições que vieram a compor a mesma não era mais adequada à nova proposta de gestão.

Segundo Chiavenato (1999),

A departamentalização é uma forma de utilizar a cadeia de comando a fim de agrupar pessoas para que executem juntas o seu trabalho. Para o mesmo autor existem cinco abordagens de desenho departamental sendo que as mais tradicionais são a departamentalização funcional, a divisional e a matricial, nas

quais a cadeia de comando define agrupamentos departamentais e relações de subordinação ao longo da hierarquia. (p.396)

Sob essa perspectiva, é esta concepção de organização que surgiu naquele momento da criação dos Institutos, que precisaram se reorganizar para integrar, através de uma reitoria, os diversos campi situados numa determinada extensão territorial. Tratava-se de uma abordagem inovadora que pretendia e pretende viabilizar o funcionamento e o controle da organização em toda uma região, garantindo a oferta de uma educação pública eficaz e de qualidade.

Na prática, a proposta dos IFs compreende uma estruturação própria de uma organização composta de várias organizações, situação própria das grandes instituições, que se apoiam em estruturas híbridas, sendo inviável, portanto, na sua gestão, a aplicação de um único tipo de forma organizacional. Nessa realidade de enfoque sistêmico, o Instituto Federal passa a ser um conjunto de Unidades com gestão interdependente entre os campi e a reitoria, integrados por princípios institucionais estratégicos, inclusive com projeto político-pedagógico único.

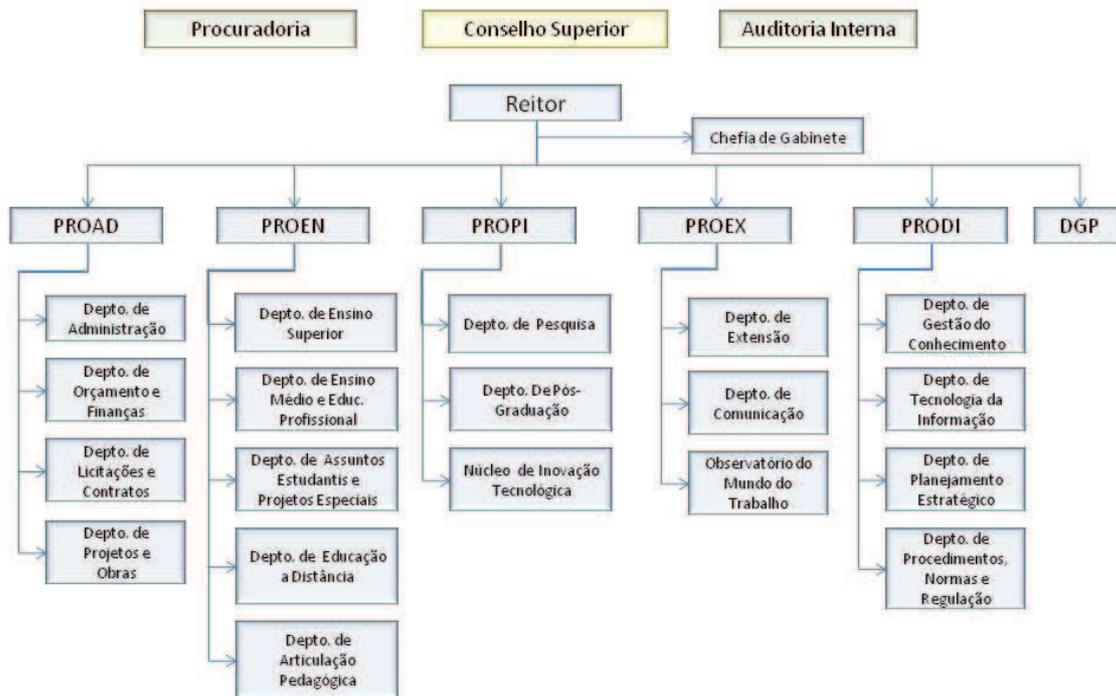
A Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, determina no caput dos seus artigos 9º e 11º, respectivamente, que

... cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores” e que “os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) reitor e 5 (cinco) pró-reitores.

Para Fernandes (2009), o modelo diferenciado e único dos IFs, com relação às outras instituições educacionais do país, em virtude da atuação nos diversos níveis da educação nacional e da articulação do ensino com a pesquisa e extensão, além da organização estrutural multicampi e pluricurricular, conduz a uma nova institucionalidade e, conseqüentemente, exige novos procedimentos de gestão. Considerando que o novo é construído a partir do aperfeiçoamento da cultura existente, cabe, para a organização da reitoria, buscar a essência das funções institucionais estratégicas e táticas.

Para o mesmo autor, nesse sentido, à reitoria competirão as funções de definição de políticas, supervisão e controle. Para tanto, é necessário uma estruturação que congregue um gabinete e órgãos de assessoramento para assistência imediata ao reitor, além de unidades administrativas que precisarão trabalhar matricialmente vinculadas

aos órgãos afins dos campi. Dessa forma, a estrutura compreende as cinco pró-reitorias previstas na legislação: Administrativa, de Ensino, de Pesquisa, de Extensão e de Desenvolvimento Institucional. Esta estrutura pode ser melhor visualizada na figura a seguir:



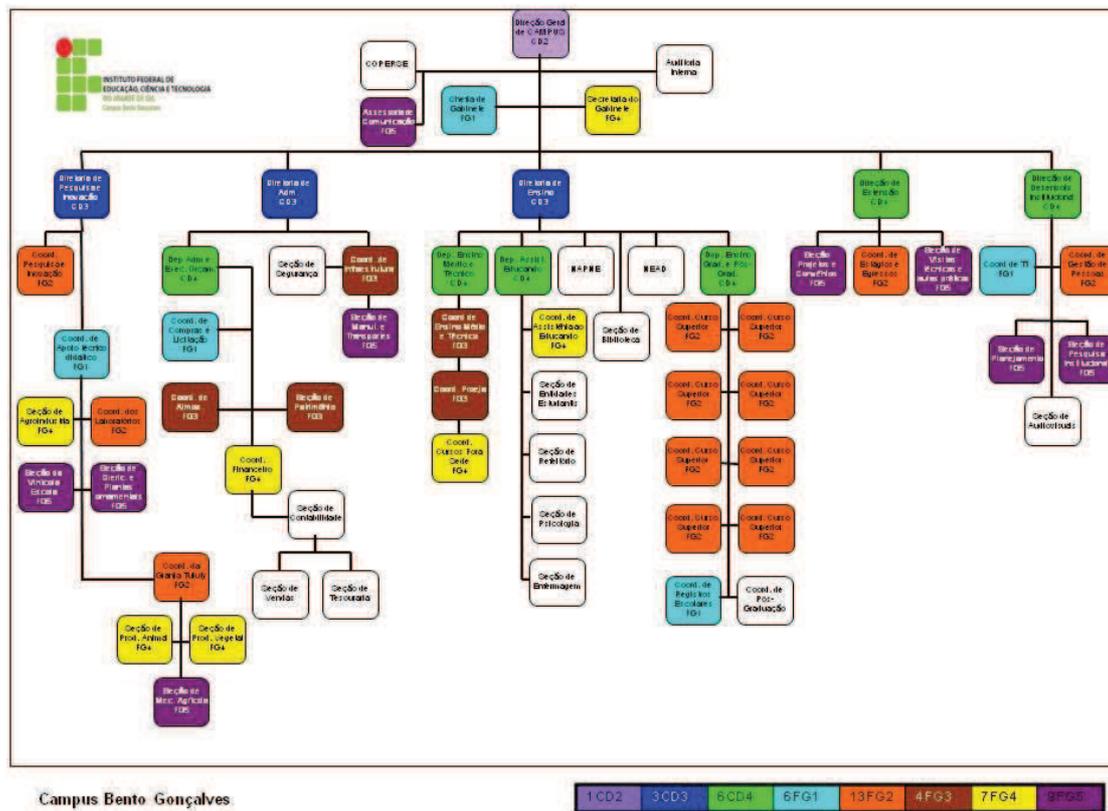
**Figura 4** – Exemplo: Estrutura Organizacional do IFRS

Fonte: disponibilizada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Neste contexto, os campi, enquanto unidades educacionais, também necessitam de uma estrutura administrativa que viabilize o diálogo e a interação dos departamentos da área acadêmica com as outras unidades ou departamentos, tais como: administração, orçamento e finanças, de ensino, de extensão, de pesquisa, etc.

As diferentes dimensões e especificidades dos campi implicam em tamanhos diferenciados de estruturas administrativas, em função dos quantitativos de cargos de direção e de funções gratificadas disponíveis para cada Instituto Federal.

A figura abaixo exhibe o organograma institucional de um dos campi do IFRS.



**Figura 5** – Exemplo: Organograma do Campus Bento Gonçalves – IFRS  
 Fonte: disponibilizada pela Direção Geral

Segundo Fernandes (2009), o modelo de estrutura organizacional dos IFs, conforme é possível verificar nas figuras anteriores, salvo algumas exceções, caracteriza-se como do tipo funcional verticalizado, compreendendo um padrão de departamentalização em vários níveis.

É neste cenário que surge a necessidade de uma nova visão da organização escolar. Fruto da revolução tecnológica, a organização escolar passa a requerer uma reformulação, pois a base organizacional burocrática desta acaba tendo que se adaptar a formas administrativas mais flexíveis e mais ajustadas a cada situação.

Neste contexto, surgem (como pode ser visto nas figuras anteriores) os setores ou departamentos que envolvem a EaD, departamentos estes responsáveis por aplicar, pensar, sugerir, etc. o uso e aplicação das TIC em uma “nova” modalidade de ensino, tendo como consequência, a discussão da gestão deste novo dentro da instituição.

A seguir é apresentado a gestão no contexto da EaD.

#### **4.2.1.2 A gestão na Educação a Distância**

Na seção anterior, discutimos a estrutura organizacional adotado nos IFs, os quais são evidenciados na Figura 4, em se tratando da estrutura organizacional da Reitoria, o Departamento de EaD, vinculado a Pró-Reitoria de Ensino, assim como, na Figura 5, em se tratando da estrutura organizacional de um campus, neste caso, do Campus Bento Gonçalves, o Núcleo de Educação a Distância (NEAD), vinculado a Direção de Ensino.

Segundo Ribeiro (2008), o nome dado a estrutura que identifica a EaD dentro da IES pouco importa. A verdade é que as denominações CEAD, NEAD, NUTED, CINTED, etc. são pontos de referência quando se trata de EaD dentro das instituições de ensino e, que a estrutura organizacional destes “departamentos” se caracterizam por mobilizar equipes multidisciplinares para o desenvolvimento dessa modalidade.

É importante aqui salientar que a maioria dos modelos de gestão assumem algumas características que estão associadas aos modelos de ensino propostos para esta modalidade. A seguir, com base em alguns autores, iremos apresentar modelos de ensino de ou para EaD que podemos encontrar na oferta de cursos nesta modalidade.

##### **4.2.1.2.1 Modelos de Educação a Distância**

Pensar em modelos, nos faz pensar, conseqüentemente, em alguns padrões que devem ser seguidos, levando em consideração à estruturação e organização administrativa e/ou pedagógica da instituição. Os modelos, neste caso, os modelos de ensino deveriam traduzir a essência, a missão, a visão da instituição mesmo que estes venham carregados dos princípios e valores da mesma, que neste contexto, devem ser levados em consideração.

Sendo assim, poderíamos dizer que um modelo de ensino em EaD é um modelo que tende a ser imitado, levando em consideração os diferentes fatores envolvidos nesta modalidade de ensino, que devem ser pensados e analisados de forma contínua para que os mesmos sejam passíveis de adaptação, conforme as necessidades, possibilidades e limites do contexto onde está inserido.

Para Belloni (2009), existem dois modelos de EaD, ambos influenciados por modelos de produção industrial. O primeiro, “O fordismo, que propunha produção de

massa para mercados de massa, se baseava em três princípios: baixa inovação dos produtos, baixa variabilidade dos processos de produção e baixa responsabilidade do trabalho” (BELLONI, 2009. p.11).

E o segundo, o pós-fordismo, que segundo Belloni:

O pós-fordismo aparece como uma forma do capitalismo do futuro, “mais justo e democrático”, e propõe também inovações nos dois primeiros fatores: alta inovação do produto e alta variabilidade do processo de produção, mas vai além do neofordismo e investi na responsabilização do trabalho (BELLONI, 2009. p. 12).

Para a autora, a EaD influenciada pelo modelo fordista, está atrelada a hierarquização e burocratização do ensino de forma centralizada. Busca a padronização da educação com os objetivos de baixar custos e obter uma maior produção. Já no modelo pós-fordista poderíamos dizer que os professores teriam mais autonomia no processo de ensino e de aprendizagem. O modelo seria mais flexível a necessidade do estudante, o qual teria mais possibilidades de interação e, neste caso, seria possível a descentralização da gestão e a minimização da padronização.

Costa (2007) diz que os modelos de EaD devem se adequar as reais necessidades dos estudantes e regiões onde serão implantados e:

identificando estas necessidades coerentes com as exigências legais, podemos destacar quatro concepções constitutivas básicas, que devem dominar ou orientar a escolha de modelos de qualidade em educação superior a distância, quais sejam (COSTA, 2007.p.10):

- professores e alunos atuam em espaços distintos;
- necessidade de mediação tutorial;
- necessidade de apoio descentralizado ao estudante; e
- o aluno é o centro do processo pedagógico.

O autor ainda diz que:

Um modelo é um objeto que procura representar um processo real. Em sua construção o primeiro passo consiste em abstrair da realidade aquelas variáveis consideradas fundamentais, as quais em sua complexidade, com suas inter-relações e conexões passam a integrar o modelo; e este é tanto mais satisfatório quanto maior sua capacidade de interpretar fielmente os fatos, inclusive antecipar fenômenos ainda não observados (COSTA, 2007.p.9).

Behar (2009) entende o conceito de modelo pedagógico para educação a distância:

... como um sistema de premissas teóricas que representa, explica e orienta a forma como se aborda o currículo e que concretiza nas práticas pedagógicas e nas interações professor/aluno/objeto de estudo. Nesse triângulo (professor, aluno e objeto) são estabelecidas relações sociais em que os sujeitos irão agir de acordo com o modelo definido (BEHAR, 2009, p.24).

Podemos dizer que um modelo de ensino deveria levar em consideração os fatores que implicam no planejamento, nos métodos e técnicas de ensino, nas formas e técnicas de avaliação, nas formas de interação e conseqüentemente na construção do conhecimento durante o processo de ensino e de aprendizagem.

Para Moran (2011), existem modelos muitos interessantes, diversificados e cada vez mais sólidos, sendo que esses possuem diferenças na qualidade e possibilidades de aperfeiçoamento. Os modelos são complexos, utilizam várias mídias, podendo ter momentos presenciais e atividades a distância. O mesmo autor nos diz que no Brasil existem basicamente dois grandes modelos de EaD, como muitos variáveis.

No primeiro modelo apresentado pelo autor aparece mais o professor no seu papel tradicional, sendo visto pelos estudantes ao vivo ou em aula gravada. Este modelo o autor chama de modelo de tele/videoaula.

Segundo Moran (2011):

No modelo de teleaula, os alunos vão a determinadas salas nos polos, em que assistem a aulas transmitidas por satélites ao vivo, uma ou duas vezes por semana. Eles enviam perguntas e o professor responde as que considera mais relevantes. Em geral, depois da teleaula, os alunos se reúnem em pequenos grupos para realizar as atividades de discussão e aprofundamento de questões relacionadas com a aula dada, sob a supervisão de um mediador, chamado de professor-tutor local. Além das aulas os alunos costumam receber material impresso e orientações de atividades para fazer durante a semana, individualmente, com o acompanhamento de um professor-tutor online ou eletrônico (MORAN, 2008 apud VALENTE et al, 2011. p. 48-49).

No segundo modelo, o autor refere que o professor não “dá aula”, o mesmo se comunica por materiais impressos e digitais, escritos de forma dialogada e com tutoria presencial em polos e/ou virtual, pela internet. Neste modelo, eventualmente, são utilizados alguns vídeos.

Para Moran (2011):

[...] o modelo web foca também no conteúdo disponibilizado pela internet e por CD ou DVD. Além do material encontrado na web, os alunos costumam ter material impresso por disciplina ou módulo. Os ambientes principais de aprendizagem o Moodle, o Blackboard e o TelEduc. Algumas instituições tem o seu próprio ambiente digital de aprendizagem. Começa-se a utilizar a web-conferência para alguns momentos de interação presencial com os alunos, visando orientar, solucionar dúvidas e manter vínculos afetivos (VALENTE et al, 2011. p.50).

Ainda segundo o mesmo autor, o modelo web pode ser subdividido em dois, onde o primeiro, o mais virtual, focaria na interação através dos Ambientes Virtuais de

Aprendizagem (AVAs) e o segundo, modelo semipresencial, teria encontros semanais presenciais com interação tanto no ambiente virtual, quanto no presencial. Para Moran:

No primeiro, a orientação dos alunos é feita a distância, pela internet ou telefone. Os alunos se reportam ao professor e ao tutor durante o semestre e, em geral, se encontram presencialmente só para fazer as avaliações. É um modelo predominantemente via internet, e os encontros presenciais são mais espaçados porque não existem os polos para o apoio semanal. (VALENTE et al, 2011. p. 50)

Enquanto no modelo semipresencial, para Moran:

[...] os alunos têm polos perto de onde moram e, além do tutor online, o tutor presencial no polo, com quem podem tirar dúvidas e participar das atividades solicitadas e dos laboratórios de informática e específicos do curso. Esse modelo é replicado pelas universidades públicas, sob a gestão da UAB, que fazem parcerias com as prefeituras para instalação dos polos de apoio presenciais. (VALENTE et al, 2011. p. 50)

Segundo Torres (2010), a EaD no Brasil, de 1994 até os dias de hoje, se desenvolveu a partir de cinco modelos, que são:

- O modelo de tele-educação com transmissão ao vivo e via satélite em canal aberto para todo o País.
- O modelo de videoeducação com reprodução pré-gravada em forma de teleaulas.
- O modelo semipresencial, com uma proposta de interiorização universitária que combina a EaD com a presencial em polos regionais, que funcionam como unidades presenciais de apoio para acesso dos alunos a laboratórios, bibliotecas, e salas de aula para realização de tutoria presencial em parceria com as prefeituras municipais. Este modelo foi adotado inicialmente pela UFMT, por outras instituições e pela UAB.
- O modelo de universidade virtual, com uma EaD caracterizada pelo uso intensivo de tecnologias digitais para a entrega de conteúdos e atividades para os alunos e para promover a interação destes com professores, colegas e suporte técnico e administrativo. Neste modelo as etapas presenciais são reservadas para a realização de provas, com as demais atividades sendo realizadas a distância.
- O modelo em que os alunos dos cursos a distância permanecem períodos regulares na instituição (de forma presencial) onde realizam não apenas provas, mas atividades em laboratório, por exemplo.

Segundo Mason (1998), analisando a prática em sua universidade e em outros importantes centros de EaD *online* no mundo, existiam pelo menos 3 modelos de EaD sendo praticados:

- O modelo "conteúdo + suporte", no qual boa parte das atividades de aprendizagem envolvia auto-instrução, com o apoio de tutores,

procurados por iniciativa dos alunos e eventualmente alguma interação coletiva.

- O modelo *wrap-around*, em que metade das atividades envolvia auto-instrução e outra metade envolvia aprendizagem colaborativa através de interação coletiva assíncrona *online*.
- O modelo "integrado", no qual a maior parte das atividades se dava por meio da discussão e da colaboração entre alunos e professores, com relativamente reduzido volume de atividades auto-instrucionais.

No quadro abaixo, podemos ver os modelos de EaD apresentados em gerações e conforme as tecnologias utilizadas.

**Quadro 2:** Gerações da EaD

Gerações da EaD			
Característica	Formas de Comunicação	Tutoria	Interatividade
1ª geração 1880	Correios e correspondência.	Instrução por correspondência.	Aluno/material didático escrito.
2ª geração 1921	Rádio, TV e outros recursos didáticos, como: caderno didático, apostilas, fita K-7.	Atendimento esporádico, dependendo de contatos telefônicos, quando possível.	Pouca ou nenhuma interação professor/aluno.
3ª geração 1970	Integração áudio e vídeo e correspondência.	Suporte e orientação ao aluno. Discussão em grupo de estudo local e uso de laboratórios da universidade nas férias.	Guia de estudo impresso, orientação por correspondência, transmissão por rádio e TV, AUDIOTEIPES gravados, conferências por telefone, kits para experiências em casa e biblioteca local.
4ª geração 1980	Recepção de lições veiculadas por rádio ou televisão e audioconferência	Atendimento síncrono e assíncrono, dependendo de contatos eletrônicos.	Comunicação síncrona e assíncrona com o tutor, professor e colegas.
5ª geração 2000	Síncrona e assíncrona.	Atendimento regular por um	Interação em tempo real ou não, com o

		tutor, em determinado local e horário.	professor do curso e com os colegas de curso.
--	--	----------------------------------------	-----------------------------------------------

**Fonte:** Adaptado de MOORE, M.; KEARSLEY, G. 2007.

As contribuições destes autores nos ajudam a entender que, os modelos de EaD, basicamente, são classificados e caracterizados, pela forma de interação e ferramentas utilizadas para comunicação entre os participantes do curso.

Sendo assim, diante da estrutura proposta pelos programas governamentais que incentivam a EaD no âmbito das instituições públicas, a saber o programa UAB e o programa Rede e-Tec, podemos dizer que dos modelos apresentados e com base nas pesquisas dos autores acima citados, bem como levando em consideração a minha vivência enquanto coordenador e docente do e-Tec, é possível considerar que o modelo, inicialmente sugerido para estes programas, se aproxima mais daquele que os autores chamam de “conteúdo+suporte” ou semipresencial. Mas, com o avanço da internet no Brasil dentro das classes denominadas C e D, que são, por sua vez, majoritárias entre os estudantes do programa e-Tec, podemos vislumbrar um investimento maior em colaboração *online*, numa linha mais próxima inicialmente do modelo “wrap-around” ou virtual, mas que pode chegar até o modelo que Mason denomina “integrado”.

#### **4.2.1.2.2 Modelos de Gestão para Educação a Distância**

Como citado anteriormente, os modelos de gestão assumem algumas características que estão associadas aos modelos de ensino propostos para a modalidade de EaD. Sendo assim, a gestão da EaD em uma instituição, bem como a sua organização, visam assegurar o bom funcionamento dos cursos oferecidos, de modo que alcance os objetivos propostos pela instituição. Podemos dizer que a gestão e a organização visam atingir as finalidades do ensino ofertado, tendo clara a missão da instituição, que neste estudo de caso, seria: “Promover a educação profissional e tecnológica gratuita e de excelência, em todos os níveis, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, para formação humanista, crítica e competente de cidadãos, capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável da região.”

Para Libâneo (2003), a gestão pode ser entendida como uma atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos.

Segundo Ribeiro (2008), muitos modelos procuram dar ênfase às estratégias pedagógicas, ou às estratégias tecnológicas, ou ainda ao conhecimento da organização educacional em que o curso a distância será implementado.

Para Cordeiro (2006)

Um modelo de sistema para Educação a Distância (EAD) possui componentes que se aplicam em uma instituição, programa, unidade, curso ou organização de EAD. Alguns componentes comuns podem ser encontrados em todos os níveis e tipos de EAD. Para cada componente há atores que participam deste processo.

...

Alguns modelos dão ênfase às estratégias tecnológicas, outros às estratégias pedagógicas e outros ao conhecimento da organização educacional em que curso será implantado. (p.272)

Neste contexto, o trabalho de Cordeiro (2006) relata a existência de alguns modelos de sistemas para EaD tais como o Modelo de Willis, o Modelo de Eastmond e do Modelo de Moore & Kearsley. Já Pedroso (2006) divide os modelos em três grupos: Modelo Americano, o Modelo de Rumble e o Modelo do MEC.

A opção deste autor foi por discutir os modelos que mais se aproximam com a realidade deste estudo sem caracterizar uma revisão de todos os modelos disponíveis.

Sendo assim, para esta tese serão considerados o Modelo do MEC, segundo Pedroso (2006) e Ribeiro (2008) e, os modelos de gestão apresentados pelo Grupo de Trabalho criado no ano de 2010, pertencente ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), onde no mesmo inicia-se a discussão para institucionalizar a EaD profissional e tecnológica nos IFs.

### **O Modelo de gestão do MEC**

Segundo Pedroso (2006), o modelo do MEC foi proposto em 2002 pela Assessoria de EaD do Ministério e justificava-se pela necessidade dos brasileiros terem acesso a uma formação superior e por estarem impedidos por condições econômicas. Para Pedroso, o modelo destaca ainda a necessidade de integração da educação superior a distância ao plano de desenvolvimento institucional e lista os Referenciais de Qualidade para se elaborar um projeto de EaD no Brasil e para a obtenção de

credenciamento para seu funcionamento, comprometido com a aprendizagem significativa e de qualidade.

Para Ribeiro (2008), este modelo não aparece como um modelo formal e nem tem a sua compreensão representada através de esquemas, mas o mesmo pode ser extraído de documentos oficiais tais como os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007) e os dos formulários de avaliação e credenciamento para a EaD no Brasil. Segundo o autor, a proposta de EaD para o Brasil foi baseada nos Referenciais de Qualidade, o qual objetiva orientar os estudantes, professores, técnicos e gestores das instituições na oferta de cursos nesta modalidade.

Conforme Brasil (2007), devido à complexidade e à necessidade de uma abordagem mais sistêmica da EaD, os projetos de cursos na modalidade a distância devem compreender categorias que envolvem, fundamentalmente, aspectos pedagógicos, recursos humanos e infra-estrutura.

Para dar conta destas dimensões, devem estar integralmente expressos no Projeto Político Pedagógico de um curso na modalidade a distância os seguintes tópicos principais:

- (i) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem;
- (ii) Sistemas de Comunicação;
- (iii) Material didático;
- (iv) Avaliação;
- (v) Equipe multidisciplinar;
- (vi) Infra-estrutura de apoio;
- (vii) Gestão Acadêmico-Administrativa;
- (viii) Sustentabilidade financeira. (BRASIL 2007, p.8)

Brasil (2007) trás a descrição destas dimensões conforme a seguir.

**(I) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem**

O projeto político pedagógico deve apresentar claramente sua opção epistemológica de educação, de currículo, de ensino, de aprendizagem, de perfil do estudante que deseja formar; com definição, partir dessa opção, de como se desenvolverão os processos de produção do material didático, de tutoria, de comunicação e de avaliação, delineando princípios e diretrizes que alicerçarão o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

**(II) Sistemas de Comunicação**

O desenvolvimento da educação a distância em todo o mundo está associado à popularização e democratização do acesso às tecnologias de informação e de comunicação. No entanto, o uso inovador da tecnologia aplicada à educação deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes efetiva interação no processo de ensino aprendizagem, comunicação no sistema com garantia de oportunidades para o desenvolvimento de projetos compartilhados e o reconhecimento e respeito em relação às diferentes culturas e de construir o conhecimento.

**(III) Material Didático**

O Material Didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no projeto pedagógico, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre

estudante e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento.

Em consonância com o projeto pedagógico do curso, o material didático, deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatível com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo.

#### **(IV) Avaliação**

Duas dimensões devem ser contempladas na proposta de avaliação de um projeto de educação a distância:

- a) a que diz respeito ao processo de aprendizagem;
- b) a que se refere à avaliação institucional.

##### **(a) A Avaliação da Aprendizagem**

Na educação a distância, o modelo de avaliação da aprendizagem deve ajudar o estudante a desenvolver graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos. Para tanto, esta avaliação deve comportar um processo contínuo, para verificar constantemente o progresso dos estudantes e estimulá-los a serem ativos na construção do conhecimento. Desse modo, devem ser articulados mecanismos que promovam o permanente acompanhamento dos estudantes, no intuito de identificar eventuais dificuldades na aprendizagem e saná-las ainda durante o processo de ensino-aprendizagem.

##### **(b) A Avaliação Institucional**

As instituições devem planejar e implementar sistemas de avaliação institucional, incluindo ouvidoria, que produzam efetivas melhorias de qualidade nas condições de oferta dos cursos e no processo pedagógico. Esta avaliação deve configurar-se em um processo permanente e conseqüente, de forma a subsidiar o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão e pedagógico, produzindo efetivamente correções na direção da melhoria de qualidade do processo pedagógico coerentemente com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para ter sucesso, essa avaliação precisa envolver os diversos atores: estudantes, professores, tutores, e quadro técnico-administrativo.

#### **(V) Equipe Multidisciplinar**

Em educação a distância, há uma diversidade de modelos, que resulta em possibilidades diferenciadas de composição dos recursos humanos necessários à estruturação e funcionamento de cursos nessa modalidade.

No entanto, qualquer que seja a opção estabelecida, os recursos humanos devem configurar uma equipe multidisciplinar com funções de planejamento, implementação e gestão dos cursos a distância, onde três categorias profissionais, que devem estar em constante qualificação, são essenciais para uma oferta de qualidade:

- docentes;
- tutores;
- pessoal técnico-administrativo.

#### **(VI) Infra-estrutura de apoio**

Além de mobilizar recursos humanos e educacionais, um curso a distância exige infra-estrutura material proporcional ao número de estudantes, aos recursos tecnológicos envolvidos e à extensão de território a ser alcançada, o que representa um significativo investimento para a instituição.

A infra-estrutura material refere-se aos equipamentos de televisão, videocassetes, áudio-cassetes, fotografia, impressoras, linhas telefônicas, inclusive dedicadas para Internet e serviços 0800, fax, equipamentos para produção audiovisual e para videoconferência, computadores ligados em rede e/ou stand alone e outros, dependendo da proposta do curso.

#### **(VII) Gestão acadêmico-administrativa**

A gestão acadêmica de um projeto de curso de educação a distância deve estar integrada aos demais processos da instituição, ou seja, é de fundamental importância que o estudante de um curso a distância tenha as mesmas

condições e suporte que o presencial, e o sistema acadêmico deve priorizar isso, no sentido

de oferecer ao estudante, geograficamente distante, o acesso aos mesmos serviços disponíveis para ao do ensino tradicional, como: matrícula, inscrições, requisições, acesso às informações institucionais, secretaria, tesouraria, etc.

**(VIII) Sustentabilidade Financeira**

A educação superior a distância de qualidade envolve uma série de investimentos iniciais elevados, para a produção de material didático, na capacitação das equipes multidisciplinares, na implantação de pólos de apoio presencial e na disponibilização dos demais recursos educacionais, assim como na implantação (metodologia e equipe) da gestão do sistema de educação a distância. (p. 8-30)

Segundo Pedroso (2006) e Ribeiro (2008), os formulários para credenciamento das instituições bem como os formulários para autorização de cursos na modalidade a distância estão em sintonia com os referenciais de qualidade reforçando a ideia de um modelo a ser seguido.

No quadro comparativo abaixo podemos ver a relação das dimensões pertencentes a cada documento.

**Quadro 3:** Apresentação das dimensões

<b>Formulário de Credenciamento ou Autorização para oferta EaD</b>	<b>Referenciais de Qualidade</b>
A integração da educação superior a distância no Plano de Desenvolvimento Institucional	Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem
Organização Curricular	
Equipe Multidisciplinar	Equipe multidisciplinar
Materiais Educacionais	Material didático
Interação entre Alunos e Professores	Sistemas de Comunicação
Avaliação da aprendizagem e avaliação institucional	Avaliação
Infra-estrutura de apoio	Infra-estrutura de apoio
Gestão Acadêmico-Administrativa	Gestão Acadêmico-Administrativa
Convênios e Parcerias	
Sustentabilidade financeira	Sustentabilidade financeira

**Fonte:** MEC (2013), MEC (2007)

Adaptado pelo autor

Como pode ser visto, a relação entre os documentos é muito forte. Neste sentido, podemos dizer que, com base no quadro acima, que a oferta de cursos na modalidade a distância exige uma estrutura, por parte da instituição, que envolva os diversos setores

que a compõe, perpassando pelo administrativo, pedagógico, tecnológico, financeiro, etc.

Reforçando a ideia de modelo, de um lado a UAB, nos trás a seguinte estrutura de atores, conforme o Artigo 9º da Resolução CD/FNDE Nº 26, de 5 de junho de 2009<sup>22</sup>:

**I - Coordenador/Coordenador-adjunto da UAB:** professor ou pesquisador indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades de coordenação e apoio aos pólos presenciais e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema, desde que comprove a experiência de, no mínimo, três anos de magistério superior.

**II - Coordenador de curso nas instituições públicas de ensino superior (IPES):** professor ou pesquisador designado/indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades de coordenação de curso implantado no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos, desde que comprove a experiência de, no mínimo, três anos de magistério superior.

**III - Coordenador de tutoria nas instituições públicas de ensino superior (IPES):** professor ou pesquisador designado/indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades de coordenação de tutores dos cursos implantados no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos, desde que comprove a experiência de, no mínimo, três anos de magistério superior.

**IV - Professor-pesquisador conteudista:** professor ou pesquisador designado ou indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades de elaboração de material didático, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema, sendo exigida experiência de 3 (três) anos no magistério superior.

**V - Professor-pesquisador:** professor ou pesquisador designado ou indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades típicas de ensino, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB, sendo exigida experiência de 03 (três) anos no magistério superior.

**VI - Tutor:** profissional selecionado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB para o exercício das atividades típicas de tutoria, sendo exigida formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a programa de pós-graduação.

Do outro lado o programa e-Tec, nos trás a seguinte estrutura de atores, conforme Artigo Resolução CD/FNDE Nº 18, de 16 de junho de 2010<sup>23</sup>:

**I - coordenador-geral:** professor ou pesquisador indicado pelas IPE vinculadas ao Sistema e-Tec Brasil, que atuará nas atividades de coordenação e apoio aos pólos presenciais e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema, desde que comprove a experiência de, no mínimo, 3 (três) anos de magistério superior.

<sup>22</sup> Disponível em: [http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/resolucao\\_fnde\\_n26.pdf](http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/resolucao_fnde_n26.pdf)

<sup>23</sup> Disponível em:

[https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=RES&num\\_ato=00000018&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2010&sgl\\_orgao=CD/FNDE/MEC](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000018&seq_ato=000&vlr_ano=2010&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC)

**II - coordenador-geral adjunto:** professor-pesquisador indicado pelas IPE vinculadas ao Sistema e-Tec Brasil para apoiar o coordenador-geral no desenvolvimento das ações de coordenação e apoio aos pólos presenciais e, no desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias de ensino relacionados aos cursos e programas no âmbito do Sistema, desde que comprove a experiência de, no mínimo, 3 (três) anos de magistério superior.

**III - coordenador de curso:** professor ou pesquisador designado ou indicado pelas IPE vinculadas ao Sistema e-Tec Brasil, que atuará nas atividades de coordenação de curso implantado no âmbito do Sistema e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos, desde que comprove a experiência de, no mínimo, 3 (três) anos de magistério superior.

**IV - coordenador de pólo:** professor da rede pública, graduado e com, no mínimo, 3 (três) anos em magistério na educação básica ou superior, responsável pela coordenação do pólo de apoio presencial.

**V - coordenador de tutoria:** professor ou pesquisador designado/ indicado pelas IPE vinculadas ao Sistema e-Tec Brasil, que atuará nas atividades de coordenação de tutores dos cursos implantados no âmbito do Sistema e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos, desde que comprove a experiência de, no mínimo, 3 (três) anos de magistério superior.

**VI - professor-pesquisador:** professor ou pesquisador designado ou indicado pelas IPE vinculadas ao Sistema e-Tec Brasil, que atuará nas atividades típicas de ensino, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema, sendo exigida experiência de 3 (três) anos no magistério superior.

**VII - professor-pesquisador conteudista:** professor ou pesquisador designado ou indicado pelas IPE vinculadas ao Sistema e Tec Brasil, que atuará nas atividades de elaboração de material didático, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema, sendo exigida experiência de 3 (três) anos no magistério superior.

**VIII - tutor:** selecionado pelas IPE vinculadas ao Sistema e Tec Brasil para o exercício das atividades típicas de tutoria, sendo exigida formação de nível médio e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério.

Podemos ver que as estruturas de atores se assemelham, sendo as mesmas “sugeridas” ou “necessárias” para a oferta de cursos pertencentes a tais programas. Podemos dizer que esta estrutura, de certa forma, acaba afetando o processo de institucionalização da EaD pois, a partir do momento que temos cargos a serem ocupados, que temos uma estrutura organizacional e hierárquica a ser seguida, essa acaba configurando um modelo de gestão para EaD a ser seguido.

### **O Modelo de gestão do Grupo de Trabalho - CONIF**

O CONIF, no ano de 2010, através de do Grupo de Trabalho (GT3), realizou uma reunião para deliberar sobre diversas propostas que tinham por finalidade a construção de um documento que pudesse referenciar a EaD no âmbito dos IFs. O documento foi composto por três propostas que pudessem fundamentar ou referenciar o

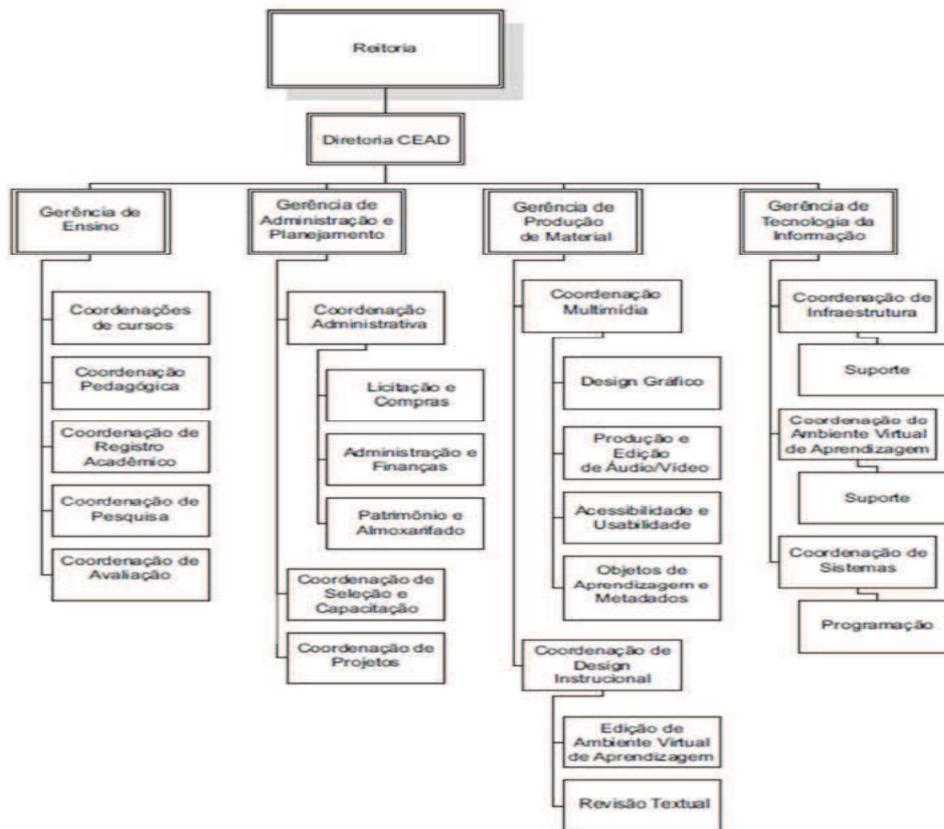
processo de institucionalização nestas instituições de ensino. Essas estão relacionadas aos modelos centralizado, descentralizado e semicentralizado.

No modelo centralizado, conforme Anexo 2, tem-se uma estrutura que está alocada à reitoria e que responde a todas as ações da EaD na instituição. Segundo este modelo as propostas de cursos que surgem dos departamentos são levados à Diretoria do Centro de Educação a Distância (CEAD<sup>24</sup>), sendo que a mesma fará as avaliações com a equipe pedagógica e multidisciplinar junto com o coordenador do curso a ser ofertado. Neste modelo a Diretoria do CEAD tem como papel fundamental trabalhar (concepção, planejamento e execução) as estratégias da EaD no instituto, nos diversos níveis e modalidade, assim, de acordo com o assunto, deve-se reportar diretamente a Reitoria ou a Pró-Reitoria responsável pelo nível do curso ofertado.

A estrutura do CEAD, abaixo da diretoria, é composta pela Gerência de Ensino, Gerência de Administração e Planejamento, Gerência de Produção de Material e pela Gerência de Tecnologia da Informação sendo que cada uma destas gerências é subdividida em outras funções ou setores. Esta estrutura pode ser melhor visualizada na figura abaixo.

---

<sup>24</sup> Cabe salientar que a denominação CEAD é a que se encontra no documento utilizado nesta tese como referência mas que na literatura podemos encontrar ainda: NEAD, Departamento de EaD, etc.



**Figura 6:** Estrutura do Modelo Centralizado  
 Fonte: GT3 – EaD – CONIF (Anexo 2)

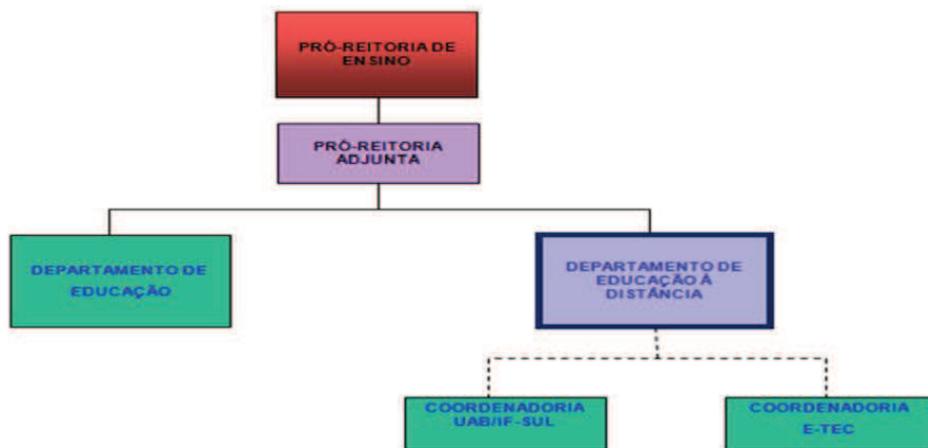
No modelo semi-centralizado, têm-se a premissa de que a EaD é organizada em dois âmbitos: Atividades Sistêmicas e Atividades Operacionais Específicas.

As atividades sistêmicas são estruturadas dentro do departamento de EaD e devem ser acompanhadas pela pró-reitoria de ensino do Instituto. Estas atividades compreendem:

- A elaboração de materiais e mídias didáticas para EaD;
- Estruturação e disponibilização de servidores de internet com o sistema de gerenciamento de aprendizagem (LMS Moodle), sistema de gerenciamento de produção de mídias didáticas, portal EPT (INTERRED, etc...), sistema de webconferência (RNP, Adobe Conect, etc...);
- Planejamento estratégico da oferta de cursos EAD e gestão dos programas de fomento em EAD do MEC (UAB, E-TEC, etc...);

- Controle dos processos e fluxos de credenciamento, autorização e reconhecimento de cursos a distância, negociação de procedimentos de avaliação junto a CPA para os cursos e comunidade EAD.

A estrutura que nos ajuda a melhor entender as Atividades Sistêmicas junto a reitoria, pró-reitoria de ensino, é apresentada na Figura 7, logo abaixo.



**Figura 7:** Estrutura do modelo semi-centralizado – Atividades Sistêmicas  
Fonte: GT3 – EaD – CONIF (Anexo 2)

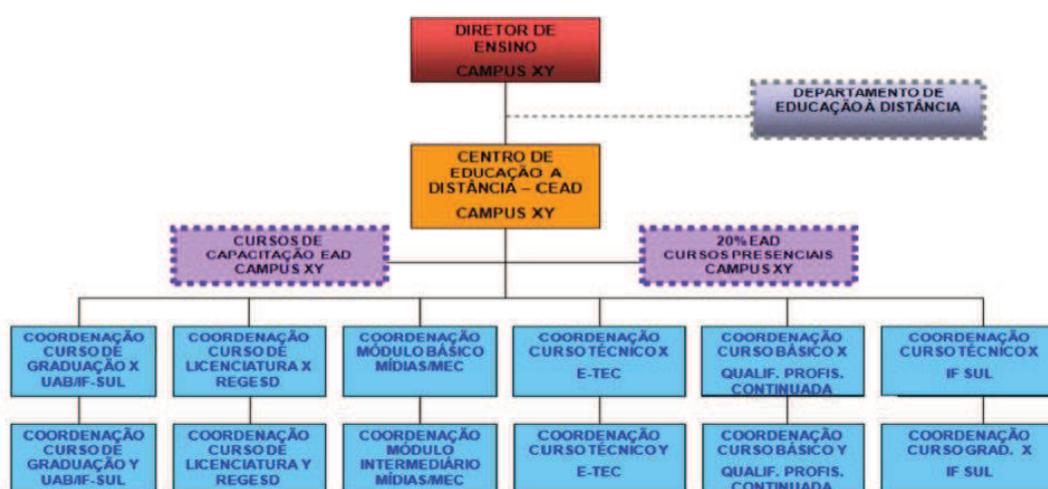
Conforme Anexo 2, as atividades operacionais específicas envolvem o desenvolvimento dos cursos junto aos seus campi de origem. Neste modelo, a coordenação de um curso específico deve participar de todos os processos, pertinentes ao seu campus que pertence, envolvidos na oferta do curso até a oferta propriamente dita. Neste modelo considera-se que um campus sempre acaba envolvido e despendendo maior esforço institucional para aquele curso em questão, cedendo o coordenador e também professores para o curso.

Segundo este modelo, as atividades operacionais específicas compreendem:

- Participação do coordenador do curso nas reuniões gerenciais com os coordenadores de cursos presenciais do mesmo nível (cursos técnicos, cursos de graduação, cursos de pós-graduação) junto às respectivas diretorias de ensino do campus;
- Organização e execução das reuniões de colegiado do curso, através de webconferência ou recurso similar;

- Organização dos processos de ingresso de alunos via edital, junto ao campus;
- Comunicação e gerência do corpo de tutores a distância junto ao coordenador do CEAD de cada campus;
- Gestão dos horários e capacidade física/estrutural dos laboratórios, sala de aula e sala de coordenação/tutoria do polo de apoio presencial.

Para atender tais atividades, foi criada a seguinte estrutura, conforme Figura 8, logo abaixo.



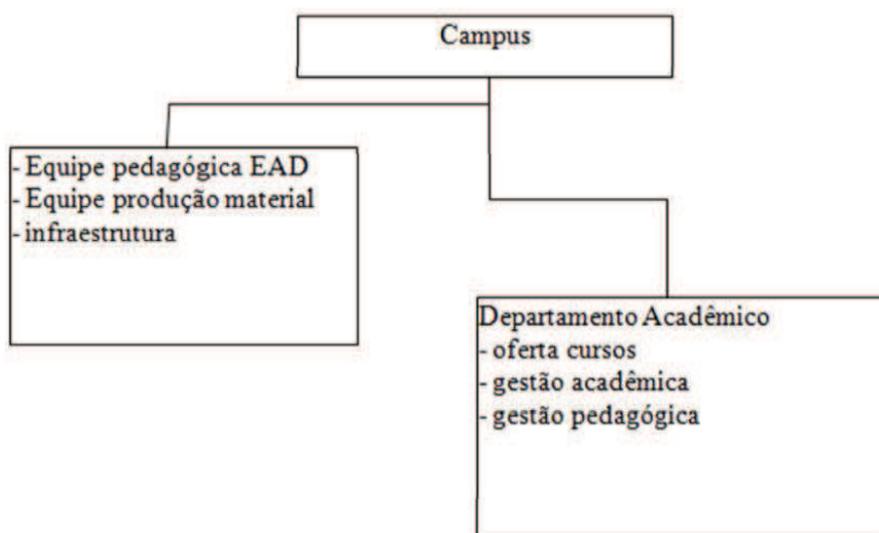
**Figura 8:** Estrutura do modelo semi-centralizado – Atividades Operacionais Específicas  
Fonte: GT3 – EaD – CONIF (Anexo 2)

No modelo estrutural descentralizado de EaD, todas as atividades da educação são de responsabilidade do campus, e devem ser mantidas dentro da mesma estrutura utilizada no ensino presencial. No caso, toda a organização da gestão acadêmica, pedagógica e de infraestrutura deverá ser de responsabilidade do campus e o mesmo estará vinculado a Pró-Reitoria de Ensino. Os campus serão responsáveis por:

- Encaminhamento para aprovação de cursos;
- Infraestrutura física para funcionamento do curso (sala de aula, sala de coordenação, sala de tutoria, mobiliário, recursos computacionais, etc.);
- Custeio de insumos (telefone, correio, deslocamento de professores, diárias, passagens, etc.);
- Manter equipe de produção de materiais e acompanhamento pedagógico;

- Emissão e registro de diplomas e certificados.
- Propor novos cursos;
- Implementação do curso, incluindo o planejamento das necessidades de infraestrutura, capacitação, professores, produção de material e equipe de apoio;
- Gestão acadêmica (registro escolar, emissão ou encaminhamento de documentos relacionados a alunos);
- Gestão pedagógica, incluindo acompanhamento de produção de materiais impressos, virtuais, etc., e execução dos cursos.

A estrutura que nos ajuda a melhor entender o modelo descentralizado é apresentada na Figura 9, logo abaixo.



**Figura 9:** Estrutura do modelo descentralizado

Fonte: GT3 – EaD – CONIF (Anexo 2)

Conforme Anexo 2, cada um dos modelos sugeridos propõem uma infraestrutura que acaba envolvendo atividades de várias naturezas e que nem sempre podem ser desenvolvidas por docentes. Algumas dessas atividades requerem, em alguns casos, mão de obra mais específicas e que não são encontradas no corpo docente e técnico das instituições. Segundo o documento, a ação de fortalecimento da EaD requer que tenhamos um quadro técnico-administrativo tão competente quanto o docente para

suportar as diversas ações necessárias (designer instrucional, técnicos em informática, técnicos em redes de computadores, analistas de sistema, administradores de redes de computadores, web designer).

Nas estruturas atuais, os professores além de suas atividades normais em sala de aula também realizam as ações de execução nas áreas citadas acima. A dedicação compartilhada e o excesso de atividades podem comprometer a qualidade dos serviços prestados, além do *stress* gerado ao docente. O ideal é que essas atribuições operacionais sejam desempenhadas por técnicos-administrativos permanentes.

#### **4.2.2 A Educação a Distância no IFRS**

O IFRS é composto atualmente por dezessete *campi*, distribuídos em várias regiões do Estado, sendo que a reitoria está localizada na cidade de Bento Gonçalves. Fazem parte do Instituto os seguintes *campi*: Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande e Sertão e, em processo de implantação Alvorada, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão. Esta distribuição pode ser visualizada na Figura 12 (p.95).

Neste contexto, podemos dizer que o IFRS nasceu através de uma intencionalidade política, fruto de um contexto social e econômico e da vontade de fortalecer e expandir a Educação Profissional e Tecnológica, inclusive a partir de um novo modelo organizacional.

Segundo IFRS (2012), o mesmo é fruto de histórias institucionais, todas no âmbito da educação profissional, reunindo instituições com trajetórias de décadas e novos campi. A Lei 11.892/2008 instituiu o IFRS a partir da união de três autarquias federais: Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, Escola Agrotécnica Federal de Sertão e Escola Técnica Federal de Canoas. Logo após a promulgação, incorporaram-se ao Instituto dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, de Rio Grande pertencente a Universidade Federal do Rio Grande (FURG). No decorrer do processo foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá e criados os campi de Caxias, Erechim, Osório e Restinga. Estas

instituições hoje fazem parte do IFRS na condição de campi e suas experiências contribuem para a formação desta nova configuração institucional.

Conforme IFRS (2011) é nesse cenário que se constitui o IFRS, uma instituição organizada a partir de uma estrutura multicampi essencialmente compromissada com um projeto, que articula necessariamente a prática educativa com as ações transformadoras, com a produção de conhecimento e com a melhoria do homem. Ainda, no conjunto de propostas de ação do IFRS destaca-se a articulação da educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, com foco na educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

Para Pacheco (2011), esse novo desenho constituído traz como principal função a intervenção na realidade, tendo como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional. Para o autor, o papel dos IFs é o de garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil tendo como uma de suas finalidades a de atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania.

Sendo assim, o IFRS, em consonância com a história que traduz a sua criação e com a legislação específica de sua criação, tem como pilares das suas ações as seguintes:

- Oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, especialmente no que tange ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- Desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de produção e recriação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- Promoção da integração e da verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior;
- Compromisso com a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no seu âmbito de atuação;
- Desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Realização e fomento da pesquisa aplicada, da produção cultural, do empreendedorismo, do cooperativismo e do desenvolvimento científico e tecnológico;
- Promoção da produção, do desenvolvimento e da transferência de tecnologias sociais, com atenção especial as que dizem respeito à preservação do meio ambiente. (IFRS, 2011. p.6)

Neste sentido, destacamos a incorporação a sua estrutura de campi o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (CEFET-BG), a Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Colégio Técnico da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) pois os mesmos trouxeram consigo as suas participações individuais com EaD através de programas próprios ou através da participação no então Sistema e-Tec Brasil.

Neste momento, conforme SEED (2008), integraram o primeiro grupo do edital nº. 01/2007/SEED/SETEC/MEC, cinquenta projetos de cursos de trinta instituições de ensino técnico, sendo que o Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), atual Campus Rio Grande, teve o projeto aprovado para a oferta do curso Técnico em Informática com ênfase em Desenvolvimento de Software e no mesmo grupo, a Escola Técnica da UFRGS, atual Campus Porto Alegre, teve o projeto aprovado para a oferta do curso Técnico em Monitoramento e Controle Ambiental. Os mesmos foram aprovados para serem ofertados em quatorze cidades polos tendo a previsão de início de suas aulas a partir do mês de março de 2008.

Em uma perspectiva histórica, a EaD do Colégio Técnico da FURG aconteceu antes mesmo do programa e-Tec, ela teve seu início em 2004 quando da criação do seu NEAD (Núcleo de Educação a Distância). Mais tarde, em 2006, o NEAD começa a ofertar cursos gratuitos a comunidade a fim de popularizar a EaD e também aprender mais sobre esta modalidade de Educação. O primeiro curso ofertado foi o de “Capacitação em Sensoriamento remoto aplicado ao meio ambiente interativo de aprendizagem” no período de agosto a novembro de 2006. Após foram ofertados mais dois cursos gratuitos a comunidade na modalidade EaD: o de Cartografia Básica para professores e, o de Novas Tecnologias em Educação. A partir do segundo semestre de 2006, o NEAD/CTI em parceria com a FURG, atendendo um convite da então Secretaria de Educação a Distância do MEC – SEED, começou a ministrar o Programa de Formação Continuada Mídias na Educação, que tinha o objetivo de atualizar as linguagens, integrar as mídias e as tecnologias, renovar as estratégias didáticas garantindo aos educadores condições de produção em diferentes linguagens de quatro mídias básicas: material impresso, TV e vídeo, rádio e informática. Foram atendidos os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

No ano de 2009 formou-se a primeira turma de Especialistas em Mídias na Educação no Brasil e até julho de 2012 foram diplomado mais de 400 Especialistas em

Mídias na Educação, além de termos certificados mais de 1000 estudantes na modalidade de extensão (certificações intermediárias do Mídias na Educação). Pode-se dizer que o curso Mídias na Educação foi um marco no NEAD e na FURG.

Ainda conforme SEED (2008), a participação do CEFET-BG se deu através do mesmo edital mas com previsão de início de seu curso para junho de 2008, vindo a fazer parte de um segundo grupo no qual constava cinquenta e oito projetos de cursos de trinta e duas instituições de ensino técnico. Mas, assim como visto no processo do Colégio Técnico da FURG, conforme CEFET-BG (2005), o NEAD foi criado no ano de 2005. Mais tarde, em 2006 houve a participação do edital da UAB através de uma parceira com a UFRGS para a oferta do curso Tecnólogo em Planejamento e Desenvolvimento Rural. Esta parceria foi necessária uma vez que o CEFET-BG não estava credenciado junto ao MEC para a oferta de cursos na modalidade a distância. No ano de 2007, o NEAD do CEFET-BG realizou um curso sobre ferramentas de ensino a distância e Teleduc para dez servidores do CEFET-BG. Ainda em 2007, teve início o curso de Tecnologia em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural com o oferecimento de trezentas vagas na modalidade EaD em dez polos distintos e no mesmo ano o CEFET-BG participou de Edital de Chamada Pública para o e-Tec.

Segundo CEFET-BG (2008), no ano de 2008 um pequeno grupo de professores participou do primeiro encontro presencial do Curso de Gestores para a EaD, organizado pelo MEC e realizado em Curitiba - PR, com o objetivo de capacitar os docentes na Gestão de EaD. Desta forma, o encontro, possibilitou aos envolvidos ampliarem a sua visão em relação a gestão de cursos nessa modalidade. No mesmo ano, deu-se início ao uso do AVA Moodle junto aos estudantes de diferentes modalidades educacionais e o CEFET-BG teve aprovada a oferta do curso Técnico em Informática com ênfase na Formação de Instrutores. Este curso teve início em março de 2009, por meio de parceria direta entre o já “transformado” Campus Bento Gonçalves e a prefeitura do município de São Francisco de Paula, sendo ofertadas cento e cinquenta vagas naquele momento. Pelo programa e-Tec o início se deu em agosto de 2009 com a oferta de noventa vagas distribuídas entre três cidades polos. Com a oferta das vagas divididas entre as parcerias e o programa e-Tec, a EaD no Campus Bento Gonçalves, ficou conhecida, informalmente, por EaD Institucional quando se tratava de cursos ofertados pelas parcerias realizadas diretamente com as prefeituras e por EaD e-Tec quando o curso era ofertado nos polos previamente selecionados pela SEED/MEC.

A EaD na Escola Técnica da UFRGS, pelos dados que podemos apurar, se deu através da oferta do Curso Técnico em Meio Ambiente. Este curso foi criado para também atender o edital citado anteriormente e teve seu início no ano de 2008 sendo que foram ofertadas duzentos e setenta e cinco vagas distribuídas entre nove polos de apoio presencial.

Seguindo a mesma linha, podemos dizer que a EaD no âmbito do IFRS, pode ser entendida a partir do momento em que estas instituições participaram do Edital de Seleção nº 01/2007/SEED/SETEC/MEC de abril de 2007 cujo o objetivo era o de selecionar propostas de cursos e possíveis cidades polos que iriam participar do programa e-Tec. Cabe lembrar que este programa foi instituído em 12 de dezembro de 2007, através do Decreto nº 6.301 e logo mais em 27 de fevereiro de 2008, é apresentado o resultado da avaliação dos projetos inscritos no Edital de Seleção, citado anteriormente, de acordo com os pareceres emitidos pela Comissão de Seleção.

Neste contexto, com base na experiência vivenciada pelo autor da tese, é possível dizer que em um primeiro momento, o modelo de gestão de EaD, utilizado no IFRS, era o modelo centralizado, só que ao invés das atividades estarem totalmente sob a responsabilidade de algum órgão pertencente a Reitoria, as atividades relacionadas a EaD eram desenvolvidas no âmbito de cada campus, ficando sob sua total responsabilidade, não tínhamos ainda uma representação junto a Reitoria. Cada campus possuía um coordenador do NEAD, um coordenador geral do programa do qual participava, neste caso o programa e-Tec Brasil, e demais atores envolvidos no processo de oferta do curso, utilizando-se da estrutura de pessoal e física do próprio campus e realizando todas as tarefas inerentes a ofertas dos cursos, desde a criação do projeto pedagógico até mesmo a responsabilidade pela compra de material de consumo, por exemplo. Atualmente, com a criação do Departamento de EaD, vinculado a Pró-Reitoria de Ensino, conforme apresentado na Figura 4 (p.66), há uma busca pelo modelo semi-centralizado, onde as “responsabilidades” pela oferta dos cursos são divididas entre os coordenadores da EaD junto a Pró-Reitoria de Ensino e pelos responsáveis pela EaD junto aos campus.

O próximo capítulo apresenta a metodologia da pesquisa, ou seja, o caminho percorrido para responder as questões, inicialmente propostas, e o problema de pesquisa.

## 5 Metodologia da pesquisa

Para o desenvolvimento desta tese que investiga o processo de institucionalização da EaD no IFRS optou-se por uma pesquisa de origem **qualitativa e quantitativa**. Sendo assim, de acordo com a delimitação do problema, das questões e dos objetivos desta tese, podemos dizer que a pesquisa é de natureza **exploratória**, e que o **estudo de caso**, como estratégia de pesquisa, contribuirá para a obtenção de resultados significativos.

Moraes (1999) nos diz que:

Quando se tratar de uma pesquisa numa abordagem quantitativa esta descrição envolverá a organização de tabelas e quadros, apresentando não só as categorias construídas no trabalho, como também computando-se frequências e percentuais referentes às mesmas. Poderá haver diferentes tipos de tabelas, de acordo com os níveis de categorização utilizados.

Quando se tratar de uma pesquisa numa abordagem qualitativa a descrição será geralmente de outra ordem. Para cada uma das categorias será produzido um texto síntese em que se expresse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas. Geralmente é recomendável que se faça uso intensivo de “citações diretas” dos dados originais. (p.7-32)

Neste contexto, conforme Minayo (2010)

A diferença entre a abordagem quantitativa e qualitativa da realidade social é de natureza e não de escala hierárquica... Os dois tipos de abordagem e dos dados delas advindos, porém, não são incompatíveis. Entre eles há uma oposição complementar que, quando trabalhada teórica e praticamente, produz riquezas de informações, aprofundamento e dando maior fidedignidade interpretativa. (p.22)

A análise qualitativa é subsidiada pelos documentos oficiais da instituição, em contraposição as respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa aos questionários aplicados. Nas respostas aos questionários, buscaremos entender como está ocorrendo o processo de institucionalização e possíveis desafios da inserção da modalidade EaD no contexto do IFRS, buscando evidenciar elementos que promovam a reflexão, a partir das hipóteses levantadas na problematização e focalizando argumentos que reforcem ou proporcionem uma mudança de pensamentos.

Segundo Manzato e Santos (2014) a análise quantitativa nos ajudará a medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes etc. de um universo (público-alvo) através de uma amostra que o represente. Para os autores, o questionário também pode ter indicadores qualitativos desde que o estudo permita.

Para Triviños (1987), os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar a sua experiência em torno de um determinado problema. Neste caso, o pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica. Para Gil (2008) as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Para o autor, habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso, sendo que o objetivo é o de proporcionar uma visão geral e aproximada acerca de um determinado fato. Sendo este fato pouco explorado tornando difícil a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis.

No que se refere ao estudo de caso, conforme Yin (2001) a necessidade surge do desejo de querer compreender fenômenos sociais complexos. Nesse sentido, o autor ressalta que, “...o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real...” (p. 21).

André (1999) acredita que “os estudos de caso são extremamente úteis para conhecer os problemas e ajudar a entender a dinâmica da prática educativa” (p. 50). E, quando um estudo de caso retratar um problema da área de educação em toda a sua complexidade individual e social estaremos contribuindo para o avanço do conhecimento científico na área. Além disso, é importante também apontar caminhos que busquem solucionar os problemas encontrados.

### **5.1 Os sujeitos da pesquisa**

Para melhor compreender como a EaD está se constituindo no IFRS elegemos os sujeitos considerados envolvidos diretamente nesse processo. Sendo assim, os sujeitos da pesquisa foram selecionados com base nos seguintes critérios:

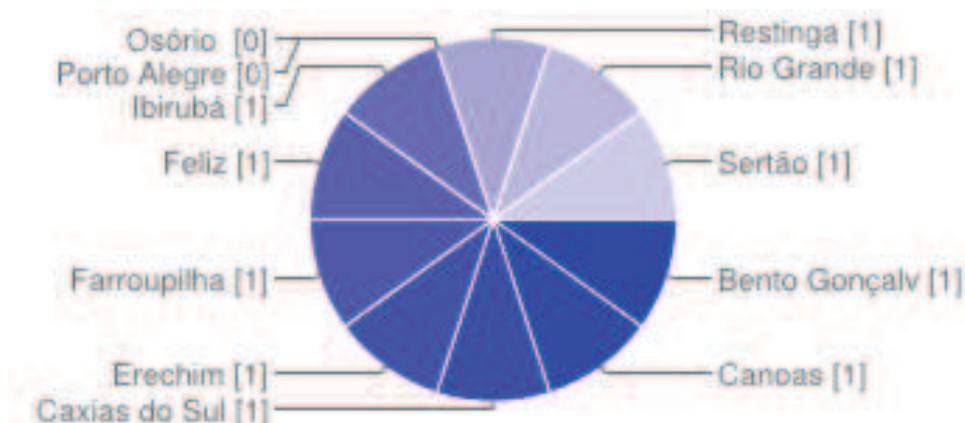
- Gestar a área de ensino do instituto,
- Gestar a área de EaD do instituto,
- Gestar a área de ensino do campus,
- Gestar a área de EaD do campus e,
- Pertencer ao quadro docente.

Após aplicarmos os critérios, tem-se os seguintes sujeitos como participantes da pesquisa:

- Gestores em nível da reitoria,
- Gestores em nível dos campi e,
- Docentes do instituto.

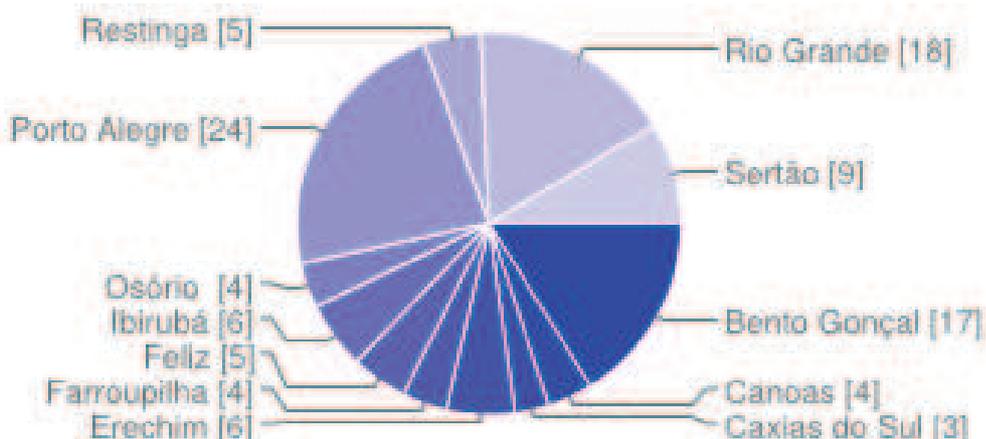
Neste contexto, após aplicação dos questionários (Apêndices 2, 3 e 4 ), um processo que levou aproximadamente três meses, obtemos as seguintes participações:

- Num total de quatro sujeitos selecionados em nível de gestores pertencentes à reitoria, foram obtidas duas participações. Os demais sujeitos, não se manifestaram.
- Num total de doze sujeitos selecionados em nível de gestores pertencentes aos campi, foram obtidas dez participações, conforme é possível visualizar na figura abaixo. Os demais sujeitos, não se manifestaram.



**Figura 10:** Representação gráfica da participação dos Gestores dos Campi  
Fonte: GoogleDocs – Questionário aplicado aos gestores dos campi

- Num número aproximado de seiscentos e cinquenta docentes, distribuídos nos diferentes campi pertencentes aos IFRS, foram obtidas cento e oito participações, o que representa aproximadamente 16% da população pretendida, conforme é possível observar na figura abaixo. Os demais sujeitos, não se manifestaram.



**Figura 11:** Representação gráfica da participação dos Docentes  
 Fonte: GoogleDocs – Questionário aplicado aos docentes

## 5.2 Instrumentos de coleta de dados e metodologia de análise

O estudo de caso conta com vários instrumentos para a produção de dados, nesta tese optamos pelo uso de **documentos** e de **questionário**.

A primeira fonte de evidências que nos ajudará nesta pesquisa são os documentos, que segundo Gil (2008), podem ser documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos e também inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc.

Segundo o autor, o material coletado e analisado é utilizado para corroborar evidências de outras fontes e/ou acrescentar informações, os documentos podem fornecer “pistas” sobre outros elementos.

Os documentos que nortearam a pesquisa nesta etapa passaram pelos documentos oficiais da instituição. Com isto, buscamos identificar através dos mesmos as regulamentações que regem a EaD e conseqüentemente tentamos entender o processo de constituição da mesma no âmbito do IFRS. Isto se deu por meio da coleta de dados e informações através dos sítios internet tanto em nível de reitoria como em nível dos campi.

Nesta coleta, tivemos acesso ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ao Projeto Pedagógico Institucional do IFRS (PPI), ao Regimento Geral do IFRS, aos Regimentos Gerais dos Campi, a alguns Relatórios de Gestão e Planos de Ação tanto em nível da reitoria como em nível de campus, Minuta que regulamenta a EaD no IFRS, Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores (PPC) e demais documentos que ao longo do processo iam se mostrando necessários de serem analisados. Cabe aqui salientar que os documentos aos quais tivemos acesso, são os documentos que estavam em vigor no momento da coleta. Este processo teve como objetivo buscar por registros que pudessem nos ajudar a contextualizar a EaD no IFRS.

**Quadro 4:** Critérios para avaliação dos documentos

Critérios avaliados	Análise
Concepção	Se existe, qual a concepção de EaD presente nos documentos?
Oferta da EaD	Quando menciona a possibilidade de oferta ou uso da modalidade EaD.
Metodologia	Como os cursos serão ofertados.
Infraestrutura	Qual(is) o indicativo(s) de infraestrutura necessária para a modalidade EaD.
Capacitação	Como se dará o processo de capacitação para atuação na modalidade EaD.

Fonte: elaborado pelo autor

Outra fonte de evidências são os questionários. Witt (1973, p. 4) nos diz que o questionário é “um procedimento onde as respostas são formuladas por escrito e não se requer a presença do entrevistador”. O autor define questionário como “sendo uma série de perguntas organizadas como o objetivo de levantar dados para uma pesquisa, cujas respostas são fornecidas pelos informantes, sem assistência direta ou orientação do investigador”.

Para Thornton (2005)

... O uso e abuso dos questionários na entrevista individual como opções de respostas fechadas comportavam uma desvantagem essencial: o entrevistado via limitada suas respostas às opções oferecidas e, além disso, os fatos podiam involuntariamente ser distorcidos pelo entrevistador. Por outro lado, o método das perguntas abertas, porém sem estabelecer limites e objetivos, gerava em muitos casos confusão e informação de pouca

relevância e de difícil categorização.... Em resumo, os dados obtidos em uma entrevista individual representam com igual probabilidade tanto as ideias pré-concebidas do entrevistador como as atitudes do sujeito entrevistado. (p. 13)

Neste caso, o uso de questionários se justifica, uma vez que o campo empírico da pesquisa envolveu os gestores e docentes do IFRS tanto em nível de Reitoria, como em nível de campus. Outro fator não menos importante é a “distância geográfica” que também influenciou a opção pelo uso de questionários, conforme pode ser visto na Figura 12 abaixo.



**Figura 12:** Mapa da distribuição dos campi que compõem o IFRS

Fonte: Página Web do IFRS<sup>25</sup>

Na construção dos questionários buscou-se identificar variáveis que pudessem ajudar na compreensão sobre como está acontecendo a institucionalização da EaD no IFRS, a partir da visão dos diferentes atores envolvidos nesse processo.

Segundo Mattar (1996), um instrumento de coleta de dados geralmente é formado de cinco partes: dados de identificação, solicitação para cooperação, instruções para sua utilização, as perguntas, questões e as formas de registrar as respostas e por fim

<sup>25</sup> Disponível em: [http://ifrs.edu.br/site/midias/imagens/gd/20138695111838mapa\\_atual\\_2013.jpg](http://ifrs.edu.br/site/midias/imagens/gd/20138695111838mapa_atual_2013.jpg)

os dados para classificar os elementos pesquisados. Segundo o mesmo autor, a construção deste instrumento deve seguir os seguintes passos: determinação dos dados a serem coletados, determinação do instrumento, redação do rascunho, revisão e pré-testes e a redação final e aplicação.

Neste caso, os questionários foram formulados com questões abertas e fechadas. Para Alcoforado (2013), as questões de resposta aberta permitem ao entrevistado construir a resposta com as suas próprias palavras, permitindo, deste modo, a liberdade de expressão e, as questões de resposta fechada, são aquelas nas quais o entrevistado apenas seleciona a opção (entre as apresentadas), que mais se adéqua à sua opinião. Segundo a autora, os questionários que possuem os dois tipos de pergunta são considerados questionário do tipo misto.

No mesmo instrumento de pesquisa também utilizamos perguntas envolvendo a Escala de **Likert**. Segundo Brandalise (2005), com o uso desta escala, os sujeitos entrevistados constroem níveis de aceitação dos produtos e serviços, conforme suas experiências e influências sociais, sendo que as mesmas requerem que os sujeitos indiquem seu grau de concordância ou discordância com declarações relativas à atitude que está sendo medida. Portanto, neste caso, utilizamos escalas que contemplasse: **Concordo Plenamente, Concordo, Indiferente, Discordo e Discordo Plenamente**.

Após a revisão do questionário, foi realizado o teste do instrumento com um grupo de sujeitos. Assim, os erros identificados foram corrigidos e, na sequência, iniciou-se a fase de aplicação do questionário.

No questionário aplicado aos gestores em nível de reitoria buscou-se identificar o sujeito, suas concepções com relação a EaD e sua visão relacionada ao processo de institucionalização desta modalidade, no instituto.

No questionário aplicado aos gestores em nível de campus buscou-se identificar o sujeito, as suas concepções com relação a EaD, se o campus já atuou ou atua com EaD e tempo de atuação; em caso positivo, quais os tipos de cursos ofertados bem como os meios e recursos didáticos utilizados na oferta, tipo de organização e estrutura que o campus possui relacionada a EaD, obstáculos enfrentados para o uso desta modalidade, visão geral da equipe envolvida e sua visão com relação ao processo de institucionalização desta modalidade, no instituto.

No questionário aplicado aos docentes buscou-se identificar o sujeito, suas concepções com relação a EaD, sua visão relacionada ao processo de institucionalização

desta modalidade em seu campus ou no instituto, sua visão sobre esta modalidade e, por fim, a forma como compreendia a EaD no seu próprio campus.

É desta forma que os dados foram produzidos, a fim de obter elementos sistemáticos para análise de aspectos fundamentais que permitam compreender o problema e questões que orientam o desenvolvimento desta tese.

Após a coleta dos dados, esses foram organizados e analisados por meio do uso da técnica de **análise de conteúdo**.

Segundo Moraes (1999), a análise de conteúdo constitui uma metodologia de análise de dados usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a interpretar e a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Para o autor, a matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer material, o mesmo pode ser oriundo de comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos auto-biográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, etc.

Neste contexto, após termos realizado o levantamento dos documentos oficiais que referenciam ou tratam da EaD, levando em consideração o contexto do IFRS, foi aplicado um questionário junto aos campi pertencentes ao instituto. Este questionário serviu para nos dar uma visão geral de como se encontra estruturada a EaD enquanto a sua institucionalização no âmbito dos campus e da própria reitoria do IFRS. Os questionários foram disponibilizados eletronicamente via GoogleDocs e o acesso ao foi disponibilizado aos participantes da pesquisa através de seu respectivo endereço de correio eletrônico pessoal e/ou institucional.

Assim, os dados originados dos questionários, foram organizados em quatro categorias: 1. Concepção; 2. Saberes; 3. Institucionalização; 4. Capacitação; conforme o quadro que segue. A partir dessas categorias é que os dados coletados foram analisados.

**Quadro 5:** Categorias

<b>Questões</b>	<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>	<b>Atores</b>
Qual a concepção de EaD na perspectiva dos diferentes atores?	Concepção	Nesta categoria buscamos conhecer a concepção dos sujeitos pertencentes a pesquisa com relação a EaD.	Gestores da Reitoria Gestores dos Campi Docentes
Quais os saberes os atores acreditam ser necessários para atuar em EaD?	Saberes	Nesta categoria buscamos conhecer quais os saberes ou conhecimentos os atores acreditam ser necessário ter domínio para atuarem na modalidade EaD.	Gestores da Reitoria Gestores dos Campi Docentes
Como está ocorrendo a formação/capacitação para atuação com a modalidade EaD no IFRS?	Capacitação	Nesta categoria buscamos conhecer a visão dos sujeitos pertencentes a pesquisa com relação ao processo de capacitação dos mesmos para atuarem na modalidade EaD, se sentem-se preparados e aceitavam atuar nesta modalidade. Se houve diálogo sobre o assunto.	Gestores da Reitoria Gestores dos Campi Docentes
Qual a visão dos atores sobre o processo de institucionalização da EaD no IFRS?	Institucionalização	Nesta categoria buscamos conhecer a visão dos sujeitos pertencentes a pesquisa com relação a institucionalização da EaD no IFRS buscando identificar os processos atuais em desenvolvimento com relação a modalidade da EaD. Quais as iniciativas que compreendiam como fundamentais para implantação ou continuidade desta modalidade junto ao IFRS. Qual o tipo de organização e/ou estrutura que o campus possui com relação a EaD. Na visão do sujeitos, quais os obstáculos enfrentados ou a serem enfrentados para implementação da EaD. Se houveram incentivos ou investimentos para esta implementação. Buscamos saber se já houve discussão sobre esta modalidade com a comunidade acadêmica, se a mesma era favorável a implantação ou não da EaD.	Gestores da Reitoria Gestores dos Campi Docentes

Fonte: elaborado pelo autor

## 6 Análise dos dados e Resultados

Nos capítulos anteriores, apresentamos a criação da Rede Federal de Ensino, perpassando pela história da EaD no Brasil, apresentando as políticas públicas com ênfase nesta modalidade de ensino, o Plano Nacional de Educação e suas metas, destacando as que abrangem a EaD e o papel dos IFs em relação ao cumprimento destas metas.

Neste contexto, discutimos a inserção da EaD nos IFs e apresentamos o programa e-Tec abordando a relação deste com o processo de institucionalização EaD. Após apresentamos temas sobre gestão da Educação a Distância, trazendo alguns modelos e teorias. Por fim, trouxemos o cenário no qual a EaD se encontra no âmbito do IFRS, objeto desta tese.

Após esta breve contextualização, apresentaremos a seguir, com base na metodologia apresentada no capítulo anterior, o que dizem os documentos oficiais do IFRS sobre EaD e em seguida apresentaremos a EaD no IFRS na visão dos atores envolvidos na pesquisa.

### 6.1 *O que dizem os documentos oficiais do IFRS sobre Educação a Distância*

Segundo Gil (2008), o material coletado e analisado é utilizado para corroborar evidências de outras fontes e/ou acrescentar informações, os documentos podem fornecer “pistas” sobre outros elementos.

Neste contexto, após a busca pelos documentos, a análise de conteúdo seguiu a ordem cronológica de suas criações. Para tal, utilizamos alguns critérios que serviram como base para orientar a análise dos documentos institucionais, conforme o Quadro 4 (p. 94).

Sendo assim, o primeiro documento analisado foi o Plano de Desenvolvimento Institucional<sup>26</sup> (PDI – 2009/2013). O mesmo foi publicado em junho de 2009 e na sua apresentação podemos ler:

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul tem como objetivo colocar em destaque aspectos conceituais previstos na legislação dos Institutos Federais

---

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010914181617125pdi.pdf>

bem como os princípios norteadores que estarão subsidiando as políticas de ensino, pesquisa e extensão previstas no seu planejamento. (IFRS, 2009. p.5)

No que se refere a atuação do Instituto Federal do IFRS com relação ao ensino, o documento diz o seguinte:

A atuação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul no que se refere ao ensino deve contemplar a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino, desde cursos de qualificação, formação inicial e continuada de trabalhadores, ensino médio, ensino técnico, cursos superiores de tecnologia, bacharelados, engenharias, licenciaturas, cursos de especialização lato e stricto sensu, cursos presenciais, semi-presenciais, EAD, Proeja, desde que observada a vocação regional, as necessidades e demandas pesquisadas, conforme prevê o presente documento e o Projeto Pedagógico Institucional. (IFRS, 2009 p.52)

Nesta mesma linha, o PDI, descreve que a educação a distância tem-se constituído uma tendência mundial, especialmente por que muito se tem estudado em relação a essa modalidade de ensino e que é preciso se entender que a educação à distância é uma modalidade de ensino muito importante para o acesso a uma educação de qualidade.

Entretanto, para nortear a implantação da EaD e a oferta de cursos nesta modalidade o documento aponta a necessidade de implantação de núcleos de educação a distância juntos aos campus que compõem o instituto.

[...]

A implantação do núcleo de educação à distância tem por objetivo propiciar a formação profissional, em diversos níveis (formação inicial e continuada, técnico, tecnológico e pós-graduação) na modalidade de educação à distância, a fim de levar os cursos para as regiões distantes geograficamente do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, representado pelos Campi, e para a periferia dos grandes centros/cidades do Estado do Rio Grande do Sul, incentivando os cidadãos a concluírem seus estudos e/ou se profissionalizarem.

Os cursos serão desenvolvidos pelos campi pertencentes ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul, nos quais os alunos matriculados receberão atendimento presencial da equipe de tutores que serão selecionados e capacitados para o desempenho dessa função. Os campi de Bento Gonçalves e Porto Alegre são instituições do Instituto Federal do Rio Grande do Sul que já atuam nessa modalidade de ensino e podem contribuir para a organização e incremento para outras áreas e cursos.

[...] (IFRS, 2009 p. 58)

Sendo que os mesmos serão responsáveis por:

No Instituto, será de responsabilidade do Núcleo de Educação à Distância:

- Equipar os campi com os suportes tecnológicos (plataforma moodle, biblioteca virtual e laboratórios) necessários ao desenvolvimento dos cursos.
- Preparar a estrutura física dos campi para o desenvolvimento das aulas, como laboratórios e salas de estudo.

- Disponibilizar os recursos humanos necessários ao funcionamento dos cursos na modalidade a distância.
  - Auxiliar no desenvolvimento do material didático-pedagógico específico para cada curso, considerando as especificidades da modalidade a distância.
  - Coordenar o processo de implementação do curso.
  - Disponibilizar o corpo docente com formação específica para desenvolver o Projeto.
  - Administrar o orçamento.
  - Avaliar as ações.
- (IFRS, 2009 p. 59)

Ainda, o documento nos diz que a metodologia para a oferta dos cursos fará uso das TIC sendo que a infraestrutura necessária para esta oferta deverá ser complementada com a infraestrutura de tecnologia dos campi composta por laboratórios de informática com acesso à Internet, laboratórios didáticos, salas de videoconferência e espaços administrativos e de estudo que garantem ao aluno as condições necessárias para desenvolver as atividades acadêmicas do curso. Dessa forma, os cursos apresentados deverão atentar para a demanda pela formação identificada nos municípios, independente de nível.

Neste contexto, o próximo documento que foi analisado foi o Projeto Pedagógico Institucional do IFRS (PPI)<sup>27</sup>. O mesmo foi levado a assembleia geral em setembro de 2011 e publicado em março de 2012.

Segundo o documento, o PPI representa sempre um processo contínuo, de construção coletiva, da intersecção de convicções que orientam as práticas de ensino e de aprendizagem, do investimento constante no aprimoramento das relações, compreendidas como principal fonte do desenvolvimento humano. Com base no artigo 80 da LBD de 1996 e no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 que regulamenta o artigo anteriormente citado, a EaD no PPI aparece como um modalidade de ensino que possibilita a realização de cursos técnicos por meio de diferentes suportes de informação, veiculados pelos diversos meios de comunicação em municípios distantes da localização geográfica de seus campi facilitando o acesso à Educação Profissional sendo a mesma uma ferramenta de inclusão social, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos.

Segundo o PPI,

[...]

A implantação dos núcleos de educação a distância tem por objetivo propiciar a formação profissional, em diversos níveis (formação inicial e continuada,

---

<sup>27</sup> Disponível em: [http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201226102555931ppi\\_versao\\_final.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201226102555931ppi_versao_final.pdf)

técnico, tecnológico, licenciatura, bacharelado e pós-graduação). Uma das principais metas da Educação a distância é levar os cursos para as regiões distantes geograficamente do IFRS, através dos pólos de EaD, possibilitando aos cidadãos uma oportunidade de concluírem seus estudos e/ou se profissionalizarem-se. (IFRS, 2012 p.47)

Indo ao encontro desta ideia, o PPI reforça que o IFRS deve oferecer aos professores, referenciais e suportes teóricos e práticos, que possibilitem a capacitação para atuarem nessa modalidade de ensino, tendo em vista o desenvolvimento de competências e habilidades para a plena formação do estudante, como cidadão e profissional qualificado.

Já em dezembro de 2011, através da Resolução nº 111<sup>28</sup>, conforme Art. 1º foram aprovadas as diretrizes (Anexo 1) para a oferta de Cursos na Modalidade de Educação à Distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Estas diretrizes apresentam as orientações necessárias quanto a organização (estrutura) da EaD, descreve o papel docente e apresenta orientações para oferta dos cursos nesta modalidade.

Em abril de 2013, conforme Brasil (2013), é indicado um responsável para exercer a função de Coordenador da Coordenadoria de Educação à Distância, vinculado a Pró-reitoria de Ensino, levando em consideração o organograma apresentado na Figura 4 (p.66), cujo objetivos principais a o assessoramento à Pró-Reitoria de Ensino nas questões relativas a cursos ou projetos educativos na modalidade à distância, além de articular, implementar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução dos projetos de EaD do IFRS.

Nessa perspectiva, os próximos documentos que foram analisados foram os Regimentos Internos de cada campus, os Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores e os Planos de Ação correspondentes ao período entre 2010 a 2013 (IFRS 2010, 2011, 2012, 2013).

Neste contexto, buscou-se informações junto aos Regimentos Internos a fim de compreender como a EaD é tratada em cada campus. No entanto, somente em dois campus a EaD está presente em seu organograma, aparecendo como um núcleo de EaD vinculado a diretoria de ensino do campus, nos demais campus não obtivemos acesso ao organograma e nesta mesma linha, em seis regimentos internos a EaD é citada e reconhecida como uma modalidade de ensino, nos outros seis a mesma não é citada ou

---

<sup>28</sup> Disponível em:

[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201202313371636resolucao\\_n%C2%BA\\_111\\_aprova\\_as\\_dirtrizes\\_para\\_a\\_ead\\_ifrs.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201202313371636resolucao_n%C2%BA_111_aprova_as_dirtrizes_para_a_ead_ifrs.pdf)

não obtivemos acesso a essa informação. Na análise dos documentos relacionados aos projetos pedagógicos dos cursos superiores ministrados no IFRS, buscou-se informações que pudessem evidenciar o amparo legal que a Portaria 4.059 proporciona, uma vez que, a mesma institui em seu artigo 1º:

§1º. Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.

§ 2º. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso. (BRASIL, 2004)

Neste sentido, dos cinquenta e dois cursos superiores ofertados pelo IFRS, distribuídos em doze campi, tivemos acesso a trinta e três projetos pedagógicos, sendo que somente em quatro projetos pedagógicos encontramos informações que vão ao encontro da Portaria 4.059, mencionando a possibilidade do uso da modalidade semipresencial em suas diretrizes. Cabe aqui salientar que a maioria dos projetos pedagógicos foram criados, reformulados e ajustados a partir do ano de 2011.

Para os cursos ofertados em nível médio temos a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, a mesma define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Em seu capítulo 3 é previsto a duração dos cursos com a possibilidade de oferta de atividades não presenciais de até 20% da carga horária diária do curso, sendo assim, no âmbito do IFRS, no ano de 2014 foi apresentada à comunidade acadêmica, a Minuta da Organização Didática (OD) da Instituição sendo que nesta não encontramos diretrizes que permitam o uso dos 20% nos cursos de nível médio, conforme prevê a resolução acima citada.

Com relação aos Planos de Ação, observou-se que os mesmos foram sistematizados através de uma metodologia de planejamento que atende as realidades pontuais de cada campus e atende as realidades de cada Pró-Reitoria de uma forma mais abrangente, atendendo as necessidades gerais do IFRS.

É importante destacar que muitas atividades previstas em um plano tiveram seu início programado e apresentado no relatório do ano em questão, mas por se constituírem ações de efeito contínuo, essas podem vir a integrar os planos de ação dos anos subsequentes.

Os quadros a seguir demonstram os resultados encontrados e nos permitem apresentar as metas gerais apresentadas nos planos de ação.

**Quadro 6:** Síntese do Plano de Ação de 2010 com ênfase na EaD

<b>Plano de Ação 2010</b>		
Responsável	PROEN	
Metas	Desenvolvimento de políticas de Ensino a Distância no IFRS	Situação
Ações	Realizar palestra para apresentar discussões iniciais sobre a política de EAD no IFRS.	Concluída
	Realizar reuniões com os servidores responsáveis pela EAD nos campi que já ofertam essa modalidade de ensino, juntamente com os representantes dos campi que pretendem implementar EAD.	Em execução
	Acompanhar a criação da estrutura necessária para a oferta de EAD nos campi, de acordo com o que foi previsto no Termo de Metas.	Prevista
	Coordenar a elaboração de projetos voltados à EAD para serem submetidos aos órgãos de fomento.	Prevista
Responsável	Diretoria de Ensino/Campus Canoas	
Metas	EAD (Aumento da efetividade e do alcance dos métodos de ensino do Campus Canoas em sua área de atuação através das tecnologias de EAD)	Situação
Ações	Designar representação do campus para a comissão de Ensino a Distância.	Realizado
	Elaborar estudo do uso de EAD para uma maior capilaridade no atendimento as populações da região metropolitana de Porto Alegre.	Prevista
	Criar núcleo de educação à distância do campus Canoas.	Prevista
Responsável	Direção e Coordenações/Campus Rio Grande	
Metas	Modernização dos laboratórios e salas de aula dos cursos técnicos e tecnológicos existentes	Situação
Ações	Adquirir equipamentos e mobiliário para o NEAD.	Prevista

Fonte: Adaptado do Plano de Ação do IFRS 2010.

No que tange as metas encontradas no Plano de Ação de 2010: Desenvolvimento de políticas de EaD no IFRS, EaD (Aumento da efetividade e do alcance dos métodos de ensino do Campus Canoas em sua área de atuação através das tecnologias de EAD) e Modernização dos laboratórios e salas de aula dos cursos técnicos e tecnológicos existentes, é possível perceber que algumas das ações previstas para cumprimento de tais metas foram concluídas, outras se encontram em fase de execução e as demais constam como previstas.

Nos demais quadros que seguem, referentes aos Planos de Ação dos anos entre 2011 e 2013, esta mesma análise não foi possível de ser realizada, pois os documentos não apresentam as situações em que as ações propostas se encontram.

**Quadro 7:** Síntese do Plano de Ação de 2011 com ênfase na EaD

<b>Plano de Ação 2011</b>	
Meta Geral	Oferta de Cursos a Distância
Responsável	Campus Bento Gonçalves
Ações	Manter os cursos atuais
	Divulgar os cursos na mídia regional
	Adotar estratégias para a redução da evasão
Responsável	Campus Caxias do Sul
Ações	Apoiar os demais campi na criação de cursos na modalidade de Educação a Distância.
Responsável	Campus Canoas
Ações	Designar responsável pelo EaD no campus Canoas.
	Colocar todos os materiais de todas as disciplinas desenvolvidas a disposição no Moodle.
	Montar laboratório de mídia para desenvolvimento de material de EaD.
Responsável	Campus Erechim
Ações	Apoiar os demais campi na criação de cursos na modalidade de Educação a Distância.

Responsável	Campus Osório
Ações	Estudar a viabilidade de implantação do EaD no campus.
	Iniciar estudo de demanda.
	Realizar levantamento de equipamentos para viabilizar a EaD.
	Verificar possibilidades de convênios com o Sistema Público de Ensino.
Responsável	Campus Porto Alegre
Ações	Oferta de pelo menos um curso regular na modalidade ensino a distância em 2011.
Responsável	Campus Restinga
Ações	Apoiar os demais campi na criação de cursos na modalidade de Educação a Distância.
Responsável	Campus Rio Grande
Ações	Continuar ofertando a especialização em Mídias na Educação.
	Continuar ofertando o curso Técnico em Informática.
	Ofertar o curso Técnico em Geomática.
Responsável	Campus Sertão
Ações	Qualificar e equipar espaço pedagógico para o funcionamento da webconferência.
	Definir e customizar um ambiente virtual de aprendizagem.
	Ofertar curso técnico na modalidade EaD.
Responsável	Campus Ibirubá
Ações	Criar comissão para tratar da EaD.
	Implementar atividades de capacitação em EaD.
Responsável	Reitoria
Ações	Realizar reuniões com os servidores responsáveis pela EaD nos campi que já ofertam essa modalidade de ensino, juntamente com os representantes dos campi que pretendem implementar a EaD.
	Acompanhar a criação da estrutura necessária para a oferta de

	EaD nos campi, de acordo com o previsto no Termo de Metas.
	Propor e acompanhar a inscrição do IFRS na Associação Universidade em Rede (UNIREDE).
	Propor atividades de capacitação para formação de servidores em EaD.
	Coordenar a elaboração de projetos voltados a EaD para serem submetidos aos órgãos de fomento.

Fonte: Adaptado do Plano de Ação do IFRS 2011.

No Plano de Ação 2011 (Quadro 7), a meta geral apresentada é a “Oferta de Cursos a Distância”, assim, dos dez campi que apresentaram ações a serem realizadas, quatro apresentam ações diretamente relacionadas a esta meta. Destes quatro, dois propõe a continuidade da oferta de cursos já oferecidos e dois propõe a oferta de novos cursos. Os outros seis campi apresentam ações variadas, tais como: iniciar estudo de demanda, levantamento de equipamentos, designar responsável pela EaD, disponibilizar material no moodle, criar comissão para tratar da EaD, etc. Neste contexto, cabe aqui destacar três campi que apresentam a ação “Apoiar os demais campi na criação de cursos na modalidade de Educação a Distância”.

Tendo como subsídio as ações apresentadas, é possível observar que a oferta de cursos na modalidade a distância requer o desenvolvimento de ações prévias e o quadro demonstra que a maioria dos campi ainda não está preparado para tal oferta.

**Quadro 8:** Síntese do Plano de Ação de 2012 com ênfase na EaD

<b>Plano de Ação 2012</b>	
Meta Geral	Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância
Responsável	Campus Bento Gonçalves
Ações	Manter a participação do EaD e estudar a viabilidade de oferta de outras terminalidades e níveis de cursos.
Responsável	Campus Caxias do Sul
Ações	Participar da implantação do Ensino a Distância no IFRS.
Responsável	Campus Canoas
Ações	Constituir o Ensino a Distância no campus Canoas como

	ferramenta de apoio às atividades de ensino.
Responsável	Campus Erechim
Ações	Ampliar o uso da plataforma moodle como ambiente virtual de apoio ao processo de ensino-aprendizagem.
	Criar grupo de estudo para planejar a implantação gradativa da EaD.
Responsável	Campus Farroupilha
Ações	Capacitar todos os docentes e discentes para o uso do Moodle.
Responsável	Campus Ibirubá
Ações	Consolidar a EaD no Campus.
	Promover Atividades de Capacitação em EaD.
Responsável	Campus Osório
Ações	Efetivar curso técnico subsequente em Guia de Turismo na modalidade EaD.
	Integrar Programa E-TEC.
Responsável	Campus Porto Alegre
Ações	Analisar a viabilidade de implantação de cursos técnicos e superiores na modalidade à distância.
	Elaborar os projetos pedagógicos de cursos à distância.
	Implementar novos cursos na modalidade à distância.
Responsável	Campus Rio Grande
Ações	Aprimoramento da estrutura do Núcleo de Educação à Distância.
	Participação em eventos de Educação à Distância.
Responsável	Campus Sertão
Ações	Definição e customização de um ambiente virtual de aprendizagem para oferta de cursos na modalidade EaD.
	Realização de estudos para ofertar cursos na modalidade EaD.

Fonte: Adaptado do Plano de Ação do IFRS 2012.

No Plano de Ação 2012 (Quadro 8), a meta geral apresentada é de “Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância”, sendo assim dos dez campi que apresentaram ações a serem realizadas, três deles propõe a continuidade da oferta de cursos já oferecidos ou a oferta de novos cursos.

Ao analisar o Quadro 8 em relação ao Quadro 7 é possível observar que algumas ações se repetem do Plano de Ação de 2011 para o Plano de Ação de 2012. Nesse contexto, questionamos os motivos que levam a essa repetição, Poderíamos considerar que o fato de ter mudado a meta geral de um ano para outro significa que todas as ações do ano de 2011 tenham sido atingidas?

Cabe destacar ações que refletem este fato: capacitação em EaD, realização de estudos para viabilizar a oferta de cursos na modalidade a distância, disponibilizar material no moodle ou o uso moodle como apoio ao processo de ensino e aprendizagem e a busca pela consolidação da Ead, etc.

Diante disso, questiona-se: qual o lugar da estruturação de um Programa Institucional de EaD, nesse contexto?

**Quadro 9:** Síntese do Plano de Ação de 2013 com ênfase na EaD

<b>Plano de Ação 2013</b>	
Meta Geral	Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância
Responsável	Campus Bento Gonçalves
Ações	Está sendo criada uma comissão com o fim de analisar a possibilidade de manutenção e implementação de novos cursos.
Responsável	Campus Caxias do Sul
Ações	Criação do NEAD – Núcleo de Educação a Distância Câmpus Caxias do Sul.
	Promoção de curso para servidores sobre o uso educacional da Plataforma Moodle.
Responsável	Campus Canoas
Ações	-----

Responsável	Campus Erechim
Ações	-----
Responsável	Campus Farroupilha
Ações	Acompanhamento através do COEN sobre as ações da nova Coordenação de Ensino a Distância/PROEN.
Responsável	Campus Feliz
Ações	Ação iniciada através da indicação do coordenador de EaD no Câmpus.
Responsável	Campus Ibirubá
Ações	-----
Responsável	Campus Osório
Ações	Implantação núcleo de EaD no campus.
	Implantação núcleo de EaD no campus (Extra orçamentário).
	Integrar Programa E-TEC.
Responsável	Campus Porto Alegre
Ações	Elaboração e aprovação dos Cursos Técnicos na modalidade à distância de Redes de Computadores e de Biblioteconomia para serem implementados em 2013/2.
	Reorganização do NEAD para que novos projetos possam ser empreendidos.
	Implementar novos cursos na modalidade à distância.
Responsável	Campus Restinga
Ações	Apoio a Pró-Reitoria de ensino no desenvolvimento da Educação a Distância no IFRS.
Responsável	Campus Rio Grande
Ações	-----
Responsável	Campus Sertão
Ações	Realização de estudos para ofertar cursos na modalidade EaD.

Fonte: Adaptado do Plano de Ação do IFRS 2013.

No Plano de Ação 2013 (Quadro 9), repete-se a meta geral apresentada no Plano de Ação de 2012 que é a de “Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância”, sendo assim dos dez campi que apresentaram ações a serem realizadas, cabe destacar que quatro dos mesmos não apresentam ações a serem desenvolvidas com relação a EaD. Outro ponto que nos chamou a atenção é o fato de que alguns campi que nos planos de ação anteriores propunham ações de “Apoiar os demais campi na criação de cursos na modalidade de Educação a Distância.” ou “Participar da implantação do Ensino a Distância no IFRS.” neste plano propõem ações de “Implantação núcleo de EaD no campus”, fato esse que nos provoca a refletir se não estaria ocorrendo um processo contraditório, pois como poderia uns campi estar apoiando ou participando da implantação da EaD no IFRS sem ao menos ter vivenciado na prática sua própria implantação de um núcleo de EaD?

Numa análise mais abrangente dos quadros apresentados, através de uma linha do tempo, estabelecendo uma relação entre as metas gerais apresentadas em cada quadro e buscando compreender a evolução é possível perceber a preocupação com o desenvolvimento de políticas de EaD no IFRS para posteriormente ofertar cursos na modalidade de educação a distância por meio de um programa institucional de EaD, estruturado e desenvolvido no âmbito do IFRS.



**Figura 13:** Linha do tempo das metas propostas com relação a EaD no IFRS

Fonte: o próprio autor

Num primeiro momento, levando em consideração as metas propostas nos planos de ação, nos parece que o caminho percorrido para a “implantação” da EaD no IFRS aconteceu de maneira satisfatória, no entanto, ao analisarmos os documentos, observa-se que a maioria das ações propostas ou se repetem ao longo dos anos ou estão fora do contexto proposto, dando a impressão que o processo de implantação aconteceu de forma invertida. Neste caso, a linha do tempo, nos mostra que as metas traçadas nos

planos de ação entre 2010 e 2013 parecem estar invertidas, pois não deveria o processo de implantação acontecer de forma inversa, uma vez que as metas dos anos 2012 e 2013 precederiam as metas do ano de 2010, e as metas do ano de 2010 ser as metas do ano de 2011 e, conseqüentemente, a meta do ano de 2011 ser a meta para 2012 e 2013? Não seria a “Oferta de Cursos a Distância” o processo final? No entanto, isso pode estar evidenciando a necessidade de primeiro ter a experimentação e, posteriormente a institucionalização, tendo como base a experiência vivida e refletida.

Para sistematizar a análise realizada até o momento por meio do uso dos documentos, apresentamos o quadro a seguir.

**Quadro 10:** Sistematização dos documentos

Documentos	Crítérios	Análise
PDI e PPI	Concepção	<p>PDI “[...] uma modalidade de ensino muito importante para o acesso a uma educação de qualidade [...]” pag. 100</p> <p>PPI “[...] modalidade de ensino que possibilita a realização de cursos técnicos por meio de diferentes suportes de informação [...]” pag. 101</p>
PDI, Diretrizes para EaD, Projetos Pedagógicos (somente em quatro projetos)	Oferta da EaD	“[...] a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino [...] cursos presenciais, semi-presenciais, EAD [...]” pag. 100
PDI	Metodologia	“[...] a metodologia para a oferta dos cursos fará uso das TIC [...]” pag. 100
PDI	Infraestrutura	“[...] sendo que a infraestrutura necessária para esta oferta deverá ser complementada com a infraestrutura de tecnologia dos campi composta por laboratórios de informática com acesso à Internet, laboratórios didáticos, salas de videoconferência e espaços administrativos [...]” pag. 101

PPI	Capacitação	“[...] o IFRS deve oferecer aos professores, referenciais e suportes teóricos e práticos, que possibilitem a capacitação para atuarem nessa modalidade de ensino [...]” pag. 102
-----	-------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: o próprio autor

Neste sentido, para melhor compreendermos o processo que envolve a oferta de cursos na modalidade a distância, bem como, a forma como este processo está acontecendo na prática, reforçando a ideia “da teoria a prática”, é que apresentamos a seguir a EaD no IFRS na visão dos atores envolvidos na pesquisa.

## ***6.2 A Educação a Distância no IFRS na visão dos atores envolvidos na pesquisa***

Dando continuidade ao processo de análise dos dados, retomamos o Quadro 3 (p. 99-100), onde foram apresentadas as categorias: Concepção, Experiência, Capacitação e Institucionalização.

Cada uma das categorias é analisada a seguir, a partir da visão dos diferentes atores envolvidos na pesquisa, quais sejam: os gestores da reitoria, os gestores dos campi e os docentes do IFRS.

Para apresentação dos dados utilizaremos a seguinte nomenclatura para identificação das respostas dos referidos atores: **D** para docentes, **GR** para gestores da reitoria e **GC** para gestores dos campi.

### **6.2.1 Quanto a Concepção**

A partir dos dados produzidos por meio dos questionários aplicados aos atores do IFRS, participantes da pesquisa, foi possível identificar diferentes concepções no que se refere a EaD. Essas foram organizadas em: ferramenta, estratégia, suporte/apoio, ensino, metodologia, modalidade, recurso, atuação de alunos e professores e outras<sup>29</sup>.

A partir dessa primeira organização, foi possível estabelecer aproximações: ferramenta – suporte/apoio – recurso; estratégia – ensino – metodologia; modalidade;

<sup>29</sup> Na subcategoria “outras” ficaram as concepções que não se encaixavam nas categorias definidas, tais como: a importância da EaD, equiparação entre as modalidades de educação, possibilidades de melhoria da modalidade e sem uma concepção formada.

alunos; professores e outras. Essas aproximações deram origem as subcategorias conforme Quadro 11.

**Quadro 11:** Concepções de EaD

<b>Concepções de EaD</b>	
Enquanto	
Ferramenta	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ferramenta de acesso ao ensino;</li> <li>• Ferramenta de inclusão social;</li> <li>• Ferramenta de promoção da educação;</li> <li>• Ferramenta para a democratização do ensino público (ampliação de vagas, expansão e interiorização);</li> <li>• Ferramenta que permite a eficiência no processo;</li> <li>• Ferramenta para aprofundamento ou aperfeiçoamento após formação inicial;</li> <li>• Ferramenta de suporte e apoio;</li> <li>• Ferramenta enquanto recurso.</li> </ul>
Metodologia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Enquanto estratégia de acesso a educação;</li> <li>• Enquanto forma de ensino que exige disciplina e dedicação de professores e alunos;</li> <li>• Enquanto forma de concretizar o curso de forma mais fácil, sem estar presente nas aulas;</li> <li>• Versátil.</li> </ul>
Modalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Modalidade de Ensino;</li> <li>• Modalidade de Educação;</li> <li>• Modalidade em que aluno e professor não estão necessariamente no mesmo local físico, frente a frente;</li> <li>• Que pode utilizar-se dos recursos tecnológicos;</li> <li>• Interessante para alguns cursos, mas não aplicável a atividades práticas e laboratoriais.</li> </ul>
Que exige	
Formação Docente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exige constante formação docente;</li> <li>• Exige dedicação, preparação, comprometimento e disciplina.</li> </ul>
Autonomia do Estudante	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exige o desenvolvimento da autonomia do aluno;</li> <li>• O aluno tem que ser autodidata;</li> <li>• Exige dedicação, esforço, responsabilidade, comprometimento, organização, disciplina e maturidade.</li> </ul>

Fonte: elaborado pelo autor

A análise das subcategorias é realizada a seguir:

- EaD enquanto Ferramenta

A concepção de EaD enquanto ferramenta surgiu nas respostas fornecidas pelos diferentes atores: gestores dos campi e docentes, conforme a seguir:

- Ferramenta de acesso ao ensino

*“A EaD é uma forma de educação diferenciada, democrática, atendendo os alunos em locais onde não há o ensino tradicional”.* (GC)

*“Entendo por uma forma de oferta de cursos.”* (GC)

*“Penso que a modalidade de educação a distância é uma ferramenta importante de acessibilidade aquelas pessoas que possuem dificuldade em desenvolver cursos presenciais”.* (D)

*“Acredito ser uma forma diferenciada de educação que consegue atingir pessoas que nunca teriam acesso aos cursos presenciais”* (D)

*“É uma forma de acessibilizar, de promover a educação”.* (D)

*“Ensino a distância é necessário nos tempos atuais, onde as novas tecnologias fazem parte da educação, facilitando e ampliando o acesso [...]”.* (D)

*“Se bem implementada pode ser um sucesso, democratizando o acesso a todos, independente de localização geográfica [...]”.* (D)

Conforme as falas dos diferentes atores é possível compreender a concepção de EaD, enquanto ferramenta de acesso ao ensino, que democratiza a educação, se tornando acessível para todos, e que possibilita uma educação diferenciada.

- Ferramenta de inclusão social

*“Se constitui como uma possibilidade muito boa de inclusão de pessoas à Educação e especificamente à Profissional”.* (GR)

*“[...] oferece flexibilidade, custos menores, segurança pois não necessita sair de casa para assistir as aulas, promove inclusão pois todos os lugares podem ser contemplados”.* (D)

*“Acredito ser uma forma diferenciada de educação que consegue atingir pessoas que nunca teriam acesso aos cursos presenciais. É uma forma de inclusão”.* (D)

*“Consiste numa grande forma de inclusão [...]”.*(D)

Vinculada a essa compreensão está também a concepção de EaD enquanto inclusão, social, acesso, tanto ao contexto educacional, quanto ao profissional. Como forma diferenciada de educação que oferece flexibilidade, redução de custos e segurança, levando em consideração a questão geográfica.

- Ferramenta de promoção da educação

*“É uma forma promover a educação”.* (D)

*“Acredito que a EaD é uma modalidade interessante para promover o acesso a formação por diferentes pessoas em diferentes locais”.* (D)

A concepção de EaD enquanto ferramenta que promove a educação, não deixa de estar relacionada às compreensões da concepção enquanto inclusão social e de acesso. Porém, nesse caso, de acesso à educação, promovendo a formação integral de pessoas que se encontram, geograficamente, em locais distintos. Essa compreensão de concepção vai além do ensino, uma vez que pensar em promover a educação implica em pensar o desenvolvimento humano e social.

- Ferramenta para a democratização do ensino público (ampliação de vagas, expansão e interiorização)

*“[...] pode ser muito útil no processo de expansão e interiorização do Ensino”.* (D)

*“Trata-se de um processo de expansão e de interiorização do ensino superior, devendo ser pensado e planejado, de forma séria e com rigor”.* (D)

*“É uma estratégia importante para dar acesso à educação àqueles que vivem em áreas onde não existam vagas suficientes em universidades que oferecem o ensino no sistema presencial”.* (D)

Essa concepção também está vinculada às anteriores. Referir-se à EaD enquanto ferramenta para a democratização do ensino público, implica em pensar no acesso ao ensino, na inclusão social e na promoção da educação, ampliando e expandindo o acesso à educação àqueles que vivem em regiões carentes do sistema de ensino presencial. Por isso, essa expansão, como forma de democratização do ensino público, deve ser planejada.

Essas concepções de EaD estão de acordo com as definições presentes nos documentos oficiais do IFRS, neste caso no PDI e PPI conforme pode ser visto,

respectivamente, nas páginas 100 e 101: “[...] uma modalidade de ensino muito importante para o acesso a uma educação de qualidade.”, “[...] sendo a mesma uma ferramenta de inclusão social [...]”.

- Ferramenta que permite a eficiência no processo

*“Em termos de qualidade, equipara-se à educação presencial. As ferramentas EaD permitem eficiência no processo”. (D)*

A concepção de EaD é equiparada à educação presencial, especialmente no que diz respeito à qualidade, uma vez que é realizada por meio de diferentes tecnologias.

- Ferramenta para aprofundamento ou aperfeiçoamento após formação inicial

*“Uma ferramenta viável para aprofundamento de estudos após a formação inicial [...]”.(D)*

*“Compreendo a educação a distância como uma importante ferramenta de trabalho para complementar a formação presencial, em especial quando se trata de qualquer nível de formação inicial. Eventualmente, como especialização ou aperfeiçoamento pode ser implementada de forma principal em um curso”. (D)*

Essa concepção compreende a EaD como uma ferramenta viável para o aprofundamento ou aperfeiçoamento de estudos, ou seja, como complemento da formação presencial no nível de educação básica e superior. Ao se tratar de níveis de pós-graduação a EaD pode ser implementada totalmente *on line*.

- Ferramenta de suporte e apoio

*“Na postura de professor-facilitar por meio da qual tenciono que meus alunos desenvolvam a aprendizagem de modo orgânico, considero o "suporte" à distância adequado ao aprendizado”. (D)*

*“Compreendo, também, que pode ser utilizada como importante ferramenta de apoio a cursos presenciais, incentivando a troca entre professor e aluno em um contexto diferente da sala de aula”. (D)*

Vinculada a essa compreensão está também a concepção de EaD enquanto ferramenta para aprofundamento ou aperfeiçoamento, uma vez que o foco está, simplesmente, no suporte e no apoio tanto tecnológico quanto pedagógico aos cursos presenciais.

- Ferramenta enquanto recurso

*“A Educação a Distância é compreendida pelo câmpus como um ambiente virtual colaborativo em que, na maioria das vezes, somente são postados materiais para que os alunos tenham acesso, sem a mediação que, suponho, tenha de ter no processo educativo a distância.” (GC)*

*“Hoje, o câmpus já utiliza o AVA Moodle para o apoio às atividades presenciais.” (GC)*

*“A Educação a Distância através da utilização dos recursos dos meios de comunicação [...]” (GC)*

*“Espaço educativo que se utiliza de meios digitais ou impressos que não estejam vinculados na maior parte do tempo ao ensino presencial.” (GC)*

*“É um forte recurso que carece de softwares ou plataformas para deixar as aulas EaD mais atrativas e didáticas”. (D)*

*“Trata-se de um recurso pedagógico que permite um grande número de pessoas acessar um conjunto de informações disponibilizadas, por diferentes meios”. (D)*

*“Compõem, muitas vezes como recurso de ensino, o uso de aulas gravadas ou ao vivo situação que muitas vezes permite a interação aluno-professor”. (D)*

A EaD é concebida enquanto recurso tecnológico, comunicacional e pedagógico, utilizado para disponibilizar material didático e apoiar as atividades presenciais.

Enquanto ferramenta percebemos que a EaD é compreendida como mais uma forma de acesso ao ensino, inclusão, promoção da educação, democratização do ensino público e utilizada até mesmo para a expansão e a interiorização por meio da ampliação da oferta de vagas por parte das instituições de ensino. Neste caso, em específico, podemos destacar a visão dos atores em relação ao papel social da EaD indo ao encontro do processo de expansão da rede federal de ensino.

Ainda, a EaD é concebida enquanto ferramenta que permite a eficiência no processo, sendo utilizada para aprofundamento ou aperfeiçoamento de estudo quando se trata dos níveis de educação básica e superior, focada no suporte e no apoio do uso dos recursos tecnológico e pedagógico no desenvolvimento de cursos presenciais.

Portanto, para analisarmos ainda a concepção de EaD, enquanto ferramenta, buscamos subsídios nos pressupostos teóricos de Santos (2005), Santaella (1997) e Schlemmer (2006).

Para Santaella (1997), o conceito de ferramenta está diretamente associado à ideia de artefato, quase sempre manual, projetado para expandir ou prolongar habilidades humanas. Basendo-nos em Santos (2005) é possível entender que a EaD não pode ser considerada simplesmente como uma ferramenta de ensino, pois tudo depende das mediações realizadas. Santos (2005) diz que a palavra “ferramenta” é muito utilizada pelos docentes ao se referirem ao uso das TICs na prática pedagógica.

Sendo assim, Santos (2005) nos diz que:

Obviamente não podemos afirmar que o computador não é uma ferramenta. Tudo depende das mediações realizadas. Se for usado na prática pedagógica apenas como extensão ou prolongamento das mãos dos professores e estudantes apenas, para copiar ou transferir informações, mesmo de forma mixada, mistura de linguagens, ou multimidiática, mistura de mídias, o computador será uma ferramenta. Entretanto, é fundamental diferenciarmos e esclarecermos que as TICs são mais que ferramentas. (SANTOS, 2005, p. 35).

Já Lévy (1999), entende as tecnologias digitais, não como ferramentas, mas enquanto tecnologias da inteligência, pois amplificam, exteriorizam as funções cognitivas humanas.

Schlemmer (2006) refere que ao pensarmos a EaD enquanto recurso, ferramenta, apoio, a tendência é a transposição e a reprodução de modelos, metodologias e práticas pedagógicas que já se mostram ineficientes na educação presencial, ou seja, muitas vezes significa fazer mais do mesmo, somente com tecnologias distintas, nesse caso, as digitais. Quando justamente, essas tecnologias, em função de suas características específicas, poderiam contribuir para repensar os modelos, as metodologias e as práticas.

Assim, de acordo com os autores é possível entender que a EaD não pode ser concebida como simples ferramenta.

- EaD enquanto Metodologia

*“[...] o ensino a distancia se propoe a utilização de objetos de aprendizagem digitais, disponibilizados nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), com uma proposta mais de treinamento. Já a Educacao a Distancia envolve uma proposta de ensino focada no processo a distancia de ensino-aprendizaagem com os elementos tempo e espaço diferentes o processo presencial”.*  
(GR)

*“Envolve uma preparação didática especial, com material escrito, vídeos, plataforma de e-learning, professores tutores (presenciais e EaD).”* (GC)

*“É uma estratégia importante para dar acesso à educação àqueles que vivem em áreas onde não existam vagas suficientes em universidades que oferecem o ensino no sistema presencial.”*  
(D)

*“Estratégia interessante de ensino.”* (D)

*“Estratégia de ensino que permite o ensino-aprendizagem sem a presença física dos professor/aluno, através de instrumentos tecnológicos que mediam essa interação.”* (D)

*“É uma forma de educação extremamente importante, devido ao acesso e às diferentes metodologias por ela possibilitados [...]”*  
(D)

*“[...] acredito ser uma metodologia versátil que pode ser muito útil no processo de expansão e interiorização do Ensino.”* (D)

*“[...] oferece oportunidade de qualificação e formação continuada para os interessados com uma metodologia própria e interativa.”* (D)

*“[...] sua eficácia está direta e intrinsecamente ligada aos meios e modos como se viabiliza o acesso ao conhecimento e principalmente com ferramentas eficazes e seguras de verificação do conhecimento adquirido.”* (D)

Enquanto metodologia, os atores afirmam que a EaD é uma estratégia de acesso à educação. Uma forma de ensino que exige disciplina, tanto dos professores quanto dos alunos, mas que em muitos casos acaba se tornando uma forma de concretizar o curso de maneira mais fácil e rápida, sem a necessidade de estar presente na sala de aula.

A partir de Axt (2000) podemos refletir sobre a concepção de EaD, enquanto metodologia, a partir de duas perspectiva : o uso da tecnologia na educação e o uso da tecnologia para a educação. A forma como a tecnologia é utilizada no contexto da EaD, está totalmente vinculada às questões pedagógicas oriundas de uma epistemologia, implicando na aplicação de um determinado método de ensino. De acordo com a autora usar a tecnologia na educação é simplesmente inseri-la no processo educacional reproduzindo práticas de uma educação presencial, tornando-o “fácil e rápido”, como se referem os atores. Já o uso da tecnologia para a educação pressupõe a aplicação de métodos mais ativos (AEBLI, 1958) de ensino e de aprendizagem.

- EaD enquanto Modalidade

*“Fundamental distinguir a diferença em Educação a Distância e Ensino a Distância.” (GR)*

*“Essa modalidade ainda é uma novidade, de modo que falar de concepção é de certa forma falar sobre algo que não se conhece muito. Entretanto, o que fica claro é que a modalidade necessita de articulação entre os seus quadros docentes, gestão e por fim estudantes.” (GR)*

*“A educação à distância é uma modalidade de ensino que possui muita importância atualmente, pois possibilita maior liberdade e flexibilidade ao aluno em relação a modalidade presencial.” (GC)*

*“Sou defensor da modalidade EaD por já ter feito (como aluno) vários cursos o gênero como Coursera, Udacity e EdX, e ter tido excelentes resultados.” (D)*

*“É a modalidade de educação em que aluno e professor não estão necessariamente no mesmo local físico, frente a frente. Ela pode utilizar-se dos recursos tecnológicos, tais como: internet, e-mail, vídeos, apostilas eletrônicas ou não, entre outros.” (D)*

*“Sou a favor dessa modalidade de ensino, pois oferece flexibilidade, custos menores, segurança pois não necessita sair de casa para assistir as aulas.” (D)*

*“A educação a distância é uma modalidade de educação que não é melhor nem pior que a modalidade presencial. A diferença é que a EAD exige uma arquitetura pedagógica diferente, que utilize várias fontes e objetos de aprendizagem, que o contato entre alunos e professores seja frequente, que os alunos tenham organização e disciplina para acompanhar...” (D)*

*“Educação a distância é uma modalidade onde professor e alunos estão distantes fisicamente. Os processos de ensino e de aprendizagem são mediados pelas TICs.” (D)*

*“Acredito que seja uma modalidade que viabiliza, através do auxílio da internet, uma maneira de ensinar, discutir e multiplicar materiais didático-pedagógicos.” (D)*

*“Uma modalidade interessante para ser usada parcialmente.” (D)*

*“Entendo a EAD como uma modalidade de ensino na qual o processo interativo pode ser bastante intenso, desde que haja um total comprometimento de todas as partes.” (D)*

*“Uma modalidade de ensino com aulas a distância, por meio eletrônico, ou vídeo conferências, ou na forma de chats com alguns encontros presenciais.” (D)*

*“Modalidade de ensino que ocorre fora do ambiente da sala de aula, permitindo que o aluno não precise nem estar no mesmo local do professor, nem seguir o mesmo ritmo dos colegas.” (D)*

*“Modalidade de ensino que vislumbra, não apenas o ensino não presencial, mas sobretudo o uso de novas tecnologias e técnicas de ensino e aprendizagem, possibilitando, entre outras coisas, uma maior disseminação do ensino, em suas diferentes modalidades.” (D)*

*“Modalidade educacional em que os conteúdos e atividades de aprendizagem são realizados de forma não presencial com o auxílio de instrumentos tais como AVAs, bibliotecas digitais e vídeo aulas.” (D)*

*“Uma modalidade de ensino de grande potencialidade.” (D)*

A concepção de EaD, enquanto modalidade, trazida pelos diferentes atores, reflete dois conceitos que se fundem e, ao mesmo tempo, se confundem: o ensino a distância e a educação a distância. Parece que esses conceitos são utilizados por eles como sinônimos para expressar como ocorre o processo educacional.

Segundo SCHLEMMER (2005) o ensino a distância, não é algo novo, vem sendo realizado há muito tempo utilizando como meio de comunicação o correio, o rádio e a TV” (p. 30). Já a Educação a Distância

(...) consiste em utilizar as tecnologias da Internet para propiciar um amplo conjunto de soluções que objetivam servir de suporte para que a aprendizagem ocorra. A EAD possibilita soluções de aprendizado que vão além dos paradigmas tradicionais de treinamento, de estímulo-resposta, representado pela concepção empirista e expressos pelo fornecimento de treinamento e instrução (...). Ela é a interação constante entre os sujeitos as tecnologias e a informação e não há uma razão específica para que imite o que poderia ser realizado em sala de aula ou pelos meios anteriormente utilizados no ensino a distância. (SCHLEMMER 2005, p. 31)

De acordo com a autora é possível estabelecer diferenciações entre o ensino a distância e a educação a distância. O foco do ensino a distância é fazer uso de diferentes meios de comunicação para transmitir a informação para um grande número de sujeitos ao mesmo tempo. Enquanto que a educação a distância é um processo educacional que consiste em utilizar as TD para proporcionar um vasto conjunto de possibilidades, objetivando suportar processos de construção do conhecimento e de desenvolvimento da aprendizagem. Portanto, o foco da educação a distância está na aprendizagem dos participantes do processo educacional.

Ao analisarmos as falas é possível perceber que nenhum dos atores expressa, por meio das suas falas, a diferença entre esses dois conceitos. Somente um deles diz ser:

*“Fundamental distinguir a diferença em Educação a Distância e Ensino a Distância”*, porém não as distingue. Acreditamos que isso possa estar revelando que os atores desconhecerem as diferenças entre esses conceitos.

Com base nas falas dos atores, podemos observar que a forma como os termos são apresentados nos remetem ao conceito de EaD, presente na legislação brasileira. Conforme o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 a EaD é caracterizada como “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e de aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”.

Além das falas irem ao encontro desse conceito apresentado nos documentos, percebemos que a EaD também é considerada por eles como sendo uma modalidade que exige do aluno autonomia, e que não substitui a relação professor-aluno nem os momentos de discussão que ocorrem em sala de aula na modalidade presencial. Também a consideram interessante somente para alguns cursos, uma vez que compreendem que ela, a EaD, não consegue contemplar o desenvolvimento de atividades práticas e laboratoriais. Essa compreensão pode estar relacionada ao desconhecimento de tecnologias de simulação, por exemplo.

- EaD exige Autonomia do Estudante

*“[...] proporciona facilidades além de maior autonomia para os estudantes.” (GC)*

*“Vejo como positivo a autonomia que pode ser desenvolvida no desenvolvimento do aluno e o papel do professor como mediador do conhecimento.” (D)*

*“Vejo também a necessidade de ser auto-didata para alcançar êxito nessa modalidade de ensino pois os materiais entregues são extensos e exigem maior dedicação de estudo em casa.” (D)*

*“Um método que exige uma disciplina e comprometimento muito grande por parte dos participantes desse tipo de modalidade de ensino (alunos e professores).” (D)*

*“Exige muita dedicação por parte tanto dos alunos como dos professores/tutores. O nível de aprendizagem está diretamente ligado ao interesse pessoal de cada um, existe um mínimo exigido dos alunos, mas a vontade individual fará com que se*

*tenha possibilidades de aprofundamento além desse mínimo.”*  
(D)

*“[...] acredito que a educação a distância funciona para aquele que aprende sozinho, que é autodidata mas, de forma geral, não substitui o contato educador-educando.”* (D)

Como podemos ver nos extratos acima, os atores revelam em suas concepções de EaD, que a mesma é uma modalidade que exige autonomia do aluno. Antes de discutirmos o que é autonomia, com base em alguns referenciais teóricos, primeiramente traremos as respostas fornecidas pelos atores em relação a seguinte questão: O que é ser aluno na modalidade EaD? Eles assim se referem:

*“Precisa de muita autonomia e dedicação”*

*“É assumir uma formação com grande autonomia e dedicação”*

*“Um aluno que precisa ter autonomia de estudo”*

*“A EaD por si só, exige e/ou permite o desenvolvimento da autonomia do aluno. Esta autonomia é compreendida não simplesmente pelo fato de saber fazer ou de saber buscar (ação física), mas também de saber pensar, relacionar, elaborar, criticar, expressar (ação cognitiva, a nível de pensamento). E esta autonomia é um elemento propulsor do desenvolvimento dos sujeitos, no caso, alunos”*

Os extratos acima expressam, indiscutivelmente, que a EaD exige autonomia do aluno, permitindo o seu desenvolvimento.

Segundo Peters (2001) é possível entender que a autonomia é uma característica das ações dos alunos quando conseguem reconhecer suas necessidades de estudo, formulam objetivos de aprendizagem, selecionam conteúdos, planejam estratégias de estudo, selecionam materiais didáticos, identificam fontes adicionais de pesquisa e fazem uso delas, bem como eles ordenam, conduzem e avaliam o processo de aprendizagem. Essa visão de autonomia contribui para o desenvolvimento do estudante. Ela é peculiarmente democrática, requer disciplina, tomada de decisão, organização, persistência, motivação, avaliação e responsabilidade.

Por outro lado, analisando as falas dos atores, que caracterizam essa categoria, podemos entender também que, em alguns casos, parece que a autonomia se confunde com o autodidatismo. Visão equivocada de autonomia.

- EaD exige Formação docente

*“A nossa concepção é de que o EAD exige muita dedicação e esforço para ser instituído, pois não se faz EAD com apenas traduzindo apostilas antigas, disponibilizando slides, ou listas de exercícios. Para o efetivo EAD o professor e o aluno devem estar preparados para outra realidade de aprendizagem.” (GC)*

*“[...] necessidade de maior aceitação por parte do corpo docente das instituições e o preparo/capacitação dos docentes para que possam atuar nesta nova modalidade de ensino.” (D)*

*“Ao meu ver a educação a distancia é da mesma qualidade do que a presencial. No entanto, para isso deve haver boa formação dos professores para isso e com um bom apoio por uma equipe, de filmagem, gravação... De assessoria.” (D)*

*“Muito boa em se tratando de alunos comprometidos e professores em constante formação.” (D)*

*“Acho que a EAD ainda precisa ser mais bem trabalhada e estudada pelos professores que atuam nesta área.” (D)*

*“Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. No entanto, se faz necessário uma preparação tanto dos professores quanto dos alunos para o uso desta modalidade.” (D)*

Nesta última categoria relacionada à Concepção de EaD, os extratos evidenciam uma concepção que exige formação docente. Os mesmos focam, essencialmente, a necessidade de “*preparo*”, “*capacitação*” e “*formação*”.

Os extratos revelam que a formação docente para EaD é necessária, é indispensável, pois a falta de uma formação para atuar na modalidade a distância nos remete a uma característica recorrente desta modalidade: a transposição didática da educação presencial para a distância, independente do nível de ensino.

Silva (2006) enfatiza que o docente precisa preparar-se para “*professorar*” *online*. Com a sua formação baseada na histórica pedagogia da transmissão, o professor necessitará de uma formação continuada e profunda para que o mesmo possa redimensionar sua prática docente para entender que somente o computador ligado em rede não é suficiente para assegurar uma educação de qualidade. Segundo o mesmo autor, ao invés de meramente transmitir as informações, o docente deverá ser capaz de formular problemas, provocar situações, etc. fazendo uso de interfaces e ferramentas que irão auxiliá-lo neste processo. Silva nos trás que a EaD é a exigência da

cibercultura, é a demanda da sociedade da informação, do novo contexto socioeconômico-tecnológico. Portanto, esse contexto, reforça a necessidade de uma formação docente.

Assim, a categoria “Concepção de EaD” tratou de investigar os conceitos ou concepções de Educação a Distância na visão dos diferentes atores. Com base nos dados é possível perceber que existem diferentes concepções.

Essas concepções, de acordo com Tardif (2007), são constituídas durante as trajetórias de formação acadêmica e no exercício da própria profissão. Portanto, estão relacionadas com os conhecimentos construídos pelos atores ao longo da sua formação acadêmica e profissional.

Resumindo, no que se refere as concepções de EaD, surgiram as seguintes compreensões principais: enquanto ferramenta, metodologia, modalidade que exigem autonomia do estudante e formação docente.

### **6.2.2 Quanto aos Saberes**

Com base na prática vivenciada e com base nos pressupostos teóricos apresentados por Tardif (2007), entendemos que a experiência se origina da prática cotidiana da profissão. Segundo Tardif (2007), no exercício da profissão são desenvolvidos os saberes experienciais. Esses saberes nascem da experiência individual e coletiva e são validados por ela, uma vez que esses são incorporados, principalmente, por meio do saber-fazer. Portanto, esses saberes baseiam-se no trabalho diário e no conhecimento produzido no meio físico e social pelos atores envolvidos na pesquisa, num contexto de múltiplas interações.

O saber experiencial é um saber individual, construído socialmente ao longo da trajetória de vida e profissional dos atores escolares, pois de acordo com Tardif (2007), “...o saber deles está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com sua experiência de vida e com a sua história profissional [...]” (p. 11).

Tendo o saber da experiência uma natureza social, a sua existência depende dos atores, de suas ações e das relações estabelecidas com os demais sujeitos. Assim, é um saber sempre ligado a uma situação de trabalho com os outros, que se constrói continuamente e progressivamente na relação e na interação social, podendo ser modificado e adaptado em função dos momentos e das fases de uma carreira profissional, onde, segundo Tardif (2007), o professor aprende ao desenvolver o seu trabalho.

Desta forma, os saberes vão sendo construídos a partir de conhecimentos, oriundos da formação e do fazer, que efetivamente são significados e transformados em competências e habilidades. O processo de construção de um novo saber, conforme Tardif (2007), remete à história da formação docente e resgata a maneira como foi adquirido. Assim, o fazer dos atores educacionais reúne, além dos saberes experienciais, diferentes saberes, quais sejam: os saberes da formação profissional, os saberes curriculares e os saberes disciplinares.

De acordo com Tardif (2007), os saberes da formação profissional são construídos em escolas normais ou faculdade de ciências da educação. Os saberes curriculares “Apresentam-se concretamente sob a forma de programas escolares (objetivos, conteúdos, métodos) que os professores devem aprender a aplicar” (Tardif, 2007, p. 38). Podemos entender que esses saberes curriculares são desenvolvidos nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino como objetivo de capacitar os atores para o uso das TICs em sua prática diária. Já os saberes disciplinares correspondem aos diversos campos do conhecimento, aos saberes de que dispõe a sociedade, tais como se encontram hoje integrados nas instituições de ensino, sob a forma de disciplinas, no interior das faculdades e de cursos distintos. Parece-nos que os saberes disciplinares envolvem e se desenvolvem, especialmente, em áreas específicas de formação acadêmica, contemplando os conteúdos específicos dos cursos de graduação, independentemente das faculdades de educação e dos cursos de formação de professores. Para Tardif (2007) os saberes disciplinares emergem, fundamentalmente, da tradição cultural e dos grupos sociais produtores de saberes.

Ao questionarmos os atores, participantes da pesquisa, sobre os conhecimento(s) ou sabere(s) que acreditam ser necessário para atuar na EaD, percebemos que eles responderam a questão com base nos diferentes saberes construídos até o momento, principalmente, relacionando os saberes experienciais. Esse questionamento, possibilitou aos atores refletir sobre o que é necessário conhecer para atuar na modalidade EaD. Dessa forma, eles dizem que, para atuar na EaD, há necessidade de conhecer:

- As ferramentas tecnológicas

*“[...] saberes técnicos (uso da tecnologia, interação com o AVA) [...]” (GR)*

*“O conhecimento da ferramenta/plataforma usada [...]” (D)*

*“Conhecimento em tecnologia, internet e web. Conhecimento das plataformas AVA, moodle” (D)*

*“Conhecimento com relação aos recursos tecnológicos digitais.” (D)*

- Os procedimentos didáticos e pedagógicos

*“[...] saberes pedagógicos (propor novos objetos de aprendizagem, entendimento do tempo de aprendizado do aluno...)” (GR)*

*“Saberes pedagógicos e entendimento de que é uma forma diferente de construir conhecimento são elementos fundamentais para desenvolver EaD” (GR)*

*“[...] forma e estratégias diferentes de como explicar [...]” (D)*

*“[...] deve ter conhecimentos didáticos específicos.” (D)*

*“Conhecimento pedagógicos próprios para esta modalidade de ensino.” (D)*

- Os assuntos trabalhados no processo de ensino

*“Os específicos do ensino a ser ministrado [...]” (D)*

*“Conhecimento específico do conteúdo a ser ministrado.” (D)*

*“O conhecimento [...] do assunto e objetivo da aula a ser dada.” (D)*

*“Donimar o conteúdo a ser desenvolvido com o aluno.” (D)*

*“[...]conhecimento específico da disciplina.” (D)*

- A forma de comunicação escrita

*“Ótimo relacionamento com a linguagem escrita é fundamental.” (D)*

*“Boa base em português, tanto na escrita quanto na linguagem (escrever corretamente as palavras e ter conteúdo na forma como se comunica com os discentes).” (D)*

*“[...] habilidades de escrita para comunicar-se de maneira a motivar os alunos.” (D)*

*“[...] clareza na comunicação escrita [...]” (D)*

*“[...] ter uma boa escrita (para que o aluno entenda a sua avaliação)” (D)*

- As formas de organização, planejamento e autonomia

*“Organização e planejamento”* (D)

*“[...] capacidade de organização e conhecimento em relação ao conteúdo desenvolvido.”* (D)

*“[...] capacidade de organização.”* (D)

*“Precisa ser uma pessoa autônoma e organizada. Precisa-se saber organizar seu tempo.”* (D)

*“[...] ter autonomia, organização e bom discernimento para superar desafios.”* (D)

- Como ocorre a aprendizagem

*“[...] compreensão de como se dá aprendizagem de cada um desenvolvendo-se na frente da máquina [...]”* (D)

*“Conhecimento das teorias da aprendizagem [...]”* (D)

*“[...] conhecimento sobre estilos de aprendizagem via EAD.”* (D)

*“conhecer os processos de desenvolvimento dos sujeitos.”* (D)

- Os princípios da flexibilidade, dialogicidade, colaboratividade, cooperatividade, interatividade e afetividade

*“Acredito que o docente para atuar na EaD deva conhecer os princípios da: flexibilidade, dialogicidade, colaboratividade, cooperatividade, interatividade e afetividade.”* (D)

*“Capacidade de Diálogo.”* (D)

*“[...] conhecimento de interatividade para se desenvolver com os alunos [...]”* (D)

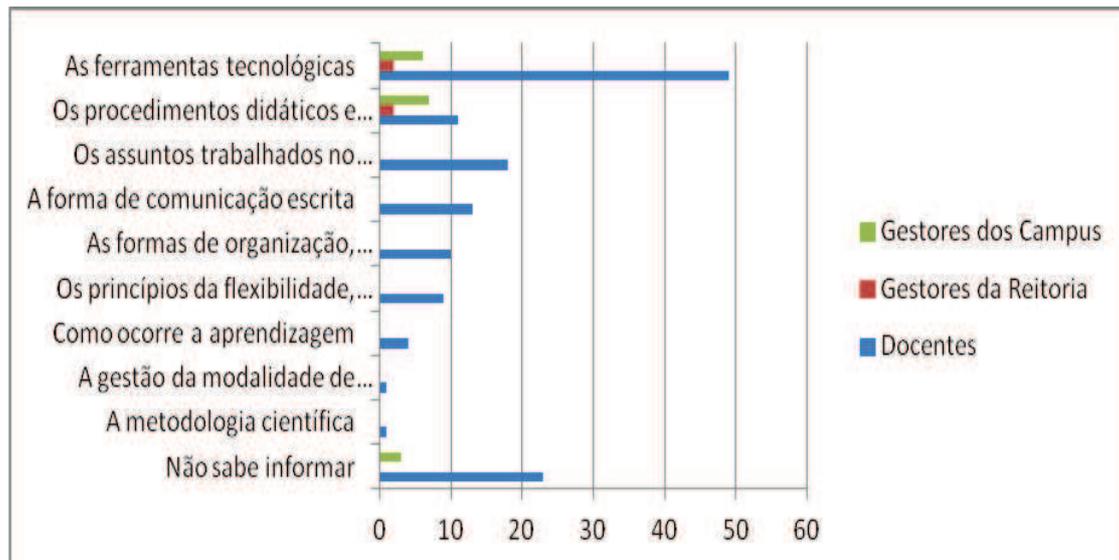
- A gestão da modalidade de educação a distância

*“[...] conhecimento de gestão de EAD [...]”* (D)

- A metodologia científica

*“Conhecimentos em metodologia científica”* (D)

Os conhecimentos necessários para atuar na EaD, foram ordenados acima de acordo com a quantidade de respostas obtidas. Assim, aparecem listados numa sequência linear: da maior à menor quantidade de respostas obtidas em cada um deles. Para compreender o contexto quantitativo, esses conhecimentos são ilustrados por meio do gráfico a seguir:



**Figura 14:** Saberes necessários para atuar na EaD

Fonte: o próprio autor

Diante do contexto de análise podemos entender que os conhecimentos necessários para atuar na EaD, abordados pelos atores, podem ser construídos durante a experiência profissional de cada sujeito que participa da modalidade EaD, por meio de um processo de capacitação para EaD, fundado nos princípios da ação-reflexão-ação, qualificando os saberes experienciais de cada um.

### 6.2.3 Quanto a Capacitação

Os atores assim expressam a necessidade de capacitação para atuar na modalidade EaD:

*“É necessário ter capacitação”* (D)

*“Com uma breve capacitação acredito que os professores e alunos possam atuar na EaD sem dificuldade.”* (D)

*“Sem dúvidas é necessário uma formação para atuar nessa modalidade.”* (D)

As falas dos atores em relação à necessidade de capacitação, nos remeteram a pensar que, provavelmente, há uma transposição didática da educação presencial para a educação a distância, independente do nível de ensino. Essa é uma característica recorrente da modalidade de EaD. Esse contexto é evidenciado quando um dos atores menciona que: “[...] não se faz EAD com apenas traduzindo apostilas antigas, disponibilizando slides, ou listas de exercícios”.

A função do docente na EaD acaba se tornando um assunto polêmico, pois, na maioria dos casos, não há uma capacitação específica ou continuada para mudar este cenário e, as que existem, acabam focando somente o uso das ferramentas tecnológicas, ou seja, em capacitações de natureza instrumental. Chamamos atenção para o fato de os atores, terem expressado, em maior quantidade, a necessidade de conhecer as ferramentas tecnológicas para atuação na EaD. Esse contexto pode estar revelando uma primazia da questão tecnológica sobre a epistemológica e didático-pedagógica.

Léa Fagundes quando questionada em entrevista<sup>30</sup> sobre se: “*A formação de um professor de EaD deve ser diferente de um professor presencial? O que é necessário que ele saiba para atuar nessa área?*” Responde:

*Um professor presencial não é necessariamente diferente de um professor de um curso EaD, se neste último os recursos forem textos, apostilas, radio, televisão, ou videoconferências. E não será diferente se o curso EaD for trabalhado sem considerar os recursos da cultura digital, quando só privilegiem o atendimento de alunos que estejam distantes de instituições de ensino e sem dispor de tempo para frequentá-las. Entretanto, seja um professor presencial ou seja um professor em EaD, ele necessitará de formação especial se desejar trabalhar em educação incluída na cultura digital. [...]*

*Seja na educação presencial, ou seja em EaD, o importante é sua inclusão na cultura, é o esforço para mudar a concepção de ensino da sociedade industrial para a concepção de desenvolvimento cognitivo e sócioafetivo no processo de aprendizagem, da sociedade da informação, da sociedade do conhecimento.*

Conforme Léa Fagundes, fica claro a necessidade de uma formação específica para poder propiciar a educação na cultura digital, seja na modalidade presencial ou online.

Segundo Silva (2012), o professor que está em formação para atuar na docência online precisa se dar conta de pelo menos três exigências que a cibercultura impõe como desafio, que seriam:

- Transitamos da mídia clássica para a mídia *online*
- A interatividade como mudança fundamental do esquema clássico da comunicação
- A construção hipertextual intrínseca do ciberespaço

---

<sup>30</sup> Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/conteudoJornal.html?idConteudo=1122>. Acessada em agosto de 2012.

Diante de diferentes exigências impostas pela cibercultura, das várias qualidades necessárias para atuar na docência online e das diversas funções atribuídas ao docente nessa modalidade, Silva (2006) enfatiza que o professor precisa preparar-se para “professorar” online. Com a sua formação baseada na histórica pedagogia da transmissão, o professor necessitará de uma formação continuada e profunda para que possa redimensionar sua prática docente para entender que somente o computador ligado em rede não é suficiente para assegurar uma educação de qualidade. Segundo o mesmo autor, ao invés de meramente transmitir as informações, o mesmo deverá ser capaz de formular problemas, provocar situações, etc. fazendo uso de interfaces e ferramentas que irão auxiliá-lo neste processo.

Percebemos que a formação para atuar na EaD extrapola, simplesmente o fato de conhecer e saber usar as ferramentas tecnológicas. A formação para atuar na EaD deve transcender para uma formação com ênfase numa pedagogia fundada na didática ativa durante o desenvolvimento dos processos de ensinar e de aprender, desmistificando a ideia dos atores participantes da pesquisa.

Para melhor entendermos o quanto a capacitação se torna necessária na visão dos atores, apresentaremos de forma sistemática, alguns indicadores que após analisados e observados, mostraram os níveis de frequência das respostas, medidos pela satisfação ou concordância.

O Quadro 12 trás a visão dos docentes no que se refere a preparação, formação, capacitação para atuar na EaD.

**Quadro 12:** Visão dos docentes quanto a capacitação

Questões	Discordo plenamente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Plenamente
Não me sinto preparado para lecionar nessa modalidade?	36%	27%	7%	21%	10%
Falta capacitação para os docentes?	2%	18%	11%	49%	21%
Não me considero apto para trabalhar nessa modalidade de ensino?	34%	36%	7%	16%	7%
Precisa de docentes mais preparados?	2%	8%	36%	36%	17%
Precisa de formação continuada para docentes para melhorarem a sua atuação nessa modalidade?	3%	4%	21%	45%	28%

Fonte: GoogleDocs – Questionário aplicado aos docentes

Os percentuais obtidos revelam que a grande maioria, 63% dos respondentes, se considera preparado para trabalhar na modalidade a distância. Neste sentido, 70% dos mesmos se consideram aptos a trabalhar com EaD. Em contrapartida a isto, observa-se que 53% acreditam que precisam estar mais preparados e 73% acreditam que precisam de uma formação continuada para melhorar a sua atuação na modalidade EaD.

Neste sentido, parece haver contradições nas respostas, pois ao mesmo tempo que os docentes se acham aptos e preparados para atuar com EaD, acreditam que precisam de formação para melhorar a sua atuação, isto é confirmado quando 70% dos respondentes concordam que falta capacitação para os docentes.

O Quadro 13 apresenta, na visão dos Gestores dos Campi, as capacitações que entendem como necessárias, a serem ofertadas ao docentes que desejam atuar na EaD.

**Quadro 13:** Visão dos gestores dos campi quanto a capacitação para atuar na EaD

Respostas	Considerando a preparação para atuar no âmbito de EAD, indique qual(is) capacitação(ões) a instituição (campus) acharia necessária(s) oferecer.
Formação continuada de professores com ênfase pedagógica para atuar com EAD.	70%
Formação técnica (uso das tecnologias - EAD) para professores para atuar com EAD.	60%
Formação continuada para a equipe técnica e administrativa com ênfase pedagógica.	30%
Formação técnica (uso das tecnologias - EAD) para equipe técnica e administrativa para atuar com EAD.	20%
Não sabe informar.	30%

Fonte: GoogleDocs – Questionário aplicado aos gestores dos campi

Com base no quadro acima, é possível compreender que a maioria dos gestores dos campi acredita que seria necessário ofertar uma formação continuada para os professores tanto em nível pedagógico quanto em nível tecnológico, a fim de que esses pudessem ser considerados aptos para atuarem na modalidade de EaD. Um fator importante que cabe ser ressaltado é que alguns dos respondentes não sabiam informar que tipo de formação seria necessária para atuar na EaD.

Estabelecendo uma relação entre os dados obtidos das respostas dos docentes com as respostas dos gestores dos campi, observamos que há uma complementação entre as respostas, pois de um lado temos os docentes, que na sua grande maioria

acreditam que falta capacitação para atuarem na EaD e, de outro lado, temos os gestores dos campi que acreditam ser necessária a oferta de formações para EaD.

#### 6.2.4 Quanto a Institucionalização

Após a realização das análises referentes as categorias Concepção, Saberes e Capacitação, passamos a analisar a categoria institucionalização da EaD no IFRS, na perspectiva dos atores participantes da pesquisa.

Quando perguntado aos **gestores da reitoria** quais seriam os processos que estão sendo implementados no IFRS, no que se refere ao processo de constituição da EaD, obtivemos as seguintes respostas:

*Atualmente existe uma pessoa na Proen dedicada a EAD, que acumula tarefas da Coordenacao Geral do eTec Brasil.*

*Guia de PPCs contanto com ponto específico de EaD.*

*Criação da Coordenação de EaD;*

*Organização de documentos do setor;*

*Credenciamento para atuar na UAB;*

*Reunião dos representantes dos câmpus para unificar a política.*

Os extratos acima indicam que parece haver um movimento em busca da institucionalização da EaD no IFRS. Tanto através da criação de uma coordenação bem como da organização dos documentos, buscando unificar uma política de EaD entre os campi.

Por acreditarmos que o processo de institucionalização também perpassa as ações adotadas juntos aos campi, no que se refere a oferta de cursos, investimentos, tipo de estrutura, etc., foi aplicado um questionário aos **gestores dos campi** com o objetivo de buscar informações que nos ajudassem a compreender este processo em nível de campi. Buscamos saber o tempo de atuação com EaD, como a EaD é constituída no campi, como se caracteriza a equipe envolvida com EaD, se eram realizadas capacitações, se houveram investimentos nesta modalidade e quais os obstáculos enfrentados ou a serem enfrentados no que se refere a modalidade EaD.

A seguir apresentaremos os dados obtidos.

**Quadro 14:** Tempo de atuação do campus com EaD

Respostas	Indique o tempo de atuação de sua instituição (campus) em EAD.
Até 1 ano	0
Entre 2 e 3 anos	1
Entre 4 e 5 anos	1
Mais de 6 anos	1
Não atua com EAD	7
Não sabe informar.	0

Fonte: GoogleDocs – Questionário aplicado aos gestores dos campi

Com relação ao tempo de atuação com EaD, o Quadro 14 evidencia que a grande maioria dos campus (7), não atua com EaD e que os outros (3) atuam com EaD entre 2 e 5 anos e um campus revelou atuação superior a 6 anos. Cabe aqui destacar que a criação dos IFs se deu no final do ano de 2008, o que reforça a ideia que a EaD no IFRS antecede sua criação e advém de experiências já adquiridas pelas instituições que o compuseram, conforme discutido anteriormente.

**Quadro 15:** Constituição da EaD no campus

Respostas	Indique a constituição da EaD em sua instituição (campus). No caso de outra estrutura, por favor, indique-a.
A EaD é constituído por uma diretoria.	0
A EaD é constituído por uma gerência	0
A EaD é constituído por um núcleo ou departamento.	3
Não possuímos EaD constituída.	6
Não sabe informar.	0
Outros (comissão constituída por portaria)	1

Fonte: GoogleDocs – Questionário aplicado aos gestores dos campi

O Quadro 15, apresenta o tipo de constituição de EaD que o campus possui. Neste caso, em três dos campi a EaD é constituída por um núcleo ou departamento, em um a EaD é constituída por uma comissão e os demais (6), não possuem EaD constituída.

**Quadro 16:** Caracterização da equipe que trabalha com EaD no campus

Respostas	Considerando as diferentes características de equipes de EAD, indique como se caracterizara(m) a(s) equipe(s) que trabalham(ram) com EAD em sua instituição.
Específica para apenas um tipo de curso EAD (livres, autorizados ou corporativos) oferecido pela instituição.	2
Comum a dois ou mais tipos de cursos EAD (livres, autorizados e corporativos) oferecidos pela instituição.	0
Comum a todos os tipos de cursos EAD oferecidos pela instituição.	2
Comum a cursos EAD e a cursos presenciais.	0
Não possui equipe constituída para esta modalidade.	6
Não sabe informar.	0
Outros	0

Fonte: GoogleDocs – Questionário aplicado aos gestores dos campi

Ao perguntarmos sobre como se caracteriza a equipe da EaD do campus, é possível perceber que dois campi referem que a equipe é específica para apenas um tipo de curso. Outros dois referem que a equipe da EaD é comum a todos os cursos oferecidos pela instituição e nos demais (6), é colocado que não possuem uma equipe constituída para atuar com EaD.

**Quadro 17:** Preparação para atuar com EaD

Respostas	Considerando a preparação para atuar no âmbito de EAD, indique como se caracteriza a atuação da instituição.
A instituição não fornece capacitação no âmbito de EAD.	2
A instituição fornece capacitação à equipe administrativa.	0
A instituição fornece capacitação à equipe de produção.	0
A instituição fornece capacitação à equipe de implantação.	0
A instituição fornece capacitação à equipe de suporte.	0
A instituição fornece capacitação de professores.	3
Não sabe informar	5
Outros	0

Fonte: GoogleDocs – Questionário aplicado aos gestores dos campi

O Quadro 17 se refere a oferta, pelos campi, de algum tipo de preparação para atuar no âmbito da EaD, neste caso, podemos observar que dois dos campi não

fornece capacitação no âmbito da EaD, três fornecem capacitação aos professores, neste caso, capacitação para o uso da plataforma Moodle, e cinco respondentes não souberam informar.

Neste contexto, buscamos saber se ocorreram ou não investimentos no âmbito da EaD nos campus. Sendo assim, um respondente referiu que os investimentos diminuíram, outro referiu que os investimentos se mantiveram, três respondentes disseram que não houve investimentos e outros cinco não souberam informar. Isto pode ser visto no Quadro 18.

**Quadro 18:** Investimentos em EaD

Respostas	Considerando os investimentos/incentivos de sua instituição (campus) em EaD, você acredita que:
Aumentou	0
Diminuiu	1
Manteve-se o mesmo	1
Não houve investimentos	3
Não sabe informar	5

Fonte: GoogleDocs – Questionário aplicado aos gestores dos campi

Para finalizar, buscamos entender, na visão dos gestores dos campi, quais seriam os obstáculos que poderiam representar dificuldades na oferta de cursos na modalidade EaD. Neste caso destacamos que 50% dos respondentes não sabiam informar, 40% das respondentes referem que a falta de uma política interna que defina o funcionamento da EaD e a falta de suporte pedagógico e de TI seriam obstáculos que se destacam nesta questão. O Quadro 19 nos trás estas informações.

**Quadro 19:** Obstáculos enfrentados na visão dos gestores dos campi

Respostas	Considerando os cursos oferecidos na modalidade EAD, indique as opções que representam(ram) os obstáculos enfrentados.
Resistência dos educadores à modalidade EAD.	20%
Resistência dos alunos à modalidade EAD.	10%
Suporte de TI para docentes.	30%
Suporte de TI.	20%
Suporte pedagógico e de TI para estudantes e docentes.	40%
Política interna que defina as regras para o funcionamento da modalidade.	40%
Não sabe informar	50%

Fonte: GoogleDocs – Questionário aplicado aos gestores dos campi

Dando continuidade ao processo de análise da categoria Institucionalização, após apresentarmos os dados referentes as respostas dos gestores da reitoria e dos gestores dos campi, iremos apresentar os dados na visão dos **docentes** com relação a institucionalização da EaD no IFRS.

**Quadro 20:** Visão dos docentes quanto a institucionalização da EaD

Com relação a institucionalização da EaD em seu campus, você acredita que...	Discordo plenamente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Plenamente
Já houve discussão do tema junto a comunidade acadêmica de seu campus?	11%	31%	29%	29%	6%
Sou favorável que a modalidade EaD seja implantada neste campus.	1%	9%	13%	41%	43%
Aceitaria ser docente nesta modalidade.	7%	6%	10%	42%	42%
Não me sinto preparado para lecionar nesta modalidade.	38%	29%	7%	22%	11%
Falta capacitação (formação continuada) para os docentes.	2%	19%	12%	52%	22%
Falta estrutura física para dar suporte a esta modalidade.	9%	29%	16%	34%	19%
Falta interesse ou incentivo por parte das coordenações ou direções.	3%	16%	49%	31%	8%
Falta cultura dos alunos para estudar nesta modalidade.	1%	25%	13%	46%	22%

Fonte: GoogleDocs – Questionário aplicado aos docentes

Ao analisarmos os dados observamos que 42% dos respondentes referem que ainda não houve discussão sobre EaD no seu campus, mas 84% dos respondentes referem que gostariam de atuar nesta modalidade e que gostariam que a mesma fosse implantada no seu campus. Neste caso, 67% se sentem preparados para atuar nesta modalidade, mas, em contrapartida, 74% acredita ser necessária capacitação para tal atuação. Os dados também evidenciam que a maioria, 53%, acreditam que falta estrutura física para dar suporte a modalidade EaD, 39% contra 19%, referem que falta interesse ou incentivo por parte das coordenações ou direções, neste caso, 49%, se mostraram indiferentes a esta questão. Interessante também destacar que 68% dos docentes participantes da pesquisa acreditam que falta cultura dos alunos para estudarem nesta modalidade.

Após a apresentação dos dados referentes a categoria Institucionalização, realizamos um cruzamento das respostas fornecidas pelos diferentes atores e identificamos que se complementam e são coerentes, pois, ao mesmo tempo que os gestores dos campi, na sua grande maioria, refere não ofertar formação ou capacitação para atuar na modalidade de EaD, os docentes referem que existe necessidade de formação para esta atuação. Isto também é confirmado quando os docentes referem que falta interesse ou incentivo por falta das coordenações ou direções ou quando os gestores dos campi afirmam não possuir uma equipe de EaD constituída e que não houveram investimentos nesta modalidade. Cabe também ressaltar, e o que nos chamou atenção, que existe uma grande incidência de respostas do tipo “Não sabe informar”, o que nos leva a pensar que os responsáveis ou as ações não estão “conversando” entre si, evidenciando uma quebra no processo.

Segundo Preti (2009, p.135) “não há modelos de institucionalização, ou processo único, mas processos, isto é, cada instituição busca, alicerçada em suas experiências, em suas formas de organizar o trabalho, de distribuir o poder, o percurso próprio a ser traçado, desenhado”.

Sendo assim, acreditamos que parece não termos um caminho comum sendo traçado, temos a impressão que as soluções vão sendo desenhadas de acordo com a trajetória e participação dos atores envolvidos sem termos uma transformação do todo em uma ação sólida. Acreditamos, entretanto, que o processo inverso pode fazer com as ações possam chegar à institucionalização, que um caminho comum torna-se necessário.

## 7 Discussões, Limitações da Pesquisa e Perspectivas Futuras

Esta pesquisa trouxe a discussão da EaD no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, com o objetivo de verificar como a EaD está se constituindo, a partir da análise de documentos e da visão dos atores envolvidos com a modalidade. Sendo assim, a pesquisa de origem **qualitativa e quantitativa**, de natureza **exploratória** utilizou o **estudo de caso**, como estratégia de pesquisa.

Em busca de uma resposta para problema que norteou essa pesquisa: “**Como a EaD está se constituindo no IFRS, na perspectiva dos documentos e dos diferentes atores (gestores de ensino da reitoria, gestores dos diversos campi e dos docentes)?**”, foram analisados documentos e aplicado questionários com os diferentes atores, acima relacionados.

Sendo assim, os documentos evidenciam que a EaD no IFRS busca seguir um modelo de gestão semi-centralizado, onde as responsabilidades que envolvem o gerenciamento e a oferta dos cursos, são divididas entre membros da reitoria e os membros de cada campus envolvido no processo de oferta do curso nesta modalidade. Identificou-se ainda, que a EaD compõe o PDI e o PPI da instituição, trazendo a necessidade de criação dos núcleos de EaD em cada campus, bem como reforça que o IFRS deve oferecer aos professores capacitações para atuarem nessa modalidade de ensino, buscando o desenvolvimento de competências e habilidades para a formação do estudante.

Podemos verificar que existe um documento que discute as diretrizes da EaD junto ao IFRS, trazendo em seu teor as orientações necessárias quanto a organização da EaD, descrevendo o papel docente e apresentando orientações para oferta dos cursos nesta modalidade.

Identificamos que a grande maioria dos projetos pedagógicos dos cursos superiores, oferecidos pelo IFRS, não compreendem em suas diretrizes a possibilidade de oferta de disciplinas na forma semipresencial e, que os cursos de nível médio, mesmo tendo amparo legal, não terão possibilidade de ofertar disciplinas na forma semipresencial uma vez que o documento que está sendo criado e que norteará essa situação não possibilita tal oferta.

Nos planos de ação analisados, percebemos contradições, uma vez que o processo de institucionalização da EaD no IFRS pareceu acontecer de forma inversa, pois acreditamos que o processo de estruturar e desenvolver um programa institucional de EaD integra todos os demais apresentados, pois primeiro deveria acontecer a estruturação com o desenvolvimento de políticas internas para a oferta de cursos nesta modalidade para posteriormente a oferta de cursos propriamente dita. No entanto, o fato de ter acontecido dessa forma, pode representar um movimento da própria área, em função de que muitas vezes, as políticas se constituem no processo, ou seja, é o processo que evidencia a necessidade de uma política mais clara, possibilitando a sua construção. Nos mesmos planos, encontramos também, algo que nos chamou atenção, uma vez que alguns campus referiam que suas ações seriam a de contribuir com a criação dos núcleos de EaD de outros campi e contribuir com o desenvolvimento da EaD junto ao IFRS, ao mesmo tempo não possuíam seu próprio núcleo estruturado, fazendo-nos questionar: Qual seria a base teórica ou prática vivenciada para tal contribuição? Por outro lado, a pesquisa evidenciou que a maioria dos campi já fazem uso do AVA-Moodle, num primeiro momento, como apoio ao ensino presencial, mas que a EaD ainda não compõe o seu regimento interno e, conseqüentemente, não formalizando tal modalidade.

Sendo assim, nesse contexto, respondendo a questão “O que dizem os documentos?” percebemos que os documentos que regulamentam a oferta e o funcionamento do ensino no IFRS não legitimam o uso da modalidade EaD nos cursos presenciais e que a concepção de EaD, bem como a sua estruturação, é baseada nos documentos oficiais dos órgãos governamentais reguladores desta modalidade sem ao menos discutir e refletir sobre a realidade em que a mesma está sendo instituída. Cabe aqui salientar, que mesmo não encontrando nos documentos a legitimidade da EaD, observou-se que a grande maioria dos campus já fazem uso do ambiente virtual de aprendizagem como apoio aos cursos presenciais e que a Portaria 4.059/2005 do MEC tem sido utilizada como base para reposição de aula e ajustamento de calendário acadêmico letivo, conforme resposta obtida a pergunta **Quais os benefícios ou implicações vistos no uso dos 20%?** Resposta: “Otimização do calendário letivo...”

Após a análise dos documentos e com base nas categorias: Concepção, Saberes, Capacitação e Institucionalização oriundas do questionário aplicado aos atores envolvidos na pesquisa apresentaremos as discussões sobre tais categorias, o que responde as questões: “Qual a concepção de EaD na perspectiva dos diferentes

atores?”, “Quais os saberes, os atores acreditam ser necessários, para atuar em EaD?”, “Qual a visão dos atores sobre o processo de institucionalização?” e “Como está ocorrendo a capacitação para atuação na modalidade EaD?”, sucessivamente.

Na visão dos atores pode-se constatar que a concepção de EaD está vinculada aos conceitos presentes na legislação brasileira, com destaque ao Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 onde diz que a educação a distância é caracterizada como “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e de aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”. Nesta mesma categoria, observou-se que a EaD também é considerada por eles como sendo uma modalidade que exige do aluno autonomia, ao mesmo tempo que acreditam que a EaD não substitui a relação professor-aluno, nem os momentos de discussão que ocorrem em sala de aula na modalidade presencial, considerando que a mesma é interessante somente para alguns cursos, uma vez que a EaD não consegue contemplar o desenvolvimento de atividades práticas e laboratoriais. Foi possível observar ainda que, segundo os atores, a EaD exige formação docente. Os mesmos focam, essencialmente, a necessidade de “preparo”, “capacitação” e “formação” nos remetendo a uma característica recorrente desta modalidade: a transposição didática da educação presencial para a distância, independente do nível de ensino.

Com relação aos saberes necessários para atuar na EaD percebemos que os atores baseiam-se em seus diferentes saberes construídos até o momento, principalmente, nos saberes experienciais. Foram esses saberes que possibilitou aos atores a refletir sobre o que é necessário conhecer para atuar na modalidade de educação a distância. Sendo assim, acredita-se que os diferentes saberes abordados pelos atores, podem ser construídos durante a experiência profissional de cada sujeito que participa da modalidade de educação a distância, por meio de um processo de capacitação para EaD fundado nos princípios da ação-reflexão-ação, qualificando os saberes experienciais de cada um.

Quanto a categoria capacitação percebemos que os atores sentem à necessidade ou a falta da mesma, pois segundo os atores, não há uma capacitação específica ou continuada para mudar este cenário e, as que existem, acabam focando somente o uso das ferramentas tecnológicas, ou seja, com foco meramente instrumental. Cabe aqui salientar o fato dos atores, terem expressado, em maior quantidade, a necessidade de

conhecer as ferramentas tecnológicas para atuação na EaD. Esse contexto mostra que tem-se atribuído certo grau de importância para a questão tecnológica, ou seja, em capacitações de natureza instrumental. Percebemos que a formação para atuar na EaD extrapola, simplesmente o fato de conhecer e saber usar as ferramentas tecnológicas e que 73% dos docentes participantes da pesquisa acreditam que precisam de uma formação continuada para melhorar a sua atuação na modalidade EaD, corroborando com as respostas dos gestores dos campi que também acreditam ser necessária a oferta de formações para atuação na EaD.

A formação para atuar na EaD deve transcender para uma formação com ênfase numa pedagogia fundada na didática ativa durante o desenvolvimento dos processos de ensinar e de aprender, desmistificando a ideia dos atores participantes da pesquisa.

No que diz respeito a institucionalização, na visão dos gestores da reitoria, pareceu que o processo está em discussão entre os representantes dos Câmpus e os mesmos. Já nas respostas obtidas dos demais atores é possível observar que 70 % dos campus não atuam com EaD e nem possuem uma equipe de EaD constituída e os demais trazem experiências já adquiridas anteriormente a criação do IFRS reforçando a ideia que a EaD no IFRS antecede sua criação. Neste contexto, podemos observar que 20% dos campi não fornecem capacitação no âmbito da EaD, 30% fornecem capacitação aos professores, neste caso capacitação para o uso da plataforma Moodle e, o mais interessante, que 50% dos respondentes não sabiam informar se existe ou não capacitação sendo ofertada. Este fato condiz com as repostas apresentadas na categoria anterior uma vez que a grande maioria dos respondentes acredita que falta uma capacitação continuada para atuar nesta modalidade. Neste sentido, na visão dos gestores dos campi, foram apresentados os obstáculos que poderiam representar dificuldades na oferta de cursos na modalidade EaD. Neste caso destacamos que 50% dos respondentes não sabiam informar e que 40% das respondentes referiram a falta de uma política interna que defina o funcionamento da EaD e a falta de suporte pedagógico e de TI. Na visão dos docentes, 42% dizem que ainda não houve discussão sobre EaD no seu campus, mas 84% dos respondentes nos dizem que gostariam de atuar nesta modalidade e que gostariam que fosse implantada no seu campus. Neste caso 67% se sentem preparados para atuarem nesta modalidade, mas, em contrapartida 74% acreditam ser necessária haver capacitação para tal atuação. Os dados também evidenciaram que a maioria, 53%, acreditam que falta estrutura física para dar suporte a modalidade EaD e que, 39% contra 19%, referiram que falta interesse ou incentivo

por parte das coordenações ou direções, neste caso, 49%, se mostraram indiferentes a esta questão. Interessante também destacar que 68% dos docentes participantes da pesquisa acreditam que falta cultura dos alunos para estudarem nesta modalidade.

Após a apresentação dos resultados referentes a categoria Institucionalização, realizamos um cruzamento das respostas fornecidas pelos diferentes atores e identificamos que se complementam e são coerentes, pois, ao mesmo tempo que os gestores dos campi, na sua grande maioria, refere não ofertar formação ou capacitação para atuar na modalidade de EaD, os docentes referem que existe necessidade de formação para esta atuação. Isto também é confirmado quando os docentes referem que falta interesse ou incentivo por falta das coordenações ou direções ou ainda, quando os gestores dos campi afirmam não possuir uma equipe de EaD constituída e que não houveram investimentos nesta modalidade. Cabe também ressaltar, e o que nos chamou atenção, que existe uma grande incidência de respostas do tipo “Não sabe informar”, que nos leva a pensar que os responsáveis ou as ações não estão “conversando” entre si, evidenciando uma quebra no processo.

Sendo assim, a pesquisa permite responder ao problema inicial, afirmando que a EaD no IFRS, ainda não é uma prática institucionalizada. Nesse sentido, podemos perceber que o IFRS tem reproduzido algumas falhas que já foram percebidas em outras instituições, onde os documentos institucionais nos trazem a ideia do formalismo, mas continuam a investir em práticas individuais de construção de projetos pedagógicos, de gestão de cursos, de uso de metodologias, etc. Esse contexto justifica o uso da expressão “da teoria a prática” utilizada no título desta tese.

Acreditamos que para dar conta do processo de constituição e institucionalização da EaD, no sentido de mudar significadamente as ações individuais para ações coletivas e compartilhadas, o IFRS deverá buscar constituir momentos de diálogo e reflexão por parte dos gestores e comunidade em geral no que tange a EaD.

Após a apresentação dos resultados e discussão sobre os mesmos, acreditamos que os objetivos traçados para esta tese foram alcançados uma vez que apresentamos as políticas públicas relacionadas ao uso da EaD na educação no Brasil bem como as políticas para EaD no IFRS desde sua “implantação” evidenciando como essas se concretizam no âmbito do IFRS. Com esta tese contribuiremos para o debate sobre a organização da modalidade EaD no IFRS com vistas ao aperfeiçoamento da EaD no âmbito de sua comunidade ampliando o conceito da mesma e vislumbrando a sua prática.

Desta forma, enquanto perspectivas futuras, registramos algumas ações que podem ser objeto de estudo e conseqüentemente transformadoras no que diz respeito a “continuidade” do processo de institucionalização e consolidação da EaD no IFRS:

- Instituir e consolidar políticas internas para a EaD bem como para a oferta de cursos nessa modalidade;
- (Re)organizar os núcleos de EaD nos campi;
- Garantir uma infraestrutura administrativa, física, tecnológica e de pessoal para os campi;
- Estimular o uso e incentivar o desenvolvimento das TD na ou para a educação presencial (desenvolvimento de material didático digital ou impresso, vídeos, softwares educacionais, etc.);
- Garantir o apoio presencial nos campi quando necessário;
- Formalizar, possibilitar ou viabilizar a utilização de 20% da carga horária dos cursos presenciais com atividades a distância;
- Promover a oferta institucional própria de cursos a distância;
- Desenvolver cursos de EaD nos campi.

## Referências

ABED (Org.). **Censo ead.br: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2010**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

ABED (Org.). **Censo ead.br: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2012**. Curitiba: Ibepex, 2013.

AEBLI, Hans. **Una didáctica fundada em la psicología de Jean Piaget**. Editorial Kapelusk. Buenos Aires, 1958.

ALCOFORADO, L. F. **Estatística Básica Aplicada ao Turismo**. Apostila. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: [http://www.professores.uff.br/luciane/images/stories/Arquivos/doc\\_turismo/quest\\_escalas\\_cap1.pdf](http://www.professores.uff.br/luciane/images/stories/Arquivos/doc_turismo/quest_escalas_cap1.pdf), Acessado em março de 2013.

ALVES, J. R. M. **A história da EAD no Brasil**. 2º Capítulo do livro: Educação a Distância o Estado da Arte. LITTO, F.M. e FORMIGA, M. (orgs). São Paulo: Pearson Education, 2009.

ALVES, A. J. **A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: Meus tipos inesquecíveis**. Cadernos de Pesquisa 81, maio 1992, p. 53-60.

ALVES, J. R. M. **Educação a Distância e as Novas Tecnologias de Informação e Aprendizagem**. 2010. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/EAD/INFORMACAO.PDF](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/INFORMACAO.PDF)

ALVES, L. **Educação a Distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância – RBAAD. Vol. 10 – 2011. Disponível em: [www.abed.org.br/revistacientifica/\\_Brazilian/edicoes/2011/2011\\_Edicaov10.htm](http://www.abed.org.br/revistacientifica/_Brazilian/edicoes/2011/2011_Edicaov10.htm)

ANDRADE, L. A. R; PEREIRA, E. M. A.; **Educação a Distância e Ensino Presencial: convergência de tecnologias e práticas educacionais**. Simpósio Internacional de Educação a Distância (SIED). Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância. (EnPED). Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. 10 a 22 de setembro de 2012. São Carlos.

ANDRÉ, M. **Etnografia da Prática Escolar**. 3ª Edição. São Paulo: Papirus, 1999

ANDRÉ, M.; ROMANOWSKI, J. P. **Estado da arte sobre formação de professores nas dissertações e teses dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, 1990 a 1996**. Programa e Resumos da 22ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Caxambu-MG, 1999; FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. In: Educação & Sociedade, ano XXIII, n. 79, agosto 2002.

ANDRÉ, C. FILATRO, A., PICONEZ, S. e LITTO, F. **Como se estuda a EAD no Brasil: a produção de conhecimento em Educação a Distância no Brasil de 1999 a 2007**. Capítulo 8 do Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância. São Paulo: Instituto Monitor, 2008; PP. 131-42. Disponível em: , acesso 13/05/2014.

ARRUDA, E. P. **Educação a distância no Brasil: a pedagogia em foco**. Uberlândia: EDUFU, 2012. Cap. 2. p. 27-49.

ASSMAN, Hugo. **Redes digitais e metamorfose do aprender**. Petrópolis: Vozes, 2005.

AXT, M. **Tecnologia na educação, tecnologia para a educação: um texto em construção**. Informática na Educação: teoria & prática, v. 3. n. 1. Setembro, 2000.

BEHAR, P. A. (orgs.). **Modelos pedagógicos em educação a distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. 3. ed. Campinas: Editores Associados, 2003.

BRANDALISE, L. T. **Modelos de Medição de Percepção e Comportamento - Uma revisão**. Disponível em: <http://www.lgti.ufsc.br/brandalise.pdf> Acessado em julho de 2013.

BRASIL. **Ministério da Educação. Portaria 4.059 de 2004**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs\\_portaria4059.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf)

BRASIL. **Ministério da Educação. Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>

BRASIL. **Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica. Concepção e Diretrizes**. 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livreto\\_institutos.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livreto_institutos.pdf)

BRASIL. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Portarias de 11 de abril de 2013**. Seção 2. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 12 de abril de 2013. Pag. 24.

BRASIL. **Ministério da Educação. Decreto n. 6.301, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6301.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6301.htm). Acesso em: agosto de 2013.

BRASIL. **Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm). Acesso em: setembro de 2013.

BRASIL. **Decreto 5.773 de 9 de maio de 2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm)>. Acesso em: setembro de 2013.

BRASIL. **Decreto 6.303 de 12 de dezembro de 2007**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm)>. Acesso em: setembro de 2013.

BRASIL. **Portaria Nº 10, de 02 de julho de 2009**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/portaria10\\_seed.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/portaria10_seed.pdf)>. Acesso em: setembro de 2013.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: [http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=52&Itemid=2](http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=2) Acesso em: setembro de 2013.

BRASIL. **Câmara dos Deputados Federais**. Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/plano-nacional-de-educacao/historico>. Acesso em: setembro de 2013.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Expansão da Educação Superior e Profissional e Tecnológica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO\\_EXPANSAO\\_EDUCACAO\\_SUPERIOR14.pdf](http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf). Acesso em: março de 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação**. **Formulário de Verificação in loco das condições institucionais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/formverifinloco-ead.pdf>. Acesso em março de 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Programas e Ações. Secretaria de Educação a Distância – SEED. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12502&Itemid=823](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12502&Itemid=823). Acesso em: março de 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação**. **Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. **Linha do Tempo**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>. Acessado em 2014.

CAMPOS, Fernanda (et al). **Fundamentos da educação a distância, mídias e ambientes virtuais**. Juiz de Fora: Editar, 2007.

CARLINI, A. TARCIA, R. M. **20% a distância e agora?: Orientações práticas para o uso de tecnologia de educação a distância**. Editora: Pearson Education do Brasil 2010, São Paulo.

CASTRO, J.; LADEIRA, E. **Gestão e planejamento de cursos a distância (EAD) no Brasil: um estudo de caso múltiplos em três instituições de ensino superior**. Revista Gestão e Planejamento. Salvador, v. 10, n. 2, p. 229-247, jul./dez. 2009.

CASTRO, F. **Educação a Distância e Políticas Públicas no Brasil. Uma Experiência do Núcleo de Educação a Distância da Universidade de Brasília.** Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED. 2005. Disponível em: [http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/textos\\_ead/656/educacao\\_a\\_distancia\\_e\\_politicas\\_publicas\\_no\\_brasil\\_uma\\_experiencia\\_do\\_nucleo\\_de\\_educacao\\_a\\_distancia\\_da\\_universidade\\_de\\_brasilia](http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/textos_ead/656/educacao_a_distancia_e_politicas_publicas_no_brasil_uma_experiencia_do_nucleo_de_educacao_a_distancia_da_universidade_de_brasilia)

CEFET-BG. **Relatório de Gestão.** Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2005. Disponível em: <http://www.bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/relatorio2005.pdf>. Acesso em: novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão.** Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2006. Disponível em: <http://www.bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/relatorio2006.pdf>. Acesso em: novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão.** Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2007. Disponível em: <http://www.bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/gestao2007.pdf>. Acesso em: novembro de 2013.

CHAPADEIRO, C. A. **Dificuldades e facilidades da institucionalização e gestão de cursos a distância: um relato de experiência.** V Seminário Internacional de Educação a Distância. Meios, Atores e Processo. CAED, UFMG, 2 a 4 de setembro de 2013.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos.** Rio de Janeiro : Campus, 1999.

CONAE, Conselho Nacional de Educação. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2008, Volume 2, Modalidades de Ensino.** Brasília, INEP, 2009. Disponível em <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pne/volume%2002.pdf>

CORDEIRO, L. M. **Principais atores envolvidos em um modelo de sistema para EAD.** Campinas: Centro de Computação da UNICAMP, 2006.

COSTA, C. J. **Modelos de educação superior a distância e implementação da Universidade Aberta do Brasil.** Revista Brasileira de Informática na Educação. v.15, n. 2, mai./ago. 2007.

COSTA, C.; PIMENTEL, N. **O Sistema Universidade Aberta do Brasil na consolidação da oferta de cursos superiores a distância no Brasil.** ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 10, n. 2, p. 71-90, jun. 2009.

DEL PINO, M. A. B; GRUTZMANN, T. P.; PALAU, R. C. N.; **A educação a distância nas instituições federais de ensino: novas relações no processo de trabalho docente.** Cadernos de Educação - FaE/PPGE/UFPel - Janeiro/abril 2011.

DUARTE, R. D. **Conhecimento e Desenvolvimento**. Disponível em: [http://www.educacional.com.br/articelistas/outrosTecnologia\\_lista.asp?artigo=artigo0052#](http://www.educacional.com.br/articelistas/outrosTecnologia_lista.asp?artigo=artigo0052#). Acessado em setembro de 2013.

FALCONE, D. M. **Educação a distância, tecnologias e competências no cenário da expansão do ensino superior: pontuando relações, discutindo fragilidades**. 2008. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT11-4074--Int.pdf>

FERNANDES, F. C. de M. **A gestão dos institutos federais: o desafio do centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. Holos, a. 25, v. 2, 2009. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/267/187>. Acesso em: março de 2013.

FERRARO, J. R. **Uma nova didática: a didática digital**. 2010. Disponível em: [http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=113#\\_ftn20](http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=113#_ftn20)

FREEMAN, R. **Planejamento de sistemas de educação à distância: Um manual para decisores**. The Commonwealth of Learning – COL. Vancouver, Canadá, 2003. Disponível em: < <http://www.col.org/> > Acesso em: julho de 2013.

GARBIN, T. R. ; DAINESE, C. A. **Complexidade da gestão em EAD**. In. Congresso Internacional de Educação a Distância, 16., 2010, Foz d o Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: Congresso Internacional de Educação a Distância, 2010. P. 1-7. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2010/cd/352010000655.pdf>. Acesso em: 19/10/12

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOLO, J. **Educação a distância: tensões entre o público e o privado**. *Educação e Sociedade*. v. 31, n. 113, Campinas: CEDES, 2010.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Rev. adm. empres. [online]. 1995, vol.35, n.3, pp. 20-29.

GONÇALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação a pesquisa científica**. Campinas: Alinea, 2001. 80 p.

GOMES, A. V. A. **Educação a distância, tecnologias educacionais e o Plano Nacional de Educação: elementos para uma avaliação das metas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007.

GOMES, C. A. da C. **A Legislação que trata da EAD**. In. LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos (Org.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009, p. 21 a 27.

GUAREZI, R. C. M; MATOS, M. M. **Educação a distância sem segredos**. Curitiba: Ibpex, 2009.

GUIMARÃES, J. M. de M. **Educação, globalização e educação a distância**. In Revista Lusófona de Educação, 2007, 9, 139-158.

IFRS. **Plano de Ação 2010**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: [http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201134171943368planos\\_de\\_acao\\_-\\_2010\\_-\\_ifrs.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201134171943368planos_de_acao_-_2010_-_ifrs.pdf). Acesso em: agosto de 2013.

IFRS. **Plano de Ação 2011**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em: [http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2011012135453228plano\\_de\\_acao\\_ifrs\\_2011.pdf\\_anexo\\_69-email.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2011012135453228plano_de_acao_ifrs_2011.pdf_anexo_69-email.pdf). Acesso em: agosto de 2013.

IFRS. **Plano de Ação 2012**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. 2012. Disponível em: [http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201202313371636resolucao\\_n%C2%BA\\_106\\_aprova\\_o\\_plano\\_de\\_acao\\_2012.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201202313371636resolucao_n%C2%BA_106_aprova_o_plano_de_acao_2012.pdf). Acesso em: agosto de 2013.

IFRS. **Plano de Ação 2013**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em: [http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014328152311125relatorio\\_de\\_gestao\\_2013\\_ifrs\\_02.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014328152311125relatorio_de_gestao_2013_ifrs_02.pdf). Acesso em: agosto de 2013.

IFRS. **Projeto Político Pedagógico**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. 2012. Disponível em: [http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201226102555931ppi\\_versao\\_final.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201226102555931ppi_versao_final.pdf). Acesso em: agosto de 2013.

IFRS. **Projeto Político Pedagógico – Campus Ibirubá**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em: <http://www.ibiruba.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201121115215973minuta.pdf>. Acesso em: agosto de 2013.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico – Censo da Educação Superior 2009**. Brasília: INEP, 2010.

LIBÂNEO, J. C. et al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003

LEVY, Pierre. **Cibercultura / Pierre Levy; tradução de Carlos Irineu da Costa**. São Paulo. Editora 34. 1999.

MACEDO, M. L. **Gestão, estrutura e desenvolvimento do curso de formação aos dirigentes municipais de educação da Universidade Federal do Tocantins (PRADIME/UFT)**. ESUD 2013 – X Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Belém/PA, 11 – 13 de junho de 2013 - UNIREDE

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANZATO, Antonio, J. SANTOS, Adriana, B. **A Elaboração de Questionários na Pesquisa Quantitativa**. Disponível em:

[http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino\\_2012\\_1/ELABORACAO\\_QUESTIONARIOS\\_PESQUISA\\_QUANTITATIVA.pdf](http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf), Acesso em março de 2014.

MASON, R. **Models of Online Courses [online]**. ALN Magazine Volume 2, Número 2 - Outubro de 1998. Disponível em: <http://www-users.york.ac.uk/~ijc4/etutoring/week%201/Robin%20Mason%20paper.doc>. Acesso em: agosto de 2012.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa em Marketing**. Edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

MILL, D.; OLIVEIRA, D.; GONÇALVES, G.; MELO, S; FARDIN, V. **Transformações na organização do processo de trabalho docente e suas conseqüências para os professores**. Trabalho e Educação, Belo Horizonte: Nete, ETE-MG, n. 11, p. 51-65, 2002.

MILL, D. et al. **Gestão da Educação a Distância (EaD): Noções sobre planejamento, organização, direção e controle da EaD**. 2010. Disponível em: <[http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes\\_35/daniel\\_mill\\_e\\_outros.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_35/daniel_mill_e_outros.pdf)>. Acesso em: agosto 2013.

MINAYO, M. C. S. (organizadora). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIRANDA, A. S. et. al. **Educação a Distância Numa Visão de Governança**. 16º CIAED Congresso Internacional ABED de Educação a Distância. “Conteúdo, Apoio ao Aprendiz e Certificação - Os Ingredientes Centrais para Eficácia na EAD”. 31 de agosto a 03 de setembro de 2010 - Foz do Iguaçu – Paraná.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **A educação a distância: uma visão integrada**. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAN, J. M. **Entre a criatividade e a acomodação na educação**. Disponível em: <<http://moran10.blogspot.com/2010/12/entre-criatividade-e-acomodacao-na.html>>. Acesso em: setembro de 2013.

MORAN, J. M. **O que é Educação a Distância**. Atualizado em 2002. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>. Acesso em: setembro de 2013.

MOREIRA, B. C. M. et al. **Gestão Acadêmica na Educação a Distância: Desafios e Práticas**. X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria en America Del Sur. Mar del Plata, 8, 9 y 10 de diciembre de 2010.

NASCIMENTO, J. P. R.; VIEIRA, M. G. **A percepção dos gestores acadêmicos sobre o processo de institucionalização do ensino superior na modalidade a distância.** V Seminário Internacional de Educação a Distância. CAED. UFMG. 2 a 4 de setembro de 2013.

NASCIMENTO, J. E. **A Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel do IFMA no processo de modernização do noroeste maranhense.** VII CONNEPI. Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. Palmas. Tocantis. 2012.

NOGUEIRA, D. X. P.; **Educação a Distância no Brasil: da LDB ao Novo PNE.** 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação - Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). 2011. São Paulo

NOVAIS, S. M.; FERNANDES, A. S. A. **A Institucionalização do Ensino a Distância no Brasil: o caso da Graduação em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.** Revista de Ciências da Administração, v. 13, n. 29, p. 173-201, jan./abr. 2011.

OLIVEIRA, L. C. **Reflexões acerca da importância do gestor de equipes multidisciplinares na Educação a Distância.** V Seminário Internacional de Educação a Distância. Meios, Atores e Processo. CAED, UFMG, 2 a 4 de setembro de 2013.

ORTH, M. A. **Análise das políticas públicas de Educação a Distância no Brasil: um olhar sobre o ensino superior.** IX ANPED Sul, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012.

PACHECO, E. **Institutos Federais. Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica.** São Paulo: Moderna. 2011. 122 p.

PEDROSO, G. M. J. **Fatores críticos de sucesso na implementação de programas EAD via internet nas universidades comunitárias.** Florianópolis, 2006. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

PETERS, O. **Didática do ensino a distância.** São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

PIMENTEL, N. M.; **Educação Aberta e a Distância. Análise das políticas públicas e da implementação da educação a distância no ensino superior no Brasil a partir das experiências da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Aberta de Portugal.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2006.

PIMENTEL, M. A. A. **A gestão de um polo da Universidade Aberta do Brasil: discutindo questões de infraestrutura.** V Seminário Internacional de Educação a Distância. Meios, Atores e Processo. CAED, UFMG, 2 a 4 de setembro de 2013.

PRETI, O. **Educação a distância e globalização: desafios e tendências.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 79, n. 191, p. 19-43, jan./abr. 1998.

- PRETI, O. **Educação a distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá, EdUFMT, 2009.
- PRONATEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/objetivos-e-iniciativas>. Acesso em: agosto de 2013.
- REIS, M. L. **Relações entre a prática da educação a distância e a estrutura organizacional das universidades: processos de inovação e a tradição**. EccoS – Revista Científica, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 265-280, jan./jun. 2009.
- RIBEIRO, L. O. M., TIMM, M. I., ZARO, M. A. **Gestão de EaD: a importância da visão sistêmica e da estruturação dos CEaDs para a escolha de modelos adequados**. UFRGS, v.5, , n1, p. 1-21, jul. 2007.
- RIBEIRO, L. O. M.; **Planejamento e Gestão de um Centro de Educação a Distância (CEAD) voltado para educação profissional e tecnológica: um estudo de caso**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Porto Alegre, 2008.
- RUA, M. das G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/1635738>. Acesso em novembro de 2013.
- SÁ, G. M. **Análise de modelos de gestão de educação a distância em Universidades Públicas do Brasil**. ESUD 2013 – X Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Belém, PA. 11 – 13 de junho de 2013 – UNIREDE
- SALES, D. **EAD tem expectativa de crescimento para os próximos anos**. 2010. Disponível em: [http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento\\_ID=555](http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento_ID=555)
- SANTAELLA, L. **O homem e as máquinas**. In: DOMINGUES, D. (org.). A arte no século XXI: a humanização das tecnologias. São Paulo: UNESP. 1997, p. 33-43.
- SANTOS, E. O. **Educação online : cibercultura e pesquisa-formação na prática docente**. 2005. 351 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2005.
- SANTOS, M. R. G. F. **O processo de formação e gestão de três cursos de graduação a distância na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, 2009.
- SANTOS, A. **Ensino à Distância & Tecnologias de Informação – e-learning**. Editora Lidel, 2000. p.16.
- SANTOS, R. A. **A institucionalização da EaD na capacitação dos Servidores Públicos da UFRN**. V Seminário Internacional de Educação a Distância. Meios, Atores e Processo. CAED, UFMG, 2 a 4 de setembro de 2013.

SARTORI, A. S.; ROESLER, J. A. **Gestão De Cursos Superiores A Distância**. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/32894>>. Acesso em: outubro 2013

SEED. **Secretaria de Educação a Distância**. Edital de 27 de fevereiro de 2008. Seção 3. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 de fevereiro de 2008. Pag. 33-61.

SILVA, M. **Contribuições para uma pedagogia da educação online. Educação online: teorias, práticas, legislação e formação corporativa**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

SILVA, M. **Exigências para formação do professor na cibercultura**. Acessado em agosto de 2012. Disponível em: [http://www.educacaoadistancia.blog.br/revista/ucp\\_marcosilva.pdf](http://www.educacaoadistancia.blog.br/revista/ucp_marcosilva.pdf)

SILVA, A. B. **Como os gerentes aprendem**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, E. R. G. et. al. **Gestão de polo de apoio presencial no Sistema Universidade Aberta do Brasil: construindo referenciais de qualidade**. RENOTE. Revista Novas Tecnologias na Educação. CINTED. UFRGS. Vol. 8, nº 3, 2010. ISSN 1679-1916.

SCHLEMMER, E. **Metodologias para Educação a Distância no Contexto da Formação de Comunidades Virtuais de Aprendizagem**. In: BARBOSA, Rommel Melgaço (Organizador). **Ambientes Virtuais de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCHLEMMER, E. **Telepresença**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009. v. 1. 180p

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

TAVARES, M. G. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da Educação Profissional no Brasil**. IX ANPEDSUL. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012.

THORNTON, R. **Grupos de discussão: grupos focais : metodologia**. Santa Maria: UFSM, 2005.

TORRES, P. L, VIANNEY, J. e ROESLER, L. **Educación superior a distancia em Brasil** In Torres, P. L e RAMA, C. (Coor). **La Educación Superior a Distancia em America Latina y el Caribe – Realidades y tendencias**. Santa Catarina, UNISUL. 2010.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UAB. **Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: [http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6&Itemid=18](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=18). Acesso em: agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. **Universidade Aberta do Brasil. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.** Disponível em:  
<http://www.uab.capes.gov.br/index.php>. Acesso: julho 2012.

UFMT. **Universidade Federal de Mato Grosso.** Disponível em:  
<http://www.ufmt.br/ufmt/site/secao/index/Cuiaba/2285> Acesso em: 10 setembro 2013.

UNESCO. **Plano Nacional de Educação –** Brasília : Senado Federal, 2001.  
186p.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VALENTE, J. A.; MORAN, J. M.; ARANTES, V. A. (org.). **Educação a Distância: Pontos e Contrapontos.** São Paulo: Summus, 2011.

VIEIRA PINTO, A. **O conceito de tecnologia.** V.1. Rio de Janeiro: BNDEs. 2005, 531p.

WITT, A. **Metodologia de Pesquisa.** São Paulo. Resenha Tributária. 1973.

## **APÊNDICES**

## ***Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido***

### **Pesquisa: A EaD no IFRS - da teoria à prática.**

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O termo a seguir traz informações para você sobre as características da pesquisa. Após a leitura, na parte de baixo da página, clique em “Acesso ao Formulário de Pesquisa” para iniciar sua participação!

#### **1. IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA**

**Título do projeto:**

A EaD no IFRS - da teoria a prática

**Responsável:**

Thiago Sávio Carbone

#### **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO**

A pesquisa se justifica por seu caráter de acompanhamento e implantação de uma política pública que começou no ano de 2007 através da criação do programa Escola Técnica Aberta do Brasil - e-Tec. Primeiramente implantado, no âmbito do IFRS, nos câmpus Bento Gonçalves, Porto Alegre e Rio Grande com cursos em diferentes áreas de conhecimento.

Com esta pesquisa esperamos traçar um diagnóstico desta modalidade de ensino dentro do IFRS com objetivo de alavancar elementos que nos ajudem a entender e fortalecer a EaD no instituto tanto na oferta de cursos como também fortalecer a formação continuada de professores para atuarem nesta modalidade de ensino.

Como essa temática é relativamente nova dentro do IFRS, pois ainda não possuímos uma política concreta que trata deste assunto em estudo e como dentro do IFRS não existe praticamente pesquisa nessa área, sendo sempre assunto de pauta em reuniões gerais, acreditamos que esta pesquisa se justifica.

O IFRS - Câmpus Bento Gonçalves e Câmpus Rio Grande são os

únicos neste momento a ofertar cursos nesta modalidade e com base neste estudo, gostaríamos de mudar esta realidade.

### **3. PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS**

Serão utilizados meios digitais para a coleta dos dados.

### **4. UTILIZAÇÃO**

As informações adquiridas por meio das entrevistas serão utilizadas nesta pesquisa.

### **5. BENEFÍCIOS**

O IFRS terá o conhecimento detalhado dos resultados desta pesquisa, podendo usá-la como base para mudar ou melhor se inserir nesta realidade da EaD.

### **6. ISENÇÃO E RESSARCIMENTO DE DESPESAS**

A participação no estudo está isenta de despesas e ressarcimento em razão de não haver custos para o participante.

### **7. LIBERDADE DE RECUSAR, DESISTIR OU RETIRAR MEU CONSENTIMENTO**

É dada ao participante a liberdade de recusar, retirar o consentimento de participação e deixar de participar do estudo em qualquer momento não havendo nenhum prejuízo ao seu bem estar e nem interferência na pesquisa que está sendo realizada.

### **8. GARANTIA DE SIGILO E PRIVACIDADE**

Os dados da pesquisa serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgadas em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados.

### **9. GARANTIA DE ACESSO E ASSISTÊNCIA EM QUALQUER ETAPA DA PESQUISA**

É dada ao participante a garantia do direito de receber informações, a

qualquer momento, dos procedimentos e métodos utilizados neste estudo, bem como dos resultados, parciais e finais, desta pesquisa.

Devendo em caso de necessidade contatar o pesquisador Thiago Sávio Carbone poderá se utilizar de:

- E-mail [thiago.carbone@bento.ifrs.edu.br](mailto:thiago.carbone@bento.ifrs.edu.br)

**Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa. Ao clicar no link abaixo, você declarará o seu consentimento de forma livre e iniciará a sua participação na pesquisa.**

**[ACESSO AO FORMULÁRIO DE PESQUISA](#)**

## Apêndice 2 – Questionário aplicado aos Gestores da Reitoria

---

# EaD no IFRS - Reitoria

---

Prezado(a) Sr.(a):

A definição de Educação a Distância (EAD), para esta pesquisa, refere-se à educação praticada via materiais impressos, áudio, vídeo (ao vivo ou gravado), satélite ou por tecnologias por computador com instruções síncronas ou assíncronas.

Para esta pesquisa, considera-se EAD nas seguintes situações:

- Cursos pertencente aos programas e-Tec, UAB.
- 20% da carga horária de um curso ou disciplina, devidamente autorizado, oferecidos nesta modalidade de ensino.
- Cursos de formação continuada, aperfeiçoamento, extensão, corporativos, livres (não precisam de autorização legal) na modalidade a distância onde pelo menos 80% do conteúdo é desenvolvido em atividades a distância e online.
- Curso a distância online: pelo menos 80% do conteúdo é entregue pela internet.

obs.: favor responder somente uma única vez o questionário.

Agradeço pela sua disposição em participar desta pesquisa.

Obrigado.

\*Obrigatório

---

**Nome \***

---

**E-mail \***

---

**Qual o tempo de trabalho enquanto docente? \***

- Entre 1 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Entre 16 e 20 anos
- Entre 21 e 25 anos
- Mais do que 25 anos

---

**Qual a sua área de formação (conhecimento)? \***

Em caso de dúvida com relação a sua área de conhecimento acesse o site:

<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>

- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências Biológicas
- Engenharias
- Ciências da Saúde
- Ciências Agrárias
- Ciências Sociais Aplicadas
- Ciências Humanas
- Linguística, Letras e Artes
- Multidisciplinar

---

**Qual a sua concepção sobre a modalidade de educação a distância - EaD? \***

---

**Você atua ou já atuou na modalidade a distância - EaD? \***

- Sim
- Não

---

**Indique o tempo de atuação em EaD. \***

- Até 1 ano
- Entre 2 e 3 anos
- Entre 4 e 5 anos
- Mais de 5 anos
- Nunca atuei em EaD.

---

**Se você atua ou já atuou, qual o papel desenvolvido? \***

Para esta pergunta estamos considerando a estrutura de atores utilizada nos programas UAB e e-Tec do Governo Federal, modelo utilizado em programas de EaD do IFRS.

- Coordenador Geral
- Coordenador Adjunto
- Coordenador de Tutoria
- Coordenador de Curso
- Coordenador de Polo
- Professor-pesquisador Conteudista
- Professor-pesquisador Formador
- Tutor a Distância

- Tutor Presencial
- Nunca atuei com EaD.

---

***Quais as atividades desenvolvidas no papel que você exerceu? \****

Para esta pergunta considere a resposta fornecida a pergunta anterior.

---

***Com base na sua experiência(s), que conhecimento(s) ou sabere(s) você acredita ser necessário para atuar na EaD? \****

Considere para esta resposta qualquer experiência em EaD ou a sua visão enquanto docente que queira atuar com EaD. Caso, mesmo assim, não se sinta a vontade de responder esta pergunta, responda com: Nunca atuei com EaD.

---

***Você já participou como ALUNO de algum curso oferecido na modalidade EaD? \****

- Sim
- Não

---

***Se SIM, relate sobre a sua experiência em ser ALUNO de um curso na modalidade EaD.***

---

***Se NÃO, do seu ponto de vista, o que é ser ALUNO de um curso na modalidade EaD?***

---

***Quais os processos atuais sendo implementados no IFRS enquanto o uso da EaD? \****

Esta pergunta surge de questionamentos pessoais após reunião com a PROEN.

---

***Quais as iniciativas tomadas para a implantação dos 20% em EaD permitidos por lei? \****

Esta pergunta surge de questionamentos pessoais após reunião com a PROEN.

---

***Quais os benefícios ou implicações vistos no uso dos 20%? \****

Esta pergunta surge de questionamentos pessoais após reunião com a PROEN.

---

***Quais outras frentes de trabalho tem-se pensado para a implantação/inserção/continuidade da EaD no IFRS? \****

---

*Você gostaria de continuar participando desta pesquisa? \**

- Sim
- Não

---

*Comentários gerais...*

## Apêndice 3 – Questionário aplicado aos Gestores dos Campi

Editar este formulário

### EaD no IFRS

Prezado(a) Sr.(a):

A definição de Educação a Distância (EAD), para esta pesquisa, refere-se à educação praticada via materiais impressos, áudio, vídeo (ao vivo ou gravado), satélite ou por tecnologias por computador com instruções síncronas ou assíncronas.

Para esta pesquisa, considera-se EAD nas seguintes situações:

- Cursos pertencente aos programas e-Tec, UAB.
- 20% da carga horária de um curso ou disciplina, devidamente autorizado, oferecidos nesta modalidade de ensino.
- Cursos de formação continuada, aperfeiçoamento, extensão, corporativos, livres (não precisam de autorização legal) na modalidade a distância onde pelo menos 80% do conteúdo é desenvolvido em atividades a distância e online.
- Curso a distância online: pelo menos 80% do conteúdo é entregue pela internet.

obs.: favor responder somente uma única vez o questionário.

Agradeço pela sua disposição em participar desta pesquisa.  
Obrigado.

**\*Obrigatório**

Qual campus o respondente pertence? \*

Nome \*

E-mail \*

A sua instituição atua ou atuou com EAD? \*

- Sim  
 Não

Qual a concepção de Educação a Distância dessa instituição (campus)? \*

Indique o tipo de oferta de seu campus, no âmbito da Educação a Distância (EAD). \*

- Apenas cursos Autorizados/reconhecidos por órgão legal.
- Apenas cursos Livres (que não necessitam de autorização de um órgão legal para serem oferecidos ao público)
- Apenas cursos Corporativos (podem ser livres ou autorizados/reconhecidos)
- Produtos e serviços EAD
- Apenas cursos autorizados e livres
- Apenas cursos autorizados e corporativos
- Apenas cursos livres e corporativos
- Apenas cursos livres e produtos e serviços de EAD
- Apenas cursos autorizados e produtos e serviços de EAD
- Apenas cursos corporativos e produtos e serviços de EAD
- Apenas cursos autorizados, corporativos e produtos e serviços de EAD
- Apenas cursos livres, corporativo e produtos e serviços de EAD
- Apenas cursos autorizados, livres e corporativos
- Apenas cursos autorizados, livres e produtos e serviços de EAD
- Todos os tipos de cursos (autorizados, livres e corporativos) e, também, produtos e serviços de EAD
- Não se aplica. TEMOS interesse em ofertar cursos nesta modalidade.
- Não se aplica. NÃO TEMOS interesse em ofertar cursos nesta modalidade.

Indique a constituição da EAD em sua instituição (campus). No caso de outra estrutura, por favor, indique-a. \*

- O EAD é constituído por uma diretoria.
- O EAD é constituído por uma gerência.
- O EAD é constituído por um núcleo ou departamento.
- Não possuímos EAD constituída.
- Não sabe informar.
- Outro:

Indique o tempo de atuação de sua instituição (campus) em EAD. \*

- Até 1 ano
- Entre 2 e 3 anos
- Entre 4 e 5 anos
- Mais de 6 anos
- Não atua com EAD.
- Não sabe informar.

Indique o tipo de organização administrativa do EAD na sua instituição (campus). \*

- Centralizada (um único setor/departamento/unidade/grupo é responsável por todas as ações EAD da instituição.)

- Descentralizada (mais de um setor/departamento/unidade/grupo da instituição desenvolvem atividades de EAD com diferentes objetivos e diferentes públicos)
- Não sabe informar

Indique o número de vagas oferecidas no último ano nos cursos EAD da instituição (campus). \*

utilize somente números na sua resposta.

Indique o número de vagas ocupadas no último ano nos cursos EAD da instituição (campus). \*

utilize somente números na sua resposta.

Considerando os cursos oferecidos na modalidade EAD, indique as opções que representam(ram) os obstáculos enfrentados. \*

- Resistência dos educadores à modalidade EAD.
- Resistência dos alunos à modalidade EAD.
- Suporte de TI para docentes.
- Suporte de TI.
- Suporte pedagógico e de TI para estudantes e docentes.
- Política interna que defina as regras para o funcionamento da modalidade.
- Não sabe informar
- Outro:

Considerando os investimentos/incentivos de sua instituição (campus) em EAD, você acredita que: \*

- Aumentou
- Diminuiu
- Manteve-se o mesmo
- Não houve investimentos
- Não sabe informar

Considerando que houve investimentos, onde você acredita que os mesmos mais se aplicam? \*

- Contratação de pessoal
- Capacitação de pessoal
- Tecnologia e inovação
- Infraestrutura
- Não sabe informar
- Outro:

Considerando os diferentes tipos de cursos EAD, indique quantos cursos EAD novos foram ofertados em sua instituição (campus) nos últimos 5 anos. \*

- De 1 a 2 cursos.
- De 3 a 4 cursos.
- Mais de 4 cursos
- Não sabe informar
- Não houve oferta de cursos nesta modalidade.

Considerando os diferentes tipos de cursos que não necessitam de autorização para funcionar, quais cursos livres EAD foram oferecidos pela instituição (campus). \*

- Iniciação Profissional.
- Treinamento operacional.
- Atualização.
- Aperfeiçoamento.
- Não houve oferta de cursos nesta modalidade
- Não sabe informar
- Outro:

Considerando os meios principais adotados, qual foi oferecido pela instituição (campus)? \*

- Por correspondência (material impresso, enviado por correio).
- Online: internet, material de estudo disponível para download, atividades interativas com o conteúdo (exercícios, animações e vídeos, games), atividades assíncronas em pequenos grupos, chat, fórum e atendimento individual online.
- Online: internet, com material de estudo disponível para download, com atendimento apenas por e-mail.
- Online: internet, com material de estudo disponível para download, com participação em chat e fórum e atendimento por e-mail.
- Internet + material impresso + CD-ROM e DVD
- Internet + videoaula + Videoconferência
- Internet + videoaula + outro
- Via satélite ou Aulas ministradas via satélite.
- Auto-instrucional apoiado por computador.
- Não houve oferta de cursos nesta modalidade
- Não sabe informar
- Outro:

Quais os recursos educacionais usados com maior frequência no(s) curso(s) oferecido(s) pela instituição (campus)? \*

- Livros e materiais impressos produzidos para o curso.
- Multimídias em CDs e DVDs.

- Tele ou vídeo aulas (aulas expositivas previamente gravadas).
- Programas de áudio pré-gravados (incluindo podcasts).
- Vídeos curtos (menos de 10 minutos).
- Vídeos longos (mais de 10 minutos).
- Whiteboard (lousa eletrônica).
- Animação
- Simulações
- Jogos
- Estudos de casos
- Discussões em pequenos grupos.
- Solução de problemas como forma de aprendizagem.
- Objetos de aprendizagem.
- Redes sociais (Orkut, Facebook, LinkedIn etc.).
- Dispositivos móveis de aprendizagem (celulares, 3G, etc.).
- Blogs (incluindo Twitter)
- E-mail
- Chat
- Fórum
- Lista de discussão
- Mundos virtuais (Second Life, por ex.)
- Avaliações a distância ou presenciais ( banco de questões)
- Tutoria
- Vídeo conferência em tempo real
- Webconferência
- Não houve oferta de cursos nesta modalidade
- Não sabe informar
- Outro:

Os profissionais que trabalham nos processos de planejamento, produção, implantação e/ou administração de cursos EAD constituem: \*

- Uma equipe centralizada da própria instituição, ou seja, é a mesma para todos os projetos por ela desenvolvidos.
- Diferentes equipes da instituição que atuam com diferentes projetos por ela desenvolvidos.
- Diferentes equipes da instituição que atuam em diferentes processos (planejamento, produção, etc.) dos projetos por ela desenvolvidos.
- Equipe(s) externa(s) à instituição que realizam (planejamento, produção, etc.) um ou mais processos dos projetos por ela desenvolvidos.
- Não possui equipe constituída para esta modalidade.
- Não sabe informar

Considerando as diferentes características de equipes de EAD, indique como se caracterizara(m) a(s) equipe(s) que trabalham(ram) com EAD em sua instituição. \*

- Específica para apenas um tipo de curso EAD (livres, autorizados ou corporativos) oferecido pela instituição.
- Comum a dois ou mais tipos de cursos EAD (livres, autorizados e corporativos) oferecidos pela instituição.
- Comum a todos os tipos de cursos EAD oferecidos pela instituição.
- Comum a cursos EAD e a cursos presenciais.
- Não possui equipe constituída para esta modalidade.
- Não sabe informar
- Outro:

Considerando a preparação para atuar no âmbito de EAD, indique como se caracteriza a atuação da instituição. \*

- A instituição não fornece capacitação no âmbito de EAD.
- A instituição fornece capacitação à equipe administrativa.
- A instituição fornece capacitação à equipe de produção.
- A instituição fornece capacitação à equipe de implantação.
- A instituição fornece capacitação à equipe de suporte.
- A instituição fornece capacitação de professores.
- Não sabe informar
- Outro:

Considerando a preparação para atuar no âmbito de EAD, indique qual(is) capacitação(ões) a instituição (campus) acharia necessária(s) oferecer. \*

- Formação continuada de professores com ênfase pedagógica para atuar com EAD.
- Formação técnica (uso das tecnologias - EAD) para professores para atuar com EAD.
- Formação continuada para a equipe técnica e administrativa com ênfase pedagógica.
- Formação técnica (uso das tecnologias - EAD) para equipe técnica e administrativa para atuar com EAD.
- Não sabe informar.
- Outro:

Quantos profissionais docentes estão envolvidos com EAD (administração, produção, implantação, suporte, etc.) na instituição (campus)? \*  
utilize somente números na sua resposta - 0 (zero) para nenhum

Com relação a formação dos docentes que atuam na EAD, como o quantitativo está dividido? \*

	De 1 a 5	De 5 a 6	De 7 a 10	De 11 a 15	Mais de 15	Não sabe informar	Nenhum
Doutores	<input type="radio"/>						
Mestres	<input type="radio"/>						
Especialistas	<input type="radio"/>						
Graduados	<input type="radio"/>						
Curso de Aperfeiçoamento	<input type="radio"/>						

Quais os critérios de seleção dos docentes para atuarem na EaD você acha mais importantes? \*

Enumere de 1 a 5 sendo o 1 o mais importante

	1	2	3	4	5
Experiência na EaD	<input type="radio"/>				
Experiência como professor	<input type="radio"/>				
Nível de formação (graduado, especialista, mestre, doutor)	<input type="radio"/>				
Relação da Formação com a área, disciplina que vai ministrar.	<input type="radio"/>				
Cursos de formação continuada relacionado a EaD ou a tecnologias.	<input type="radio"/>				

Indique quantos alunos (em média) o docente que atua com EAD em sua instituição tem, sob sua responsabilidade por curso ou disciplina. \*

- 25 a 35 alunos
- 36 a 50 alunos
- 51 a 70 alunos
- 71 a 100 alunos
- 101 a 150 alunos
- Acima de 151 alunos
- Não atua com EAD.
- Não sabe informar.

Quantos profissionais técnicos-administrativos estão envolvidos com EAD (administração, produção, implantação, suporte, etc.) na instituição? \*  
utilize somente números na sua resposta - 0 (zero) para nenhum

Com relação a formação dos técnicos-administrativos, como o quantitativo está dividido? \*

	De 1 a 5	De 5 a 6	De 7 a 10	De 11 a 15	Mais de 15	Não sabe informar	Nenhum
Doutores	<input type="radio"/>						
Mestres	<input type="radio"/>						
Especialistas	<input type="radio"/>						
Graduados	<input type="radio"/>						
Curso de Aperfeiçoamento	<input type="radio"/>						

Comentários Gerais

Gostaria de continuar participando da pesquisa? \*

- Sim  
 Não

Nunca envie senhas em Formulários Google.

Powered by

Este formulário foi criado em IFRS - Campus Bento Gonçalves.

[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

## Apêndice 4 – Questionário aplicado aos Docentes

[Editar este formulário](#)

### EaD no IFRS - Professores

Prezado(a) Sr.(a):

A definição de Educação a Distância (EAD), para esta pesquisa, refere-se à educação praticada via materiais impressos, áudio, vídeo (ao vivo ou gravado), satélite ou por tecnologias por computador com instruções síncronas ou assíncronas.

Para esta pesquisa, considera-se EAD nas seguintes situações:

- Cursos pertencente aos programas e-Tec, UAB.
- 20% da carga horária de um curso ou disciplina, devidamente autorizado, oferecidos nesta modalidade de ensino.
- Cursos de formação continuada, aperfeiçoamento, extensão, corporativos, livres (não precisam de autorização legal) na modalidade a distância onde pelo menos 80% do conteúdo é desenvolvido em atividades a distância e online.
- Curso a distância online: pelo menos 80% do conteúdo é entregue pela internet.

obs.: favor responder somente uma única vez o questionário.

Agradeço pela sua disposição em participar desta pesquisa.  
Obrigado.

**\*Obrigatório**

**Qual campus o respondente pertence? \***

**Nome \***

**E-mail \***

**Qual a sua idade? \***

- Entre 20 e 30 anos
- Entre 31 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Entre 51 e 60 anos
- Mais do que 60 anos

**Qual o tempo de trabalho enquanto docente? \***

- Entre 1 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos

- Entre 11 e 15 anos
- Entre 16 e 20 anos
- Entre 21 e 25 anos
- Mais do que 25 anos

**Qual a sua área de formação (conhecimento)? \***

Em caso de dúvida com relação a sua área de conhecimento acesse o site:

<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>

- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências Biológicas
- Engenharias
- Ciências da Saúde
- Ciências Agrárias
- Ciências Sociais Aplicadas
- Ciências Humanas
- Linguística, Letras e Artes
- Multidisciplinar

**Qual a sua concepção sobre a modalidade de educação a distância - EaD? \***



**Você atua ou já atuou na modalidade a distância - EaD? \***

- Sim
- Não

**Indique o tempo de atuação em EaD. \***

- Até 1 ano
- Entre 2 e 3 anos
- Entre 4 e 5 anos
- Mais de 5 anos
- Nunca atuei em EaD.

**Se você atua ou já atuou, qual o papel desenvolvido? \***

Para esta pergunta estamos considerando a estrutura de atores utilizada nos programas UAB e e-Tec do Governo Federal, modelo utilizado em programas de EaD do IFRS.

- Coordenador Geral
- Coordenador Adjunto
- Coordenador de Tutoria

- Coordenador de Curso
- Coordenador de Polo
- Professor-pesquisador Conteudista
- Professor-pesquisador Formador
- Tutor a Distância
- Tutor Presencial
- Nunca atuei com EaD

**Quais as atividades desenvolvidas no papel que você exerceu? \***

Para esta pergunta considere a resposta fornecida a pergunta anterior.

**Com base na sua experiência(s), que conhecimento(s) ou sabere(s) você acredita ser necessário para atuar na EaD? \***

Considere para esta resposta qualquer experiência em EaD ou a sua visão enquanto docente que queira atuar com EaD. Caso, mesmo assim, não se sinta a vontade de responder esta pergunta, responda com: Nunca atuei com EaD.

**Você já participou como ALUNO de algum curso oferecido na modalidade EaD? \***

- Sim
- Não

**Se SIM, relate sobre a sua experiência em ser ALUNO de um curso na modalidade EaD.**

**Se NÃO, do seu ponto de vista, o que é ser ALUNO de um curso na modalidade EaD?**



**Com relação a institucionalização da EaD em seu campus, você acredita que... \***

Responda as questões abaixo conforme o seu grau de satisfação.

	Discordo plenamente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Plenamente
Já houve discussão do tema junto a comunidade acadêmica de seu campus.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sou favorável que a modalidade EaD seja implantada neste campus.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aceitaria ser docente nesta modalidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não me sinto preparado para lecionar nesta modalidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta capacitação (formação continuada) para os docentes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta estrutura física para dar suporte a esta modalidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta interesse ou incentivo por parte das coordenações/direções.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta cultura dos alunos para estudar nesta modalidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Com relação a sua visão em relação a modalidade EaD, você acredita que... \***

Responda as questões abaixo conforme o seu grau de satisfação.

	Discordo plenamente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Plenamente
Não gosto desta modalidade de ensino.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não acredito nesta modalidade de ensino.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não me					

considero apto para trabalhar nesta modalidade de ensino.	<input type="radio"/>				
Não acredito que seja possível ensinar e aprender a distância.	<input type="radio"/>				
Não tive oportunidade para atuar nesta modalidade.	<input type="radio"/>				

**Com relação a EaD no seu campus ou no IFRS, você acredita que... \***

Responda as questões abaixo conforme o seu grau de satisfação.

	Discordo plenamente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Plenamente
A EaD tem qualidade.	<input type="radio"/>				
Não precisa de mais nada pois a qualidade da EaD já é igual ao ensino presencial.	<input type="radio"/>				
Precisa de docentes mais preparados.	<input type="radio"/>				
Precisa de alunos mais preparados ou motivados para se inserirem nesta modalidade.	<input type="radio"/>				
Precisa de melhorias com relação a infraestrutura técnica (TICs), didático e pedagógica.	<input type="radio"/>				
Precisa de formação continuada para docentes para melhorarem a sua atuação nesta modalidade.	<input type="radio"/>				
Precisa de					

investimentos  
e/ou incentivos  
para esta  
modalidade.



Precisa mais  
diálogo sobre o  
assunto.



**Você gostaria de continuar participando desta pesquisa? \***

- Sim
- Não

**Comentários gerais...**

Enviar

*Nunca envie senhas em Formulários Google.*

Powered by

Este formulário foi criado em IFRS - Campus Bento Gonçalves.

[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

## **ANEXOS**

**Anexo 1 – Diretrizes para a oferta de Cursos na Modalidade de Educação à Distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**

MINUTA DE RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_/2011, DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2011

Estabelece as diretrizes gerais para a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

**DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 1º - A Educação a Distância (EaD) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande Sul (IFRS) caracteriza-se como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos, de acordo com o que preconiza o Decreto nº. 5622 de 19 de dezembro de 2005 e o artº 80 da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 2º - A oferta de cursos pelo IFRS, na modalidade EaD, poderá ocorrer das seguintes formas:

I - com a utilização de recursos próprios;

II - com o incentivo de recursos externos, mediante programas governamentais como os provindos da UAB (Universidade Aberta do Brasil), e-Tec Brasil (Escola Técnica Aberta do Brasil) e outros.

Parágrafo único - Fica a critério do campus a opção de ofertar cursos na modalidade a distância por meio de incentivos externos e/ou por meio do uso de recursos próprios.

Art. 3º - Para a oferta de cursos na modalidade EaD, o campus deverá organizar um Núcleo de Educação a Distância (NEAD).

§1º - O NEAD corresponde à estrutura física e de pessoal que apresenta os recursos necessários para dar o suporte administrativo, pedagógico e técnico às ações de EAD no âmbito do campus.

§2º - A inexistência de estrutura adequada, tanto no que diz respeito à infraestrutura quanto ao pessoal, impede a abertura de cursos a distância no campus.

Art. 4º - As atividades de gestão para a execução da Educação a Distância compreendem:

I – No âmbito da reitoria

- a) Coordenação de EaD do IFRS: responsável por promover a gestão administrativa e pedagógica das atividades de EaD na Instituição, promovendo as condições necessárias à implementação das ações do IFRS em programas e projetos da área;
- b) Coordenação de Programa Governamental e/ou Institucional: responsável por dar suporte administrativo às ações de EaD referente a implantação do referido programa no IFRS.

II – No âmbito do campus

- a) Coordenação de EAD do campus: responsável pela representação do respectivo campus em reuniões, órgãos colegiados ou comissões organizados pela reitoria do IFRS que tratem do tema EaD, e pela coordenação do NEAD.
- b) Coordenação de Curso: responsável por propiciar aos professores envolvidos no curso um espaço para discussão, reflexão e desenvolvimento de ações voltadas ao pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- c) Coordenação de Tutoria: responsável por acompanhar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de tutores, bem como elaborar e participar das atividades de capacitação e atualização dos tutores, além de bem acompanhar as atividades acadêmicas do curso e as respectivas ações da equipe de tutoria.

Parágrafo único: Os representantes de que trata a alínea b do inciso I deverão ser escolhidos dentre os coordenadores de EaD dos campi.

## **DOS DOCENTES**

Art. 5º - As atividades docentes para a execução da Educação a Distância compreendem:

- I – Elaboração de objetos de aprendizagem (Professor Conteudista)
- II – Mediação Pedagógica (Professor Formador)
- III – Tutoria
- IV – Orientação de Estágio Curricular e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Art. 6º – As atividades do tutor de apoio docente a distância compreendem

- I - Auxiliar os professores na realização de trabalhos práticos, teóricos e experimentais e na seleção e organização de materiais de apoio que dêem sustentação teórica qualificada para o desenvolvimento das disciplinas do curso;
- II - Estimular os alunos para que participem das atividades, bem como auxiliá-los no uso da plataforma virtual;
- III - Disponibilizar e fornecer informações, acompanhar e orientar as atividades propostas nas disciplinas e os trabalhos realizados, esclarecendo dúvidas e respondendo com presteza e-mails recebidos dos alunos;
- IV - Estar atento ao nível de interatividade dos alunos, para identificar quais alunos não estão interagindo e tentar resgatar a relação interativa, bem como analisar o desempenho dos alunos e propor procedimentos que melhorem o seu rendimento quando necessário;
- V - Manter registro atualizado sobre ausências, realizações de atividades, dificuldades e solicitações dos alunos, bem como emitir relatórios sobre a situação dos alunos e encaminhá-los periodicamente ao professor.

Art. 7º - As atividades do tutor de apoio docente presencial compreendem

- I - Auxiliar o aluno na sua organização, estabelecendo uma agenda que sistematize o tempo para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas;
- II - Acompanhar as atividades propostas nas disciplinas/módulos/blocos;
- III - Informar aos professores e aos tutores a distância todas as questões pedagógicas referentes a cada aluno como, por exemplo, ausências, afastamentos, dificuldades, alternativas;
- IV - Organizar, conduzir e acolher grupos de estudos, bem como estabelecer um diálogo amigável a fim de facilitar que os alunos esclareçam seus pensamentos e enfrentem suas contradições e inconsistências;

V - Realizar relatórios mensais sobre a turma que estiver sob sua responsabilidade, registrando casos particulares de dificuldades pedagógicas e encaminhá-las ao tutor a distância e professor.

## **DOS CURSOS**

Art. 8º - A hora aula dos cursos ministrados na modalidade a distância equivalem a uma hora relógio (hora aula de 60 minutos).

Art. 9º - Os cursos serão disponibilizados em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), sem ônus ao IFRS.

Parágrafo único – A plataforma Moodle fica estabelecida como AVA institucional preferencial da EaD no IFRS.

Art. 10 - As atividades discentes serão desenvolvidas através de elementos disponibilizados no AVA, de aulas presenciais e/ou do estágio obrigatório, previsto na matriz curricular.

Parágrafo único - Os encontros entre docentes e discentes poderá ocorrer através de web conferencia ou videoconferência, ou qualquer outra Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que promova contato efetivo entre professores, tutores e alunos, permitindo o desenvolvimento das atividades acadêmicas previstas.

Art. 11 - Cada curso preverá, em sua proposta política pedagógica, os recursos didáticos que serão utilizados no desenvolvimento de suas atividades.

§1º - É desejável que cada disciplina apresente material pedagógico impresso.

§2º - Os cursos ofertados a distância necessariamente deverão utilizar tecnologias de informação e comunicação para suporte pedagógico. O material produzido não poderá restringir-se a apostilas textuais. Deverão ser produzidos objetos de aprendizagem com características multimídia e deverão ser utilizadas ferramentas de comunicação que promovam a interação entre alunos, professores e tutores.

§3º - São obrigações dos docentes do curso, da Coordenação de Curso, da Coordenação de EAD do campus, da Diretoria de Ensino do campus e da Coordenação de EAD do IFRS zelarem pela qualidade do material pedagógico produzido.

Art. 12 - O sistema de ingresso, matrícula e registro acadêmico dos cursos estará sujeito às normas estabelecidas pelos Conselhos de Campus e Conselho Superior do IFRS.

Art. 13 - O sistema de avaliação da aprendizagem deverá prever pelo menos uma prova presencial, aplicada nos pólos de apoio presenciais, assim como a avaliações das atividades desenvolvidas na plataforma virtual e previstas na ementa de cada disciplina.

Parágrafo único - A avaliação prevista no caput também poderá ocorrer através de web conferencia, videoconferência, ou qualquer outra TIC que promova contato efetivo entre professores, tutores e alunos, permitindo o desenvolvimento das atividades acadêmicas previstas na matriz curricular.

Art. 14 - Os alunos de cursos a distância poderão solicitar transferência para outro curso a distância, observados os mesmos critérios dos cursos presenciais.

Art. 15 - Os alunos de cursos a distância poderão solicitar transferência de pólo desde que haja condições de atendimento no pólo desejado.

*Anexo 2 - Proposta da regulamentação da EaD nos Institutos  
Federais*



**REUNIÃO GT3 – EAD e  
InterRed**

**12 a 14 de Maio de  
2010 Brasília –  
DF**

**MEC, Anexo I, sala 200**

**Proposta de regulamentação da EAD  
nos Institutos Federais**

Maio – 2010 Brasília

## SUMÁRIO

1.	Compatibilização das Propostas oo Grupo.	137
2.	Modelos de Estruturas Organizacionais para EaD	137
2.1.	Modelo Centralizado	137
2.1.1.	Pontos Fortes:	141
2.1.2.	Pontos Fracos: 141	
2.2.	Modelo Estrutural Semi-Centralizado	141
2.2.1.	Credenciamento Institucional para EaD	144
2.2.2.	Pontos Fortes: 145	
2.2.3.	Pontos Fracos: 146	
2.3.	Modelo Estrutural Descentralizado	146
2.3.1.	Pontos Fortes: 148	
2.3.2.	Pontos Fracos: 148	
2.4.	Recursos Humanos para Os Modelos Propostos	149
3.	Regulamentação das Atividades Docentes - EaD	149
3.1.	Encaminhamento 01 – Distribuição Da Carga Horária	149
3.2.	Encaminhamento 02	150
4.	Romper as Barreiras Estaduais para Ofertas de Curso UaB, E-Tec152	
4.1.	Encaminhamento	152
5.	Estratégias para disponibilização das Ferramentas do Portal EPCT Virtual	152
5.1.	Portal EPCT Virtual	153
5.1.1.	Ferramentas Aprovadas para o Portal	153
5.1.1.1.	Interred	153
5.1.1.2.	Laboratórios Virtuais	153
5.1.1.3.	Learning Vectors	153
5.1.1.4.	Necessidades desejáveis	153
5.1.1.5.	Localização Infraestrutura Física e de Pessoal de Redes	153
5.1.1.6.	Justificativa	154
5.1.2.	Encaminhamento	154
5.1.2.1.	Observação	154
5.2.	Equipe de Manutenção das Funcionalidades, Treinamento e Capacitação	154
5.2.1.	Necessidades 154	
5.2.2.	Justificativa 155	

5.2.3.	Bugs	155
5.2.4.	Melhorias	155
5.2.5.	Encaminhamento	155
5.3.	Alimentação de conteúdos no Portal	155
5.3.1.	Necessidade	155
5.3.2.	Justificativa	155
5.3.3.	Encaminhamentos	156
5.4.	Equipe de Articulação, Divulgação e Definição de Políticas de Uso	156
5.4.1.	Necessidade	156
5.4.2.	Justificativa	156
5.4.3.	Encaminhamento	156

## **1. COMPATIBILIZAÇÃO DAS PROPOSTAS DO GRUPO.**

No período de 12 a 14 de maio de 2010, no anexo II, sala 200, MEC, ocorreu a reunião do GT3 – EAD e InterRed (Grupo de Trabalho) do CONIF, coordenado por Dênio Arantes, dentre os pontos de pauta foram deliberadas diversas propostas para a construção de um documento síntese que referenciasse a Educação a Distância – EAD dentro dos Institutos Federais.

### **Participantes da**

#### **Reunião:**

## **2. MODELOS DE ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS PARA EAD**

Como propostas de estruturas organizacionais apresentamos 3 modelos básicos:

### **2.1. MODELO CENTRALIZADO**

No modelo centralizado tem-se uma estrutura que está alocada à reitoria e que responde a todas as ações da educação a distância na instituição. Por ser um modelo

central, as propostas de cursos que surgem dos departamentos são levados à Diretoria do Centro de Educação a Distância (CEAD)<sup>10</sup>, que fará as avaliações com a equipe pedagógica e multidisciplinar do CEAD junto com o coordenador do curso.

---

<sup>10</sup> As denominações são as mais diversas, podendo ser encontrados ainda: DEAD, NEAD, Departamento EAD, etc.

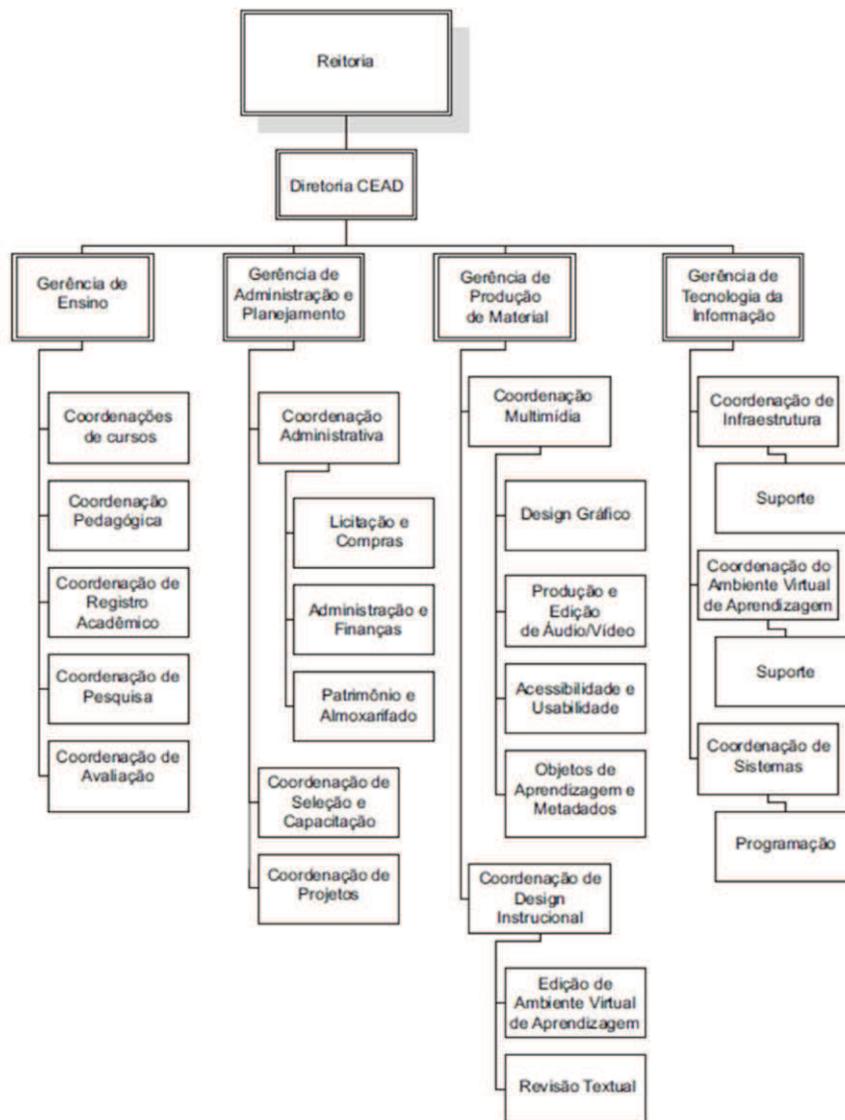
Uma estrutura proposta seria como a apresentada na Figura 1. Neste modelo temos a Diretoria do Centro de Educação a Distância ligada à reitoria. A Diretoria do CEAD tem como papel fundamental trabalhar (concepção, planejamento e execução) as estratégias da educação a distância no instituto nos diversos níveis e modalidade, assim, de acordo com o assunto, deve-se reportar diretamente a Reitoria ou a Pró-Reitoria responsável pelo nível do curso ofertado.

Abaixo da Diretoria do CEAD temos as seguintes gerências:

- Gerência de Ensino.
- Gerência de Administração e Planejamento.
- Gerência de Produção de Material.
- Gerência de Tecnologia da Informação.

A Gerência de Ensino, com o apoio das coordenações (curso, pedagógica, registro acadêmico, pesquisa, e avaliação), é responsável por:

- Organizar e auxiliar os trabalhos dos coordenadores de cursos, coordenação pedagógica;
- Definir ações específicas e coordenar o trabalho do registro acadêmico, no que tange a ações ao corpo docente e discente ligado a educação a distância;
- Apoiar os trabalhos de pesquisas, em conjunto com as coordenações de pesquisa e extensão, inerentes à educação a distância;
- Propor e aplicar modelos de avaliação dos diversos atores ligados à estrutura da educação a distância.



**Figura 1: Estrutura organizacional centralizada**

A Gerência de Administração e Planejamento, em conjunto com as coordenações (administrativa, seleção e capacitação, e projetos), é responsável por:

- Realizar o controle do patrimônio pertencente ao CEAD;
- Responsável pelas ações e acompanhamentos dos processos licitatórios e aquisições;
- Responsável pelos processos financeiros referentes aos programas de educação a distância (enquanto programas de fomento), e controle ;
- Responsável pelo planejamento e execução dos projetos de seleção e

capacitação de professores (especialistas, conteudistas, formadores) e tutores (presenciais e a distância)<sup>11</sup>;

- Apoio a elaboração e execução de planilhas, PTAs, tramitação e aprovação dos projetos dos cursos (externos e internos);

A Gerência de Produção de Material, em conjunto com as coordenações (multimídia, e design instrucional), é responsável por:

- Definição dos projetos gráficos que farão parte do material impresso e web;
- Criação de animações e tutoriais;
- Produção e edição de áudio/vídeo;
- Apoiar ações de acessibilidade e usabilidade dos ambientes virtuais de aprendizagem;
- Apoiar o desenvolvimento de objetos de aprendizagem para os cursos;
- Submeter material produzido à revisão textual;
- Apoio aos designers instrucionais no planejamento dos cursos.
- Apoio e avaliação da edição do ambiente virtual de aprendizagem.

A Gerência de Tecnologia da Informação, em conjunto com as coordenações (infraestrutura, AVA, e Sistemas), é responsável por:

- Manter o bom funcionamento da infraestrutura de rede e computacional em perfeito funcionamento;
- Suporte ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA);
- Apoio ao uso de ferramentas de software livre para apoio às atividades administrativas do CEAD;
- Dar apoio aos campi (que possuem estrutura de TI) na configuração de serviços dos ambientes virtuais de aprendizagem;
- Verificar se as metodologias propostas pelo CEAD estão sendo seguidas pelas coordenações dos campi;

---

<sup>11</sup> É importante frisar que estas ações não dizem respeito às ações pedagógicas e de conteúdo destas capacitações, mas sim a sua execução.

- Centralizar os serviços de educação a distância para os campi que não possuem a infraestrutura necessária para manter os serviços.
- Desenvolver sistemas para as especificidades da EAD.

Como todos os modelos, o modelo centralizado possui pontos fortes e fracos.

#### **2.1.1. PONTOS FORTES:**

- Caso um curso acabe, os profissionais podem ser aproveitados na estrutura central do CEAD;
- Pessoal administrativo especializado nas áreas de conhecimento;
- Permitir a progressão funcional do pessoal administrativo;
- É mais fácil gerenciar os especialistas;
- Os membros das equipes se reportam a um único supervisor/coordenador;
- Caminhos de carreira definidos claramente em áreas de especialização;
- Comunicações mais eficazes (horizontal e vertical);
- Recursos semelhantes são centralizados, podendo melhor ser gerenciado.

#### **2.1.2. PONTOS FRACOS:**

- Requer a alocação de espaço físico (salas) adequado para atendimento às demandas existentes;
- Requer políticas e procedimentos específicos para EAD.

### **MODELO ESTRUTURAL SEMI-CENTRALIZADO**

O modelo estrutural de Educação a Distância (EAD) semi-centralizado trabalha na premissa de que as atividades de educação a distância organizam-se em dois âmbitos: Atividades Sistêmicas e Atividades Operacionais Específicas.

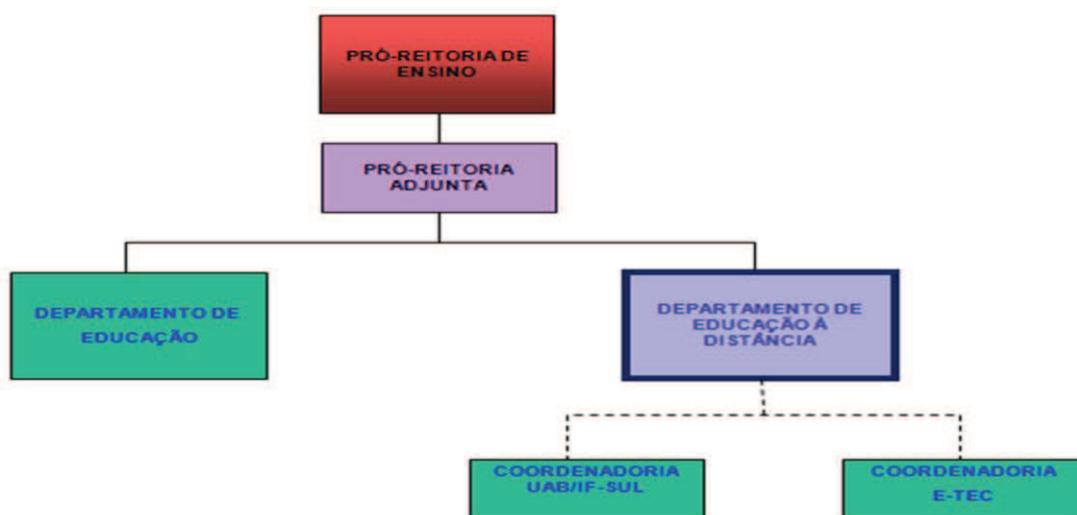
As atividades sistêmicas compreendem:

- A elaboração de materiais e mídias didáticas para educação a distância;
- Estruturação e disponibilização de servidores de internet com o sistema de

gerenciamento de aprendizagem (LMS Moodle), sistema de gerenciamento de produção de mídias didáticas, portal EPT (INTERRED, etc...), sistema de webconferência (RNP, Adobe Conect, etc...);

- Planejamento estratégico da oferta de cursos EAD e gestão dos programas de fomento em EAD do MEC (UAB, E-TEC, etc...);
- Controle dos processos e fluxos de credenciamento, autorização e reconhecimento de cursos a distância, negociação de procedimentos de avaliação junto a CPA para os cursos e comunidade EAD.

Para atender as atividades sistêmicas de EAD foi estruturada sob a Pró-reitoria de Ensino um Departamento de Educação a Distância, conforme Figura 2:



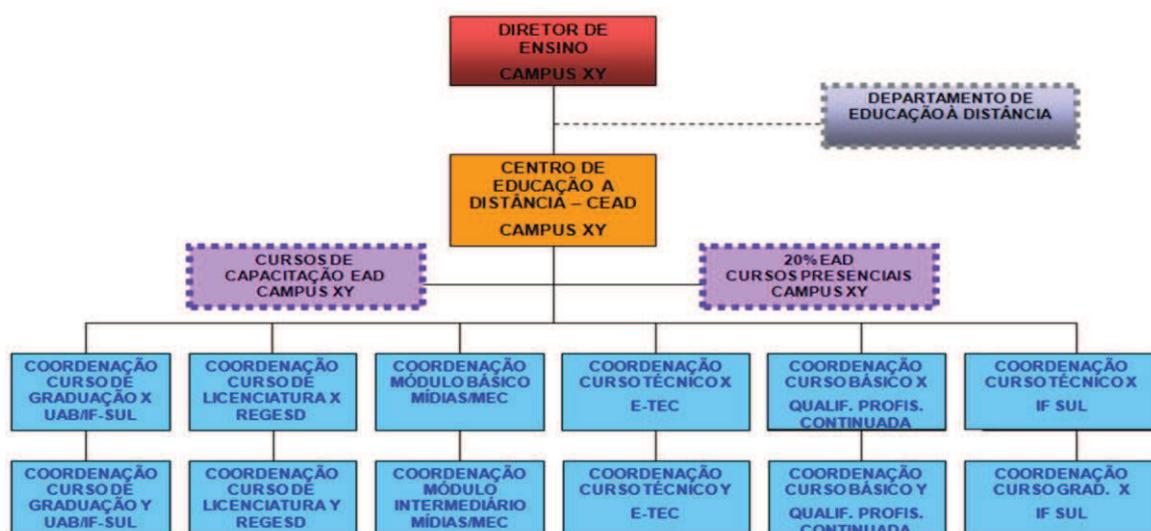
*Figura 2: Modelo semi-centralizado*

Já as atividades operacionais específicas envolvem o desenvolvimento dos cursos junto aos seus campi de origem, ou seja, a coordenação de um curso específico deve participar dos ritos normais pertinentes ao campus onde está lotado o seu coordenador e a maioria dos professores do curso. É claro, que um curso a distância utiliza-se de um corpo docente compartilhado, com professores espalhados dos diversos campi; contudo a experiência demonstra que um campus sempre acaba envolvido e despendendo maior esforço institucional para aquele curso em questão, cedendo o coordenador e mais professores para o mesmo.

Atividades operacionais específicas compreendem:

- Participação do coordenador do curso nas reuniões gerenciais com os coordenadores de cursos presenciais do mesmo nível (cursos técnicos, cursos de graduação, cursos de pós-graduação) junto às respectivas diretorias de ensino do campus;
- Organização e execução das reuniões de colegiado do curso, através de webconferência ou recurso similar;
- Organização dos processos de ingresso de alunos via edital, junto ao campus;
- Comunicação e gerência do corpo de tutores a distância junto ao coordenador do Centro de Educação a Distância – CEAD de cada campus. O coordenador do CEAD em cada campus, para o MEC/INEP e SEED (Secretaria de Educação a Distância), é o próprio coordenador do Pólo de Apoio Presencial. Esse é um quesito indispensável para o credenciamento de cada campus para trabalhar com a educação a distância;
- Gestão dos horários e capacidade física/estrutural dos laboratórios, sala de aula e sala de coordenação/tutoria do pólo de apoio presencial.

Para atender as atividades operacionais específicas de EAD foi estruturada sob a Diretoria de Ensino, em cada campus, uma coordenação do Centro de Educação a Distância local, conforme figura 3:



**Figura 3: Estrutura descentralizada nos campi**

A linha tracejada na figura 3 acima significa vínculo de cooperação, como é o caso da ligação do CEAD com o Departamento de Educação a Distância que subordina-se à Pró-reitoria de Ensino.

A Pró-Reitoria de Ensino também criou uma Câmara de Ensino de EAD com o objetivo de tornar mais democrática e transparente as ações de planejamento institucional para educação a distância. Além da participação dos principais atores de EAD institucionais, também participam um membro da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e um membro da Pró-reitoria de Extensão, conforme a figura abaixo:

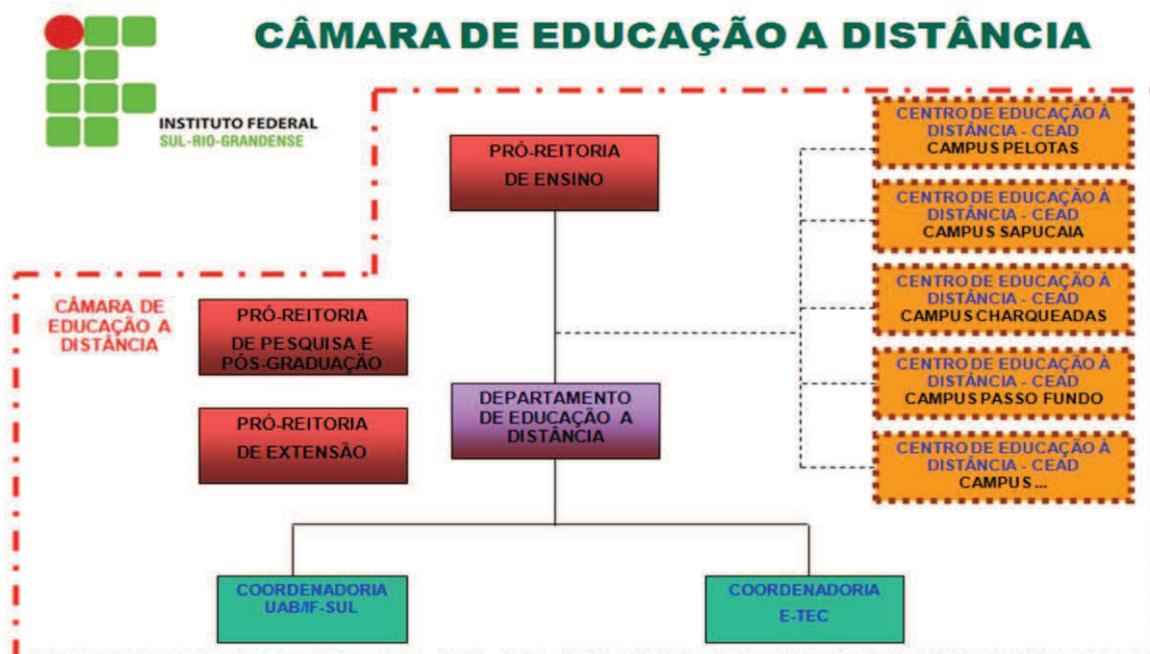
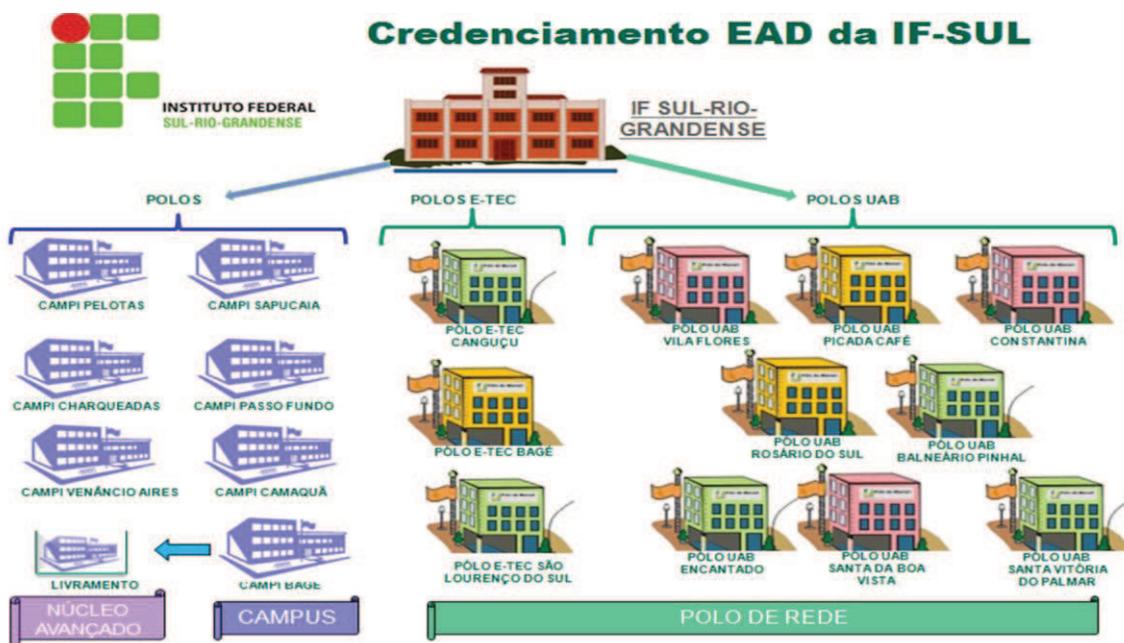


Figura 4: *Composição da câmara de educação a distância*

### 2.1.3. CREDENCIAMENTO INSTITUCIONAL PARA EAD

O credenciamento institucional em EAD do IF deve ser realizado junto ao MEC, visando dar mobilidade e flexibilidade de atuação dentro e fora dos programas de fomento do MEC (UAB e E-TEC), de forma a respeitar a autonomia

universitária e permitir a execução dos novos cursos a distância previstos no PDI do IF não cobertos pelos programas de fomento. A figura abaixo mostra um modelo de rede estratégica em credenciamento junto ao MEC/INEP.



*Figura 5: Rede estratégica em credenciamento*

O modelo adotado apresenta vantagens e desvantagens na sua implantação. As mesmas são sucintamente descritas abaixo:

#### 2.1.4. PONTOS FORTES:

- Minimiza e concentra os investimentos iniciais na montagem e operação da infraestrutura de EAD, com uma estrutura sistêmica para a produção de material de EAD e gestão dos cursos a distância;
- Facilita o estabelecimento de fluxos processuais e gerenciamento da produção de materiais, gerenciamento de sistemas de servidores da EAD e link de internet (datacenter);
- Permite o compartilhamento de objetos educacionais produzidos internamente no IF e a recuperação de objetos de aprendizagem (OAs) disponíveis nos portais de domínio público. Assim como fomenta o uso do Portal EPCT e de ferramentas como o INTERRED;
- Facilita o melhor aproveitamento dos recursos humanos contratados, como

webdesigners, revisores, ilustradores, programadores e projetistas instrucionais por estarem no mesmo ambiente;

- Permite a alocação de funcionários do quadro permanente para ocupar e executar atividades sistêmicas em benefício de todos os campi;
- Facilita as ações de capacitação da equipe de EAD e compartilhamento de expertise;
- Minimiza o espaço físico inicial necessário para a instalação e operação da EAD nos campus do IF, principalmente, os campus em implantação.

#### **2.1.5. PONTOS FRACOS:**

- Requer a alocação de espaço físico (salas) adequado maior para atender a demanda de todos os campi;
- Inicialmente concentra a expertise em EAD na estrutura da Pró-reitoria de Ensino;
- A médio e longo prazos, havendo crescimento em escala, requerem a destinação de espaço físico maior.

### **2.2. MODELO ESTRUTURAL DESCENTRALIZADO**

No modelo estrutural descentralizado de Educação a Distância o Departamento de EAD estará vinculado a Pró-Reitoria de Ensino, com função estratégica, responsável por:

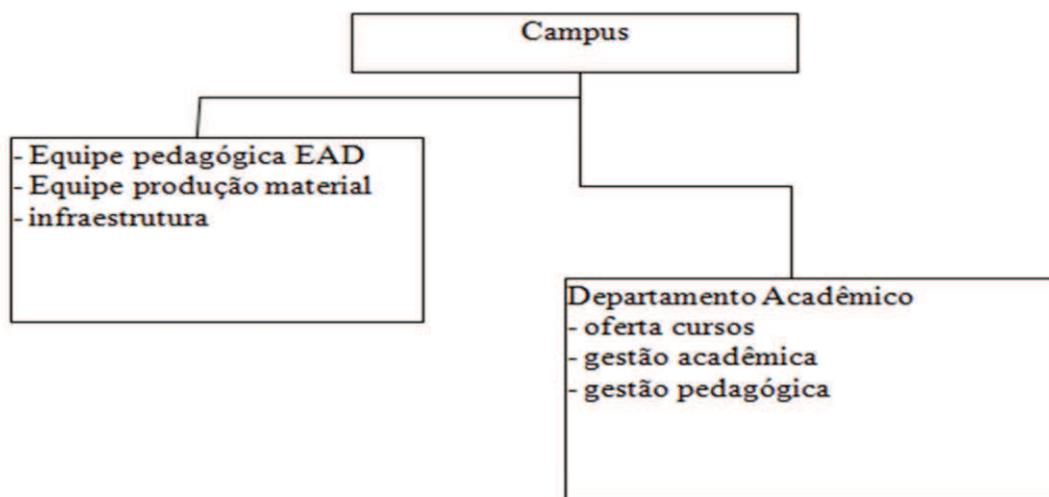
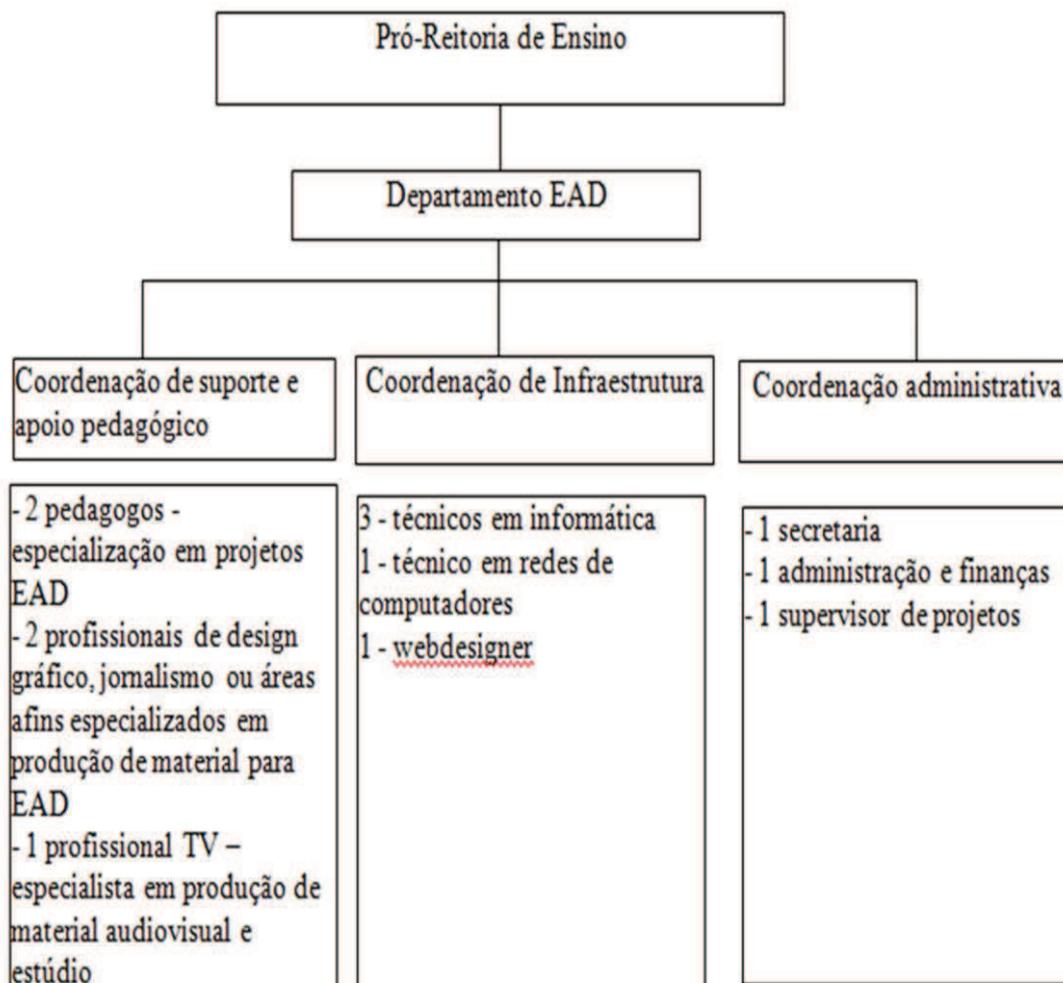
- Fomento e articulação de novos projetos de cursos;
- Supervisão e regulação de cursos de EAD;
- Análise e acompanhamento do processo de criação de cursos. (órgão consultivo do CEPE);
- Capacitação (material e execução);
- Gestão da infraestrutura de TI, incluindo servidores (planejamento aquisição e expansão em uma estrutura centralizada), gestão AVA (gestão do software utilizado) em conjunto com as Diretorias de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), quando for o caso;
- Captação de recursos para criação de novos cursos e/ou projetos de pesquisa e capacitação associados a EAD (editais dos órgãos de fomento).

Os campi serão responsáveis por:

- Encaminhamento para aprovação de cursos;
- Infraestrutura física para funcionamento do curso (sala de aula, sala de coordenação, sala de tutoria, mobiliário, recursos computacionais, etc.);
- Custeio de insumos (telefone, correio, deslocamento de professores, diárias, passagens, etc.);
- Manter equipe de produção de materiais e acompanhamento pedagógico;
- Emissão e registro de diplomas e certificados.

Aos departamentos acadêmicos caberão as seguintes funções:

- Propor novos cursos;
- Implementação do curso, incluindo o planejamento das necessidades de infraestrutura, capacitação, professores, produção de material e equipe de apoio;
- Gestão acadêmica (registro escolar, emissão ou encaminhamento de documentos relacionados a alunos);
- Gestão pedagógica, incluindo acompanhamento de produção de materiais impressos, virtuais, etc., e execução dos cursos.



### 2.2.1. PONTOS FORTES:

- Departamento de EAD atuando de forma estratégica, regulando a atividade

no Instituto;

- Aproveita a estrutura dos campi atuais, incluindo compras, registro escolar, etc;
- Fortalece a criação de estrutura de EAD independente nos campi, democratizando a criação de novos cursos, envolvendo o corpo docente na criação dos cursos, ao invés destes nascerem no departamento de EAD ou outros órgãos estratégicos;
- Envolve o corpo pedagógico e docente atual em atividades de EAD;
- Mantém o modelo que regula a criação e manutenção de cursos na modalidade presencial;
- Estrutura administrativa do departamento de EAD simplificada, com maior viabilidade de estruturação para oferta imediata de cursos;
- Programa de capacitação centralizado, uniforme.

#### **2.2.2. PONTOS FRACOS:**

- Novos campi terão dificuldades na criação de cursos por falta de estrutura.
- Necessidade de estruturação das equipes de produção de materiais e acompanhamento pedagógico em cada campus ofertante.
- Curso vinculado a campus/departamento acadêmico, não estimulando a criação de cursos interdepartamentais e/ou intercampi.

#### **2.3. RECURSOS HUMANOS PARA OS MODELOS PROPOSTOS**

Todos os modelos sugeridos propõem infraestrutura que envolvem uma série de atividades contínuas e de várias naturezas a serem realizados e que não são contempladas por ações didáticas ou pedagógicas (que envolvem professores).

Algumas dessas atividades requerem especializações que, em alguns casos, não podem ser encontradas no corpo docente e técnico atual das instituições.

A ação de fortalecimento da EAD requer que tenhamos um quadro técnico-administrativo tão competente quanto o docente para suportar as diversas ações necessárias (designer instrucional, técnicos em informática, técnicos em redes

de computadores, analistas de sistema, administradores de redes de computadores, web designer).

Nas estruturas atuais, os professores além de suas atividades normais em sala de aula também realizam as ações de execução nas áreas citadas acima. A dedicação compartilhada e o excesso de atividades podem comprometer a qualidade dos serviços prestados, além do stress gerado ao docente. O ideal é que essas atribuições operacionais sejam desempenhadas por técnicos-administrativos permanentes.

#### **2.4.1 ENCAMINHAMENTO 01**

Sugerimos que seja estudada uma forma de solicitar um aporte de técnicos-administrativos ao MEC. Um estudo sobre as formações necessárias, quantidades e nível (médio ou superior) deve também ser realizado.

#### **2.4.2 ENCAMINHAMENTO 02**

Sugerimos que seja estudada uma forma de solicitar um aporte de técnicos-administrativos e docentes ao MEC. Um estudo sobre as formações necessárias, quantidades e nível (médio ou superior) deve também ser realizado.

### **3. REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DOCENTES - EAD**

#### **3.1. ENCAMINHAMENTO 01 – DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA**

- 1) De acordo com a Lei nº 11.273/06 que autoriza, em seu artigo 1º “a conceder bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito dos programas de formação de professores para a educação básica”, entende-se que nos casos de o professor estar realizando atividades de educação à distância remuneradas por programas de fomento do MEC (CAPES, CNPq), essa atividade é considerada como pesquisa, logo, admitida sua execução dentro das 40 ou 20 horas do "contrato de trabalho". Contudo, não implica em redução da carga horária em sala de aula presencial.
- 2) Nos casos de o professor estar realizando atividades de educação a distância, promovidas pela própria instituição, sem bolsa, o cálculo da equivalência da carga horária em sala de aula deverá seguir as orientações:
  - a) Para cada 1 hora realizada como Professor Formador será contabilizado 1

- hora de carga horária em sala de aula;
- b) Para cada 1 hora realizada como Prof. Conteudista, será contabilizada 1,5 horas de carga horária em sala de aula;
- c) Aconselha-se a IES a regulamentar os percentuais máximos de atuação na soma das cargas horárias em EAD, visando o fomento da participação do maior número de docentes nas atividades a distância;
- d) As demais atividades docentes na EAD, como tutoria presencial e a distância deve ser alvo maior discussão e regulamentação posterior.

### **3.2. ENCAMINHAMENTO 02**

De modo a tornar mais produtiva os esforços para regulamentar a Carga Horária e Atividade Docente tornam-se necessário a integração dos fóruns ligados ao CONIF (FDE- FORPOG-DGP-GT3(EPCT/EAD)- FORPROEX) no que concerne a discussão sobre Carga Horária Docente em Pesquisa, Ensino (presencial e à distância - EAD) e Extensão.

## **4. ROMPER AS BARREIRAS ESTADUAIS PARA OFERTAS DE CURSO UAB, E-TECE OUTROS**

*PARECER do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO de maio/2009 autorizando as ofertas de Cursos Técnicos a distancia em qualquer UF*

*PARECER CNE/CEB Nº: 05/2009*

*CNE - CONSELHO NACIONAL DE  
EDUCAÇÃO CEB - CÂMARA DE  
EDUCAÇÃO BÁSICA MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO*

*CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*

*PARECER CNE/CEB Nº: 05/2009.*

*APROVADO EM: 10/3/2009*

*Credenciamento de instituições educacionais pertencentes à REDE FEDERAL de ECPT para a oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial na modalidade de Educação a Distância.*

**INTERESSADO: Ministério da Educação/Universidade Federal do Paraná UF: PR**

O Secretário de Educação a Distância do MEC Prof. Carlos Eduardo Bielschowsky enviou ao Conselho Nacional de Educação consulta por se tratar de assunto correlato à regulamentação do art. 11 do Decreto nº 5.622/2005 e, considerando que compete ao egrégio Conselho Nacional de Educação, por meio de suas Câmaras, nos termos do art. 7º,

§ 1º, alínea “f”, da Lei nº 9.131/95, analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidades de ensino.

**VOTO DO RELATOR**

À vista do exposto, responde-se à Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná nos termos deste Parecer:

- 1) A Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, já se encontra devidamente autorizada e credenciada para oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade de Educação a Distância, no âmbito do Programa E-TEC Brasil;
- 2) A Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná pode manter pólos de Educação a Distância em outras Unidades da Federação, desde que mantenha os mesmos critérios e indicadores de qualidade dos pólos já aprovados para o funcionamento dos pólos do Estado Paraná pelo órgão próprio do sistema de ensino da União;
- 3) Atendendo ao princípio do regime de colaboração e de cooperação entre os diversos sistemas de ensino, a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná para atuar em outras unidades da Federação, deve previamente informar o respectivo Conselho de Educação quanto à instalação do correspondente pólo de atuação;
- 4) Idênticos procedimentos devem ser adotados em relação às demais instituições de Educação Profissional e Tecnológica integrantes da rede federal, isto é, uma vez credenciadas e autorizadas pelo órgão próprio do

*sistema de ensino da União, em respeito ao princípio do regime de colaboração e cooperação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino envolvidos, o respectivo Conselho de Educação deve ser previamente notificado pela instituição educacional da rede federal de ensino quanto à instalação de pólo de atuação de educação à distância naquela Unidade da Federação.*

*Conselheiro Francisco Aparecido Cordão – Relator*

### **DECISÃO DA CÂMARA**

*A Câmara de Educação Básica aprova por unanimidade o voto do Relator. Sala das Sessões, em 10 de março de 2009.*

*Conselheiro Cesar Callegari – Presidente  
Conselheiro Mozart Neves Ramos –  
Vice-Presidente*

### **ORIENTAÇÕES**

*O art. 11 do Decreto nº 5.622/2005 define, por outro lado, que a instituição educacional credenciada por um Conselho de Educação para desenvolver programas de Educação Profissional da modalidade de Educação a Distância (EAD) fora da **Unidade da Federação** em que estiver sediada, a instituição deverá solicitar credenciamento junto ao Ministério da Educação, e que tal credenciamento institucional seja realizado em regime de colaboração e cooperação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino envolvidos.*

*Essa regra pode ser aplicada de forma analógica por uma instituição educacional integrante da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica, isto é, uma vez **autorizada pelo órgão próprio do Sistema de Ensino da União** comunicar tal decisão ao respectivo Conselho de Educação da unidade da Federação onde pretende instalar pólo de ação educacional à distância, no âmbito do regime de colaboração e cooperação com os órgãos normativos dos diferentes sistemas de ensino.*

*A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, pelo Parecer CNE/CES nº 195/2007, definiu diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos*

*instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6º, inciso IV, do Decreto no 5.773/2006. Essas diretrizes servem de parâmetro inicial para a análise de solicitações de credenciamento de instituições educacionais integrantes da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica para atuar na modalidade de Educação a Distância (EAD).*

*Os instrumentos de avaliação, para fins de credenciamento de instituições educacionais para a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância foram definidos pelo Parecer CNE/CES nº 197/2007. Em 13/3/2008, a Câmara de Educação Superior aprovou o Parecer CNE/CES nº 66/2008, que definiu diretrizes para credenciamento de novas instituições de Educação Superior e de credenciamento institucional para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância e normas processuais para o trâmite do(s) projeto(s) de curso(s) protocolado(s) em conjunto, os quais devem servir de base para a análise conjunta de projetos da espécie por parte dos órgãos técnicos do MEC, isto é, Secretaria de Educação a Distância e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.*

#### **4.1. ENCAMINHAMENTO**

Para romper barreiras territoriais, recomenda-se que os Institutos Federais realizem uma consulta formal aos Institutos que operam na região pretendida, buscando um regime de colaboração e cooperação.

Além disso, é necessária a articulação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino envolvidos para que cursos na modalidade EAD atendam com os mesmos critérios e indicadores de qualidade já aprovados para que possam ser ofertados em outras Unidades da Federação.

### **5. ESTRATÉGIAS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DO PORTAL EPCT VIRTUAL**

#### **5.1. PORTAL EPCT VIRTUAL**

Um espaço digital colaborativo destinado a contribuir com a instrumentalização, informação e comunicação de professores, pesquisadores, alunos e interessados em tecnologia educacional aplicada à Educação Profissional e Tecnológica.

### **5.1.1. FERRAMENTAS APROVADAS PARA O PORTAL**

#### **5.1.1.1. INTERRED**

Integração, organização e disponibilização de conteúdos didáticos digitais – CDDs para cursos de EAD na Rede Federal da EPCT.

#### **5.1.1.2. LABORATÓRIOS VIRTUAIS**

Ferramentas de suporte às atividades laboratoriais inerentes a diversos cursos da Rede Federal da EPCT. Trata-se de uma ferramenta para melhoria da qualidade do ensino tecnológico.

É apresentado um conjunto de CDDs (conteúdos didáticos digitais) que formam um laboratório virtual. Com este laboratório, disponibilizamos aos usuários simulações de experimentos de instalações elétricas e automação predial que possam ser realizados através do computador, evitando riscos e custos excessivos. Estes experimentos poderão ser acessados pela Web.

#### **5.1.1.3. LEARNING VECTORS**

Ferramenta de apoio à avaliação de interações em Fóruns, Chats e Tarefas de AVAs (integrada ao *Moodle*). Integre os Vetores de Aprendizagem ao *Moodle* e avalie os alunos dinamicamente, fornecendo a nota final dos alunos dentro do próprio ambiente virtual de aprendizagem.

#### **5.1.1.4. NECESSIDADES DESEJÁVEIS**

Para o bom funcionamento das ferramentas aprovadas para o portal temos as seguintes necessidades:

- Alta Disponibilidade 24 x 7 x 365 do serviço.
- Suporte de Rede e Infraestrutura.
- *Call Center* para serviços básicos (cadastro, dúvidas de usuário, solicitação de melhorias).
- Equipe para correção de *bugs* e inclusão de melhorias.
- Equipe de divulgação e fomento ao uso das ferramentas.

#### **5.1.1.5. LOCALIZAÇÃO INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE PESSOAL DE REDES**

Quanto à localização da infraestrutura física e os recursos humanos desejados são necessários:

- Infraestrutura de servidores com redundância.
- Alta disponibilidade 24 x 7 x 365 do serviço.
- Suporte de rede e infraestrutura.

#### **5.1.1.6. JUSTIFICATIVA**

É importante ressaltar que os serviços serão utilizados por dezenas de instituições e milhares de usuários. Além disso, os serviços de EAD devem atender 24 horas por dia e todos os dias da semana.

#### **5.1.2. ENCAMINHAMENTO**

O GT3 sugere que o serviço possa ser hospedado em locais que tenham como atividade regular os serviços supracitados. Empresas como SERPRO e RNP já possuem os requisitos físicos e humanos supracitados e já mantêm serviços da mesma natureza. Eles também já possuem contratos e convênios com os Ministérios, o que pode facilitar o acesso aos mesmos. Uma questão estratégica é manter esses serviços dentro da esfera pública.

##### **5.1.2.1. OBSERVAÇÃO**

A RENAPI, o local onde está hospedado atualmente o Portal, não atende aos requisitos necessários para suprir às necessidades acima citadas. Sua hospedagem foi pensada e planejada para ser temporária, durante a pesquisa e criação das ferramentas.

#### **5.2. EQUIPE DE MANUTENÇÃO DAS FUNCIONALIDADES, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO**

##### **5.2.1. NECESSIDADES**

- Equipe de Análise e Desenvolvimento para correção de *bugs* e inclusão de melhorias por ferramenta.
- Equipe para dar suporte técnico à equipe do CALL CENTER (quando

necessário).

- Equipe para treinamento e capacitação. Criação de vídeo-aulas, disponibilização de web-conferência.

#### **5.2.2. JUSTIFICATIVA**

As ferramentas atualmente encontram-se em uso nos locais de origem [IFCE(INTERRED, LVs), IFSC(LABORATÓRIOS VIRTUAIS)]. As equipes já estão habituadas a utilizá-los e possuem uma equipe local para acessar. Ao passar para o público geral, algumas funcionalidades podem ser necessárias, incluindo a correção de alguns *bugs* e solicitação de melhorias.

#### **5.2.3. BUGS**

Devem ser solucionados imediatamente dependendo da criticidade.

#### **5.2.4. MELHORIAS**

Devem ser analisadas pelo grupo de análise e ser desenvolvida de acordo com um cronograma pré-estabelecido.

#### **5.2.5. ENCAMINHAMENTO**

Aproveitar locais de desenvolvimento (pelo menos os idealizadores das ferramentas) e onde as ferramentas estarão sendo mais utilizadas. Uma oportunidade é a de aproveitar as experiências dos idealizadores para promover cursos (vídeoaulas), capacitações (webconferências), palestras de divulgação e treinamentos nos Campi.

### **5.3. ALIMENTAÇÃO DE CONTEÚDOS NO PORTAL**

#### **5.3.1. NECESSIDADE**

Aumentar o número de Conteúdos Didáticos Digitais - CDDs disponibilizados na plataforma para consulta.

#### **5.3.2. JUSTIFICATIVA**

Atualmente o portal comporta cerca de 700 CDDs, financiados pela RENAPI durante o período de 2006 a 2009. Esses conteúdos já estão sendo aproveitados em cursos de e-TEC e UAB nas instituições de origem e nas demais que aderiram ao Programa. Essa produção é muito pequena e atende apenas aos cursos que estavam ou estão sendo desenvolvidos em suas instituições (Informática, Licenciatura de Matemática, etc), não atendendo a totalidade das necessidades da Rede Federal.

### **5.3.3. ENCAMINHAMENTOS**

- a) Elaborar diretriz do CONIF determinando o compartilhamento de todos os CDDs produzidos pelos IFs na ferramenta InterRed. Já existem vários esforços do governo, mesmo no MEC, para financiar a produção de material para UAB, e-TEC e demais programas. O objetivo é que esses materiais possam ser disponibilizados na ferramenta INTERRED. Trabalhando em escala, será necessário sensibilizar um grupo maior de professores e pedagogos para compartilharem os materiais no portal. Ao despertar a sinergia entre os diversos atores (SEED e outras secretarias) vamos ter, rapidamente, um acréscimo de materiais em diversas áreas do conhecimento já suportados pelos programas.
- b) Planejar um novo programa de financiamento de produção de conteúdos baseado nas demandas (áreas) não atendidas pelo material disponibilizado.
- c) Sensibilizar professores da REDE FEDERAL EPCT para disponibilizar seus materiais didáticos no Portal, imaginando que os materiais podem ser utilizados para cursos a distância, semipresenciais e presenciais.

## **5.4. EQUIPE DE ARTICULAÇÃO, DIVULGAÇÃO E DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE USO**

### **5.4.1. NECESSIDADE**

- Criar uma estrutura centralizada com a preocupação de divulgar as novidades;
- Entrar em contato com os que tenham cursos em determinada área coberta pelo material do PORTAL;
- Entrar em contato com os Institutos Federais para mapear suas necessidades de material;

- Definir as políticas e perfis de acesso.

#### **5.4.2. JUSTIFICATIVA**

Utilização do portal por toda a REDE FEDERAL EPCT.

#### **5.4.3. ENCAMINHAMENTO**

Criar uma equipe de articulação, divulgação e definição de políticas de uso do Portal EPCT Virtual.

***Anexo 3 – Proposta de Institucionalização da Educação a Distância  
nos Institutos Federais***

**PROPOSTA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
NOS INSTITUTOS FEDERAIS**

**GT Institucionalização EaD nos Ifs**

**Fórum dos Dirigentes de Ensino da Rede Federal de Educação Profissional,  
Científica e Tecnológica –FDE**

**São Paulo, 6 e 7 de novembro de 2012**

**Reunião Grupo de Trabalho Institucionalização  
EaD São Paulo / 05 e 06 de novembro de  
2012**

**Participantes:**

## **1. JUSTIFICATIVA**

Já é quase lugar comum a assertiva de que vivemos numa sociedade de transição, cujo foco é a produção intelectual e o uso intensivo das tecnologias e, entre elas, a Internet. Para Castells (2003, p.7<sup>12</sup>), “a Internet passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da era da informação: a rede.” E, de forma

contundente, afirma que a Internet é o tecido de nossas vidas. Essa afirmação do renomado professor de Sociologia leva-nos a pensar na formação exigida para o profissional desta sociedade contemporânea.

As instituições educativas, como parte do tecido social, não podem ficar à margem dessas mudanças. No entanto, pesquisa do INEP (2007, *apud* Moran, 2009<sup>13</sup>) mostra que a escola é pouco atraente e que, na faixa entre o 5º e o 8º anos do ensino fundamental, o desinteresse afasta mais alunos da escola (40%) que a necessidade de trabalhar (17%). Em outras palavras, existe um imenso abismo entre a escola real e a escola necessária. No cenário da sociedade atual, concordamos com Moran (2009, p.9) quando afirma que “escolas não conectadas são escolas incompletas”, pois o estudante sem acesso às redes está excluído de uma parte importante da aprendizagem, tanto formal, como informal. Não estamos, com essa afirmação, argumentando que o “mundo virtual” substituirá o “mundo físico”. A ideia fundante nessa discussão é que o “mundo virtual” hoje já está integrado e complementa o “mundo físico” e que é imprescindível que a escola faça uso dessa nova tecnologia como forma de favorecer a cidadania plena de seus discentes. A escola precisa, pois, se reinventar.

As TICs fazem circular em tempo real imagens e informações no cotidiano do sistema escolar impondo transformações na forma de interagir com o conhecimento.

É preciso que a escola se aproprie cada vez mais de conhecimentos para ampliar a utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis em favor do ensino, da pesquisa e da extensão. Nos dizeres de Paula Sibila (2012, p.181):

“enquanto os alunos de hoje vivem fundidos com diversos dispositivos eletrônicos e digitais, a escola continua obstinadamente arraigada em seus métodos e linguagens analógicos; isso talvez

---

<sup>12</sup>CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade.

Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

<sup>13</sup>MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. 4 ed. SP: Papyrus, 2009.

explique por que os dois não se entendem e as coisas já não funcionam como se esperaria”(SIBILIA, Paula. 2012, p .181<sup>14</sup>)

A inserção das novas tecnologias na escola tanto deve acontecer na educação presencial como na educação a distância (EaD), portanto, os profissionais precisam se familiarizar com as novas tecnologias, suas possibilidades e limites, para que, em sua prática, possam fazer escolhas conscientes.

Centrando a discussão na EaD, o uso das novas tecnologias e da Internet tornam-se o suporte do processo pedagógico, e isso estabelece uma nova cultura, “estabelece uma nova relação entre os participantes, os conteúdos, as metodologias, as tecnologias, os comportamentos e a avaliação (KENSKI, 2010, p.59<sup>15</sup>).” Em consequência, institui, novas necessidades para a escola, entre as quais, podemos citar formação de professores, formação de corpo técnico, formação de gestores, criação de infraestrutura tecnológica.

Sabemos que a educação não diz respeito apenas a professores, é um tema complexo que envolve todo o corpo social e, intimamente, o Estado e políticas públicas coerentes. Em relação à EaD, o Estado brasileiro não se eximiu e, principalmente desde 2005, vem estabelecendo políticas de incentivo à democratização da educação por meio das novas tecnologias, ao criar o Sistema Universidade Aberta do Brasil e a Rede E-Tec Brasil.

Essas iniciativas governamentais, no entanto, estão pautadas na distribuição de bolsa de pesquisa aos envolvidos no processo educativo. Essa prática tem sido até o momento a coluna vertebral das ofertas na modalidade EaD na Rede Federal de Educação Profissional e tem gerado algumas consequências. De um lado, os docentes que trabalham nesses programas não têm essa atividade docente incluída em sua carga horária. Por outro, instituiu-se culturalmente na Rede que a oferta EaD sempre vem associada a recebimento de bolsas.

Creemos que a oferta de cursos via convênios, parcerias ou similares deve existir, como, aliás, é comum na educação presencial na Rede Federal de Educação Profissional, mas não deve ser a única nem a principal forma de oferta na modalidade EaD.

---

<sup>14</sup>SIBILA, Paula. Redes ou Paredes: **A Escola em tempos de dispersão**. Tradução Vera Ribeiro – Rio de Janeiro: Contraponto,2012.

- <sup>15</sup> KENSKI. Vani Moreira. Avaliação e acompanhamento da aprendizagem em ambientes virtuais, a distância. In MILL. Daniel; PIMENTEL, Nara. (Orgs.). **Educação a distância: desafios e possibilidades**. São Carlos :Edufscar, 2010, pág. 59-68.

Para que se possa reverter o quadro hoje instalado e se possa, de fato, institucionalizar essa modalidade na Rede, faz-se necessário criar as condições de infraestrutura de gestão, de pessoal e tecnológica, além de se estabelecer a importância desta nova forma de transmissão de conhecimentos, teóricos e práticos, possíveis a partir de um processo responsável e planejado de desenvolvimento do conhecimento.

Com o intuito de consolidar a educação a distância como modalidade educacional nos Institutos Federais, o FDE apresenta a presente proposta de Institucionalização da EaD. Para tanto, propõe a criação de estrutura organizacional composta por CâmpusEaD, em todos os Institutos Federais, e de Núcleos de Educação a Distância, em cada um dos câmpus dos referidos institutos, considerando, em especial, a Lei 11.892, que dispõe, no artigo 6º, como finalidade dos Institutos Federais:

I – Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades (grifo nosso), formando e qualificando cidadãos com vistas a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento local, regional e nacional.

O CâmpusEaD tem a função estratégica de, juntamente com a Pro-Reitoria de Ensino, propor políticas, articular e gerenciar processos em EaD, produzir material didático além da ofertar cursos em área tecnológica que lhe é própria, bem como dar suporte as ofertas em EaD que demandem articulação por se caracterizarem oferta multicâmpus.

O CâmpusEaD trabalhará com os Núcleos de EaD (NEaDs) de forma descentralizada e compartilhada. Os NEaDs, por sua vez, serão instalados nos diversos câmpus de cada Instituto Federal e terão como função executar as ofertas dos cursos propostos pelo Câmpus, bem como sediar a oferta de cursos de outros Câmpus e/ou programas parceiros do IF.

Assim, considerando a importância da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação no ensino presencial e a necessidade da oferta de Educação a Distância de qualidade e democrática entre os câmpus dos IF, espera-se que a

criação do CâmpusEaD e dos NEaDs nos demais câmpus dos institutos fortaleça a implantação e disseminação da EaD na Rede Federal.

Esta parceria entre o CâmpusEaD e os câmpus “presenciais”, dentro da proposta de institucionalização da Educação a Distância na Rede apresenta-se de forma imperiosa para o desenvolvimento das ações planejadas. É importante salientar que a oferta de cursos usando a metodologia de ensino à distância não se constitui um privilégio do CâmpusEaD. Muitos câmpus que se caracterizam predominantemente por ofertarem cursos presenciais

podem, e devem, planejar ofertas com o apoio das ferramentas disponibilizadas pelo CâmpusEaD, tanto para o desenvolvimento de cursos específicos nesta modalidade, como também para dar suporte a suas ofertas presenciais. Estas ações são amplamente amparadas pela legislação, refletidas nos instrumentos de avaliações, bem como nas diretrizes curriculares que são emanadas do Conselho Nacional de Educação.

Cabe, portanto, a partir da institucionalização do CâmpusEaD, a implementação de ações sistêmicas que fomentem o planejamento integrado do Instituto, e de cada câmpus, transformando o nosso fazer, pactuando com as tecnologias em favor do bom desenvolvimento da educação profissional, científica e tecnológica.

## **2. OBJETIVO GERAL**

Consolidar a educação a distância como modalidade educacional, ampliando a democratização do acesso à educação profissional, científica e tecnológica.

## **3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Capacitaros servidores para atuação em EAD (gestão e docência) e no uso de tecnologias educacionais;
- Ofertar cursos na modalidade EaD para a comunidade externa;
- Apoiara utilização das TICs na oferta dos cursos presenciais;
- Dar suporte às ofertas EaD dos câmpus presenciais.

## **4. AÇÕES DO CÂMPUSEaD**

- Dar suporte e orientação pedagógica e metodológica aos diversos câmpus, para

a construção de proposta de cursos a distância, disciplinas e ações de capacitação, em sintonia e articulação com as pró-reitorias e diretorias dos câmpus.

- Possibilitar a oferta institucional de disciplinas na modalidade EaD dos cursos presenciais da educação superior e de nível técnico, nos limites estabelecidos pela legislação;
- Possibilitar a oferta institucional com metodologia EaD de disciplinas optativas, como Libras, em cursos superiores e outras requeridas na legislação;
- Possibilitar a oferta institucional com metodologia EaD, para alunos em dependência nos cursos técnicos e superiores;
- Possibilitar a oferta institucional, com metodologia EaD, de cursos preparatórios gratuitos para ingresso nos Institutos (vídeos, web, encarte em jornal, etc...);
- Possibilitar a oferta institucional, com metodologia EaD, de cursos e material de apoio aos alunos com dificuldade de aprendizagem ou baixo rendimento escolar;
  
- Possibilitar a oferta institucional, com metodologia EaD, de cursos de idiomas;
- Ofertar cursos de atualização tecnológica para docentes e técnico-administrativos;
- Ofertar cursos de formação pedagógica a distância, atendendo às demandas de formação dos docentes em todos os câmpus do IF;
- Capacitar o corpo técnico e docente do IF bem como colaboradores (bolsistas) e parceiros externos (gestores municipais, estaduais, entre outros) para a mediação didático-pedagógica por meio da utilização das TICs na educação;
- Apoiar e capacitar servidores para os serviços de videoconferência, webconferência e teleconferência, interligando os diversos câmpus e polos de apoio presencial;
- Ofertar cursos de formação voltados às necessidades da administração e do ensino;
- Articular e/ou ofertar cursos organizados sistemicamente para todos os Câmpus e polos de apoio presencial do IF;
- Congregar e potencializar os vários programas de fomento de educação a distância e formação de professores, oportunizando igual oportunidade de acesso a todos os câmpus do Instituto;
- Produzir e distribuir material didático (objetos de aprendizagem) e tecnologia educacional para a educação presencial e a distância;
- Estruturar serviço de apoio editorial, pedagógico, tecnológico e impressão para

produzir impressos, mídias digitais e ambientes virtuais para as ações educacionais do Instituto;

- Certificar, validar e homologar os materiais produzidos para EaD utilizados no Instituto;
- Cuidar das logísticas de distribuição de materiais, de transporte, de veículos para os cursos sob a responsabilidade do CâmpusEaD;
- Viabilizar transmissão ao vivo de aulas, eventos, seminários para toda a comunidade, tanto por canal de TV, Rádio, WEB e transmissão via satélite;
- Estruturar equipes volantes, projetar laboratórios móveis e kits didáticos para apoiar as ações de capacitação, aulas e eventos nos diversos Câmpus do Instituto;
- Estabelecer a articulação política e institucional com outros órgãos para oferta de cursos e compartilhamento de recursos da EaD;
- Gerenciar a infraestrutura tecnológica do Datacenter com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem, Repositórios de Conteúdos Didáticos Digitais - CDDs/Objetos de Aprendizagem - OAs, Portais Educacionais e demais recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs;
- Gerenciar os acervos de objetos de aprendizagem, mídias e produções culturais, facilitando o acesso à comunidade do Instituto;
- Adaptar e produzir materiais educacionais para os portadores de necessidades especiais, em sintonia com os NAPNES;
  
- Apoiar grupos e projetos de pesquisa e/ou extensão no uso das TICs na educação presencial e a distância;
- Elaborar projetos, PTAs, planilhas financeiras para captar recursos junto aos órgãos de fomento e os respectivos relatórios de cumprimento de objeto para prestação de contas;
- Gerenciar os processos de compra, licitação e execução orçamentária dos projetos de EaD;

## **5. AÇÕES DO NEAD**

- Ofertar cursos na modalidade a distância em parceria com o CâmpusEaD.
- Sediar a oferta de cursos de outros câmpus e/ou programas parceiros do IF.
- Prover infraestrutura física, tecnológica e de pessoal no câmpus para a oferta de cursos na modalidade EaD.
- Dar suporte às atividades pedagógicas e administrativas para os cursos a distância ofertados por outros câmpus do Instituto, quando o NEAD receber

cursos na modalidade EaD.

- Estabelecer ações que garantam, para o aluno dos cursos a distância, os benefícios atribuídos aos alunos dos cursos presenciais, considerando as especificidades próprias dessa modalidade.

## 6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A fim de que a EaD possa ser articulada de forma consistente e contínua na Rede, é imprescindível a criação/manutenção não só de uma infraestrutura física e tecnológica adequada e em permanente atualização, mas a instituição de um corpo funcional capacitado para atuação nessa modalidade. Para tanto, é necessária a criação de vagas para docentes e técnicos-administrativos, para atuarem tanto no CâmpusEaD como nos NEaDs, assim como a disponibilização de formação continuada em EaD a todos os que pretendam atuar ou que já atuem com essa modalidade.

A Educação a Distância necessita de uma equipe de suporte bastante grande para que essa oferta tenha a qualidade necessária. Essa equipe leva em consideração a necessidade de formação de todos os que irão atuar com a EaD, assim como prevê a necessidade de elaboração de material didático e de suporte e manutenção de tecnologias da informação que permitam a veiculação dos cursos. Cada oferta deve levar em consideração, portanto, um aumento da equipe de suporte que forma o CâmpusEaD e do câmpus que receberá a oferta

O CâmpusEaD proposto constitui um câmpus organizacional, estrutural e regimental semelhante ao modelo dos demais câmpus naquelas ações comuns ao tripé ensino, pesquisa e extensão, porém diferenciado nas particularidades da gestão e produção em EaD bem como em seu caráter de modelo de gestão sistêmica cuja estrutura é compartilhada e participativa com os demais câmpus.

Acredita-se que o modelo mais adequado, feitas pequenas modificações conceituais, é o modelo de Gestão Sistêmica que trata da integração de todas as áreas de uma organização buscando assegurar o cumprimento de prazos, manutenção da qualidade e equilíbrio de ações de maneira a proporcionar diferencial educacional, garantindo continuidade e credibilidade com visão de futuro.

Neste sentido, conhecer todos os aspectos de gestão em EaD é essencial para que a mesma seja desenvolvida com qualidade. O modelo proposto engloba as

dimensões: institucional, tecnológica, gestão de pessoas, administrativo-financeira e pedagógica. Para isso, será necessária uma estrutura organizacional que contemple tais dimensões.

A **dimensão Institucional** reúne os instrumentos que auxiliam a administração a fixar a razão de ser da gestão educacional de acordo com as crenças, valores, convicções e expectativas da Instituição. Define também a identidade da instituição, caracterizando as finalidades internas e externas que ela se propõe a atender.

A **dimensão Tecnológica** é constituída pela infraestrutura de tecnologia da informação que, de um lado, dá suporte à obtenção de dados que auxiliam na tomada de decisão para o alcance dos resultados institucionais nas ações administrativas, de ensino, de pesquisa e de extensão, contribuindo para a orientação, organização, coordenação e controle das atividades. Por outro lado, especificamente no CâmpusEaD, essa dimensão reveste-se de centralidade, uma vez que os processos ensino e aprendizagem são mediados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação.

A **dimensão Gestão de Pessoas** contempla conjunto de pessoal capacitado, em diversas áreas do conhecimento, que executam tarefas inerentes ao modelo de educação a distância adotado pelo Instituto. Na EaD, convém ressaltar, existe a necessidade de equipes multidisciplinares especificamente no tocante à produção e ou transposição de material didático.

A **dimensão Administrativo-Financeira** é responsável pela gestão orçamentária e extra- orçamentária, bem como pela elaboração de projetos, planos de trabalho anuais (PTAs),

planilhas financeiras e os respectivos relatórios de cumprimento de objeto para prestação de contas. Além disso, nesta dimensão, está incluída a gestão da aquisição de bens e serviços necessários à implementação das ofertas dos cursos a distância.

A **dimensão pedagógica** consiste em uma seleção coerente e consciente de concepções, de orientações metodológicas, de representações, de conceitos, de transposição didática de materiais e de princípios e ações que definem a perspectiva da abordagem centrada em uma nova metodologia de participação de alunos, professores e tutores no ambiente virtual, quebrando paradigmas próprios da educação presencial. Esta readequação deverá permitir aos diversos atores a

abordagem de conhecimentos que lhes possibilite uma condição de estudo autônomo, por meio de recursos incorporados ao material impresso e digital e que se constitui um diferencial para a obtenção dos objetivos propostos pelos Institutos.

Considerando as dimensões abordadas, o objetivo geral, os específicos e as ações propostas para o CâmpusEaD e para os NEaDs, entende-se que a estrutura organizacional adequada de profissionais compreende:

- Diretor Geral(CD2)
  - Assessoria / Chefia de Gabinete (FG2)
  - Conselho / Câmara / Colegiado
  - Coordenação de Programas de Fomento (Sem Função)
- Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão / Acadêmica (CD4)
  - Setor Pedagógico / Apoio Pedagógico
  - Coordenação de Capacitação (FG2)
  - Coordenação de Produção de Materiais (FG1)
    - Coordenação de Design Gráfico (FG2)
    - Coordenação de Multimídia (FG2)
    - Coordenação de Design Instrucional (FG2)
  - Coordenação de Registros Acadêmicos (FG1)
  - Coordenações de Curso / Nível / Área (FCC)
- Diretoria de Administração (CD4)
  - Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (FG1)
    - Coordenação de Infraestrutura de Tecnologia (FG2)
    - Coordenação de Ambiente Virtual de Aprendizagem(FG2)
  - Coordenação Financeira e de Compras (FG1)
  - Coordenação de Gestão de Pessoas (FG2)
  - Setor de Manutenção e Contratos (Sem Função)

### **6.1 Detalhamento dos setores propostos (CâmpusEaD):**

- Diretor Geral(CD2)
  - Assessoria / Chefia de Gabinete (FG2)
    - Assistentes em Administração (D)
    - Jornalistas (E)
  - Conselho / Câmara / Colegiado
  - Coordenação de Programas de Fomento (Sem Função)

- Assistentes em Administração (D)
- Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão / Acadêmica (CD4)
  - Setor Pedagógico / Apoio Pedagógico
    - Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE) / Pedagogo (E)
    - Assistente Social (E)
    - Psicólogo (E)
    - Bibliotecário (E)
    - Auxiliar de Biblioteca (C)
  - Coordenação de Capacitação (FG2)
    - Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE) / Pedagogo (E)
    - Assistentes em Administração (D)
  - Coordenação de Produção de Materiais (FG1)
    - Coordenação de Design Gráfico (FG2)
      - Programadores Visuais (E)
      - Diagramadores (D)
      - Tecnólogo / Formação (E)
    - Coordenação de Multimídia (FG2)
      - Técnicos em Audiovisual (D)
      - Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais (D)
      - Tecnólogo / Formação (E)
    - Coordenação de Design Instrucional (FG2)
      - Designer Educacional (Instrucional) (E) – Criar Função
      - Revisores de Texto (E)
      - Revisores de Texto Braille (D)
  - Coordenação de Registros Acadêmicos (FG1)
    - Assistentes em Administração (D)
  - Coordenações de Curso / Nível / Área (FCC)
- Diretoria de Administração (CD4)
  - Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (FG1)
    - Coordenação de Infraestrutura de Tecnologia (FG2)
      - Analistas de Tecnologia da Informação (E)
      - Técnicos em Tecnologia da Informação (D)
      - Tecnólogo / Formação (E)
    - Coordenação de Ambiente Virtual de Aprendizagem (FG2)
      - Técnicos em Tecnologia da Informação (D)
      - Tecnólogo / Formação (E)

- Coordenação Financeira e de Compras (FG1)
  - Administradores (E)
  - Contadores (E)
  - Técnicos em Contabilidade (D)
  - Assistentes em Administração (D)
- Coordenação de Gestão de Pessoas (FG2)
  - Administradores (E)
  - Assistentes em Administração (D)
- Setor de Manutenção e Contratos
  - Assistentes em Administração (D)

## **6.2 Estrutura Mínima dos NEaDsnoscâmpus:**

- Coordenador de Núcleo (exigência legal do INEP)
- Secretário de Núcleo
- Coordenador de Curso (apenas câmpus gestores)
- Coordenador de Tutoria (apenas câmpus gestores)
- Tutoria a Distância (apenas câmpus gestores)
- Tutoria Presencial
- Técnico em Informática

## **7. ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS**

A seguir, estão relacionadas as atribuições dos cargos gerenciais definidos na estrutura organizacional proposta:

### **7.1 À DIRETORIA GERAL COMPETE(CD2):**

- I. Normatizar, supervisionar e acompanhar os processos de ensino relativos à modalidade em todos os níveis educacionais junto com as Pró-Reitorias correspondentes.
- II. Apoiar os processos de criação, reestruturação, extinção, cadastramento e reconhecimento de cursos na modalidade a distância.
- III. Incentivar a realização de eventos científicos relacionados à modalidade a distância.

- IV. Apoiar a formação continuada do pessoal docente e técnico-administrativo relacionado à modalidade a distância em todos os câmpus.
- V. Apoiar ações de cooperação com instituições locais e estrangeiras, com o objetivo de desenvolver a EaD em parceria.
- VI. Coordenar e supervisionar a utilização dos recursos financeiros, quando houver, dos cursos e/ou programas de EaD.
- VII. Supervisionar e auxiliar a prestação de contas de recursos financeiros oriundos de programas específicos, quando utilizados nos cursos ou projetos de EaD.
- VIII. Incentivar o uso das metodologias de EaD na oferta de componentes curriculares na modalidade presencial.
- IX. Incentivar a utilização de novas tecnologias de apoio ao ensino.
- X. Zelar pelos bens patrimoniais do CâmpusEaD.
- XI. Representar o câmpus ou indicar representante em eventos, reuniões, fóruns, congressos nacionais e internacionais.
- XII. Proceder à organização e supervisão geral das atividades do CâmpusEaD.
- XIII. Gerenciar os recursos humanos lotados no câmpus em conjunto com as demais gerências.
- XIV. Encaminhar aos órgãos competentes, quando forem por eles solicitados, relatórios técnicos e financeiros.
- XV. Apresentar à Reitoria relatório anual de gestão e prestação de contas do CâmpusEaD para análise e deliberação.
- XVI. Divulgar as ações do CâmpusEaD.
- XVII. Exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam delegadas pela Reitoria.

#### 7.1.1 Compete à Assessoria / Chefia de Gabinete (FG2)

- I. Assistir à Diretoria em suas representações política e social.
- II. Coordenar as atividades administrativas do Gabinete delegando atribuições e tarefas aos demais servidores lotados no Gabinete.
- III. Controlar documentação e correspondência postal e eletrônica no âmbito do CâmpusEaD.
- IV. Coordenar o fluxo de informações entre o CâmpusEaD e os demais câmpus.
- V. Proceder ao exame prévio dos processos e demais documentos a serem submetidos à consideração da Diretoria.
- VI. Controlar a agenda diária do Diretor.
- VII. Elaborar, quando possível, calendário de viagens obrigatórias do Diretor.

- VIII. Tomar providências para as reservas de passagens, diárias, estada, transporte e material a ser levado para viagens.
- IX. Coordenar o relacionamento entre o Gabinete do CâmpusEaD e os demais órgãos da Administração do Instituto;
- X. Desenvolver outras atividades que lhe sejam delegadas pela Diretoria do CâmpusEaD.

#### 7.1.2 À Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão / Acadêmica compete:

- I. Organizar e auxiliar os trabalhos dos Coordenadores de cursos e Assessoria Pedagógica no que tange à EaD.
- II. Acompanhar a inserção da EaD no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Instituto.
- III. Conhecer as regulamentações internas do Instituto e legislação de EaD, bem como da Educação como um todo.
- IV. Coordenar as ações para novas ofertas de cursos e componentes curriculares na modalidade a distância, a cada período letivo.
- V. Gerenciar a elaboração do calendário acadêmico em conjunto com as outras Gerências e Coordenadores de cursos e encaminhar para a Pró-Reitoria de Ensino.
- VI. Participar, sempre que possível, das reuniões pedagógicas e das reuniões de colegiados de cursosa distância.
- VII. Acompanhar a capacitação dos envolvidos na oferta de cursos na modalidade a distância.
- VIII. Definir ações específicas e coordenar o trabalho do Registro Acadêmico do CâmpusEaD no que tange às ações relacionadas ao corpo docente e discente ligados à EaD.
- IX. Dar suporte aos Gerentes de Ensino dos Câmpus no processo de relacionar os aspectos legais e educacionais que norteiam os projetos pedagógicos e a vida acadêmica dos discentes da EaD.
- X. Acompanhar o trabalhos pedagogos e designers instrucionais dos cursos na elaboração do material didático impresso e virtual, considerando os aspectos pedagógicos da EaD.
- XI. Gerenciar os trabalhos de pesquisa e extensão que envolvam o uso de tecnologias digitais e a EaD.
- XII. Propor e aplicar modelos de avaliação dos diversos atores ligados à estrutura da EaD.
- XIII. Coordenar a criação e desenvolvimento de metodologias que promovam os processos de ensinos e aprendizagem de acordo com as peculiaridades de cada

curso.

XIV. Representar o CâmpusEaD em reuniões, palestras, mesas-redondas, entrevistas e comunidade acadêmica para tratar de aspectos pedagógicos, de pesquisa e extensão da EaD.

XV. Propor e coordenar ações de pesquisa e extensão relacionadas ao uso de tecnologias digitais e EaD, especialmente no que diz respeito à inovação na produção de materiais e metodologias de ensino aprendizagem.

XVI. Apoiar o processo de avaliação institucional no que concerne à EaD.

XI. Apresentar relatórios estatísticos e de avaliação semestrais dos cursos a distância.

XII. Exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam delegadas pela diretoria do câmpusEaD.

7.1.2.1 À Coordenação de Capacitação compete:

I. Levantar a necessidade de capacitações para atuação em cursos ou projetos na modalidade a distância, seja para atender a programas, convênios, acordos e contratos gerenciados pelo CâmpusEaD como nos cursos regulares oferecidos pelos demais Câmpus do Instituto.

II. Elaborar projetos de capacitação inicial e continuada dos profissionais que atuam / irão atuar nos cursos na modalidade a distância ou em outros contextos de ensino, pesquisa e extensão nos quais o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação se fizer necessário.

III. Coordenar e executar os projetos de capacitação inicial e continuada.

IV. Avaliar cada fase relacionada ao processo de capacitação e promover ações para a melhoria contínua.

V. Providenciar o arquivamento de todo o material utilizado nas fases e resultados das capacitações realizadas.

VI. Gerar base de dados dos profissionais capacitados para utilização pelas equipes dos cursos dos diversos câmpus do Instituto.

VI. Exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam delegadas pela Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão / Acadêmica.

7.1.2.2 À Coordenação de Produção de Materiais compete:

I. Atuar, em conjunto com a Coordenadoria de Capacitação, na elaboração e execução dos cursos de capacitação relacionados à metodologia de trabalho em EaD adotada pelo Instituto.

- II. Acompanhar e propor políticas de produção de material impresso e virtual para EaD.
- III. Definir diretrizes e processos de trabalho para as demandas da produção de materiais didáticos para EaD.
- IV. Produzir e editar recursos de áudio/vídeo, impressos e objetos de aprendizagem para os cursos.
- V. Participar da elaboração e acompanhar a execução das licitações referentes à produção de materiais didáticos para EaD.
- VI. Propor, elaborar e acompanhar a aplicação dos padrões gráficos que farão parte dos materiais impressos e virtuais para EaD.
- VII. Propor e acompanhar ações de acessibilidade e usabilidade dos materiais impressos e do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
- VIII. Gerenciar a produção do material didático dos cursos e componentes curriculares oferecidos a distância pelo Instituto, seguindo a metodologia adotada pela Instituição e os cronogramas estabelecidos pela Diretoria.
- IX. Gerenciar e apoiar os designers instrucionais no planejamento dos cursos a distância.
- X. Gerenciar a edição de salas do AVA.

#### 7.1.2.2.1 À Coordenação de Design Gráfico compete:

- I. Coordenar as atividades relacionadas à produção de mídias impressas e virtuais.
- II. Acompanhar e validar técnica e qualitativamente os trabalhos das equipes de Editoração Gráfica, Acessibilidade e Usabilidade, Objetos de Aprendizagem e Metadados.
- III. Definir procedimentos técnicos relacionados à produção e informar à Coordenação de Produção de Materiais.
- IV. Identificar a necessidade de aquisição e atualização de *softwares* e equipamentos que viabilizem o trabalho da equipe.
- V. Cuidar do correto armazenamento, catalogação e divulgação dos recursos produzidos pela Coordenação de Design Gráfico.
- VI. Propor padrões e melhorias técnicas e visuais dos recursos.

#### 7.1.2.2.2 À Coordenação de Multimídia compete:

- I. Coordenar as atividades relacionadas à produção de recursos audiovisuais.
- II. Orientar os designers instrucionais quanto aos parâmetros de solicitação de

recursos audiovisuais.

III. Cuidar do correto armazenamento, catalogação e divulgação dos recursos audiovisuais produzidos.

IV. Definir procedimentos técnicos relacionados à gravação de recursos audiovisuais e informar à Gerência de Produção de Materiais.

V. Identificar a necessidade de aquisição e atualização de *softwares* e equipamentos que viabilizem o trabalho da equipe.

VI. Propor padrões e melhorias técnicas e visuais dos recursos produzidos.

VII. Avaliar técnica e qualitativamente os recursos audiovisuais produzidos, atentando para as questões de acessibilidade.

7.1.2.2.3 À Coordenação de Design Instrucional compete:

I. Avaliar a qualidade, no que se refere às estratégias de design instrucional, dos materiais produzidos – sejam impressos ou virtuais – pela Coordenação de Produção de Materiais do CâmpusEaD.

II. Analisar o planejamento enviado pelos designers instrucionais a Coordenação de Produção de Materiais do CâmpusEaD.

III. Acompanhar o cumprimento do cronograma de produção de materiais pelos designers instrucionais.

IV. Promover a reutilização de materiais já produzidos, visando à melhoria contínua.

V. Coordenar a elaboração das salas virtuais dos cursos a distância e componentes curriculares a distância.

VI. Garantir que todos os materiais produzidos pela Coordenação de Produção de Materiais do CâmpusEaD sejam submetidos à revisão de texto.

VII. Reunir-se periodicamente com os designers instrucionais, pedagogos e professores dos cursos para discutir metodologias de design instrucional para os materiais.

7.1.2.2.4 À Coordenação de Registros Acadêmicos compete:

I. Orientar e acompanhar as ações e os procedimentos adotados pelos Registros Acadêmicos dos câmpus referentes aos cursos ofertados na modalidade a distância.

II. Colaborar na elaboração do calendário acadêmico unificado para EaD.

III. Prover suporte acadêmico para os cursos desenvolvidos pelo CâmpusEaD.

IV. Conhecer e executar a integração, se existente, entre os sistemas acadêmicos dos câmpus e o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

V. Gerar documentação necessária para os cursos e/ou componentes curriculares

ofertados pelo CâmpusEaD.

#### 7.1.3 À Diretoria de Administração compete:

- I. Gerenciar o controle do patrimônio pertencente ao CâmpusEaD.
- II. Gerenciar e acompanhar os processos licitatórios e de aquisições, referentes aos recursos encaminhados ao CâmpusEaD.
- III. Gerenciar processos financeiros referentes aos programas de fomento à EaD.
- IV. Responsabilizar-se pelo planejamento e execução financeira dos projetos de capacitação da equipe que atua nas ações de EaD promovidas pelo CâmpusEaD.
- V. Apoiar a elaboração e execução orçamentária, planos de trabalho anuais(PTA) e tramitação dos projetos financeiros (externos e internos).
- VI. Prestar contas dos recursos gerenciados pelo câmpusEaD, sempre que requisitado.

#### 7.1.3.1 À Coordenação de Tecnologia da Informação compete:

- I. Manter o bom funcionamento da infraestrutura de rede e computacional.
- II. Gerenciar o suporte técnico das ações de EaD promovidas pelo Instituto.
- III. Planejar e acompanhar a implantação de melhorias no AVA para o Instituto, de acordo com as tendências tecnológicas.
- IV. Gerenciar o suporte e a administração do AVA e do portal do CâmpusEaD.
- V. Fomentar o uso de *software* livre para apoio às atividades administrativas do CâmpusEaD.
- VI. Gerenciar a integração dos sistemas específicos da EaD com os demais sistemas do Instituto.
- VII. Definir diretrizes e os processos de trabalho e apoiar os câmpus na configuração de serviços do AVA institucional.
- VIII. Centralizar os serviços de educação a distância para os câmpus que não possuem a infraestrutura necessária para manter os serviços;
- IX. Desenvolver sistemas para as especificidades da EaD.

#### 7.1.3.2 À Coordenação de Infraestrutura de Tecnologia compete:

- I. Elaborar e manter políticas de segurança da informação em consonância com o órgão regulador de Tecnologia da Informação do Instituto, se houver.
- II. Elaborar relatórios de desempenho da rede de dados, dos servidores e dos

ativos de rede visando manter sua escalabilidade.

- III. Participar da elaboração e acompanhar a execução das licitações referentes à aquisição e atualização de equipamentos e serviços de informática.
- IV. Instalar, configurar, gerenciar e monitorar servidores e estruturas de redes.
- V. Executar a manutenção corretiva e preventiva de recursos de informática.
- VI. Criar documentação sobre o cabeamento estruturado e de servidores.
- VII. Pesquisar e implantar novas tecnologias.
- VIII. Projetar *softwares* e bancos de dados.
- IX. Desenvolver, implantar e dar manutenção de *softwares* e do portal de acesso ao AVA, se houver.
- X. Atender e dar suporte aos usuários.
- XI. Elaborar documentação de *softwares* e banco de dados.
- XII. Participar da elaboração e acompanhar a execução das licitações referentes à aquisição e atualização de serviços de desenvolvimento de *software*.
- XIII. Prover treinamento de usuários para o uso de sistemas de informação.

7.1.3.3 À Coordenação de Ambiente Virtual de Aprendizagem compete:

- I. Implantar, dar suporte e gerenciar oAVA.
- II. Projetar integração entre oAVA e outros sistemas de informação.
- III. Pesquisar e implantar tendências tecnológicas referentes ao AVA.
- IV. Dar manutenção, desenvolver relatórios e projetar novas funcionalidades para oAVA.
- V. Realizar migração de salas virtuais.
- VI. Pesquisar e implantar novas tecnologias.

7.1.3.4 À Coordenação Financeira e de Compras compete:

- I. Subsidiar a elaboração de propostas orçamentárias para projetos e cursos a distância.
- II. Controlar e acompanhar as atividades administrativa e financeiras do câmpusEaD.
- III. Controlar o cumprimento do cronograma estabelecido para projetos administrativos e financeiros com os responsáveis.
- IV. Emitir relatórios periódicos sobre os recursos disponíveis.
- V. Acompanhar a execução e a prestação de contas de programas, convênios, acordos e contratos gerenciados pelo CâmpusEaD.
- VI. Acompanhar o andamento dos processos administrativos do CâmpusEaD.

7.1.3.5 À Coordenação de Gestão de Pessoas compete:

- I. Propor, coordenar, acompanhar e avaliar as políticas e diretrizes relativas ao recrutamento e seleção, movimento, desenvolvimento, capacitação, qualificação, avaliação de desempenho, saúde e qualidade de vida dos servidores do CâmpusEaD.
- II. Supervisionar o atendimento médico e psicólogo ao servidor.
- III. Orientar os servidores do CâmpusEaD sobre a legislação de pessoal vigente.
- IV. Propor e acompanhar o cumprimento de atos normativos e procedimentos relativos à aplicação da legislação de pessoal vigente;
- V. Propor o desenvolvimento de sistemas de informação de gestão de pessoas;
- VI. Analisar e emitir parecer em processos que envolvam questões legais na área de gestão de pessoas.
- VII. Subsidiar a elaboração de proposta orçamentária relativa às ações de gestão de pessoas.
- VIII. Desenvolver estudos e apresentar propostas para criação e remanejamento de cargos e funções para o CâmpusEaD;
- IX. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Como informação complementar e não condicionada à aprovação do exposto anteriormente, apresenta-se uma proposta de distribuição financeira.

## 8. DISTRIBUIÇÃO FINANCEIRA

A distribuição dos recursos financeiros entre os diversos câmpus, apoiadores na oferta do curso a distância, deve considerar o esforço institucional de cada câmpus individualmente no que tange os seguintes aspectos:

<b><i>Esforço Institucional</i></b>	
Produção de Material Didático - Autoria (CH – Carga Horária)	10%
Produção de Material Design Instruc./Design Graf./Program. (CH)	15%
Coordenação Curso (CH)	10%
Professor Formador (CH)	35%

Aulas Práticas (CH)*	15%
Tutoria a Distância (CH)	10%
Tutoria Presencial (Polos)	5%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

\* Mín.20% Art.33 Res.6/2012 CNE/CEB

Uma composição financeira também deve considerar as características institucionais da oferta do curso e dados operacionais do Projeto Pedagógico do Curso – PPC, conforme os seguintes aspectos:

<b>Desenvolvimento do Curso</b>	
Carga Horária Total do Curso	1200
Carga Horária Anual do Curso	600
Carga Horária Anual de Aulas Práticas	2400
Número de Campus	8
Número de Polos	20
Número de Turmas	20
Número de Alunos p/ Turma	50

Em anexo seguem diversas simulações de distribuição financeira em função do esforço institucional de cada câmpus envolvido na oferta do curso, na modalidade a distância.

## **9. ASPECTOS PARA CÁLCULO DO ESFORÇO DOCENTE**

Ao analisar o esforço docente nas atividades de cursos a distância, é preciso considerar os seguintes aspectos:

- Elaboração do material didático e planejamento de atividades (professor conteudista).
- Condução/supervisão/avaliação da disciplina no momento da execução (professor formador).
- Mediação pedagógica e aplicação das atividades do curso (tutoria e aulas práticas).

- Correspondência entre carga horária docente e número de alunos, considerando as métricas de avaliação do INEP.

## 10. CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Diante do exposto, para que, de fato, se institucionalize a EaD na Rede, são necessárias algumas ações, entre as quais:

- a. Assegurar uma estrutura organizacional nos institutos que contemple as especificidades da modalidade;
- b. Prover cada câmpus da Rede de infraestrutura física e tecnológica que permita o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na EaD e no suporte às aulas na educação presencial;
- c. Criar e/ou incluir no quadro do MEC as funções necessárias às ações em EaD;
- d. Estabelecer critérios para aumento de servidores no câmpus EaD em função do número de alunos da modalidade;
- e. Promover a capacitação continuada dos atores envolvidos nas atividades de EaD;
- f. Garantir o fomento para a estruturação das equipes multidisciplinares;
- g. Promover a equidade de direitos e deveres entre os atores envolvidos na EaD e os que atuam na educação presencial;
- h. Definir parâmetros para correspondência de carga horária para o docente nas diversas funções que ele assume nessa modalidade;
- i. Fomentar a pesquisa e a divulgação de resultados referentes à modalidade que permitam a reflexão e a produção de conhecimento nessa área específica;
- j. Fomentar o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nas ações de Extensão da Rede;

- k. Fomentar o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nos processos de capacitação interna dos servidores da Rede;
- l. Integrar os sistemas acadêmicos dos câmpus e o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Essas ações são fundamentais para que se possa institucionalizar a educação a distância com qualidade e ampliar a utilização das novas tecnologias, hoje disponíveis, em favor dos cidadãos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão na Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.